

nº 09

Revista Semestral
jan. – jun. 2023



FIM DO MUNDO

ciência
transformadora
discussões para
a emancipação





Revista Fim do Mundo, nº 9, jan. — jun. 2023

Dossiê temático:

Brasil, o Sul Global e a Nova Ordem Mundial



Revista Fim do Mundo. Publicação da UNESP - Marília em parceria com o IBEC – Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos – nº 9, jan/jun 2023. Marília-SP: Universidade Estadual Paulista, 2022.

303 p.

Semestral

Inclui bibliografia

Resumo em português, inglês e espanhol

1. Capitalismo. 2. Marx. 3. Crise Estrutural. 4. Transição.
5. Crítica da Economia Política. I. Universidade Estadual Paulista (UNESP).



unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília

Faculdade de Filosofia e Ciências

Av. Hygino Muzzi Filho, 737 - Mirante - Marília/SP

CEP 17.525-900

Telefone: (14) 3402-1300

Revista Fim do Mundo

ISSN: 2675-3812 | e-ISSN: 2675-3871

e-mail: revista.fimdomundo.marilia@unesp.br

<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM>

As ideias e opiniões expressas nos artigos são de exclusiva responsabilidade das(os) autoras(es), não refletindo, necessariamente, as opiniões da revista.

FIM DO MUNDO

Revista científica interdisciplinar, vinculada ao pensamento crítico em diálogo com Marx, sobre temas contemporâneos e questões teóricas da modernidade. Aberta aos temas brasileiros e latino-americanos, sobre as profundas transformações mundiais promovidas pelo surgimento do novo capital financeiro, especialmente as políticas, econômicas, ecológicas, científico-tecnológicas e geopolíticas. Atenta a todas as formas da produção intelectual humana.

A **Revista Fim do Mundo** nasce seguindo o que Marx ensinara há mais de 150 anos: "os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo". Assim, a preocupação desta revista é não apenas debater teoricamente as questões fundamentais de nosso tempo, mas acima de tudo servir como uma ferramenta aos que pretendem intervir diretamente na realidade com o objetivo último da *emancipação humana*.

A **Revista Fim do Mundo** surge por iniciativa do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos-IBEC, que reúne intelectuais militantes das mais diversas áreas do conhecimento que por mais de 3 décadas vêm pensando criticamente e enfrentando os temas centrais em busca da superação do capital.

A **Revista Fim do Mundo** reverbera, pois, os aprofundamentos teóricos destes intelectuais, principalmente como fruto de suas dissertações, teses e do curso "Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas", espaço criado pelo IBEC e o Grupo de Pesquisa Organizações & Democracia - GPOD, em parceria com a Universidade Estadual Paulista - UNESP, visando a formação da classe trabalhadora.

A **Revista Fim do Mundo** é um espaço de socialização de artigos científicos que se apoiam em Marx e no marxismo, para compreender temas históricos e contemporâneos. As publicações terão periodicidade quadrimestral e o acesso aos trabalhos é aberto, pois acreditamos que o acesso livre e universal ao conhecimento é fundamental para o avanço da ciência comprometida com as lutas sociais, com a socialização do conhecimento e a desmercantilização completa da sociedade.

Editores:

Henrique Tahan Novaes | UNESP - IBEC
Paulo Alves de Lima Filho | IBEC
Fabio S.M. de Castro | Doutorando UFABC - IBEC

Conselho Editorial:

Adilson Marques Gennari | UNESP
Aleksandr V. Buzgalin | Universidade de Moscou -
Lomonossov - Rússia
Carmen Junqueira | PUC-SP — Instituto Maira
Henrique Tahan Novaes | UNESP-IBEC
Jesús García Brigos | Universidad de la Habana
Maria A.N. Moraes Silva | UFSCAR
Maria Orlanda Pinassi | UNESP
Modesto Emilio Guerrero | Venezuela
Paulo Alves de Lima Filho | IBEC
Ricardo Antunes | UNICAMP

Conselho Científico:

Adilson Marques Gennari | UNESP
Aleksandr V. Buzgalin | Universidade de Moscou -
Lomonossov - Rússia
Aline Marcondes Miglioli | Doutora UNICAMP
Ana Carolina Aguerri Borges | UFRPE
André Moisés Gaio | UFJF
Andrés Ruggeri | UBA - Argentina
Carlos A. Cordovano Vieira | UNICAMP
Carlos Maciel Sanchez | México
Carmem Junqueira | PUC-SP — Instituto Maira
Daniel Lopes Faggiano | Instituto Maira - IBEC
Diego Barrios | UDELAR - Uruguay
Douglas Rodrigues | Doutorando UNESP - IBEC
Fabiana de Cássia Rodrigues | UNICAMP - IBEC
Fábio Campos | UNICAMP - IBEC
Fabio S.M. de Castro | Doutorando UFABC - IBEC
Henrique Tahan Novaes | UNESP - IBEC
Ivan Lucon Jacob | Doutorando UNICAMP - IBEC
Ivanor Nunes de Oliveira | *In Memoriam*
Juan Carlos Pinto Quintanilla | *In Memoriam*

Lalo Minto | UNICAMP — IBEC
Layza Rocha Soares | Doutora UFF
Liev C. Maciel Sanchez | UNP - ESE - ECH -
Rússia
Lucien Sève | *In Memoriam*
Manuela Lowenthal Ferreira | Doutoranda UNIFESP
Marcelo Micke Doti | FATEC-SP
Márcio Farias | CELACC ECA-USP
Márcio H. M. Baroni | IBEC
Marcos del Roio | UNESP
Maria Aparecida de Moraes Silva | UFSCAR
Maria Orlanda Pinassi | UNESP
Marieta A. Barros Magaldi | IBEC
Modesto Emilio Guerrero | Venezuela
Natalia G. Yakovleva | Universidade de Moscou -
Lomonossov - Rússia
Neusa Maria Dal Ri | UNESP
Newton Ferreira da Silva | IFSP-IBEC
Paulo Alves de Lima Filho | IBEC
Plínio de Arruda Sampaio Jr | UNICAMP
Rogério Fernandes Macedo | UFVJM - IBEC
Sergio Bacchi | IBEC - Chile
Sinclair Mallet Guy Guerra | *In Memoriam*
Zuleica M. Vicente | Doutoranda UNICAMP - IBEC

Designer:

Tiago Stracci | Cultivare Design

Tradução e Revisão:

Hector Ilich Meleán Durán | IBEC

Editoração:

Gláucio Rogério de Moraes | UNESP

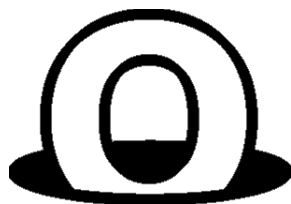
Equipe de produção:

Angelita A. Gonçalves | Mestranda USP - IBEC
Wellington Silva | IBEC

Imagens da Capa:

Rodrigo Fischer | artista visual

SUMÁRIO



- 10** **Artista Convidada:** Rodrigo Fischer
- 13** **Editorial:** Brasil, o Sul Global e a nova ordem mundial
- Debate do Fim do Mundo**
- 22** Alguns elementos de economia política da reindustrialização: caso do Brasil
Paulo Alves de Lima Filho
- Artigos**
- 30** Das crises cíclicas à crise estrutural do capital
Carlos Alberto Cordovano Vieira
- 61** A crise da democracia brasileira e o papel do extremismo político e religioso
Manuela Lowenthal Ferreira
- 75** ¿Tenemos “la teoría” para la transformación socialista? Cuba 2023
Jesús García Brigos
- 100** Nicarágua e o fracasso das tentativas de revolução colorida no período de 2018 a 2023
Lazaro Camilo Recompensa Joseph | Miriam Gontijo de Moraes
- 139** A crise global e o realinhamento das alianças da classe capitalista do Leste Europeu: o caso do illiberalismo húngaro
Tamás Geröcs | Ágnes Gagyí _ Trad. Aline Miglioli
- 175** Economia Russa: pobreza, estagnação e alternativas
Alexander Vladimirovich Buzgalin _ Trad. Paulo Alves de Lima Filho

Texto para Discussão

- 191** A teia assassina — um balanço da revolução bolivariana sob a ótica da teoria da transição comunista. Breve ensaio sobre o livro de Modesto Emilio Guerrero
Paulo Alves de Lima Filho

Ensaaios Críticos

- 216** Geopolítica da Destruição: uma nova (des)ordem geopolítica mundial
Marcelo Micke Doti
- 231** Sobre los acontecimientos en Perú. Ejercicio de interpretación histórica
Pedro Francke
- 246** Chile: 1520 días, de la ilusión a la esperanza
Patricia Soto Caramori
- 256** ¿Qué busca el gobierno de Maduro? Un breve balance de la revolución bolivariana
Modesto Emilio Guerrero
- 261** “There were no marigolds”: Africana Philosophy and Freedom as Mutual Responsibility
Bennett Brazelton

Resenhas

- 275** “China — o Socialismo do século XXI” de Elias Jabbour e Alberto Gabriele
Zuleica Vicente

Entrevistas

- 280** Enrique Amayo | Entrevistadores: IBEC

Rodrigo Fischer¹

Curadoria | Ana Carolina Aguerri Borges da Silva²

10

A edição número 9 da **Revista Fim do Mundo** traz como artista convidado **Rodrigo Fischer**, que é Pernambucano, nascido no Recife, mas que passou boa parte de sua infância em Olinda. Formado pela Usina de Imagens como ilustrador, desde 2017 produz imagens para livros, revistas, cartazes, etc. Pela *Editora Elefante Letrado* ilustrou, em 2019, imagens para "As Reinações de Narizinho", de Monteiro Lobato. Em 2021, lançou pela *Antes do fim do mundo* o livro "A mochila do Bebê", selecionado em 2022 pelo Programa Nacional de Livros e Material Didático (PNLD). Em 2022, lançou pela *Companhia Editora de Pernambuco (CEPE)*, "A palavra da boca pra fora"; pela *Editora IMEPH*, "De repente... Advinha?". E pela *Companhia das Letrinhas*, "De Volta". Além de ilustrador, Rodrigo é Professor e doutorando em Literatura pela Universidade Estadual da Paraíba -UEPB.



Suas influências artísticas são oriundas principalmente da cultura pernambucana, sobretudo nos aspectos lúdicos, míticos que aprendeu na escola, nos livros, com as obras de João Cabral de Melo Neto, com as histórias sobre os Cangaceiros, com a poesia e com o cordel.

O processo de criação de suas ilustrações parte do que o texto fala nas entrelinhas, pois para Rodrigo a ilustração não pode esgotar o texto e

¹ Contato: pescadordrive@gmail.com | instagram: @fischer_ilustrador

² Professora visitante do IFRN.



Artista Convidado

sim criar 'um certo' embate positivo. Também ilustra a *Revista Literatura e Arte* da Universidade Federal de Pernambuco, desconstruindo estereótipos e construindo personagens reais. Em suas obras também imprime influências das obras dos recifenses Manuel Bandeira e Cícero Dias.

Rodrigo descreve a sua linguagem artística como neobarroca, pois sua construção deriva do grotesco, daquilo que causa o estranhamento, distante, portanto do minimalismo, constrói imagens que trazem 'uma certa' agressividade, 'uma certa' afronta, imagens que são mais densas, com muita intertextualidade, busca também inspiração nos artistas futuristas do início do século e nos expressionistas.

11



"Ditador"

Técnica Mista – pintura, colagem e intervenção digital
Recife - 2022

Da arte urbana, da intervenção de artistas no abandono das grandes cidades, dos grandes centros, gosta muito dos aspectos da contradição presentes nessas manifestações. Intitula-se como neobarroco, por gostar dos opostos, daquilo que é paradoxal, por gostar desse tipo de arte, traz esses elementos para as suas produções utilizando muita cor. Das cores complementares, das cores fortes, prevalecem o laranja com o verde, o vermelho com o azul, o amarelo com lilás, trabalhando cores primarias com as complementares. Combina a influência do artista plástico britânico David



Artista Convidado

Hockney, com suas cores vibrantes, e o contraste entre cores quentes e frias na linha das cores primárias, com aspectos do artista ativista político chinês Ai Weiwei, que luta pelos direitos humanos e faz da sua arte uma ferramenta para “dar voz aos que não tem como falar”.

Apesar de ter entrado para o universo da ilustração recentemente, sempre trabalhou com arte, com música e teatro. Sendo um entusiasta da imagem, Rodrigo compreende que vivemos no século da imagem, e que os próximos séculos serão as imagens que prevalecerão sobre a palavra. Também é apaixonado por cinema, e compreende uma ligação entre o cinema e a ilustração, pois ao ilustrar uma história, cria uma narrativa a partir das imagens, como se criasse um filme, dessa forma, a imagem sempre prevalece na sua vida e nas suas escolhas.

Para ilustrar o dossiê “Brasil, o sul global e a nova ordem mundial”, Rodrigo Fischer nos presenteou com imagens que refletem a crise do capitalismo, sobretudo em seu aspecto distópico. São imagens resultantes de alguns estudos que dialoga com a temática da crise do mundo moderno.

12



“Admirável”
Técnica Mista
Recife - 2021



“Alguma coisa fede”
Técnica Mista
Recife - 2018



“Gigante”
Técnica Mista
Recife - 2022



Editorial nº 9: Brasil, o Sul Global e a nova ordem mundial

13

Nesta edição de **número 9** da **Revista Fim do Mundo** trazemos o Dossiê Temático “Brasil, sul global e a nova ordem mundial”, onde reiteramos nosso compromisso com o pensamento de Karl Marx, ao tratar das atuais dramáticas contradições com que se defronta a humanidade, fruto do descontrolado modo de produção capitalista, cada vez mais destrutivo, ao fazê-la adentrar a fase histórica de crise estrutural do capital, de fim dessa civilização.

A categoria “crise estrutural” é de inspiração do filósofo marxista húngaro István Mészáros. A civilização do capital, que nas suas origens prometia um mundo de liberdade individual e coletiva, para além das amarras do trabalho servil, da nobreza e do clero, levou a humanidade para um novo mundo de trevas, desta vez da alienação, da reificação e da escravidão, primeiro a escravização de negros, indígenas e outros pelo homem europeu branco e, depois, a nova forma de escravidão velada: o trabalho assalariado e suas formas pós-modernas de empreendedorismo individual, etc. Após mais de meio milênio de acumulação ampliada do capital, chegamos à sua crise estrutural, quando a humanidade é colocada no limiar de sua extinção, assim como da existência do planeta terra, tamanha a destruição ambiental e humana em processo. Decorrência disso, as contradições se multiplicam, ao passo que ainda se mantém a ideologia e a prática do trabalho assalariado como forma de sobrevivência da classe trabalhadora e da própria necessidade do trabalho vivo para a produção de valor e de mais valor, ao passo que a ampliação acelerada da composição orgânica do capital continuará a jogar milhões de pessoas nas ruas, sem emprego, sem ocupação e sem moradia.



Uma verdadeira hecatombe social atravessa todas as sociedades do globo. O aquecimento global, causado pela acumulação ampliada do capital e suas incontáveis revoluções tecnológicas, coloca a natureza e a terra em perigo iminente de destruição. O capital, em sua ânsia acumuladora, não pode abrir mão de tratar a natureza e os seres humanos como recursos inesgotáveis. Como não há outro planeta, o único plano alternativo para a humanidade é o de "ir além do capital", criar condições reais para a superação desta sociedade ameaçadora, única maneira de manter a sobrevivência da espécie e da natureza. Assim, a cada dia que passa, ir além do capital se torna uma necessidade incontornável. A Revista Fim do Mundo, embora acadêmica, expressa esse espírito de luta alternativa, essa necessidade histórica de ir além da "salsicharia" da produtividade acadêmica atual, ao privilegiar artigos e ensaios com a chama da reflexão crítica embasada no materialismo histórico e dialético, única forma de superar o obscurantismo idealista e irracionalista que nos cerca desde pelo menos o século XIX.

Sermos radicais é nossa proposta e, desejo deste número e do atual dossiê que ora lançamos é ir à 'raiz dos problemas', colocar a necessidade da revolução em todas as suas dimensões com a consciência clara de que ela não ocorrerá sem teoria revolucionária, e não haverá teoria revolucionária sem o esforço coletivo, constante e prolongado de homens e mulheres de todos os continentes, de reflexão sobre as reais contradições da sociedade atual. É isto que esperamos apresentar às leitoras e leitores de nossa revista com os textos, entrevistas e com a arte deste número 9 que hora lançamos.

O movimento de expansão do novo capital produtivo financeirizado e suas novas forças produtivas lançou o capitalismo a uma nova era. Nela, sua nova civilização promoverá uma ruptura histórica com a evolução até hoje conhecida dessa sociedade.

Nos EUA, a principal potência imperialista, a evolução do Partido Republicano, a partir dos anos 1960, conduzida por uma nova ultradireita intelectual (em geral composta por ex-marxistas de várias escolas) com fortes vínculos com o neopentecostalismo, fará com que este partido enfrente e desbanque a anterior hegemonia absoluta do Partido



Democrático. Guiado por um ultraliberalismo muito próximo ao fascismo e em grande medida reagindo ao declínio dos EUA como primeira potência mundial, o Partido Republicano conceberá uma nova ordem mundial reacionária e regressiva, passando a estimular e organizar mundialmente um bloco de forças fascistas e parafascistas que disputará e alcançará o poder em vários países.

O último deles, na Europa, foi a Itália, com a vitória de Giorgia Meloni nas eleições presidenciais de 2022, candidata de um partido explicitamente fascista. Outro deles, a Ucrânia, tornou-se depois do golpe de estado de 2014, um campo experimental neocolonial dos EUA e a cabeça de ponte para a estratégia de destruição da Rússia, objetivo sempre desejado e nunca abandonado pelo imperialismo. Tal estratégia, promovida pela OTAN, visava a expansão e fortalecimento da atual ordem mundial sob a exclusiva liderança dos EUA. Além da destruição da Rússia, promoveria o cerco à China, subtraindo-a do poder bélico e energético da Rússia, com o conseqüente desvirtuamento e liquidação do bloco BRICS, alternativo à ordem mundial vigente.

No Brasil, a ultradireita – em um processo da revolução da contrarrevolução - chegará ao poder através do golpe parlamentar em Dilma Roussef. A partir de então, colocará em movimento a estratégia neoliberal trumpista e processará o desmanche do estado nacional brasileiro, primeiramente das políticas públicas de proteção ao trabalho assalariado, aos povos originários e aos biomas estratégicos, assim como da educação e da ciência e tecnologia, vitais momentos nacionais emancipatórios. Ela também aprofundará a desindustrialização e prosseguirá com a liquidação da emancipação energética conquistada pelo pré-sal, estimulando e fortalecendo a opção predadora e agroexportadora da economia. O capitalismo da miséria aprofundará ainda mais suas características antiproletárias perversas.

A extremada polarização política, que perpassa o capitalismo mundial, atingirá com força especial os países americanos, inclusive os próprios Estados Unidos. A América do Sul se torna elemento fundamental deste processo, fato que exacerbará as lutas de classes, que levarão ao poder os trabalhadores bolivianos e colombianos, que abalará a hegemonia peronista na Argentina e pinochetista no Chile, que levará a direita ao poder no Uruguai, ao embargo à economia venezuelana, mas também aos recentes golpes de estado no Brasil, Bolívia e Peru, ao recrudescimento do embargo a Cuba e à permanência da estratégia golpista no Brasil. Igualmente, se



expressará por via de uma reativação mundial da política belicista anti-russa da União Europeia, igualmente do militarismo japonês e de toda a Ásia, assim como ao recrudescimento do poder da ultradireita israelense e suas graves consequências externas e internas.

Esta somatória de processos conduz à expansão mundial do fascismo e à exacerbação militarista que se aproxima do perigo nuclear na guerra da Rússia contra as forças nazi-nacionalistas ucranianas. Além disso, e exatamente devido a eles, gesta-se uma nova ordem mundial sob a liderança da China, secundada pela Rússia, através dos BRICS e do processo de expansão de seus partícipes. Cumpre destacar a forte possibilidade de o Brasil vir a cumprir função apendicial à política do Partido Democrático norte americano, em especial a sua política externa imperialista desse partido, no que tange ao apoio à dissolução do poder de veto no Conselho de Segurança da ONU das potências vitoriosas na II Guerra Mundial.

À África, por sua vez, o capitalismo reservou-lhe um papel estratégico na predação e saqueio de matérias primas vitais à nova indústria, assim como à redivisão de suas áreas econômico-políticas por meio de guerras regionais, muitas delas crônicas, o que recrudescerá enormemente seus já de por si complexos processos de emancipação nacional. Sua fragilidade neocolonial e sua enorme riqueza mineral, mais as suas potencialidades agroexportadoras, a fazem presa fácil das potências imperialistas.

Esse complexo de contradições em desenvolvimento é indício da irreversível transição a uma Nova Ordem Mundial do capital, plena do perigo de uma guerra mundial com uso de armamento nuclear com consequências inimagináveis para a humanidade. Para além da catástrofe ambiental e da catástrofe política por via da expansão do fascismo e seu momento belicista crucial na guerra na Ucrânia, emerge no curto prazo o real perigo do trânsito nuclear da guerra. Assim é que o fim do mundo elevou sua densidade específica e promete tragar as boas intenções da humanidade democrática. Não basta resistir ao seu avanço, é imperioso lutar decidida e permanentemente contra a ascensão do fascismo, à loucura do capital, incapaz de oferecer tregua à humanidade. É necessário estender ao máximo o controle social sobre o capital ao ponto de soffrear e liquidar seu apetite genocida.



Com o fito de colaborar para a realização de tais pretensões, o leitor notará que organizamos dentro desta edição de **número 9** uma série de textos, artigos, ensaios, resenhas e entrevista, longe de serem unânimes, a serviço do estímulo à reflexão e ao adensamento de posições críticas. Passemos, então, a apresentar brevemente o conteúdo do presente exemplar.

Para compor a edição, como **Artista Convidado**, convidamos *Rodrigo Fischer*, pernambucano dedicado à arte em suas mais diversas vertentes, a nos brindar com suas fantásticas ilustrações que estimulam a reflexão proposta com temas debatidos a respeito das crises e transformações contemporâneas de nossa sociedade global.

Na seção **Debate do Fim do Mundo**, o Professor Paulo Alves de Lima Filho abre os trabalhos apresentando ao leitor o texto *"Alguns elementos da economia política da reindustrialização: o caso do Brasil"*. Nele, o autor trata da crítica da economia política neoliberal e dos fundamentos produtivos da revolução econômica da nova ordem, assim como de seus reflexos na reprodução política mundial, tendo como centro a fratura política norte americana e suas reverberações nacionais, no caso do Brasil. É de se anotar que nessa seção poderiam também constar ao menos mais quatro textos, tais como os dos professores Carlos A. Cordovano, Alexander V. Buzgalin, Marcelo M. Doti e (outro) do professor Paulo Alves de Lima. Todos eles, com diferente abrangência e complexidade, tratam da crítica da ordem neoliberal e buscam apreender o sentido histórico desta nova era.

Por sua vez, na seção **Artigos**, contamos com seis textos. No primeiro artigo *"Das crises cíclicas à crise estrutural do capital"*, Carlos Alberto Cordovano Vieira nos oferece uma análise crítica da evolução do capital e sua expressão ideológica na economia política, em diálogo com Marx e historiadores marxistas, desde a sua gestação até a presente fase, quando novas forças produtivas do capital criam as bases do impasse vital de sua reprodução e, conseqüentemente, de sua superação. Evidencia, assim, a possibilidade real de a humanidade capitalista vir a destruir as bases de sua existência, ao revelar os fundamentos de sua crise estrutural.

Em *"A crise da democracia brasileira e o papel do extremismo político e religioso"*, Manuela Lowhental Ferreira analisa as diversas facetas do avanço da ala conservadora na política e as relaciona com a ascensão dos movimentos conservadores ligados às vertentes pentecostais e neopentecostais. Estes três primeiros textos promovem um diálogo de fundo para discutirmos as transformações na nova ordem mundial.



O conjunto de artigos iniciados pelo texto de Jesus Brigos “¿Tenemos “la teoría” para la transformación socialista? Cuba 2023” aborda as transformações na nova ordem social sentidas desde a periferia do sistema capitalista. Este texto nos oferece reflexões sobre as práticas reais da transformação socialista e as elaborações teóricas sobre o processo, tendo como referência a experiência cubana. Em “Nicarágua e o fracasso das tentativas de revolução colorida no período de 2018 a 2023”, Lazaro Recompensa Joseph e Míriam Gontijo de Moraes recuperam a história recente da Nicarágua e da revolução sandinista para debater a emergência das pós-verdades e *fake news* neste país.

O artigo seguinte “A crise global e o realinhamento das alianças da classe capitalista do Leste Europeu: o caso do *iliberalismo húngaro*” escrito pelos pesquisadores húngaros Tamás Geröks e Ágnes Gagyí dialoga com os temas da crise global e das transformações do capitalismo periférico desde a outra ponta da periferia capitalista: o leste europeu. A partir de uma recuperação histórica da inserção econômica húngara na divisão social do trabalho na era soviética e da transição capitalista deste país, os autores discutem a emergência do *iliberalismo* húngaro sob a figura de Vitór Orbán.

Para fechar a seção de artigos, Alexander Buzgalin no brinda com o texto “Economia Russa: pobreza, estagnação e alternativas” em que trata de dois temas: a pobreza na Rússia contemporânea e sua relação com o sistema capitalista em geral, como também o modelo russo particular de desenvolvimento deste sistema. Na segunda temática, Buzgalin aborda a estagnação da economia russa e as possibilidades de adoção de uma estratégia eco-sócio-humanitário. Desta forma, o professor russo expõe as razões iminentes à reprodução de um capitalismo miserável na Rússia, sob a égide do capital financeiro e da ideologia que contemporaneamente o expressa. Ao fazer a crítica do capitalismo russo, propõe uma alternativa democrática e popular radical ao capitalismo da miséria.

De volta à América Latina, na Seção **Textos para Discussão**, Paulo Alves de Lima Filho nos oferece o ensaio “A teia assassina – um balanço da revolução bolivariana sob a ótica da teoria de transição comunista. Breve ensaio sobre o livro de Modesto Emílio Guerrero”. O autor aborda em especial o caráter genocida da contrarrevolução imperialista e outros momentos socioeconômicos no processo da revolução bolivariana da Venezuela. Para tal desenvolve os fundamentos da economia política da transição comunista, através da qual é possível avaliar as potencialidades da transição venezuelana e, desse modo, avaliar sua regressão contemporânea, objeto do



livro do autor venezuelano radicado na Argentina, Modesto Emílio Guerrero, "Crónica de um magnicídio: Chávez, la Enfermera y el Edecan".

Na Seção **Ensaio Crítico**, quem abre os trabalhos é Marcelo Mücke Doti em "*Geopolítica da Destruição: uma nova (des)ordem geopolítica mundial*". O autor nos oferece uma abordagem geopolítica, calcada em Marx, a salientar a produção do espaço pelo capital e as razões da crise atual de sua reprodução, com especial ênfase na sua busca incansável e vital por novas fontes de energia, em especial o petróleo, assim como seus reflexos devastadores na sociabilidade nacional e mundial.

Em "*Sobre los acontecimientos en Perú. Ejercicio de interpretación histórica*", Pedro Francke nos oferece uma rica análise sobre a particularidade histórica do Peru no contexto da economia mundial e latino-americana e lança luz sobre as razões das desigualdades socioeconômicas que determinam a atual crise política peruana. No texto "*Chile: 1520 días, de la ilusión a la esperanza*", Patrício Caramori interpreta o processo político chileno do período recente, mais especificamente, dos últimos 1520 dias. O autor parte da análise sobre os protestos sociais que marcaram os últimos anos no Chile e desmistifica o processo constituinte que caminhou de uma grande esperança popular para uma armadilha da extrema direita.

Encerrando nosso *giro* pela América Latina, voltamos à Venezuela com o texto "*¿Qué busca el gobierno de Maduro? Un breve balance de la revolución bolivariana*" em que Modesto Emílio Guerrero nos fornece uma reflexão sobre as transformações em curso na Venezuela, debatendo os erros, acertos e limites do governo Maduro que têm levado à destruição das conquistas do *chavismo*.

Por fim, Bennet Brazelton nos oferece uma análise sobre o romance "*O olho mais azul*" de Toni Morrison através da discussão que o livro promove sobre a liberdade enquanto valor e prática. Em "*There were no marigolds: Africana Philosophy and Freedom as Mutual Responsibilities*" a autora dialoga com o pensamento ocidental liberal, que estebece a liberdade individual como o principal valor cívico, moral e político.

Na seção **Resenhas**, temos a colaboração de Zuleica Vicente, sobre o livro "*China – socialismo do século XXI*", publicado no Brasil em 2021, pela editora Boitempo. A autora provoca um debate ao redor da proposta de transformação socialista que supostamente direciona as políticas do governo chinês. Instigando a leitura crítica da obra.

Por fim, na seção **Entrevista**, os pesquisadores do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos – IBEC – tiveram o prazer de entrevistar o



professor peruano Enrique Amayo, professor aposentado da Unesp, livre docente, pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP). A entrevista perpassou um amplo emaranhado de temas que se entrelaçaram, desde a trajetória acadêmica do intelectual aos processos históricos e políticos da América Latina e da China, com especial atenção à questão decolonial.

Fica assim o convite à leitura desta nona edição de nossa revista, em meio à estes grandes debates do Fim do Mundo.

20

Junho de 2023.

Coordenação do Dossiê Temático

Paulo Alves de Lima Filho | Adilson Marques Gennari

Aline Marcondes Miglioli | e os Editores



Debate do Fim do Mundo



Alguns elementos de economia política da reindustrialização: caso do Brasil

Paulo Alves de Lima Filho¹

22

Resumo

O texto expressa uma crítica da economia política neoliberal e algumas de suas consequências no processo histórico brasileiro, em especial seus desdobramentos atuais no plano político e geopolítico em decorrência do momento de ruptura da ordem política norte-americana. Aborda a necessária reindustrialização a ser promovida pela nova ordem democrática rebaixada. Aponta a fragilidade a economia política do bloco democrático e a ascensão da revolução antidemocrática radical da ultradireita.

Palavras-chaves: reindustrialização, ruptura da ordem, ultradireita.

Resumen

El texto expresa una crítica a la economía política neoliberal y algunas de sus consecuencias en el proceso histórico brasileño, en particular sus desarrollos actuales en el plano político y geopolítico como resultado de la ruptura del orden político norteamericano. Aborda la necesaria reindustrialización que debe promover el nuevo orden democrático degradado. Señala la fragilidad de la economía política del bloque democrático y el ascenso de la revolución radical antidemocrática de la ultraderecha.

Palabras clave: Geopolítica; Conflictos sociales e inserción global; orden geopolítico mundial.

Abstract

This paper expresses a critique of neoliberal political economy and some of its consequences in the Brazilian historical process, in particular its current developments in the political and geopolitical plane as a result of the rupture of the North American political order. It addresses the necessary reindustrialization to be promoted by the new demoted democratic order. It points to the fragility of the political economy of the democratic bloc and the rise of the radical anti-democratic revolution of the ultra-right.

Keywords: reindustrialization, disruption of order, ultra-right.

¹ Economista pela Universidade da Amizade dos Povos "Patrice Lumumba" – Moscou - Rússia, doutor em Ciência Política pela PUC-SP. Coordenador Geral do IBEC. | flap1951@gmail.com



Introdução

Depois de um longo ciclo de desindustrialização, termômetro infalível da opção neoliberal das classes proprietárias brasileiras e seus governos desde os anos 90, fiéis aliadas da potência imperial norte-americana, cumpre falarmos da reindustrialização necessária².

O caráter dessa reindustrialização teria de estar em sintonia com a revolução tecnológica em curso, de base microeletrônica, iniciada com o surgimento do órgão de controle da máquina, o quarto órgão da máquina, novo capital industrial financeirizado³. A partir de então, a sucessão de etapas da evolução desse processo não mais terá limites técnicos, gestando forças produtivas impedidas de desenvolver-se plenamente devido à permanência de relações de produção incapazes de permitir o pleno desenvolvimento dessas forças. Eis o cerne da crise estrutural do capital.⁴ Ela determinará a nova reprodução social mundial capitalista.

Na cidadela do império

A falência democrática irrompe, cresce e esse estabiliza no coração do império capitalista e, conseqüentemente se multiplica urbi et orbi porque agora tem uma alavanca poderosa, o Partido Republicano norte-americano, ao qual se filiam as contrarrevoluções nacionais em todo o mundo. O olho do furacão da contrarrevolução política deslocou-se ao centro da política

² SAMPAIO JR., Plínio Soares de Arruda Crônica de uma crise anunciada. Crítica à economia política de Lula e Dilma, SG-Amarante, São Paulo, 2017. "A lógica dos grandes negócios aprofundou a desarticulação do sistema econômico nacional. A desindustrialização e a perda de controle sobre os centros internos de decisão, patentes no desmonte da indústria de transformação e na absoluta falta de controle sobre os fluxos de capital internacional, comprometeram a capacidade do estado brasileiro de defender a economia popular e preservar os interesses estratégicos da nação" (217).

³ BACCHI, Sérgio La crisis final del capitalismo. El hombre y la máquina. Ernesto Carmona editor, Santiago de Chile, 2008; Lima Filho, Paulo Alves A emergência do novo capital, in DOWBOR, Ladislau, Octavio Ianni, Paulo Edgar de Almeida Resende (orgs) Desafios da globalização, Petrópolis, Vozes, 1998 p. 237-247.

⁴ LIMA FILHO, Paulo Alves Sobre as revoluções burguesas: fundamentos de sua dinâmica e limites contemporâneos do capital, p. 225-270, in Pensando com Marx (I) Capitalismo da miséria, organização revolucionária, transição comunista e emancipação. Lutas contra o capital e Aramarani, Marília-São Paulo, 2021.



norte-americana e espraiou-se pelo mundo, determinando o sentido e a dinâmica da política mundial.

No Brasil

24

Reconhecendo sua fraqueza, atestada na ocorrência da arruaça golpista de 8 de janeiro de 2023, sabendo que o golpe não se haja consumado devido ao suposto veto de Biden, incapaz de lançar mão da força organizada das ruas, plena de medo de vir a ser defenestrada do poder em sua atual gestão ou perder as próximas eleições, a direção do Partido dos Trabalhadores decide soldar seu destino àquele do Partido Democrático norte-americano. Teria cedido à realpolitik e, assim, incrementado a assimetria já vital nas relações com o capital financeiro dominante e seu líder imperial.

Fato inédito na história brasileira, desde o campo democrático-popular, este ato está pleno de consequências terríveis. A primeira e mais significativa será o estabelecimento de vínculo direto com o complexo industrial-militar dos EUA e sua aventura errática pelo mundo nesta fase de crise estrutural do capital e sua guerra infinita imperialista, agora dedicada à dizimação do povo ucraniano, na guerra dos EUA e OTAN contra a Rússia⁵.

Após o comunicado conjunto de Lula e Biden, de 10 de fevereiro de 2023⁶, onde se manifesta a contrariedade com a invasão da Ucrânia pela Rússia, assuntos correlatos daí derivados, mais o tema da ampliação do Conselho de Segurança da ONU, a inflexão pró-Ucrânia se manifestará na ONU (e, por consequência, pró-EUA e anti-Rússia, na votação de 2 de março na ONU) da política externa brasileira, a conversa de Lula com Zelensky via internet (e o convite deste para que Lula o visitasse na Ucrânia). Antes disso, em fins de 2021, a declaração de Lula sobre seu apoio ao fim do poder de

⁵KASHIN, Vassily. O primeiro grande conflito militar nos últimos trinta anos, globalaffairs/authors/vassilij-kashin...(tradução nossa do russo); Glazyev, Sergey "Eventos como este acontecem uma vez por século", diz ex-conselheiro de Putin sobre fim do mundo unipolar".

⁶ Embaixada e Consulados dos EUA no Brasil, Declaração conjunta da reunião entre os presidentes Lula e Biden, "Os dois líderes também discutiram uma ampla gama de questões globais e regionais de interesse mútuo. Eles lamentaram a violação da integridade territorial da Ucrânia pela Rússia e a anexação de partes de seu território como violações flagrantes do direito internacional e pediram uma paz justa e duradoura". <https://br.usembassy.gov/pt/declaracao-conjunta-da-reuniao-entre-os-presidentes-lula-e-biden/>



veto das velhas potências vitoriosas na II Guerra Mundial e a expansão do Conselho de Segurança da ONU⁷.

Para dizer o mínimo, viola-se a tradição da diplomacia do Brasil. Imediatamente, abala a situação do Brasil no BRICS e no âmbito das alianças forjadas no processo de criação da nova ordem mundial que resultará do ulterior declínio da primeira potência.

Além de lançar dúvidas sobre a evolução da política externa brasileira, fragiliza sobremaneira sua já debilitada situação frente à arremetida da ultradireita, que veio para ficar e que se constituirá em um dos eixos da política nacional brasileira nos próximos tempos.

Catástrofes e colapso

Somado a isso, ocorrerá o inevitável enfrentamento das adiadas questões derivadas da prolongada situação neocolonial brasileira, do leque de catástrofes que compõem a reprodução social nacional transitando à situação de colapso e a inevitável impossibilidade de resolvê-las pelo incremento do melhorismo. Algumas delas já vieram à tona (embora tenham seu início há tempos)⁸: a campanha da ultradireita contra a vacina contra a Covid e o genocídio daí decorrente, a tentativa de golpe de 8 de janeiro, o genocídio ianomâmi devido ao descaso histórico para com o destino dos povos originários, cujas terras foram transformadas em pasto de delinquentes de todo tipo, garimpeiros, madeireiros, pescadores, compradores de ouro e demais mercadorias ilegais, gente local e membros de milícias e tráfico, sublevação no Rio Grande do Norte, chefiada por membros do tráfico e causada por infames condições carcerárias e espalhada por dezenas de cidades, desmatamento crescente, continuidade dos preços do petróleo atrelados ao mercado internacional em prol dos

⁷CELSON AMORIM Entrevista O Globo 13//03/2023; Poder 360, Assembléia geral da ONU aprova resolução contra a Rússia em 2/03/2023. <https://www.poder360.com.br/europa-em-guerra/assembleia-geral-da-onu-aprova-resolucao-contra-a-russia/>; REUTERS. <https://www.reuters.com/world/americas/brazils-lula-says-un-security-council-needs-change-2022-11-18/>, 18/11/2022; MAESTRI, Mario. Governo Lula-Alckmin: uma política externa à sombra do imperialismo? In: <https://acomunarevista.org/2022/12/21/governo-lula-alckmin-uma-politica-externa-a-sombra-do-imperialismo/>.

⁸ SOUZA, Márcio História da Amazônia. Do período pré-colombiano aos desafios do século XXI. Record, RJ, 2019. 1ª edição, cap. 10.



interesses dos acionistas, impunidade das Forças Armadas, apoiadoras explícitas da ultradireita e seu golpismo, e quantos mais vierem a suceder-se colapsos ao longo do tempo. A frente democrática conservadora abraçou um moribundo (que ainda viverá muito...).

Sendo o Partido dos Trabalhadores a força política de longe a mais poderosa do bloco democrático social-conservador este seu apequenamento achata e descaracteriza ao insuportável todas as demais forças políticas à esquerda desse bloco, ao ponto de se poder dizer que agora, mais que nunca, haver desaparecido a esquerda anticapitalista brasileira. Fato que despolutiza ainda mais a classe trabalhadora, já enfraquecida e cooptada para a defesa da ordem mundial neocolonial. Tal panorama conflui para a potencial transformação do PT em pião político do Partido Democrático dos EUA no mundo e na América Latina, ventríloquo de seus interesses geopolíticos. O complexo ideológico dominante no PT acomodou-se aos limites da democracia conservadora, afastou-se das determinações classistas metalúrgicas e quaisquer outras, assim como do anti-imperialismo, está impregnado decisivamente pelo identitarismo, questões de gênero e do medo pânico da democracia em pé. O golpe de 2016 e os sucessos que vão até a prisão e soltura de Lula são tomados como desvios de conduta das instituições. A democracia restrita brasileira os absorve impávida, como se fossem disfunções intestinas. Tudo continua como se tudo já estivesse superado.

A revolução na contrarrevolução

O processo da revolução na contrarrevolução expressou a marcha da ultradireita por dentro da contrarrevolução de 1964, somente abalada pela perda do braço legal político, imerso e capturado pela democracia conservadora e seus donos, nos limites da hegemonia das classes proprietárias⁹. Classes que mantiveram intactos seus laços com as forças armadas e, obviamente, o pleno controle da economia, ambas firmemente adeptas das premissas da ditadura, do golpe de 64 e, agora, do neoliberalismo.

⁹ LIMA FILHO, Paulo A. O desmonte da nação ou a revolução da contrarrevolução. in <http://iela.ufsc.br/noticia/o-desmonte-da-nacao-ou-revolucao-da-contrarrevolucao> 30 de março de 2016.

*Revolução do cafajestismo delinquente.



Estivemos a observar esse processo, entre incrédulos e perplexos. Ele se desenvolveu e cresceu ao ponto de pela primeira vez na história do Brasil termos um movimento de ultradireita capaz de unificar suas forças dispersas e conseguir forjar um líder capaz de unificá-las.

Capaz de impedir um presidente democraticamente eleito, jogar na prisão um ex-presidente e, desse modo, eleger um presidente da ultradireita, vindo dos porões da ditadura, ventríloquo dos militares. Assim proclama o nascimento de uma nova era da política brasileira, em sintonia com o processo mundial de emergência dessas forças, a era do cafajestismo delinquente. Para se afirmar e crescer ele necessita exaltar e realizar a sua revolução específica, simultaneamente contra os códigos da vida social, civil e penal (nacionais e internacionais), exaltar e praticar a violência, a mentira, a fraude e a desumanidade.

Quase metade dos votantes escolheu o candidato da revolução cafadel*, de modo que a vitória do candidato democrático foi um verdadeiro milagre. Daí uma das razões do medo pânico do PT e outras forças democráticas de um reverterio futuro ou até mesmo nesta gestão.

A economia política do cafajestismo delinquente acelerou radicalmente a desindustrialização e aprofundou a opção agroexportadora do modelo primário exportador, além de ser expressão de um regressismo radical, recolocando a questão da reindustrialização de um modo tão ou mais dramático quanto o fora no pré-revolução de 30.

Nossa hipótese sobre o acoplamento da direção do PT com a direção do PD norte-americano, deixaria a reprodução capitalista ainda mais assimétrica e alienada, ainda mais neocolonial. Desse modo, o governo de união das forças democráticas conservadoras flexionará a reprodução capitalista a um nível ainda mais subordinado, de modo a imprimir este caráter à reindustrialização necessária.

Por sua vez, o caráter da política da reprodução social poderá assumir uma forma caótica ao realizar-se sob o influxo do colapso das muitas dimensões da catástrofe socioeconômica em curso. As boas intenções melhoristas do governo da união democrática nacional não poderão cortar a dinâmica avassaladora do colapso da reprodução social nos marcos da democracia conservadora ainda mais estreitos. A multiplicidade das vozes democráticas no poder poderá desafinar o coro melhorista. Tal fato poderá, esperamos que não, ampliar ainda mais o campo político da ultradireita.

A barbárie poderá sofrer um salto qualitativo e vir a reger os destinos do país no novo ciclo antidemocrático radical ou até mesmo inviabilizar o



governo atual antes do fim de seu ciclo de regência. Seu desfecho natural poderá resultar na impossibilidade de conter a reprodução social capitalista nacional em marcos crescentemente civilizados. Em outras palavras, o colapso da reprodução social é um desfecho infelizmente possível.

A ultradireita aspira a realização da revolução antidemocrática radical – que ela conseguiu fazer avançar – e a democracia conservadora quer, com o projeto do PT, a continuidade melhorada da ordem econômica e social democrática social conservadora herdada do golpe de 1964.

O dilema da reprodução política do governo democrático, por sua vez, está em ser ou não a contrarrevolução democrática social conservadora da frente democrática capaz de suportar o assédio da revolução cafadel, ser ou não o melhorismo democrático conservador capaz de suplantar o piorismo antidemocrático radical. Torna-se lícito supormos que a reindustrialização, caso ocorra, tomará o destino proclamado por estas circunstâncias.

São Paulo, 20 de mar. 2023



Artigos



Das crises cíclicas à crise estrutural do capital

Carlos Alberto Cordovano Vieira¹

30

Resumo

O presente trabalho procura examinar a passagem das crises cíclicas, por meio das quais o capitalismo se desenvolveu no curso de sua história, ao limiar da década de 1970, quando seu desenvolvimento engendrou uma crise estrutural.

Palavras-chave: Capitalismo, crise, superprodução.

Resumen

El presente trabajo busca examinar el paso de las crisis cíclicas, a través de las cuales se desarrolló el capitalismo a lo largo de su historia, hasta el umbral de la década de 1970, cuando su desarrollo engendró una crisis estructural.

Palabras clave: Capitalismo, crisis, sobreproducción.

Abstract

The present paper seeks to examine the passage from the cyclical crises, through which capitalism developed in the course of its history, to the threshold of the 1970s, when its development engendered a structural crisis.

Keywords: Capitalism, crisis, overproduction.

Introdução

O presente trabalho procura examinar a passagem das crises cíclicas, por meio das quais o capitalismo se desenvolveu no curso de sua história, ao limiar da década de 1970, quando o paroxismo de seu próprio desenvolvimento engendrou uma crise estrutural. No exame das crises cíclicas, partimos das pistas polissêmicas deixadas pela obra inacabada de Marx, sugerindo que ali também se encontra uma chave para se perscrutar a crise contemporânea e os limites históricos do capital. Entre o século XIX e o século XXI, o debate clássico em torno do imperialismo no século XX nos

¹ Professor e pesquisador do Instituto de Economia da UNICAMP. | cordovanovieira@gmail.com



ajuda a captar novos padrões de concorrência e a tendência ao agravamento das crises. No exame da crise estrutural, tomamos como eixo a tese do filósofo húngaro István Mészáros, procurando lastrear suas formulações abstratas com algumas observações empíricas. Nas considerações finais, procuramos estabelecer parâmetros que permitam problematizar os contornos gerais de possíveis soluções.

Crises cíclicas

Marx elaborou sua crítica da economia política numa época em que o processo de formação do capitalismo, uma vez removidos os óbices remanescentes do passado, já se havia consumado, e, sobre a estrutura técnica da Primeira Revolução Industrial, se expandia da Inglaterra para o resto da Europa, na esteira das ferrovias. Deste ponto de observação privilegiado, pôde compor sua crítica, tomando pela raiz os fundamentos desse novo modo de produção, captando sua dinâmica essencialmente contraditória. No que concerne às crises, chegou a duas conclusões cruciais: estas não eram fenômenos episódicos, mas necessidades constitutivas do próprio movimento contraditório do capital; também não eram o resultado de choques desse mesmo movimento contra obstáculos que lhe fossem exteriores, posto que, em seu pleno desenvolvimento, o capital tendia a subordinar todas as esferas da vida e constituía-se como o limite de si próprio.

Se a *differentia specifica* deste modo de produção residia no desiderato da valorização do capital em detrimento da satisfação das necessidades humanas, da expansão do valor em detrimento do valor de uso, enfim, da criação da mais-valia como fim em si, é compreensível que, desde as formulações mais paradigmáticas da economia política, a preocupação com a possibilidade de interrupção do circuito de valorização recaísse sobre a centralidade das oscilações das taxas de lucro. Smith, em seu raciocínio sobre a órbita dos preços de mercado em torno dos parâmetros do equilíbrio, já havia observado que o progresso da acumulação de capital, se, por um lado, jogava a favor da elevação dos salários, em virtude de seus efeitos sobre a procura por força trabalho, de outro, também por força da concorrência, tenderia a pressionar para baixo as taxas de lucro – e não lhe escapou o interesse da burguesia em contra-



arrestar essa tendência por meio do estabelecimento de monopólios². Ricardo, no momento crítico em que, sobre bases técnicas ainda rudimentares, a Revolução Industrial encontrava limites na pressão dos salários e das rendas da terra, e, pois, no monopólio dos proprietários de terras sobre a produção rural e seus efeitos sobre o valor da força de trabalho, sublinhou, como um limite exterior às taxas de lucro, a renda da terra sob rendimentos decrescentes. Vale dizer que, considerada uma perspectiva malthusiana quanto à população, dada a “lei de ferro dos salários”, os conflitos entre lucros e salários não derivavam, em Ricardo, do processo de acumulação em si, mas de forças que lhe eram exteriores, os custos de reprodução da força de trabalho, determinados pelas condições de monopólio dos proprietários rurais³.

Com efeito, numa época em que ainda não se haviam estabelecido as sinergias entre uma indústria de ferro e carvão, a fabricação de máquinas a vapor, as ferrovias e a expansão dos mercados, a indústria nascente experimentava os efeitos periódicos da concorrência que redundavam em pressões sobre as taxas de lucro, cujos limites se chocavam contra salários nominais, estes condicionados por estreitos monopólios sobre o comércio dos gêneros agrícolas e que não podiam ser reduzidos – embora fossem – sem provocar ebulições sociais. Era compreensível que se buscasse a causa das crises desde fora do sistema econômico⁴. Mas as crises de que Marx fora testemunha, nas décadas de 1850, 1860 e 1870, eram produto já de um capitalismo que se espalhava pela Europa por força das ferrovias, da indústria do ferro e do carvão, sob pronunciada presença do capital portador de juros, perturbado pelo funcionamento de suas próprias engrenagens e que, ao mesmo tempo, encontrava caminhos de superação no bojo de suas próprias tendências expansivas⁵. Deste ponto de vista, mais paradigmática foi a depressão de 1873 cujo desfecho Marx não viu. Nesse momento, a resposta expansiva do capital se consubstanciou numa nova onda de transformações das estruturas técnicas, que culminou na Segunda Revolução Industrial e, como consequência de longo prazo, em deslocamentos do centro hegemônico do capitalismo mundial⁶.

² Adam Smith. *A riqueza das nações*.

³ David Ricardo. *Princípios de economia política e tributação*.

⁴ Eric Hobsbawm. *A era das revoluções*.

⁵ Eric Hobsbawm. *A era do capital*.

⁶ Eric Hobsbawm. *A era dos impérios*.



No entanto, como se sabe, *O Capital* ficou como obra inacabada, sem que se expusesse ali uma elaboração sintética e definitiva sobre o problema das crises. Estas constituem, entretanto, um tema onipresente em cada passagem, em cada dimensão das determinações do capital, tomando diferentes formas conforme o nível de abstração em causa, resultando numa polissemia que se tornou objeto de intrincadas discussões nos campos da economia política e da cultura marxista⁷. Diante das várias formulações sobre as crises contidas n'*O Capital*, que, por vezes, podem aparentemente contrapor-se reciprocamente, diferentes vertentes interpretativas tendem a sublinhar um ou outro tipo de crise como o que melhor haveria de se coadunar com o que se entende ser, conforme as interpretações, o espírito mais fundamental da obra de Marx. Optando-se por um ou outro tipo de crise, muitas vezes, relega-se os outros a um plano secundário ou mesmo se lhes nega pertinência. Outros exercícios procuram caminhos que permitam combinar, n'algum tipo de síntese, as diversas formulações. Tudo isso no interior de uma vasta cultura que, partindo de Marx, pode se pretender, conforme o caso, eclética ou ortodoxa e que, de resto, procura responder a fenômenos concretos em tela ao longo da história. Naturalmente, o enigma não é fácil.

Desde logo, admite-se que a forma mercadoria contém em si a possibilidade da crise. A contradição entre valor de uso e valor, base das contradições que se desdobram no curso do desenvolvimento das formas do capital, a separação no tempo e no espaço dos momentos da troca, posta pela existência do dinheiro, implica na possibilidade de que todo o circuito mercantil seja interrompido num de seus elos, sempre que a passagem do dinheiro à mercadoria não se realize. Vale dizer: uma quantidade de dinheiro que deveria ser posta em circulação foi retirada do mercado e um consumo que deveria ser realizado não se realizou, comprometendo toda a cadeia de trocas. Mas tão logo se passe da circulação simples de mercadorias ao capital, a crise, de mera possibilidade, converte-se em momento constitutivo e necessário, o meio mesmo através do qual o capital se move e se desenvolve. Aqui, o parâmetro que regula a interrupção do processo de acumulação não é o entesouramento arbitrário, mas, sim, o movimento das taxas de lucro, este determinado pelas condições da própria reprodução capitalista. No entanto, a polissemia se instala tão logo se busquem tais determinações e o debate se estende por teorias para todos os gostos que

⁷ Karl Marx. *O capital*.



recaem sobre as desproporções, o subconsumo, a superacumulação, a tendência à queda da taxa de lucro, a pressão dos salários.

A perspectiva da crise de desproporção nos parece ociosa. Mesmo no campo do paradigma do equilíbrio, a suposta convergência entre oferta e procura não exprime um resultado que a economia efetivamente alcança, mas um ponto abstrato em torno do qual ela orbita, em permanentes oscilações. Desde o início, era essa a relação que se estabelecia, em Smith, entre o “preço natural” e os “preços de mercado”⁸. O equilíbrio, nesse paradigma, consiste numa tendência da economia de livre mercado que se revela no longo prazo. De resto, à parte constituir-se numa miragem que caminha para um excesso de formalismo na mesma medida em que a vida real se afasta de suas predições, é por demais óbvio que o refúgio num longo prazo etéreo obnubila, como demonstrara Keynes – não bastasse toda a crítica aos seus fundamentos –, que o tempo curto de uma geração é suficiente para que uma crise profunda degrade a civilização burguesa de verniz vitoriano à barbárie total⁹. De todo o modo, se a perspectiva de uma economia fundada em decisões atomizadas que produza como regra geral a desproporção está presente em Marx – naturalmente subjacente à abstração dos esquemas de reprodução –, também é certo que esteja presente uma perspectiva segundo a qual o mercado possa encadear movimentos corretivos. A desproporção é o próprio mecanismo de ajuste. Não deixa de ser, portanto, sintomático o fato de que essa leitura da crise tenha tido a predileção dos revisionistas, tanto mais porque à época se apostava na capacidade corretiva do Estado ou dos próprios oligopólios, cuja política haveria, segundo eles, de organizar o atomismo. Em suma, embora toda a crise possa tomar a forma de uma desproporção, não deriva daí uma crítica pela raiz ao capitalismo¹⁰. No entanto, se a desproporção em causa referir-se à desproporção entre os dois departamentos, o que ocorre sempre que houver uma elevação abrupta da composição orgânica do capital, a queda das taxas de lucro no departamento produtor de meios de consumo não será propriamente compensada por uma elevação das taxas de lucro no departamento produtor de meios de produção, mas, ao contrário, poderá

⁸ Adam Smith. *A riqueza das nações*.

⁹ John Maynard Keynes. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*.

¹⁰ É curioso que essa perspectiva presida a leitura da crise de Rudolf Hilferding em capítulos que contrastam com a agudeza das críticas contidas no livro, mas se coadunam com sua conversão posterior ao revisionismo. Rudolf Hilferding. *O capital financeiro*.



comprometer uma parte da procura inclusive junto a este último departamento. Nesse caso, a crise de desproporção se desdobra em crise generalizada, transmutando-se em subconsumo¹¹.

Na passagem da circulação simples ao capital põe-se em causa o primado da expansão do valor sobre o valor de uso, da valorização do capital sobre as necessidades humanas, do dinheiro como fim em si. De resto, é sintomático que somente nessa forma social a crise, qualquer que seja sua determinação, tome a forma, não necessariamente da escassez, mas da superprodução – e que sua resolução envolva uma destruição, n'alguma medida, da produção em excesso. Mas "excesso" em relação a quê? Preliminarmente, pode-se considerar que todas as sociedades supõem a existência de seres humanos vivos e, portanto, algum nível de intercâmbio com a natureza e alguma produção voltada à satisfação de necessidades concernentes à reprodução da vida. Chega a ser quase uma platitude que a produção deva ter o consumo como finalidade. Não por outra razão, a perspectiva de que o excesso é um excesso em face do consumo esteja presente desde sempre na economia política, em que pese o predomínio do paradigma do equilíbrio. O problema fora posto desde Sismondi e encontrou sua forma clássica mais bem acabada na teoria do subconsumo de Malthus, segundo a qual uma expansão desmedida do setor de bens de produção que se fizesse a custa do consumo poderia redundar num declínio dos preços dos meios de consumo e, pois, das taxas de lucro nesse setor¹². Do mesmo modo, tomada como uma espécie de platitude, essa perspectiva não deixou de reverberar no campo do marxismo. Mas aqui, ela se choca com outra, tão forte quanto, a de que, nessa forma social específica, as relações se subvertem e o primado da valorização se traduz na perspectiva de uma produção pela produção, à revelia das necessidades humanas.

No limite, o confronto de tais posições contrastantes pode tomar a forma de uma polarização extrema entre perspectivas como as de Rosa Luxemburgo, que propugnam a inviabilidade mesmo do capitalismo sem um suporte de formas pré-capitalistas que suprissem as insuficiências supostamente absolutas da demanda; e outras, como a de Tugan-Baranovski, que, num exercício formal, chega à conclusão de que a produção pela produção – a produção de maquinaria com vistas à produção de maquinaria, produção de aço para produção de aço e assim por diante – por

¹¹ Maurice Dobb. *Economia política e capitalismo*.

¹² Thomas Malthus. *Princípios de economia política*.



si seria capaz de sustentar uma acumulação que prescindisse do próprio consumo¹³. Nessas duas tendências polares o que se perde é justamente a contradição. Contradição entre uma produção em geral que deve garantir a subsistência de seu substrato humano e seu caráter especificamente capitalista que subordina as necessidades humanas aos desígnios do capital e da criação de mais-valia. Lênin – que, note-se, escrevera contra o subconsumismo dos narodniks – observou que atestar uma contradição não é o mesmo que atestar uma impossibilidade; ao contrário: o modo de produção capitalista não somente é possível como, ao mesmo tempo, não pode se mover sem engendrar contradições em todos os níveis¹⁴. Na tradição subconsumista, que, no mais das vezes, tende a supor, sem qualificações, o consumo como finalidade em última instância da produção, Paul Sweezy procurou oferecer um tratamento que contemplasse, nos seus termos, essa questão. O problema não seria o subconsumo em si, mas a contradição entre o consumo como finalidade última de toda a produção e o primado da acumulação sob o capitalismo¹⁵.

Para Sweezy, é a expansão máxima da produção, com a canalização da mais-valia para a acumulação, na base de um nível de consumo congenitamente restrito pela exploração, que culmina numa superprodução em relação ao consumo. A tendência à expansão da produção de meios de consumo além da possibilidade de absorção pelo mercado tomaria a forma, ou de uma crise de realização em que uma produção efetiva redundasse numa queda dos preços, ou de uma estagnação traduzida numa elevação da capacidade ociosa. Se a expansão da mais-valia supõe sua canalização progressiva em níveis proporcionalmente maiores à expansão do capital constante em relação ao capital variável, à custa, pois, do consumo de capitalistas e trabalhadores, de outro lado, há uma espécie de relação “técnico-econômica” que regula os estímulos à produção de meios de consumo vinculada à própria expansão dos meios de produção¹⁶. Nesse caso, para Sweezy, porque a expansão dos meios de produção contém em si, por razões “técnico-econômicas”, estímulos à produção de meios de

¹³ Rosa Luxemburgo. *Acumulação de capital*.

¹⁴ Lenin. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Ver também Nikolai Bukharin. *El imperialismo y la acumulación del capital*.

¹⁵ Paul Sweezy. *Teoria do desenvolvimento capitalista*.

¹⁶ Sweezy utiliza a expressão “técnico-natural”; a nosso juízo a expressão “técnico-econômica” utilizada por Bukharin em *El imperialismo y la acumulación del capital* nos parece mais adequada.



consumo, esta, com a canalização da mais-valia ao capital constante, tenderá a superar a capacidade de consumo. Mas posto que isso significa, também, a produção de meios de produção excessivos em relação à necessidade do departamento produtor de meios de consumo, o subconsumo poderá tomar a forma de desproporção e superprodução. A preeminência dessa forma de crise sobre as outras e seu desdobramento em depressão crônica dependeriam de que forças contra-arrestantes declinassem com o tempo¹⁷.

No entanto, a superprodução também pode ser vista, não em contraste com as necessidades de consumo, mas como superprodução de valor a ser destinado à expansão do próprio valor. Ou, visto em sua materialidade, como superprodução de mercadorias que devem constituir-se como os elementos materiais do capital constante e do capital variável; uma quantidade excessiva de mercadorias que, dada uma determinada taxa de lucro, não poderá ser consumida, no processo de acumulação, enquanto substratos materiais do capital constante e variável. Tratar-se-ia, pois, de um valor excessivo que, tendo sido produzido, não poderá ser reintroduzido no processo de acumulação a uma dada taxa de lucro. Nesse sentido, entende-se toda a produção capitalista, em seu sentido determinado, como produção de capital, produção de mercadorias que não são outra coisa que elementos materiais do capital constante e do capital variável – sendo o capitalismo plenamente constituído produção de capital, pelo capital e para o capital. Assim, portanto, o fenômeno da crise tomaria a forma, não do subconsumo, mas da superacumulação de capital diante de uma redução da taxa de lucro. Portanto uma crise que redundaria em desvalorização do capital, em destruição do capital excessivo mediada pela concorrência. Esta perspectiva retira a centralidade do consumo das massas – este tomado como um dado do próprio capital – deslocando-a para o investimento. A dinâmica do investimento capitalista responderia pela produção excessiva de capital e por sua interrupção, conforme o movimento das taxas de lucro¹⁸.

¹⁷ Sweezy crê nisso, embora sua leitura, muito referida ao capitalismo maduro do pós-guerra, merecesse hoje reparos. A criação de novas frentes desvinculadas da expansão da produção de meios de consumo por certo foi subestimada. A redução dos gastos públicos caminhou contra as previsões de Sweezy, embora isso tendesse, de todo o modo, a corroborar sua tese geral. Os gastos improdutivos de fato foram potencializados, mas também o foram seus traços destrutivos – tema que enseja outras implicações e que discutiremos adiante.

¹⁸ Para esta perspectiva, ver Fraderico Mazzucchelli. *A contradição em processo*.



Na contenda em torno das citações canônicas que perpassam toda a polissemia desta obra inacabada, é possível encontrar em Marx, tanto passagens que criticam o subconsumo como núcleo das crises – a exemplo de suas críticas ao subconsumismo da economia política precedente de Malthus –, quanto outras, que lhe reservam algum estatuto, pelo menos, como uma das dimensões do fenômeno, esta concernente ao problema da realização da mais-valia e, portanto, à órbita da circulação. No entanto, um estatuto mais central terão as determinações que atingem a esfera da produção da mais-valia. Aqui, revelam-se as determinações subjacentes que, no plano da circulação, condicionarão também a própria capacidade de consumo das massas. Na *lei geral da acumulação*¹⁹, Marx mostra a complexidade do capitalismo plenamente constituído, cujos encadeamentos vão muito além de uma pressão ricardiana unilateral dos salários sobre os lucros, sem com isso renegar o que havia de seminal nessa contribuição, a saber, o conflito latente entre as classes sociais e sua centralidade na reprodução do capital. Posto que a disponibilidade de força de trabalho não respondesse mais ao ritmo da desapropriação no campo ou a movimentos demográficos, ou seja, que tais limites exteriores ao capital houvessem sido já subordinados a sua dinâmica, a oferta de força de trabalho seria determinada pelas próprias condições da acumulação. A elevação da composição orgânica do capital cumpria o seu desígnio de tornar o trabalho redundante e de reduzir a pressão sobre os salários, criando o exército de reserva a ser prontamente reabsorvido pelo sistema, tão logo as novas estruturas técnicas se espraiassem horizontalmente. No momento em que tal reabsorção levasse ao limiar de uma escassez de força de trabalho e, pois, a um agravamento das pressões sobre os salários, uma nova elevação da composição orgânica teria curso e as condições de lucratividade seriam repostas.

Ao contrário da suposição neoclássica de um mercado de força de trabalho que se equilibrasse *ceteris paribus* em função do vai e vem dos preços – com seu corolário cínico da teoria do desemprego voluntário –, temos aqui um jogo de oferta e procura em que as condições de abundância ou escassez da mercadoria força de trabalho são determinadas pelo próprio capital, de modo a garantir as condições de sua reprodução a uma dada taxa de lucro. Se é certo que, nas conjunturas de crescimento da “renda”, é possível, conforme as condições da distribuição, que se supere a antinomia

¹⁹ Karl Marx. *O capital*, Livro I.



ricardiana e que lucros e salários subam juntos, também é certo que o capital se move através de crises permanentes e que, nas conjunturas em que as taxas de lucro estejam comprometidas, o conflito entre lucros e salários retorne à superfície. Ora, se os quase trinta anos não tão gloriosos – para a periferia certamente não – testemunharam, sob os arranjos institucionais muito específicos das décadas de 1950 e 1960, uma melhoria das condições de vida de trabalhadores estadunidenses, europeus e japoneses, também é certo que, revertida a conjuntura, e estilhaçadas as condições históricas que possibilitaram a vitória momentânea do reformismo, a crise que se estende desde a década de 1970 fez terra arrasada das conquistas dos trabalhadores do pós-guerra. De qualquer modo, essas oscilações cíclicas das taxas de lucros e salários, de debilitação e recomposição das condições da acumulação, mediadas por uma tendência férrea à elevação da composição orgânica do capital, conformam as bases sobre as quais, ao nível da órbita da produção, se sucedem as crises cíclicas²⁰.

No entanto, a elevação da composição orgânica do capital põe em causa outros problemas. Naturalmente, no capitalismo maduro, todas as hipóteses preliminares da reprodução simples e da reprodução ampliada com composição orgânica constante são suspensas, para se examinar a dinâmica de um modo de produção que efetivamente não pode existir sem revolucionar permanentemente as condições da própria produção. Desde logo, porquanto seja a taxa de lucro a razão entre a mais-valia e o capital total, em suas partes constante e variável, a mesma deverá declinar sempre que se verificar uma elevação da composição orgânica em relação à taxa de mais-valia. Naturalmente, trata-se, nesse nível de abstração, de uma tendência a ser contrastada com forças contra-arrestantes, nomeadamente, o aumento da exploração do trabalho, o rebaixamento dos salários em relação ao valor da força de trabalho, o barateamento dos elementos do capital constante, a pressão sobre os salários em virtude de uma superpopulação relativa, a exportação de capital e o comércio exterior, ou as maquinações bursáteis do capital acionário. Assim, não se trata de uma predição mecânica que se realizasse de modo inexorável; trata-se, sim, de um jogo de forças contrárias entre si, sem que se possa estabelecer *a priori*

²⁰ Para uma vertente que situe essa variante no centro da interpretação das crises, ver: Maurice Dobb. *Economia política e capitalismo*.



qual delas deva prevalecer. O que conforma uma instabilidade crônica, por meio da qual o sistema se move.

Mas é mais que isso. No capítulo da *lei geral*, Marx, tendo descrito o movimento cíclico de óbices e estímulos à acumulação, também sublinhou as tendências de longo curso desse movimento, inscritas nos processos de concentração e centralização do capital, correlatos à redundância do trabalho, que se condensam na contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da propriedade. Trata-se, portanto, de se perguntar em que medida Marx traspassou a noção de crises cíclicas, em suas múltiplas determinações, e caminhou para a ideia de um limiar a partir do qual as contradições, as barreiras, se convertessem num limite definitivo desse modo de produção. Com efeito, as desproporções, o subconsumo, a superacumulação, a queda tendencial da taxa de lucro revelam contradições em diversos momentos do desenvolvimento das formas do capital, nos diversos níveis de abstração da exposição, conformando, pois, as múltiplas determinações do concreto. E, como tais, constituem o mecanismo mesmo do movimento do capital, que somente pode realizar-se em meio às crises – estas emergindo ou não à superfície, conforme as conjunturas cíclicas. Nesse sentido, possuem um caráter determinado cuja natureza somente pode ser apreendida com a análise de cada caso concreto. No entanto, a nosso juízo, Marx examinou, sim, uma contradição fundamental à luz da qual a crise pode tomar o caráter, não necessariamente de um *derrumbe*, mas de um estado crítico crônico. Por certo, esta não era a tendência na época de Marx e mesmo na época do debate clássico em torno do imperialismo, em que, sob a sombra da guerra, as teses sobre a crise final se edificaram com mais vigor. Mas esta tendência de longo curso identificada, sim, por Marx, pode ser fecunda para explicar traços fundamentais da crise contemporânea em suas especificidades. No estudo sobre o capital fixo contido nos *Grundrisse*, a propósito das implicações mais fundamentais da elevação da composição orgânica do capital, Marx descreve um quadro em que o capital constante crescera em relação ao capital variável numa magnitude tal que este se tornara ínfimo diante daquele; e que, o desígnio de elevação da mais-valia relativa por meio do progresso técnico teria levado a uma redução absoluta da base sobre a qual se produz o valor e, pois, a própria mais-valia. O paroxismo do trabalho redundante, muito embora visasse o crescimento da mais-valia relativa, teria reduzido o trabalho vivo em face dos meios de trabalho a tal ponto que se comprometeria a própria criação de valor e, portanto, da mais-valia. Trata-se, aqui, não somente da dinâmica



contraditória do capital, mas do limite mesmo da forma mercadoria, dinheiro, trabalho assalariado e, pois... do próprio capital. Tudo isso tornado anacrônico. Sem que se propusesse um encadeamento mecânico e predeterminado quanto a uma eventual transição a outro modo de produção, a socialização, enquanto subordinação da estrutura técnica em favor de desígnios humanos – e de seu tempo livre! –, se põe como necessidade para plena realização dos seres humanos, num estado de crise permanente.

(...) o valor objetivado na maquinaria aparece, ademais, como um pressuposto, diante do qual o poder valorizador da capacidade de trabalho individual desaparece como algo infinitamente pequeno (...). (...) o tempo de trabalho (...) é reduzido tanto quantitativamente a uma porção insignificante, quanto qualitativamente como um momento ainda indispensável, mas subalterno frente ao trabalho científico geral, à aplicação tecnológica das ciências naturais, de um lado, bem como à força produtiva geral resultante da articulação social na produção total (...). *O capital trabalha, assim, pela sua própria dissolução como forma dominante da produção*²¹.

Mais que isso:

A troca de trabalho vivo por trabalho objetivado, isto é, o pôr do trabalho social na forma de oposição entre capital e trabalho assalariado, é o *último desenvolvimento da 'relação de valor' e da produção baseada no valor*. (...) O 'roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia', aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria. Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser a medida do valor de uso. (...) *Com isso, desmorona a produção baseada no valor de troca, e o próprio processo de produção material imediato é despido da forma da precariedade e contradição*. (...) O próprio capital é a contradição em processo, pelo fato de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo

²¹ Karl Marx. *Grundrisse*, págs. 581 a 583 (grifos nossos).



que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza²².

Agravamento das crises

42

Em seu desenvolvimento histórico, os processos de concentração e centralização do capital, e suas correspondentes tendências à monopolização, agravam as crises. Com efeito, a crise de 1873, engendrada por um capitalismo já plenamente constituído, que se espalhava desde a Inglaterra, foi mais grave e mais geral que as crises precedentes. Tratava-se mais de uma depressão dos preços e das taxas de lucros que propriamente de uma estagnação da produção²³. De todo o modo, a saída expansiva que permitiu sua superação envolveu, não propriamente a extensão da mesma estrutura técnica a partir de suas velhas bases, mas sua revolução, nos campos da energia elétrica, da siderurgia, da química, do petróleo, do motor a combustão interna. O crescimento das escalas de produção subjacentes à nova técnica exigia uma potencialização dos processos de concentração e centralização e, pois, o desenvolvimento das formas financeiras do capital – do capital bancário e do capital financeiro propriamente dito –, tudo isso organizado sob uma nova estruturação dos mercados, progressivamente monopolizados, e novas relações entre o capital e o Estado. Embora não tivesse visto seu desfecho, Marx pôde captar as tendências concernentes à contradição basilar entre a socialização da produção e o caráter privado da propriedade. No entanto, um ponto não plenamente contemplado na obra de Marx – a não ser nas sugestões genéricas em torno das forças contrarrestantes da queda da taxa de lucro –, e que seria examinado exaustivamente, sob diferentes ângulos, pela cultura marxista posterior foram os poderosos mecanismos de superação das contradições e, pois, da crise por meio da expansão dos mercados e da exportação de capitais, em sua forma imperialista²⁴.

Nessa nova quadra histórica, a monopolização do capital viria comprometer definitivamente os eventuais mecanismos corretivos próprios

²² Idem, págs. 587 a 589 (grifos nossos).

²³ Eric Hobsbawm. *A era dos impérios*.

²⁴ Lênin: "O imperialismo, fase superior do capitalismo". In *Obras escolhidas*. Rosa Luxemburgo. *A acumulação de capital*. Rudolf Hilferding. *O capital financeiro*. Nikolai Bukharin. *A economia mundial e o imperialismo*.



de um regime de livre concorrência – o ressurgimento do protecionismo foi seu índice primeiro. O poder das estruturas oligopólicas sobre os mercados, sobre os preços e quantidades, lhes permitia atravessar conjunturas de crise sem necessariamente digerir a superprodução de capital. A forma financeira desse capital, ademais, lhes colocava à disposição um conjunto de “maquinações” em que a valorização do capital sob formas fictícias se autonomizava de sua base material – tal como Marx houvera esboçado no exame de seus estágios ainda embrionários, no Livro III²⁵. O capitalismo monopolista tenderá, portanto, a potencializar as crises do capital: “(...) o monopólio que se cria em certos ramos da indústria aumenta e agrava o caos próprio de *todo* o sistema (...). E as crises – as crises de toda a espécie, sobretudo as crises econômicas, mas não só estas – aumentam por sua vez em proporções enormes a tendência para a concentração e para o monopólio”²⁶. Não por outra razão, a crise que marca o período entre as guerras se afigura como mais violenta que o episódio precedente de 1873. Durante todo o período, a produção cresceu em média 0,8% e a produção industrial caiu a menos da metade do quartel precedente; o comércio mundial estancou. Seu epicentro, 1929, marca um declínio em todos os níveis: o comércio mundial caiu 60% e os fluxos de capitais 90%. O desemprego na Europa ultrapassava cifras de 20% ou 30%, superando os 40% na Alemanha, às vésperas do nazismo²⁷.

Porquanto a guerra, mais que as políticas reformistas de sustentação da demanda efetiva, tivesse destruído violentamente a superprodução, o capital pôde encontrar, no período subsequente, uma nova saída expansiva, em patamares mais elevados de concentração e centralização. No entanto, não obstante o arranjo reformista ter consolidado um caráter democrático à conjuntura expansiva naqueles espaços muito restritos das economias centrais – este caráter, produto das condições específicas de avanço da revolução socialista –, o crescimento do pós-guerra se consubstanciou, para a maior parte dos povos, num agravamento da violência constitutiva das contradições do capital – a crise latente mesmo nas conjunturas de expansão –, de que as ditaduras da América Latina são um exemplo mais próximo. O século XX foi dos mais assassinos da história: estima-se mais de 110 milhões de mortos, as guerras visando, agora, alvos civis. De 1945 ao fim do século,

²⁵ Karl Marx. *O capital*, Livro III.

²⁶ Lênin: “O imperialismo, fase superior do capitalismo”. In *Obras escolhidas*, pág. 596.

²⁷ Eric Hobsbawm. *Era dos extremos*.



foram cerca de 160 conflitos, sobretudo na periferia, que somam cerca de 40 milhões de mortos, entre os quais, 30 milhões de civis, entre os quais, dois milhões de crianças. O século se encerrou com 50 conflitos armados e cerca de 40 milhões de refugiados²⁸. A história do século XXI, como se sabe, não é menos sanguinária. Esse quadro revela que a dinâmica contraditória por meio da qual o capital se move não se reduz a um jogo de variáveis estritamente econômicas, ao nível de relações de mercado etéreas, mas se traduz numa agudização da violência e da tirania em todos os níveis, o que confere à miséria humana própria desse modo de produção, cada vez mais, uma feição de barbárie.

Com efeito, sob níveis progressivamente mais elevados de concentração e centralização do capital, num regime de monopólios e de neocolonialismo, a concorrência entre grandes blocos de capital não pode ser simplesmente mediada por um sistema de preços nos marcos de uma suposta esfera social estritamente econômica separada e regulada pelo contrato: converte-se em guerra! Weber havia proposto uma distinção entre “capitalismo antigo” e “capitalismo moderno”. O “antigo”, referido a uma realidade própria da “acumulação primitiva”, em que comércio e violência direta não se diferenciavam; o “moderno”, referido à separação entre as esferas da política e da economia, esta, referida ao mundo do contrato, despojada de toda a coerção direta²⁹. Ora, no capitalismo da concorrência entre grandes blocos monopolistas essa distinção se diluiu. A concorrência extrapolou a esfera da economia, do contrato, e se converteu em guerra por espaços à exportação de capital, fontes de matérias-primas, mercados etc. Assim, ao mesmo tempo em que o capitalismo monopolista potencializava a tendência à crise, também criava formas violentas para sua superação, por meio de uma elevação da concorrência, agora, ao nível da guerra, esta, também, um mecanismo de destruição da superprodução. De resto, por caminhos diferentes relacionados a uma perspectiva do subsconsumo, foi Rosa Luxemburgo quem ofereceu um tratamento específico ao militarismo, procurando demonstrar formalmente que este se tornara um campo propício para se equacionar o problema da realização³⁰. Por ora, basta observar que, sim, trata-se de um campo fértil para a expansão do capital sobre a

²⁸ Emir Sader. *Século XX, uma biografia não autorizada*.

²⁹ Max Weber. *História econômica geral*.

³⁰ Rosa Luxemburgo. *A acumulação de capital*.



sustentação firme do Estado, peça central para o encadeamento da concorrência entre monopólios.

Crise estrutural do capital

Posto que a crise do período entre as guerras – a própria guerra, em particular – houvesse promovido uma destruição correspondente à magnitude da superprodução que engendrara a própria crise, e os arranjos institucionais houvessem criado condições para a retomada do processo de acumulação num quadro de relativa estabilidade, de fato, o capitalismo encontrou, no pós-guerra, uma saída expansiva, uma possibilidade de deslocar para frente suas contradições. O crescimento substantivo desse período em contraste com a crise precedente revela o êxito desse tipo de resposta às contradições que caracterizava a época dos movimentos cíclicos. Mas, pela própria natureza do processo, as mesmas contradições empurradas então para frente não tardariam a emergir novamente à superfície, agora recrudescidas. Na dinâmica das oscilações cíclicas, a crise da década de 1970 exprime uma espécie de contraface do crescimento intenso do pós-guerra. Enquanto o movimento expansivo seguisse seu curso nas décadas de 1950 e 1960, os elementos contraditórios constitutivos do processo permaneceriam obnubilados. O desenvolvimento da estrutura técnica não havia rompido os padrões de acumulação, tanto quanto o crescimento expressivo atenuava as tendências ao desemprego estrutural; a transnacionalização do capital não havia ainda destruído os sistemas econômicos nacionais – e mesmo para aqueles em formação, as sinergias com o mercado interno criavam ilusões quanto ao seu caráter supostamente construtivo –; os problemas ecológicos não estavam em pauta.

O crescimento da economia mundial, que na década de 1960 oscila entre taxas anuais de 3,8% e 6,6% - registrando somente um ano com um índice abaixo de 4% -, nas décadas seguintes oscila, no mais das vezes, entre zero e 4,5% - registrando uma cifra negativa na sequência da crise de 2008³¹. No centro do capitalismo desenvolvido, com raras exceções, a média do crescimento anual não se situava, no pós-guerra, abaixo dos 5%, elevando-se acima dos 10% no caso do Japão e da Alemanha da década de 1950. Na década de 1970 são raros os anos em que se supera a taxa dos 5%, havendo

³¹ Ver dados do Banco Mundial: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>.



períodos com taxas negativas³². O desemprego na Europa Ocidental, que na década de 1960 registrou uma média de 1,5%, na década de 1970 era de 4,2%; na década de 1980, de 9,2%; e em princípios da década de 1990, de 11% - entre os jovens, particularmente, as cifras são maiores. A desigualdade e a miséria cresceram. Na década de 1990, o peso do PIB dos países mais pobres em relação ao produto dos países ricos caiu de 9% para 5% - em 1960, o PIB *per capita* da África subsaariana representava 14% da cifra dos países industrializados; em 1987, representava 8%³³.

No entanto, a passagem à década de 1970, vista à luz de seus desdobramentos posteriores, parece demarcar um limiar mais grave que o da mera reversão cíclica. O processo de desenvolvimento do capitalismo atingiu, como resultado mesmo da própria expansão do pós-guerra, um paroxismo tal que os encadeamentos entre a crise e sua superação, os deslocamentos para frente das contradições constitutivas tendem a perder eficácia na mesma medida em que os breves espasmos de crescimento que, de resto, não são suficientes para conformar soluções consistentes, não podem ocorrer sem que se reponham imediatamente os fatores da própria crise. O jogo entre a destruição de superprodução e a posterior expansão, característico dos ciclos - que poderia bem ser descrito como um processo de "destruição criadora" - se rompe, na mesma medida em que, sob o paroxismo do capitalismo, sob uma aceleração da *tiranía capitalista do tempo* - expressão de Mészáros -, cada passo da expansão já põe imediatamente em causa seu vetor destrutivo. Tudo se passa como se a destruição criadora tivesse dado lugar a uma *criação destrutiva*. Desde logo, a alternância dos movimentos cíclicos parece ter dado lugar a uma espécie de depressão crônica, de uma superprodução permanente que não pode ser digerida. A elevação da composição orgânica com o corolário da redundância do trabalho - sob o paroxismo do capital, tirania do tempo - converte-se em desemprego crônico e esfacelamento das relações sociais básicas. A concorrência, tornada guerra, encontra seu paroxismo na centralidade do complexo militar-industrial - fonte do desenvolvimento de uma produção que visa à destruição. O desenvolvimento de forças produtivas - que, de resto, criam novas necessidades de consumo regidas pelo supérfluo e por padrões de obsolescência programada - sob o paroxismo, tirania do tempo, converte-se no desenvolvimento de forças

³² Frederico Mazzuchelli. *Os dias de sol*.

³³ Eric Hobsbawm. *Era dos extremos*.



destrutivas do substrato natural da vida. Na crise estrutural, a saída expansiva põe, imediatamente, limites que tendem a se tornar intransponíveis³⁴. Vejamos.

Como vimos, para Marx, a redundância do trabalho consistia não somente numa tendência própria da dinâmica contraditória que, no jogo entre elevações da composição orgânica e expansões horizontais das novas técnicas, permitia regular as taxas de lucro segundo as necessidades do próprio capital, no curso de seus ciclos. Ela revelava, na verdade, o limite histórico das formas sociais fundadas na mercadoria, no dinheiro e no próprio capital. O paroxismo do desenvolvimento capitalista, a tirania capitalista do tempo, converteu os movimentos cíclicos de expulsão e reabsorção da superpopulação relativa numa tendência a um desemprego tecnológico crônico, estrutural. A base das relações sociais de produção que se consubstanciava na velha fábrica fordista se esvaneceu sob novos padrões de acumulação. Mais que isso, a generalização, para o conjunto das atividades econômicas do “intelecto geral”, examinado por Marx³⁵, solapou esperanças vãs cultivadas, sobretudo, na década de 1990, de que o proletariado dispensado da indústria pudesse ser absorvido noutros setores, particularmente no setor de serviços. Ao contrário, a redundância do trabalho se impõe progressivamente por todos os poros da produção capitalista e tenderá a se agudizar a cada salto para frente que se insinue. O resultado é mais que uma devastação do mundo do trabalho, de seus relativos direitos. Trata-se mesmo de uma corrosão da sociedade salarial em que as relações sociais básicas se despedaçam. Os nexos entre a dinâmica do capitalismo e a reprodução das classes sociais fundamentais portadoras de capital e trabalho, descritos por Marx a propósito da *lei geral da acumulação*, se dissolvem continuamente, sem que as saídas expansivas possam constituir uma solução mesmo que temporária para o problema – ao contrário, agravam-no. No plano da economia política, se dissolvem os nexos entre a elevação da produtividade e a elevação das rendas do trabalho e, pois, do consumo – talvez, nesse momento, a dimensão do subconsumo ganhe traços mais dramáticos. Naturalmente, tudo isso tem consequências decisivas sobre a taxa de lucro, sobre as tendências à hipertrofia das maquinações financeiras, pelas quais o capital fictício se autonomiza em

³⁴ István Mészáros. *Para além do capital*.

³⁵ Karl Marx. *Grundrisse*.



relação à produção, e comprometerá, cada vez mais, por fim, os nexos de sociabilidade fundados na mercadoria.

É certo que, historicamente, a redundância do trabalho não foi um resultado unívoco do progresso técnico. Tanto quanto os contingentes expulsos do campo entre os séculos XVIII e XX puderam encontrar ocupações nas indústrias, ou os trabalhadores expulsos da indústria puderam, no século XX, encontrar empregos no setor de serviços, também a expansão horizontal da economia reabsorvia contingentes expressivos, enquanto a tecnologia também criava novos empregos. No entanto, hoje, o nível da estrutura técnica, o ritmo de seu progresso e a extensão de sua disseminação como “intelecto geral” por todo o corpo da economia – na indústria, no campo, nos serviços etc. – colocam o problema da redundância do trabalho em termos absolutos. No pós-guerra, o progresso técnico, em grande medida baseado na estrutura da Segunda Revolução Industrial, se concentrou na engenharia mecânica, química e aeroespacial. Porquanto a elevação da produtividade fosse seguida, no centro do sistema, de uma elevação dos salários, isso significava não somente a criação e generalização do consumo de novos produtos, mas a conversão de antigos gêneros de luxo em itens do consumo de massas³⁶. A partir da década de 1980, o progresso técnico se reorienta na direção da tecnologia da informação. Desde logo, o computador significou a erosão de parte dos empregos de menor qualificação e a valorização daqueles que podiam se vincular à nova técnica. Nos anos 1990, o salto tecnológico da informação criou uma miríade de novo postos, embora já se observasse uma tendência de que a tecnologia fosse seguida de uma redução do peso do trabalho no conjunto da renda. A partir do século XXI, o crescimento exponencial da tecnologia da informação produziu uma verdadeira devastação do mundo do trabalho, destruindo rapidamente os empregos criados na década precedente. Os efeitos da informatização sobre, por exemplo, o setor bancário, o comércio varejista, as redes de *fast-food*, ou sobre a agropecuária, como nos casos de sistemas computadorizados de ordenha, coletas, engorda, plantio, já demonstram o caráter generalizante do “intelecto geral” – tudo é indústria! Ao mesmo tempo em que, nos dias correntes, a eclosão da inteligência (sic) artificial poderá colocar em risco também os empregos das classes médias, como os de advogados, jornalistas, e mesmo médicos e cientistas³⁷.

³⁶ Eric Hobsbawm. *Era dos extremos*.

³⁷ Martin Ford. *Os robôs e o futuro do emprego*.



Essa devastação está na raiz da reversão da relação entre produtividade e salários, que, no mundo desenvolvido do pós-guerra, eram mais ou menos diretamente proporcionais e, a partir da década de 1970, se tornam divergentes. Isso se reflete, desde então, na elevação das disparidades entre o peso relativo das remunerações do capital e do trabalho, o que, progressivamente, afeta também as classes médias. O declínio do emprego se consubstancia numa devastação do mundo do trabalho em estágio avançado de precarização. E tudo isso se reflete no aumento das desigualdades – os Estados Unidos, por exemplo, retrocederam aos padrões anteriores à crise de 1929³⁸. Mesmo no Oriente, farol do capitalismo que se projeta para o futuro, entre 1995 e 2002, a China, por exemplo, registrou um declínio de 15% em sua força de trabalho industrial, ao passo que no Sudeste Asiático, segundo relatório da OIT, o desemprego tecnológico poderá atingir três em cada cinco empregos³⁹.

No entanto, como Marx demonstrou, sendo resultado da elevação da composição orgânica, a redundância do trabalho tem como contrapartida o recrudescimento das tendências à centralização e concentração do capital, cujas consequências básicas, como vimos, foram devidamente captadas em princípios do século XX por críticas como as de Hilferding e Lênin, que sublinhavam as mudanças qualitativas relativas ao domínio dos monopólios e, como seu corolário, as metamorfoses no sentido do predomínio da forma financeira do capital. Se, como vimos, sob o monopólio e o capital financeiro, a concorrência se transformava em violência direta – colonialismo, opressão nacional e guerra, no limite –, ao mesmo tempo, como demonstrou Rosa Luxemburgo, por caminhos diferentes, o militarismo se tornava cada vez mais um elo decisivo da acumulação capitalista. Esta foi, em parte, a história do pós-guerra em que, os trinta anos não tão gloriosos produziram uma hipertrofia do complexo militar-industrial estadunidense, com sua coleção de guerras ao redor do mundo, tudo isso coroado pela bomba atômica. No capitalismo contemporâneo, sob uma superprodução permanente e num quadro em que as forças produtivas se tornam progressivamente destrutivas, não admira que este vetor da acumulação

³⁸ *Idem.*

³⁹ OIT: “O futuro do trabalho” In https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_709457.pdf. Ver também: J. H. Chang; P. Huynh; G. Rynhart: “ASEAN in transformation”, In https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_709457.pdf.



capitalista ocupe uma posição central. Se a superprodução do século XX trazia contida em si toda violência que explodiu nas duas guerras mundiais, é possível deduzir o nível de violência que está contido na crise contemporânea, fruto da solução expansiva do período precedente, que empurrara para frente – para hoje – as mesmas contradições, agora potencializadas. No entanto, uma guerra mundial daquela magnitude, a mobilizar todo o arsenal nuclear herdado dos anos gloriosos, representaria nada menos que a liquidação da espécie humana. Nesse quadro, a violência vai sendo ministrada em doses relativamente modestas – relatividade que, evidentemente, não atenua todo o sofrimento humano que produzem –, sem que sejam suficientes para digerir toda a superprodução. Daí também uma situação de guerras localizadas e pulverizadas, sobretudo nas periferias do capitalismo, que não são mais que mecanismos de administração da crise permanente e que, de resto, consistem, elas próprias, em formas de governo de populações descartadas da acumulação capitalista.

Visto o problema desde seu epicentro, é ilustrativo voltar à história para observar que os Estados Unidos estiveram praticamente todo o tempo envolvidos em guerras. De princípios do século XIX à Segunda Guerra o dispêndio médio de seu Estado com gastos militares foi 54% do orçamento - em metade das décadas chegou a 70%. Deste ponto vista, parece imprópria a expressão “pós-guerra”, para referir-se às décadas que se seguiram a 1945. O período marcado pela consolidação da hegemonia estadunidense, em que a política externa dos Estados Unidos se volta ao duplo objetivo de contenção da revolução socialista e de ocupação do vácuo deixado pelas descolonizações dos velhos impérios europeus, registra uma elevação sem precedentes dos gastos militares. Nas vésperas da Segunda Guerra, em 1937, o dispêndio militar somado das potências envolvidas no conflito (Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, União Soviética e Japão) era 25 dólares *per capita* – a Alemanha nazista superava as demais com cerca de 59 dólares. Mas, nas vésperas da Guerra do Vietnã, os gastos estadunidenses já chegavam, a preços deflacionados de 1937, a 102 dólares; em 1968, 132 dólares. Harry Magdoff atribuiu esse fenômeno não somente ao progresso técnico da indústria bélica e à guerra fria contra o bloco socialista, mas ao custo de se manter uma rede imperialista sem um colonialismo formal, o que envolvia a manutenção de centenas de bases por todo o mundo e a presença efetiva, em diversos países, de um contingente de mais de um milhão e meio de soldados. A ajuda militar estadunidense desde o pós-guerra foi se ampliando, atingindo um número cada vez maior de países e



somando bilhões de dólares – que, canalizados, em parte, para compras junto à própria indústria armamentista estadunidense, contribuíam para robustecer o então periclitante balanço pagamentos do país hegemônico. Mais que isso, a considerar a quantidade de empregos que o complexo militar-industrial criava na década de 1960 em contraste com o nível do desemprego da época, e a considerar também seus efeitos multiplicadores, é possível sugerir que, sem esse complexo, o desemprego nos Estados Unidos do pós-guerra corresponderia ao da década de 1930, no vórtice da depressão. Daí a importância dos nexos entre militarismo e acumulação capitalista na sustentação da saída expansiva do capitalismo do... “pós-guerra”. Do mesmo modo, a expansão do militarismo, sustentada por uma demanda estatal, foi fundamental para promover setores produtores de meios de produção e de pesquisa e desenvolvimento⁴⁰.

As transformações das décadas de 1980 e 1990 levaram a um entrelaçamento estreito entre o complexo militar-industrial e a alta finança, em que fundos financeiros passam a controlar, mais que em outros setores, as empresas. Ao mesmo tempo, ocorreu um processo vigoroso de centralização de capital, por meio de fusões e aquisições que constituíram grupos gigantes. O lastro desses negócios viria se consolidar com o 11 de setembro, com a formulação da nova doutrina de segurança dos Estados Unidos, que ampliou o arco do que se considerava segurança nacional e seu espaço vital, admitindo mesmo a guerra preventiva. Na esteira das guerras contra o Afeganistão e o Iraque, vão se soldando laços entre uma política de guerras permanentes e sem limites e o sistema financeiro⁴¹. No entanto, o quadro se tornará mais grave. A política de guerra sem fim de um império que se pretendia hegemônico se chocará, mais cedo ou mais tarde, contra deslocamentos estruturais. Ao contrário da miragem perseguida por Kautsky de uma tendência à dominância de um monopólio grande o suficiente para congrega em si todo o capital e diluir os conflitos nacionais, o capitalismo contemporâneo atesta a resposta de Lênin, segundo a qual, à parte a coerência lógica de um raciocínio meramente formal, as desigualdades permanentes no desenvolvimento capitalista iriam provocar choques incontornáveis no centro do sistema. Se o fim da guerra fria não trouxe a

⁴⁰ Harry Magdoff. *Imperialismo: da era colonial ao presente*.

⁴¹ Luc Mampaey; Claude Serfati: “Os grupos armamentistas e os mercados financeiros: rumo a um compromisso guerra sem limites?”. In François Chesnais (org.). *A finança mundializada*.



paz, mas a política de guerra sem fim do império, da qual fazia parte não somente a manutenção mas a expansão da OTAN, mesmo sobre os escombros da União Soviética, resta saber se, diante dos conflitos atuais que envolvem diretamente a Rússia, a Europa Ocidental, os Estados Unidos e, indiretamente, a China, os limites dos conflitos de baixa intensidade serão transpostos e se a guerra de fato arrebentará numa catástrofe nuclear.

De resto, por fim, paira sobre o planeta o espectro do colapso ecológico.

O problema da elevação da composição orgânica não se esgota na relação entre capital e trabalho e na tendência à concentração e centralização do capital. Com efeito, Marx demonstrou nos *Grundrisse* que “o desenvolvimento do meio de trabalho em maquinaria não é casual para o capital, mas é a reconfiguração do meio de trabalho tradicionalmente herdado em uma forma adequada ao capital”⁴². Vale dizer que, se ao nível mais abstrato de um exame do capital em geral, posta a cisão entre valor de uso e valor, o capital constante, ou capital fixo, em particular – seu valor de uso – funcionava como mero suporte material do valor, no exame do desenvolvimento dos meios de trabalho, é sua existência como valor, sua forma, que termina por determinar sua qualidade de valor de uso. A ferramenta se torna maquinaria – e maquinaria é o sistema de máquinas tomado em seu conjunto – porque este é o conteúdo material adequado aos desígnios do capital. Portanto, desde logo, o desenvolvimento das forças produtivas não é neutro, não se constitui como um vetor em direção unívoca, a exprimir, por si, diferentes estágios do domínio dos seres humanos sobre a natureza. Ao contrário, este desenvolvimento, a partir da constituição do modo de produção capitalista, será determinado segundo o próprio capital⁴³. Noutros termos, tanto quanto o valor nega o valor de uso – sem deixar de absorvê-lo porquanto crie novas mercadorias e meios de produção –, tanto quanto a produção capitalista nega as necessidades humanas – sem deixar de moldá-las, na criação fetichista de novos padrões de consumo, novas necessidades, enfim, novas subjetividades –, assim também o capital nega a natureza como substrato da vida humana para torná-la objeto de sua exploração: esta, tão predatória quanto forem as

⁴² Karl Marx. *Grundrisse*, pág. 582.

⁴³ Isso não significa, a nosso juízo, que, em certa medida, uma forma societária posterior não possa se assentar, em parte, sobre essas forças produtivas herdadas do modo de produção capitalista. Somente que estas poderão ser postas em função das necessidades humanas e de seu tempo livre e não da acumulação como fim em si.



necessidades do próprio capital. Daí porque, a nosso juízo, nos quadros do paroxismo do desenvolvimento capitalista, da tirania do tempo, não é possível separar em absoluto, o desenvolvimento das formas do capital, suas metamorfoses, de seu metabolismo, de seu intercâmbio determinado com a natureza⁴⁴.

Em cômputos recentes, mais da metade das florestas do planeta já foi destruída, degradada ou fragmentada, restando preservadas somente 15%. Desde a Revolução Industrial, foi desmatada uma quantidade maior do que em toda a história pregressa, sendo $\frac{1}{4}$ de todo o desmatamento ocorrido da década de 1980 para cá. O crescimento exponencial da extração de madeira, das atividades de agropecuária, mineração, construção de cidades, de estradas, de hidrelétricas, bem como incêndios, respondem por essa tendência que se recrudescer e que compromete gravemente os solos, o regime das águas, o equilíbrio atmosférico e o clima, além da vida de mais de um bilhão de pessoas que dependem das florestas, entre as quais comunidades indígenas inteiras. O declínio e degradação dos recursos hídricos atingem contingentes crescentes. Cerca de 80% da população já vive sob a ameaça de algum nível de insegurança hídrica e, projeta-se, que, num futuro próximo, mais de 20% sofrerá de escassez absoluta de água. Estudos da FAO permitem prever que a degradação dos solos e a desertificação levarão, em meados deste século, à perda de $\frac{1}{4}$ da terra cultivável em comparação com o século XX, o que trará, naturalmente, consequências quanto à segurança alimentar. Ao mesmo tempo, os excessos do capitalismo também tomam a forma de quantidades imensuráveis de lixo, posto que a Revolução Industrial criou, pela primeira vez, os resíduos que não se reintegram ao metabolismo natural. Durante o século XX, o crescimento dos resíduos sólidos urbanos correspondeu a uma taxa maior que o dobro daquela do crescimento populacional e, no período recente, tem crescido a uma taxa de 8% ao ano. O exemplo do plástico, ícone do modo de vida moderno, fala por si: cerca de 85% não é reciclado. Digno de nota é o lixo plástico nos oceanos; no Pacífico Norte, as correntes marinhas fazem concentrar uma quantidade de lixo cujas dimensões, nas estimativas

⁴⁴ Sobre o capitalismo como uma forma social intrinsecamente predatória e como isso se relaciona com uma visão fetichista do progresso técnico, ver: Eduardo Mariutti: "Dinheiro, técnica, máquinas e acumulação de capital: a 'revolução industrial' como intensificação da predação capitalista sobre o homem e a natureza". In Textos para Discussão, IE-UNICAMP, 02/2020. <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD374.pdf>.



mais baixas, correspondem a uma área superior a da França (podendo superar a área correspondente aos Estados Unidos). Tudo isso, para não falar dos efeitos dos pesticidas, que começam a comprometer as safras, em toda a sorte de poluentes orgânicos, de lixo eletrônico etc⁴⁵.

A poluição causada por combustíveis fósseis, por sua vez, se espalha, sobretudo, nos oceanos, entre vazamentos de navios, sabotagens, guerras, além, naturalmente, de seus efeitos na atmosfera. A demanda por petróleo segue seu curso exponencial, tendo crescido entre 1995 e 2015 em torno de 34%. A crescente emissão de gases decorrentes da queima de combustíveis fósseis tem produzido mudanças na composição química atmosférica, perturbando o equilíbrio termodinâmico, com efeitos sobre os oceanos e os ecossistemas terrestres em geral. As três décadas entre 1980 e 2013 registraram elevações sucessivas de temperaturas que representam, cada qual, recordes em comparação com qualquer outra década desde 1850; pelo menos 15 dos 16 anos mais quentes de que se tem registro ocorreram depois de 2001. Desde o final do século XIX, a temperatura média se elevou em torno de 1°C; mas o século XXI já registrou elevações de temperaturas em relação à média do século XX que chegaram ao limiar de 0,9° C. Prognósticos preveem, para 2100, nas estimativas mais baixas, uma elevação nas taxas médias de temperatura superior a 2° C – as estimativas mais altas chegam a propor 6° C. Os efeitos sobre a elevação do nível do mar, o crescimento do número de eventos meteorológicos extremos e mesmo a catástrofe de inundações de usinas nucleares, estas sempre localizadas, para fins de resfriamento, nas cercanias de mares ou cursos de água, estão no horizonte. Enfim, esse conjunto de mudanças já torna sensível o colapso de parte da biodiversidade terrestre e marinha, a extinção de uma quantidade substancial de espécies. Um estudo de 2014 da União Internacional para a Conservação da Natureza revela que 30% das espécies estão ameaçadas de extinção: em média, por exemplo, 43% das plantas cicadófitas, 41% dos anfíbios, 34% das coníferas, 31% dos cactos, 31% dos tubarões e raias, 31% dos caranguejos de água doce, 26% dos mamíferos e 13% das aves. Embora a curva da extinção caminhe em paralelo com o crescimento demográfico, não se trata, evidentemente, de uma destruição na qual os humanos prevalecerão sobre as outras espécies. Trata-se de um processo de degradação da biodiversidade por obra de nossas mãos que nos coloca, ao

⁴⁵ Luiz Marques. *Capitalismo e colapso ambiental*.



mesmo tempo, a nós mesmos, à sombra de nosso próprio desaparecimento⁴⁶.

Considerações Finais

À crise estrutural ao nível das relações de produção e das forças produtivas corresponde uma crise ao nível das superestruturas. De uma parte porque, o processo de dissolução dos mecanismos que cimentam a reprodução das relações sociais básicas por meio da mercadoria, do dinheiro e do capital – a crise da sociedade salarial, enfim – cria o vácuo em que emergem formas bárbaras de sociabilidade. Estas não são mais excrescências à luz de velhos valores da democracia burguesa – ou a especificidade da contraparte periférica do capitalismo⁴⁷ –, mas, sim, a nova norma em que se vive, ou se sobrevive. Isso põe em xeque a legitimação do poder do Estado⁴⁸. Suas funções garantidoras das condições de reprodução do capital, de manutenção da propriedade privada em última instância, se combinavam com certas funções corretivas, de modo a estabelecer contrapesos aos conflitos constitutivos de uma estrutura social hierárquica fundada na dominação e na exploração. Mas, no momento em que a própria base da sociabilidade se degrada na crise da sociedade salarial, a legitimidade desse Estado entra em processo de progressiva corrosão. Ao mesmo tempo, os avanços da transnacionalização do capital que fraturam os velhos sistemas econômicos nacionais terminam por corroer a eficácia das políticas reformadoras – dos controles sobre taxas de câmbio, taxas de juros, da administração da demanda efetiva, por exemplo⁴⁹. Os níveis tendentes ao absurdo das dívidas públicas são indícios dessa falência do Estado. A reforma do sistema no pós-guerra pressupunha um padrão de acumulação fordista, com efeitos multiplicadores sobre a renda e o emprego; sistemas econômicos relativamente referidos aos respectivos espaços nacionais, que permitiam a administração, pelo Estado, da demanda efetiva; um conjunto de instituições reguladoras da economia internacional, que preservavam as

⁴⁶ *Idem.*

⁴⁷ Carlos Alberto Cordovano Vieira: "60 anos de Formação Econômica do Brasil: a construção interrompida na crise estrutural do capital". In José Ricardo Fucidji (org.). *As narrativas de Clío.*

⁴⁸ István Mészáros. *A montanha que devemos conquistar.*

⁴⁹ Eric Hobsbawm. *Globalização, democracia e terrorismo.* Celso Furtado. *Transformação e crise na economia mundial.*



economias nacionais, tudo isso soldado por um arranjo de classes baseado na existência de uma classe operária que tinha em seu horizonte as revoluções russa e chinesa. O padrão fordista foi destruído e deu lugar ao desemprego estrutural; os sistemas econômicos nacionais se diluíram na transnacionalização de conglomerados produtivos e financeiros que encarnam um poder financeiro maior que o dos próprios bancos centrais nacionais; a regulação internacional se dissolveu já nos estertores do socialismo real. De resto, um crescimento econômico elevado sob os padrões técnicos e culturais vigentes hoje conduzirá o planeta ao colapso ambiental. A ressurreição de uma reforma keynesiana que não traspasse os limites do capital parece estar fora do horizonte.

Nesse quadro, o Estado se converte, progressivamente, numa força policial de contenção e gestão dos efeitos destrutivos da crise permanente. Sua feição fascista contemporânea parece, portanto, ser a forma correspondente a esse conteúdo⁵⁰.

Como vimos, todo o excesso, toda a superprodução que, enfim, se volta contra as necessidades humanas para se consumir no agigantamento de forças destrutivas – devastadoras do mundo do trabalho, do seu próprio substrato humano e natural –; toda essa pletora do capital não é mais que o trabalho tornado redundante. É trabalho tornado desnecessário pelo desenvolvimento das forças produtivas levadas ao paroxismo, mas que, preso às engrenagens do mundo da mercadoria, do dinheiro e do capital, converte-se permanentemente em trabalho excedente para a criação de mais-valia. E é essa contradição básica, que começa a produzir, no limite, forças destrutivas de devastação da sociedade e da natureza. O paroxismo do desenvolvimento capitalista, de que a crise do Estado é um dos elementos constitutivos, põe em xeque, não somente, o velho reformismo, mas também as alternativas representadas pelo velho socialismo real. Estas não realizaram, no século XX, as promessas da emancipação humana, embora tivessem logrado realizar um desenvolvimento, àquela altura, recuperador. Mas essas formas, que tanto quanto às capitalistas, preconizaram um desenvolvimento das forças produtivas como fim em si – que produziam também um arsenal destrutivo que rivalizava com o

⁵⁰ Para um exame mais balizado desse tema à luz das experiências da América Latina e, particularmente, do caso paradigmático brasileiro, ver: Fabio Luís Barbosa dos Santos e Daniel Feldmann. *O médico e o monstro*.



ocidental –, sob o peso da coerção sobre o trabalho hierarquicamente organizado, não respondem mais às necessidades contemporâneas⁵¹.

O desemprego tecnológico que joga milhares pessoas à deriva é tempo livre em potencial; toda a produção de supérfluos regida pela obsolescência programada, que não são outra coisa que puro narcótico, é tempo livre em potencial; todo o arsenal bélico a matar, permanentemente, seres humanos, e que é capaz de destruir várias vezes o planeta, é tempo livre em potencial; toda a natureza destruída é tempo livre em potencial. O avesso da crise estrutural é a possibilidade da emancipação humana. Trata-se, pois, de se descortinar uma nova forma social que tenha no centro de sua estruturação a produção com vistas às necessidades humanas e a conversão do trabalho excedente desnecessário em tempo livre da tirania do capital e da produção de mais-valia. Uma nova sociedade baseada na filosofia comunista, em que o trabalho não seja a escravidão com vistas à subsistência, mas que esta esteja garantida, para que o trabalho livre se converta em realização das potencialidades criativas humanas. Em que o ser humano se reconcilie, de um modo não alienado, com os processos de produção, com seus meios, com seus frutos, uma vez reconciliados os próprios seres humanos entre si, n'alguma forma, ainda não imaginada, de existência comunal⁵².

Em síntese:

Por um lado, portanto, ele [o capital] traz à vida todas as forças da ciência e da natureza, bem como da combinação social e do intercâmbio social, para tornar a criação da riqueza (relativamente) independente do tempo trabalho nela empregado. Por outro lado, ele quer medir essas gigantescas forças sociais assim criadas pelo tempo de trabalho e encerrá-las nos limites requeridos para conservar o valor já criado como valor. (...) Desse modo, e a despeito dele mesmo, ele é instrumento na criação dos meios para o tempo social disponível, na redução do tempo de trabalho de toda a sociedade a um mínimo decrescente e, com isso, na transformação do tempo de todos em tempo livre para seu próprio desenvolvimento. Todavia, sua tendência é sempre, por um lado, de *criar tempo disponível*, por outro lado, de *convertê-lo em trabalho excedente*. Quando tem muito êxito, o capital

⁵¹ István Mészáros. *Para além do capital*.

⁵² Karl Marx. *Manuscritos econômicos-filosóficos*.



*sofre de superprodução e, então, o trabalho necessário é interrompido porque não há trabalho excedente para ser valorizado pelo capital. Quanto mais se desenvolve essa contradição, tanto mais se evidencia que o crescimento das forças produtivas não pode ser confinado à apropriação do trabalho excedente alheio, mas que a própria massa de trabalhadores tem de se apropriar do seu trabalho excedente. Tendo-o feito – e com isso o tempo disponível deixa de ter uma existência contraditória –, então, por um lado, o tempo necessário de trabalho terá sua medida nas necessidades do indivíduo social, por outro, o desenvolvimento da força produtiva social crescerá com tanta rapidez que, embora a produção seja agora calculada com base na riqueza de todos, cresce o tempo disponível de todos*⁵³.

Referências

- BANCO MUNDIAL. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>.
- BUKHARIN, Nikolai. **El imperialismo y la acumulación del capital**. Trad. Horacio Ciafardini. Buenos Aires: Tiempo Contemporaneo, 1974.
- _____. **A economia mundial e o imperialismo**. Trad. Raul de Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- CHANG, J. H.; HUYNH, P.; RYNHART G. **ASEAN in transformation**, In https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/--ilo-lisbon/documents/publication/wcms_709457.pdf.
- DOBB, Maurice. **Economia política e capitalismo**. Ensaios sobre a tradição econômica. Trad. Hildete de Araújo. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- FORD, Martin. **Os robôs e o futuro do emprego**. Trad. Claudia Duarte. Rio de Janeiro, Best Business, 2019.
- FURTADO, Celso. **Transformação e crise na economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. Trad. Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções (1789-1848)**. 9ª. ed. Trad. Maria Teixeira; Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

⁵³ Karl Marx. *Grundrisse*, pág. 589 a 591.



- _____. **A era do capital** (1848-1875). 4ª. ed. Trad. Luciano Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. **A era dos impérios** (1875-1914). 5ª. ed. Trad. Sieni Campos; Yolanda de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. **Era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)**. Trad. Marcos Santarrita. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. Trad. José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. 2ª. ed. Trad. Mário da Cruz. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LÊNIN, Vladímir Ilitch. O imperialismo, fase superior do capitalismo. Ensaio popular. In: Vladímir Ilitch Lênin. **Obras escolhidas**. Vol. I. (3 vols.). São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979.
- _____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. Contribuição ao estudo econômico do imperialismo. 2ª. ed. Trad. Marijane Lisboa e Otto Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MAGDOFF, Harry. **Imperialismo: da era colonial ao presente**. Trad. Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- MALTHUS, Thomas. **Princípios de economia política**. E considerações sobre sua aplicação prática. Trad. Regis Andrade; Dinah Azevedo; Antonio Cury. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MAMPAEY, Luc; SERFATI, Claude. Os grupos armamentistas e os mercados financeiros: rumo a um compromisso guerra sem limites?. In: François Chesnais (org.). **A finança mundializada**. Trad. Rosa Marques; Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. (5 vols.). 3ª. Ed. Trad. Regis Barbosa, Flavio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858; esboços da crítica da economia política. Trad. Mario Duayer; Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARIUTTI, Eduardo Barros: "Dinheiro, técnica, máquinas e acumulação de capital: a 'revolução industrial' como intensificação da predação capitalista sobre o homem e a natureza". In **Textos para Discussão**, IE-UNICAMP, 02/2020. <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD374.pdf>.



- MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. 2ª. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016.
- MAZZUCHELLI, Frederico. **A contradição em processo**. O capitalismo e suas crises. 2ª. ed. Campinas: UNICAMP/IE, 2004.
- _____. **Os dias de sol**. A trajetória do capitalismo no pós-guerra. Campinas: Facamp, 2013.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Trad. Paulo Castanheira; Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. **A montanha que devemos conquistar**. Reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015.
- OIT. O futuro do trabalho. In https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_709457.pdf.
- RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. Trad. Paulo Sandroni. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- SADER, Emir. **Século XX: uma biografia não-autorizada**. O século do imperialismo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SANTOS, Fábio Luís Barbosa dos; FELDMANN, Daniel. **O médico e o monstro**. Uma leitura do progressismo latino-americano e seus opostos. São Paulo: Elefante, 2001.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Investigação sobre sua natureza e suas causas. (2 vols.). 2ª. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- SWEEZY Paul. **Teoria do desenvolvimento capitalista**. 3ª. ed. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano. 60 anos de Formação Econômica do Brasil: a construção interrompida na crise estrutural do capital. In José Ricardo Fucidji (org.). **As narrativas de Clio**. Ensaios de interpretação histórica e metodológica. Curitiba: CRV; Campinas UNICAMP/IE, 2021. Livro Eletrônico: https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/centros-e-nucleos/as_narrativas_de_clio_ensaios_de_interpretacao_historica_e_metodologica.pdf
- WEBER, Max. **História geral da economia**. Trad. Calógeras Pajuaba. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

Recebido em 10 mai. 2023 | aceite em 18 mai. 2023.



A crise da democracia brasileira e o papel do extremismo político e religioso

Manuela Lowenthal Ferreira¹

Resumo

Este artigo dedica-se a compreender as diversas facetas do avanço da ala conservadora, com variações e intensidades diferentes, no cenário sociopolítico brasileiro e internacional. Nesse sentido, busca-se discutir como a ascensão da extrema direita unida à movimentos conservadores ligados a vertentes pentecostais e neopentecostais no Brasil agem em consonância, ao mesmo tempo que produzem e acionam mecanismos para disputar o espaço público e mobilizar reivindicações de cunho moral, estabelecendo uma ordenação da esfera social por um tipo específico de associação entre religião, conservadorismo e pensamento neoliberal.

Palavras-Chave: Neopentecostalismo, pentecostalismo, política, democracia, extrema direita.

Resumen

El artículo busca discutir cómo el surgimiento de la extrema derecha unida a movimientos fundamentalistas religiosos en Brasil alimenta y aprovecha la crisis democrática, al mismo tiempo que crea y desencadena mecanismos para disputar el espacio público en la medida en que moviliza sus preceptos morales como universales, haciendo de la política un medio de legitimación de sus ideas y de la doctrina cristiana, estableciendo una ordenación del ámbito social a través de un tipo específico de clasificación, limitando la democracia a un instrumento para el mantenimiento de las relaciones de poder.

Palabras clave: Neopentecostalismo, pentecostalismo, política, democracia, extrema derecha.

Abstract

The article seeks to discuss how the emergence of the extreme right united with religious fundamentalist movements in Brazil feeds and takes advantage of the democratic crisis, at the same time that it creates, and triggers mechanisms to dispute the public space to the extent that it mobilizes its moral precepts as universals, making politics a means of legitimizing its ideas and Christian doctrine, establishing an ordering of the social sphere through a specific type of classification, limiting democracy to an instrument for maintaining power relations.

Keywords: Neopentecostalism, pentecostalism, politics, democracy, extreme right.

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pela UNIFESP, pesquisa Religião e espaço público. É pesquisadora do projeto Temático "Religião, Direito e Secularismo: A reconfiguração do repertório cívico no Brasil contemporâneo", financiado pela FAPESP. Também é pesquisadora integrante do Observatório Evangélico. | lowenthalmanuela@gmail.com



Introdução

Este artigo se insere na linha de trabalhos que buscam compreender erupções conservadoras no Brasil e no mundo e a sua relação com segmentos religiosos que vinculam pautas morais, disputam o espaço público, ao mesmo tempo que produzem um tipo específico de reivindicações com profundo teor moral.

62

A guinada conservadora não é um fato particular do Brasil, recentemente uma série de líderes populistas na Europa e no mundo se utilizam do cristianismo para criar uma “diferenciação” entre aqueles que fazem parte do grupo e aqueles que estão fora do grupo. Essa diferenciação alimenta um sentimento de pertencimento muito potente e eficaz para a mobilização. É construída a ideia de que há inimigos a serem combatidos, pessoas que não compartilham de determinada visão de mundo, projeto de civilização e progresso. E a partir de um poderoso discurso bélico é mobilizada a ideia de que essas pessoas devem ser combatidas. Na Europa, essa “barreira invisível” entre grupos pode ser observada através da marginalização e exclusão dos não cristãos, como por exemplo os muçulmanos.

Um movimento muito semelhante ocorre no Brasil atual. Grupos extremistas reivindicam a legitimidade de uma determinada tradição cristã como parte da cultura brasileira para retirar a legitimidade das demandas progressistas relacionadas aos direitos das mulheres, à questão de gênero e aos direitos reprodutivos. O inimigo atacado são os grupos à esquerda, considerados subversivos e uma ameaça à família e à ordem.

Para entender este fenômeno, é necessário também compreender o cenário político brasileiro das últimas décadas. Com o fim de uma violenta ditadura, o Brasil passa por um período de retorno das instituições democráticas marcado pela nova Constituição em 1988, assim como uma eleição para presidente em 1989. Este período representou a possibilidade de movimentação e reivindicação de grupos não só políticos, como também religiosos. E foi neste bojo que grupos ligados a denominações evangélicas passaram a atuar no espaço público, acionando suas demandas e agendas morais, assim como diversos outros setores considerados minoritários da sociedade performatizaram.

Grupos pentecostais e neopentecostais passaram então a disputar o espaço público: em 1986 a Igreja Universal elegeu o primeiro representante político no Congresso, na eleição seguinte elegeu mais três representantes



congressistas, e a partir de então esta denominação se movimentou de forma bastante habilidosa para ocupar a esfera pública, elegendo a cada nova eleição um número maior de representantes (SÁ LEITÃO, 2023). É importante frisar que a Igreja Universal do Reino de Deus não foi a única a ocupar cargos políticos, diversas outras igrejas ligadas ao pentecostalismo e neopentecostalismo passaram a se articular politicamente, formando o que hoje conhecemos como a Frente Parlamentar Evangélica, formada principalmente pela Igreja Universal do Reino de Deus, a Assembléia de Deus e a Igreja Batista que reúnem hoje 58% dos 93 parlamentares evangélicos na atual legislatura².

Após anos de abertura democrática, recentemente o Brasil passou a ser palco de uma guerra moral no combate à corrupção, projetada por vários grupos de extrema direita aliados à Frente Parlamentar Evangélica, e levada adiante em torno da Operação Lava Jato que culminou no que podemos chamar de guinada conservadora brasileira, além disso um importante fator que contribuiu para isso foi a flexibilidade e adaptabilidade do discurso evangélico para capturar este cenário e transformar em discursos e narrativas capazes de proporcionar uma linguagem política (GRACINO, OLIVEIRA, 2023). Este cenário resultou na eleição do ex presidente Jair Bolsonaro, em 2018.

O ex-presidente Jair Bolsonaro é um bom exemplo de apropriação do cristianismo por lideranças populistas. Bolsonaro assumiu desde o início que seu governo seria alinhado com a Frente Parlamentar Evangélica, aderindo um discurso que buscava conquistar cristãos. Sua busca por uma roupagem cristã foi reforçada ao longo do governo pela alegação de que o Estado é laico, mas a sociedade não. Em diversos discursos públicos, o ex-presidente citou versículos bíblicos e destacou que em seu governo seria “terrivelmente cristão”. Bolsonaro reforçou um discurso bélico que estimulou uma visão do adversário político como inimigo a ser aniquilado, impossibilitando a convivência das diferenças e a possibilidade de discordância, em um posicionamento tendencioso ao autoritarismo.

Embora Bolsonaro se autodenominasse a voz do verdadeiro cristão brasileiro, pouco recorria à teologia. Assim como ocorre em outros países, a extrema direita se afirma cristã mas age de forma contrária a valores centrais

² Ver em <https://www.cartacapital.com.br/politica/as-igrejas-que-dominam-a-nova-ala-evangelica-na-camara/> (Acesso em 19/06/2023)



do cristianismo, como a igualdade, a piedade, a compaixão e o respeito, em um movimento que busca o sequestro populista da religião.

Mesmo sem Bolsonaro no poder, grupos de extrema direita continuam se utilizando da identidade cristã para legitimar suas reivindicações e, no caso brasileiro, atos terroristas. Bolsonaro serviu como o motivo para esses grupos emergirem no Brasil, porém, o que tudo indica é que a partir de agora eles não irão mais precisar de Bolsonaro para permanecerem reivindicando sua agenda conservadora forjada em uma falsa identidade cristã.

Isso mostra que esse movimento não é uma tendência isolada, mas sim, uma tendência global. Porém, esse fenômeno se manifesta de forma diferente em cada país, de acordo com a história, contexto social, econômico, político e cultural de cada local.

Se entendermos "Política" não como um espaço institucional específico – como parte das ciências sociais muitas vezes a entendem – mas sim como o espaço da liberdade existente na intercomunicação entre as pessoas, de construção do novo, da ruptura com a inércia, com as hierarquias dadas e as desigualdades latentes, quais são as possibilidades de fazer política no tempo presente? Há a possibilidade de distinção entre o que é político e o que é religioso? Como pensar a questão democrática hoje? Essas são algumas das perguntas norteadoras deste artigo, e que irão nos guiar para pensar sobre o caso brasileiro.

É importante destacar que a discussão sobre "democracia" neste artigo diz respeito a atual fase democrática do Brasil, aquela que foi empossada pelas eleições para a elaboração da nova Constituição, sucedendo mais de duas décadas de ditadura. No entanto, além dessa referência à democracia como período histórico, este artigo também pretende por "democracia" as possibilidades políticas abertas com a formação de uma esfera pública – ambos democráticos (a assembleia informal de cidadãos que através da deliberação forma a opinião pública) e institucional (parlamento, ministérios, tribunais, e qualquer órgão oficial de tomada de decisão) (Habermas, 2008).

A democracia é um termo amplamente discutido e contestado, e não se baseia em apenas uma definição. Não ignoro isso. Pelo contrário, discutindo a participação da religião na esfera pública espero estar contribuindo para a discussão sobre como os cidadãos escolhem ser representados e como baseiam suas escolhas.



Ao longo do texto, iremos tratar sobre a crise política brasileira em consonância com o avanço da extrema direita aliada com o fundamentalismo religioso evangélico no Brasil, porém é importante frisarmos aqui que nem todos os evangélicos se identificam com valores e posicionamentos conservadores, assim como nem todos os evangélicos são fundamentalistas. O artigo não pretende generalizar, uma vez que entendemos que há uma imensa diversidade de vertentes da religião evangélica, e que é um grupo extremamente plural e heterogêneo. Trataremos neste artigo especificamente da ala evangélica pentecostal e neopentecostal ligada à extrema direita brasileira. Mas reiteramos que

Política e Barbárie

Vivemos um período marcado por diversas transformações nas formas de sociabilidade, nas formas de se conceber o espaço político e público, nas relações trabalhistas, nos avanços da ciência e tecnologia, como dito acima. Se por um lado há um enorme e gradual desenvolvimento da esfera tecnológica da vida, por outro isto cria uma nova sociabilidade pautada na precarização das relações trabalhistas, na terceirização dos contratos de trabalho, em novas formas de controle da população, todas justificadas por um modelo de desenvolvimento econômico feroz e destruidor, na qual desmata e corrompe tudo aquilo que estiver em seu caminho, ignorando os saberes locais, as diferentes formas de se viver, as culturas e tradições que se perdem e se dilaceram em nome de um progresso que se mistura com a barbárie. Segundo Walter Benjamin (1994): o próprio progresso produz a barbárie, uma vez que a ideia de progresso foi construída em torno de uma concepção excludente e voltada para atender a acumulação de capital. Ainda segundo Benjamin, a forma de se romper com tal barbárie seria através da política. Neste sentido, é importante nos perguntarmos sobre o que é a política, e mais, qual é o modelo de política que o Brasil está produzindo? Será que ele cumpre com a função emancipatória dos sujeitos?

Na mesma linha de Walter Benjamin, embora em períodos históricos distintos, o filósofo indígena Ailton Krenak (2019) chamou o progresso capitalista de “um abuso à que chamam de razão” (KRENAK, 2019, p.11) para classificar os avanços científicos e tecnológicos que trazem benefícios apenas para grupos privilegiados, destruindo e desmatando as florestas e as culturas tradicionais. Tal política estaria reproduzindo apenas uma determinada



ordem de dominação, e não criando espaços de potência. Para a autora Hanna Arendt (2002), o sentido da política, se difere essencialmente de ordem e dominação, para ela o sentido é o de criar espaços para a possibilidade genuína de transformação, uma vez que a política pode ser traduzida como sendo a forma com que as pessoas criam uma sociabilidade possível de modo coletivo. Seguindo uma ideia próxima disto, Benjamin (1994 a) afirma que a política é a interrupção do tempo vazio e homogêneo.

Diante do que o sociólogo espanhol Manuel Castell (2018) nomeia como “crise da democracia neoliberal” (CASTELL, 2018), emerge também uma intensa e permanente descrença nas instituições democráticas, não há mais perspectiva de mudança, não há mais possibilidade de transformação e ruptura, as referências todas passam a se diluir e a utopia passa a não ocupar mais os horizontes dos indivíduos.

No contexto brasileiro dos últimos anos em específico, o espaço da experiência esvazia-se, dando lugar à narrativas fatalistas e perversas, na qual o discurso dominante assume uma roupagem religiosa e fundamentalista, justificando a dominação em nome de Deus: é neste terreno fértil de descrença e desilusão que o projeto fundamentalista aliado à extrema direita passa a ocupar os espaços públicos e a disputar de forma fervorosa o poder.

Partindo deste pressuposto, buscarei discutir como a ascensão da extrema direita unida à movimentos conservadores evangélicos no Brasil se alimentam e usufruem da crise democrática, ao mesmo tempo que criam ela, e acionam mecanismos para disputar o espaço público na medida em que mobilizam seus preceitos morais como universais, fazendo da política um meio de legitimar suas ideias e doutrina cristã, estabelecendo uma ordenação da esfera social por um tipo específico de classificação, limitando a democracia a um instrumento de manutenção das relações de poder.

A relação entre a ascensão da extrema direita e o avanço do fundamentalismo evangélico no Brasil

Nos últimos anos, o Brasil e o mundo viram perplexos a ascensão de um movimento de extrema direita, também chamado por alguns estudiosos de nova direita (SOLANO, 2018) ou onda conservadora. Esse fenômeno protagonizado por um forte comportamento protofascista assume uma postura claramente autoritária e antidemocrática. Esta tendência de ordem mundial levou ao poder diversos líderes de extrema-direita que adotaram



retóricas abertamente contra avanços progressista, conquista de direitos das minorias, e em outras palavras, contra a própria democracia.

No Brasil a situação foi semelhante, porém, com particularidades culturais e sociais, a nova direita brasileira possui um passado escravocrata, racista, patriarcal e com forte apelo cristão. Essa última característica é o que dá a dica de como o Brasil se tornou um país dominado por líderes políticos "terrivelmente evangélicos"³ aliados intrinsecamente à uma extrema direita que está trabalhando intensamente para disseminar seus preceitos morais no país, em uma clara movimentação a favor da homogeneização da vida em sociedade, disputando narrativas de forte cunho moral e religioso.

Historicamente, a religião é um instrumento de importante centralidade na sociedade, e está em muitos momentos vinculada de alguma forma ao Estado. O fenômeno da presença da religião na esfera política não é recente. Por um longo período a Igreja Católica usufruía de uma certa hegemonia, porém desde a década de setenta, estudos de sociologia da religião indicam uma diminuição do número de pessoas que se identificam enquanto católicas, paralelamente ao aumento do número de adeptos aos setores evangélicos, principalmente nas chamadas vertentes pentecostais e, mais recentemente, neopentecostais.

Quando uma vertente religiosa ganha muito espaço e passa a atuar de forma ativa nos espaços públicos, como ocorre no Brasil com a presença crescente de atores de diversas vertentes evangélicas no Congresso Nacional, é necessário refletir sobre secularismo, religião, política e Estado. Uma vez que não há como definir uma linha determinante entre a religião e a política, ou mesmo determinar o que é permitido em termos de expressão de fé no espaço público e no privado, em outras palavras: a religião sempre esteve em espaços públicos, porém, por muito tempo a hegemonia desta presença se fazia pela igreja católica, e mais recentemente grupos evangélicos passaram também a disputar o Estado. Este fato por si só não é algo problemático em si, o que deve ser discutido é sobre até que ponto a expressão da fé deve direcionar as leis e as ações políticas.

É importante frisar que a igreja evangélica não fundou o conservadorismo brasileiro, ao contrário, o país foi fundado com base em concepções escravocratas, patriarcais, estruturado em hierarquias sociais que

³ Bolsonaro diz que vai indicar ministro 'terrivelmente evangélico' para o STF. Ver em < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/10/bolsonaro-diz-que-vai-indicar-ministro-terrivelmente-evangelico-para-o-stf.ghtml>> Acesso em 09/06/23.



deixaram marcas profundas e enraizadas nas relações sociais do país. Além disso, "evangélico" é uma categoria ampla e inclui política, posições religiosas e teológicas dentro de um amplo espectro.

Para tanto, se quisermos discutir a participação dos evangélicos na política, é imprescindível se perguntar o que é agir politicamente e que espaço político o pentecostalismo tem ocupado. Antes de pensar sobre as imbricações entre religião e política, é importante pensar sobre o quanto consolidada é a nossa concepção acerca do que é religião, política ou o que é o secularismo.

Definir o que entende-se por religião e secular é um algo importante para a soberania dos governos. Nos termos de Agambien (2005), é a partir da soberania do Estado, que os atos religiosos passam a se definir como tal e através disto são autorizados ou não como parte do grupo dominante. E é exatamente isso que muitos líderes evangélicos brasileiros perceberam. Eles entenderam que, como grupo minoritário (Burity, 2011), a melhor maneira de lidar com sua situação é estar no centro do próprio poder e manter a capacidade de definir a adequação e monitorar sua participação nesses espaços. Se você fizer parte do grupo que faz as regras, sua presença sempre estará autorizada.

No Brasil ainda há um fator agravante da situação: a crise econômica. A condição econômica do país produz eventos fundamentais e circunstâncias favoráveis para a propagação de certas maneiras de pensar, mas também interfere diretamente na subjetividade das pessoas, e nas formas de se fazer política e de perceber o mundo ao seu redor. É nesse terreno fértil que surgem figuras como a de Bolsonaro: alguém que se autointitula como "salvador da pátria", que apresenta supostas soluções para o país, um homem "de família", religioso, que fala a linguagem do povo, articula ideias fáceis e simples na qual o senso comum anseia, destilando preconceitos e dando forças aos que pensam como ele, ou estimulando aqueles que estavam perdidos e sem nenhuma representação ou direção para seguir.

Porém, um discurso político por si só não se sustentaria, é preciso mais. É preciso um suporte emocional, um apelo subjetivo, uma estrutura mais sólida para sustentar toda essa visão de mundo. É preciso que o bolsonarismo seja impulsionado por uma religião. Qual modelo de religião é inquestionável, assim como o extremismo da direita? A ala fundamentalista. É a *eficácia simbólica* na qual Bourdieu (2008) se refere, ou o que Berger (2010) chama de "estrutura de plausibilidade". A narrativa precisa fazer



sentido naquele contexto, assim como o discurso político também deve estabelecer uma relação afetiva com o indivíduo, ela necessita fazer parte dos significados e partilhar da linguagem e símbolos para que possa participar da consciência das pessoas e construir definições plausíveis de realidade. Segundo o autor Cornelius Castoriadis (1982), a sociedade constitui sempre uma ordem simbólica, e esse simbolismo se edifica sobre ruínas de algo anterior. A instituição e a sua eficácia dependem invariavelmente da crença que lhes é atribuída.

Setores evangélicos fundamentalistas se aproximaram dos movimentos políticos de extrema direita porque ambos os segmentos compartilham de valores antidemocráticos. São instituições que se aliam, mas também são estruturas simbólicas que se complementam, se sustentam (CORNÉLIUS, 1982). A instituição política encontra no fundamentalismo o elemento que a legitima, que a justifica enquanto real e verdadeira, encontrando no imaginário social a sua fonte de reconhecimento, colocando a política em um patamar sagrado⁴, logo inquestionável. O simbólico nesse sentido tem uma importância crucial, pois é no campo do imaginário que se atribui a característica de algo irrefutável e irredutível, uma vez que não é considerado como obra dos homens, e sim como obra divina.

É nesse contexto que ideias antidemocráticas crescem e se fortalecem no Brasil. É importante identificar como tais estruturas simbólicas atuam através de narrativas que constroem um determinado sistema institucional viabilizado por vias materiais, assim como o poder é inserido na linguagem de modo a obscurecer o que há por trás de um evento social, de maneira conveniente aos interesses de grupos dominantes.

Discussão

A consolidação da Frente Parlamentar Evangélica no Brasil atua enquanto um grupo consolidado, mais ou menos coerente e em consonância com a chamada nova direita brasileira, que embora esteja no poder de forma democrática e legítima, ameaça constantemente a própria democracia. Se a base dessa nova direita é o rompimento com os pressupostos da democracia liberal, esse grupo passa a lutar contra as conquistas progressistas das últimas décadas: direitos das mulheres,

⁴ O slogan da campanha de Bolsonaro em 2018 foi "O Brasil acima de tudo Deus acima de todos".



liberdade sexual, casamento homo afetivo, instituições políticas multilaterais, expansão dos direitos dos indígenas e das religiões de matriz africana, entre outros avanços que representam para este grupo um incômodo à ordem estabelecida, ou pior, a ascensão de pautas relacionadas à gênero e à sexualidade podem representar uma ameaça ao núcleo familiar tradicionalmente patriarcal e que expressa toda a ordem do conservadorismo cultural e cristão.

Segundo a autora Hanna Arendt (2011), um sistema baseado na militarização, na moral imposta e na opressão não pode ser considerado um sistema político, e sim um sistema de relações de dominação. Há uma constante confusão entre aquilo que é o fim da política, com a política em si. Ditadura, intolerância, nazismo, fascismo, fundamentalismo e extremismo religioso são formas de dissolução do espaço comum, e não formas de produção de liberdade e espontaneidade, que são característicos de sistemas políticos eficientes e reais (ARENDR, 2011).

Uma perigosa naturalização da catástrofe, na qual banaliza o caos e a barbárie: por um lado líderes religiosos extremistas e fundamentalistas, e por outro a ascensão de uma “nova direita” com motivações claramente fascistas, patriarcais e com valores enraizados em um passado escravocrata. Tanto o fundamentalismo religioso quanto a extrema direita trabalham com o conceito de verdade absoluta, não há espaço para questionamento, as regras para serem eficientes devem ser eternas, imutáveis e “sagradas”.

Constrói-se um espaço em que a dúvida não é bem-vinda, ela representa tanto para a política quanto para a religião, a falta de reverência e a infidelidade. O fundamentalismo não tolera o conflito, nem a diferença e a diversidade, por isso o pensamento fundamentalista caminha tão bem com o pensamento conservador. O conservadorismo seria a forma política de manter as instituições, e o fundamentalismo traz a questão cultural. Ambos excluem a possibilidade dos contrários, ambas se propõem a serem incontestáveis, impedindo o exercício da política e facilitando o domínio do poder totalitário, e o pensamento totalitário é o caminho mais eficaz para a abolição da liberdade (ARENDR, 2002).

Quando o ex-presidente Jair Bolsonaro nomeou um ministro “terrivelmente cristão”, afirmou que era contra “a ideologia de gênero”, instaurou pânico morais acerca de “kit gay”, ou quando a ex-ministra



Dameres Alves gritou⁵: “Acabou a doutrinação ideológica de crianças e adolescentes no Brasil. Nesse governo, menina será princesa e menino será príncipe. Está dado o recado. Ninguém vai nos impedir”, o que está sendo representado é a utilização de aparelhos estatais para permear a universalização de uma específica concepção acerca de direitos humanos através de uma gramática jurídica, com uma roupagem secular.

Tal posicionamento ameaça diretamente a democracia e a liberdade humana, pregam a intolerância e utilizam a violência como ferramenta de controle de corpos e consciências. É como se a política tivesse se tornado uma ferramenta para combater o caos e a barbárie que ela mesma criou, em uma perigosa naturalização da catástrofe, como afirma Benjamin:

A tradição dos oprimidos nos ensina que o estado de exceção em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade (...) Nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção, com isso nossa posição ficará mais forte contra o fascismo (BENJAMIN, 1994. p.3).

Para Benjamin, o desenvolvimento civilizatório tal qual ocorre no modo de produção capitalista, produz barbárie, pois para este autor a concepção de modernidade é equivocada, uma vez que carrega em si relações de dominação e violência. A sociedade se apega tão fortemente à ideia de progresso que passa a ser incapaz de perceber as mazelas à que está submetida. O que está por trás do “véu da razão” é na verdade um projeto de poder e dominação, na qual justifica toda e qualquer barbárie em prol de um desenvolvimento que irá beneficiar apenas as classes dominantes. Na mesma linha, Habermas (2022) afirma que tal ideia de progresso não envolve a dimensão emancipatória, excluindo o ato de se pensar historicamente.

Se para Habermas (Ibid 2022) há uma grande importância no ato de “nos pensarmos historicamente”, há uma enorme lacuna na forma com que o Brasil vêm sendo gerido politicamente na atualidade, lacuna esta que cria espaços e tempos vazios (BENJAMIN, 1994) de representação, ausentes de

⁵ Dameres Alves celebra ‘nova era’: “Meninos vestem azul e meninas, rosa”; assista: Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos do governo Bolsonaro foi aplaudida após a declaração; vídeo circulou nas redes sociais nesta quarta. Último Segundo IG, 3 jan. 2019. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2019-0103/dameres-alves-vesteazul.html>>. Acesso em 19/06/2023.



utopia e sem perspectivas de ruptura. Vivemos em uma permanente emergência (ARANTES, 2014), na qual forja a ideia de que somente solução mágicas e impossíveis vão salvar o país: apenas Deus salvará. E quando não conseguimos imaginar uma solução satisfatória, abrimos espaço para a desilusão e a dissolução da política enquanto possibilidade de transformação (ARENDRT, 2002).

Conclusão

72

Podemos concluir que a política não está dada, ela é um espaço em construção. A gramática política não é necessariamente secular ou religiosa, ela é aquilo que se faz dela. Se por um lado estamos assistindo estupefatos a ascensão de grupos de religiosos extremistas na política e precisamos sim lutar contra toda e qualquer forma de ameaça contra a democracia, por outro lado é preciso compreender que a vida democrática gera este tipo de conflito. Racière (2014) em seu livro intitulado cirurgicamente como "Ódio à política" afirma que "a democracia ergue-se, mas a desordem ergue-se também" (RANCIÈRE, p.11), isso significa que em muitos casos grupos antidemocráticos se utilizam de vias democráticas para reivindicar pautas que gritam por ditadura, como é o caso brasileiro.

A expansão da democracia no Brasil gerou uma forte reação por parte daqueles que sentiram que seu espaço de privilégios iria ser ameaçado. Um número expressivo de pessoas de classe média e alta passou a se mobilizar em prol do retorno de um período em que o Brasil pertencia a poucos, um período em que homens comandavam e mulheres obedeciam caladas, indígenas não possuíam terras demarcadas facilitando a expansão do agronegócio, em que pessoas homoafetivas não podiam reclamar seus direitos e não colocavam em xeque a configuração da ordem da família tradicional brasileira. Tais pautas de cunho moral e extremamente conservadoras atraíram grupos que se identificaram e se mobilizaram em apoio, formando um consolidado grupo coeso que foi se expandindo e crescendo, ocupando cada vez mais cadeiras dentro no Congresso Nacional.

Tal expansão da democracia, na qual o Brasil viveu nos últimos anos, incomodou e trouxe um ódio tal qual não se via desde as vésperas do golpe de 1964. Um ódio contra a diferença, a diversidade e tudo aquilo que essa democracia representa. Um verdadeiro ódio à democracia (RANCIÈRE, 2014). Por este motivo, é tão importante compreendermos que a democracia não é uma conquista garantida, não é um Estado acabado, e a barbárie está



sempre a espreita (BENJAMIN, 1994) buscando brechas e oportunidades de se instaurar novamente. O fascismo está constantemente presente, porém, dependendo do contexto não consegue e não pode se assumir, a ponto de muitas vezes se calar tanto que quase esquecemos que existe. Mas não esqueçamos!

A democracia vive uma gradativa e conflitiva expansão, que não se limita à configuração das instituições, ou à governabilidade, ou ao jogo de interesses e disputa de partidos, mas é algo que brota das bases, do subsolo, do lugar que ninguém vê (RANCÉRE, Ibid). Ela emerge da margem, invade a cidade e o espaço que antes era reservado apenas àqueles de boa aparência social. A reação conservadora à expansão democrática no Brasil só nos mostra o quanto ainda está presente o pensamento segregador, colonizador e escravocrata que insiste tanto na estratificação social, e trabalha para que haja uma manutenção latente das desigualdades, instaurando a ignorância, precarizando a educação e o trabalho, a fim de manipular as massas em favor desta manutenção, chamando-a de “progresso”.

Toda e qualquer possibilidade de ruptura é barrada. Mas a possibilidade existe e resiste, a potência de transformação ressurgue a cada reação, a utopia reacende a chama das potências revolucionárias e faz a esperança se reerguer. É preciso recuperar a política enquanto espaço comum, enquanto possibilidade de transformação e de ruptura. É preciso retomar os horizontes políticos, recuperando a esperança no futuro e rompendo com a ordem estabelecida, pois não se pode pensar o mundo como ele é, sem pensar em como ele pode ser (HABERMAS, Ibid).

Referências

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.

ARENDDT, Hannah **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **Da Revolução**. São Paulo: São Paulo, Cia. das Letras, 2011.

_____. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

BENJAMIN, W. “As Teses sobre o Conceito de História” e “O Narrador”. In: **Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7ªed. Vol. 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BERGER, Peter. **Dossel Sagrado**. São Paulo: Paulinas, 2010.



- BOURDIEU, Pierre. **Gênese e estrutura do campo religioso**. In: Economia das trocas simbólicas. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.
- CASTELL, Manuel. Ruptura. **A crise da democracia Liberal**. São Paulo: Zahar, 2018.
- CASTORIADIS, Cornélius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GRACINO JUNIOR, Paulo; OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa. **A máquina universal: uma análise da mobilização do discurso moral na Folha Universal nas eleições de 2022**. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 43(1): 99-124, 2023.
- HABERMAS, J. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2002.
- _____. Religion in the public sphere: cognitive presuppositions for the 'public use of reason' by religious and secular citizens. In: HABERMAS, J. **Between naturalism and religion**. Translated by Ciaran Cronin. Malden: Polity Press, 2008. p. 114-147
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- RANCIÈRE, Jacques. **O Ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo editorial, 2014.
- SÁ LEITÃO, A. **Democracy through the spirit: the Universal Church and its interconnections with Brazilian democracy**. Horiz. antropol., Porto Alegre, ano 29, n. 65, e650402, jan./abr. 2023.
- SOLANO, E. G. (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

Recebido em 06 abr. 2023 | aceite em 18 mai. 2023



¿Tenemos “la teoría” para la transformación socialista? Cuba 2023

Jesús P. Garcia Brigos¹

75

Resumen

Se exponen breves reflexiones acerca del desarrollo de las relaciones entre las prácticas reales de transformación socialista hasta el presente y la elaboraciones teóricas acerca de este proceso, insistiendo en especificidades esenciales de esta revolución social, en primer lugar en cuanto al orden de las transformaciones y la centralidad de la necesaria trascendencia del sistema de propiedad privada adversarial que ha sido eje del desenvolvimiento de las sociedades desde los procesos de descomposición de las comunidades originarias hasta el capitalismo. Se presenta una breve caracterización del cuadro actual del proceso de transformaciones en Cuba, los retos esenciales y la propuesta de cinco tesis a considerar para el progreso sostenible de la transformación socialista cubana en las condiciones actuales.

Palabras clave: Socialismo, Transformación, Propiedad privada, Cuba, Revolución Social.

¹ Investigador Titular del Instituto de Filosofía del Ministerio de Ciencia, Tecnología y Medio Ambiente de Cuba. | jbrigos51@gmail.com



Resumen

Neste trabalho são apresentadas breves reflexões sobre o desenvolvimento das relações entre as práticas reais de transformação socialista até o presente e as elaborações teóricas sobre este processo, insistindo nas especificidades essenciais desta revolução social, antes de tudo em termos da ordem das transformações e da centralidade da transcendência necessária do sistema adversário da propriedade privada que tem sido o eixo do desenvolvimento das sociedades desde os processos de decomposição das comunidades originais até o capitalismo. Para tanto serão abordados os seguintes temas: uma breve caracterização do quadro atual do processo de transformações em Cuba, os desafios essenciais e a proposta de cinco teses a serem consideradas para o progresso sustentável da transformação socialista cubana nas condições atuais.

Palavras-chave: Socialismo, Transformação, Propriedade Privada, Cuba, Revolução Social

Abstract

In this paper brief reflections are presented regarding the development of the relations between the real practices of socialist transformation up to the present and the theoretical elaborations about this process, insisting on essential specificities of this social revolution, first of all regarding the order of the transformations and the centrality of the necessary transcendence of the adversarial private property system that has been the axis of the development of societies since the processes of decomposition of the original communities up to capitalism. A brief characterization of the current picture of the process of transformations in Cuba, the essential challenges and the proposal of five theses to be considered for the sustainable progress of the Cuban socialist transformation in the current conditions are hereby presented.

Keywords: Socialism, Transformation, Private property, Cuba, Social revolution.

[...] la teoría y la práctica del socialismo están por desarrollar y por escribir.

Fidel Castro (RAMONET, 2006)

Introducción

Para algunos, “todo está dicho” en relación con la teoría acerca de la transformación socialista: para los que los reveses sufridos en la URSS y Europa del Este son resultado de deformaciones y errores, y la “construcción del socialismo” sigue siendo necesaria y posible exitosamente evitándolos, “ajustándonos” a los principios esenciales legados por Marx y Engels; y para los que el socialismo y el comunismo son ideales irrealizables, y de lo que se trata es de alejarnos de esas ideas, y buscar como construir un “capitalismo humano”.



Hoy buena parte de los cubanos, seguimos empeñados en llevar adelante esa transformación, convencidos de que es la única alternativa para la supervivencia de la humanidad. Y en particular para nuestra Patria, convencidos de que, o avanzamos sosteniblemente en este empeño, o tenemos que volver a iniciar las luchas en las que llevamos más de cien años, para mantener nuestra existencia como Nación independiente y soberana.

Pero esa convicción no puede ser simple manifestación de posturas dogmáticas, pues se negaría como tal. Por ello la insistencia en la necesidad del sistemático trabajo para el desarrollo de la teoría de la transformación socialista en general en las condiciones actuales de fuerte influencia de la globalización neoliberal, y en particular en las condiciones de Cuba, pequeño país que inició las transformaciones a partir del subdesarrollo y ser una peculiar neocolonia de los EEUU, que en muchos aspectos no ha podido trascender efectivamente la condición de subdesarrollo, y, por si fuera poco, lleva más de 60 años bajo una feroz guerra económica de la misma potencia imperialista que se niega a reconocer nuestros derechos a ser dueños de nuestra propia existencia.

No por gusto Fidel insiste durante su obra en que la teoría de la construcción socialista está por elaborar y escribir, y lo concibe en la práctica como un proceso de creación permanente colectiva, y Raúl alerta cuando plantea que *"No se olviden que una equivocación conceptual nos conduce a equivocaciones en la vida* (MAYORAL, 1999). Y puntualiza para el momento actual que *"O rectificamos o ya se acabó el tiempo de seguir bordeando el precipicio, nos hundimos, y hundiremos (...) el esfuerzo de generaciones enteras..."*(RUZ, 2010).

Luego de los procesos en torno a los recientes Congresos del Partido Comunista de y su Primera Conferencia Nacional, contamos con importantes indicaciones como la contenida en la *Resolución sobre el Proyecto de Conceptualización* aprobada en el VII Congreso, encargando *"...al Comité Central del Partido Comunista de Cuba...(...) c) controlar que el documento aprobado sirva de guía para las acciones dirigidas a la actualización del Modelo de desarrollo económico y social de la nación, así como a su perfeccionamiento, en correspondencia con la evolución de los diferentes escenarios."*

No obstante, las experiencias de más de cien años de esfuerzos transformadores en diversos contextos, nos muestran una vez más que *"la teoría es gris, verde es el árbol de la vida"*: un "verdor" lleno de retos,



oportunidades... y amenazas, de las cuales la peor, sin dudas, es precisamente el reiterado menosprecio- y hasta desprecio- de la teoría.

No se puede ignorar cuanto influyen sobre la formación de los referentes para el accionar cotidiano, las presiones de las urgencias del día a día, en el terreno propicio de subjetividades bajo la influencia de la fragmentariedad y el cortoplacismo que nos dejó el metabolismo de capital, *uno de los hijos de la modernidad con su peligrosa instrumentalidad*. Tampoco puede ser desdeñada la real complejidad de lo que es *hacer teoría sobre un proceso al mismo tiempo que somos parte del mismo*.

Estamos inmersos en un proceso de transformaciones peculiar, que rompe con siglos de una cotidianeidad que se metamorfosea como *estado natural*, en la que nos reproducimos como individuos alienados de nuestra existencia y nuestra propia esencia. La cotidianeidad instrumental que, *en el sistema del capital*, condiciona *privarnos* hasta de *pensar en cambiar*, pero aún en el más revolucionario de los casos, puede llevar a pensar que se hacen inevitables asumir las respuestas más "prácticas" y "realistas", acuñando la "patente de corso" para quienes por ignorancia o por oportunismo, les resulta "más cómodo" o "más conveniente" buscar y encontrar las respuestas fáciles.

Otros han vivido antes en *peculiares contextos* las consecuencias de tales amenazas (VOIEKOV, 2007)². Nosotros tenemos mucho que aprender

² Interpretando *su experiencia* el autor afirma: "Comencemos, como de costumbre, desde la teoría. Por alguna razón aquellos que simplemente *viven su vida*, e incluso algunos otros fuera de este círculo, quieren poco o no entienden a los teóricos y, en correspondencia con ello, a la teoría. Si con respecto a la física y otras ciencias naturales, esta incomprensión de la teoría y de los teóricos se reprime por las limitaciones que causa la baja calificación común en esos temas, la cuestión es totalmente diferente con las ciencias sociales. Incluso aquel totalmente carente de preparación, por sí mismo sabe bien, como es necesario perfeccionar la sociedad, para que él individualmente viviera mejor, más alegre. Y cuanto más ignorante es, tanto más él es presuntuoso y arrogante. Está preparado para reducir toda la ciencia social a dos o tres afirmaciones o frases escuchadas en algún lugar, sin entender sus limitaciones y, frecuentemente, incluso sin darse cuenta de lo absurdo de estas frases, hasta se disgustan con los teóricos, que con firmeza insisten acerca de la complejidad y la contradictoriedad de los procesos sociales en el mundo. No obstante, al final él *vive su vida*. Este oscurantismo fácilmente asimilable y ampliamente extendido, es muy cómodo para el poder reaccionario, que buscando preservar su posición y, al mismo tiempo, detener el desarrollo de la ciencia social, mantiene a tales personas en su primitiva ignorancia y engreimiento. Y entonces, naturalmente, los teóricos y en general los científicos están de más. La quintaesencia de esta posición la expresó A.



de nuestra propia experiencia y estudiando lo ocurrido en otros procesos y los conceptos empleados, sin desilusionarnos por los reveses en otros contextos, ni obnubilarnos por los éxitos actuales de quienes se continúan identificando con el ideal comunista.

Siempre debemos actuar en correspondencia con nuestras realidades, lo cual no sería nada revolucionario y traicionaría nuestra propia historia, si lo interpretamos como "hacer el socialismo posible" en nuestras condiciones: Martí se planteó hacer posible lo que parecía imposible en la colonia que era entonces la joya más preciada de España y con ello impedir el avance imperialista en América; Fidel cuando asaltó el cuartel Moncada y cuando se reencontró con el grupo de Raúl después del desastre de Alegría de Pío que siguió al desembarco del Granma, y luego de ver que solo tenían eran ocho hombres y siete fusiles dijo: "¡Ahora sí ganamos la guerra"! Hoy tenemos que seguir empeñados en hacer sostenible la transformación socialista, porque no podemos seguir "bordeando el precipicio", so pena de hundirnos como Nación independiente.

¿Es posible hacer las cosas distinto manteniendo la visión de futuro comunista, como verdadera "emancipación humana", sin la sistemática actualización y enriquecimiento de la conceptualización de nuestro proceso, *decisiva* en la elaboración de las estrategias de desarrollo de nuestra sociedad y la definición e implementación de las imprescindibles políticas y acciones?

¿Sabemos de socialismo?

Las autocríticas reflexiones de Fidel el 17 de noviembre del año 2005 en el Aula Magna de la Universidad de la Habana no han sido interpretadas igual por todos.

Dentro de la llamada "civilización occidental", las ideas acerca de una sociedad "más humana" aparecieron muy temprano, y también temprano, la palabra *socialismo* apareció acompañándolas. Con el tiempo, no faltaron propuestas con lo que hoy algunos aceptarían quizás llamar "modelos", y hasta desarrollos en experiencias reales tan temprano como en la Inglaterra del siglo XVIII, que no pasaron de eso (NUTI, 2018; LAIDER, 1937; MOSCA, 1941; COLE, 1962; HAMPSHER-MONK, 1996; SASSON, 1996). Aunque es

Hitler., al afirmar que «los intelectuales y los científicos son inútiles y dañinos» (VOIEKOV, 2007).



injusto calificarlas simplistamente como “fracasos”, porque tuvieron, además del legítimo honor de intentarlo, -llegando incluso a intentar “tomar el cielo por asalto”-, el indiscutible valor de, para un “buen entendedor”, dejar enseñanzas indispensables para, más allá de “interpretar la realidad” y pretender cambiarla con los buenos deseos y sacrificios, plantearse una “guía para la acción” que impulsara a transformarla a partir de nuevas bases.

El nuevo ideal socialista “recorría el mundo”, hasta que pareciera empezar a hacerse realidad material. Pero, como dice el querido colega canadiense Profesor Michael Levowitz, *“el socialismo no cae del cielo”* (LEBOWITZ, 2007).

¿Por qué aquellos “diez días que estremecieron al mundo”, -pariendo fuerzas que fueron capaces de cambiar la vida en el planeta al sacar a millones de seres del atraso dentro de sus fronteras y poner serios retos al capital internacional, que pudieron parar a un fascismo que parecía invencible, impulsado con un “apoyo por omisión” que buscaba dirigirlo a destruir las nuevas ideas cada vez más “peligrosas” para las potencias imperialistas- generaron en su seno lo que antes de terminar el siglo XX haría implosionar aquel proyecto, cuando sus dirigentes proclamaban que ya comenzaban la “construcción del comunismo”? ¿Era eso inevitable?

¿Cómo entender que ...

La salida de la primera guerra mundial y la victoria en la segunda, el primer hombre en el cosmos y millones de personas, que se planteaban por sí mismos crear una nueva sociedad- esto es la práctica del socialismo. Cientos de miles ciudadanos abofeteados en los GULAKS, la transformación de millones de ciudadanos en semi ciervos, la eliminación física de relevantes científicos y activistas sociales- esto también es la práctica “del socialismo”. ¿Y como culminación- la agonía brezhneviana y el inglorioso final de la URSS y del “sistema socialista mundial? (BUZGALIN, 1996).

Al parecer, ocurría algo tan impensable como que “el sol un día dejara de salir” [Fidel].

De pronto las ideas socialistas parecían perder todo su poder transformador, en medio de “otro estremecimiento mundial”. Fue un estremecimiento distinto, que “alentó” a muchos, -llegándose a anunciar un “fin de la historia”, el punto final del desarrollo de la ideología y la universalización de la democracia liberal de modelo occidental como forma



última posible³, con la victoria final del capital, - y “deprimió” a no pocos, que vergonzantemente renunciaron a los “conceptos” que, como principios incuestionables habían defendido muchas veces ciegamente, como dogmas de fe. Y cambiaron hasta los adjetivos que los habían identificado.

Inglorioso fue *el final* de la URSS, surgida emprendiendo un camino nunca antes recorrido y brindando *algo*, que resultaría difícil afirmar que no estuvo en el centro de las aspiraciones de una inmensa mayoría de los seres humanos desde antes y durante buena parte del siglo XX. Hoy se puede valorar que *aquello* demandaba cambios profundos desde mucho tiempo atrás. Igualmente, podría afirmarse acerca de lo que se denominó “sistema socialista”. Pero resulta un pecado capital justificar que se destruyera.

Pero no todos los que habían decidido unir sus esfuerzos de cambio al rumbo iniciado en Petrogrado, dejaron caer las banderas. Y para ellos se

³ Se hizo muy popular la visión de “fin de la historia” atribuida al politólogo, filósofo, economista político y escritor, investigador del Centro para cuestiones de la democracia, el desarrollo y supremacía del derecho, de la Universidad de Stanford, EEUU, nacido en Chicago en 1952 y residente en California actualmente, Francis Fukuyama, que en 1992 publicó el libro “El fin de la historia y el último hombre”. En una reciente entrevista realizada por el periodista inglés George Eaton (2018) Fukuyama hace interesantes afirmaciones, entre otras, referidas a que “sus críticos probablemente no se leyeron su libro hasta el final”. Formado en el círculo cercano a Reagan- Bush, - Paul Wolfowitz fue su mentor- a fines de 2003 se negó a apoyar la guerra en Irak, la que valoró como un error garrafal “junto con la desregulación de las finanzas y la creación del Euro”, asevera que “Toda esa élite política...resultaron unos perfectos incapaces. Por eso la gente tiene fundamento para estar descontentos”. Su libro “El fin de la historia...” fue una crítica a los marxistas, que consideraban el comunismo el estado final de la ideología, y al preguntarle el periodista su parecer sobre el renacimiento del socialismo de izquierda en Gran Bretaña y los EEUU, respondió: “Todo depende de lo que Usted entienda por socialismo. Si habla de la socialización de los medios de producción, no creo que eso vaya a tener buenas consecuencias, excepto en aquellas actividades donde eso es claramente indispensable, por ejemplo, en los servicios comunales. Si usted tiene en mente un programa, mediante el cual mediante la redistribución se propone corregir los tremendos desbalances surgidos en los ingresos y en el acceso, yo pienso que no solo puede, sino que debe volver...”...lo cual acompaña con interesantes críticas acerca del “mercado no regulado”...y afirma más adelante “... piensa que algunas de las ideas de Marx resultaron ciertas”, aunque, con todo el respeto, lo que, al menos en esta entrevista vemos como sus interpretaciones de Marx, nos hace pensar que en este sentido le sería aplicable una valoración parecida a la que hace de quienes son sus críticos: es probable que deba volver a hacer un estudio de la obra de Marx y Engels para mejorar sus críticas y valoraciones positivas.



plantean nuevos retos, a la ya difícil obra de romper con siglos de alienación, de ir "más allá" del "reino de la necesidad".

¿Dónde está hoy esa fuerza transformadora? ¿Resultó el impulso de la Rusia de los soviets y la URSS un "proyecto inconcluso" o un proyecto *irrealizable*? ¿Cómo se plantearon el "socialismo" aquellos pioneros, cuáles fueron sus preguntas en ese camino y, sobre todo, como encontraron y cuáles fueron sus respuestas?

Han pasado más de treinta años de la desaparición de la URSS. Para la mayoría de los que pensaron que "*con mercado y más democracia*" iban a "*mantener lo que tenían y tener lo que nunca habían tenido*"⁴, otra ha sido la realidad. Hoy algunos se plantean construir "un capitalismo más humano". No son pocos los que recuerdan con nostalgia el socialismo al que renunciaron. Y no faltan los que sostienen la necesidad de una revolución socialista en la Rusia actual.

Otros, como los cubanos, nunca bajamos las banderas, y hoy nos planteamos "cambiar todo lo que deba ser cambiado". Pero no se trata de cambiar por cambiar.

¿Cómo entendemos en la actualidad el socialismo y el comunismo? ¿Se mantiene las "viejas preguntas" acerca de la posibilidad o no de "construir el socialismo" en un solo país, y las "respuestas" acerca del nivel "necesario" de desarrollo de las fuerzas productivas para plantearse esta obra, en su relación con los enfoques acerca de papel "determinante" de la economía en la sociedad, lo "decisivo" de la política, la relación entre el plan – o mejor, la planificación- y el mercado, en este proceso de transformaciones? ¿Hasta cuándo se va a seguir dando vueltas al concepto, y más, a un estado de ánimo, de *contra-mercado- dogmático del llamado socialismo real*, considerándolo antípoda del socialismo? ¿Profundizamos todo lo necesario en el contenido del mercado, su lugar en la sociedad y en particular en las diferentes fases de la transformación socialista? ¿"Desaparece" el mercado en esta transformación, o se "extingue", *desaparece* "tal como lo hemos conocido hasta hoy"-parafraseando la idea de Marx y Engels acerca del Estado y la política en este proceso? Más allá de *determinadas relaciones de mercado*, presentes al interior como parte del

⁴ Como ha expresado en varios foros el académico ruso Ruslán Grinberg, "Con ingenuidad pensaron que con mercado y más democracia iban a mantener lo que tenían y tener lo que nunca habían tenido y hoy han visto que ni mantuvieron lo que tenían ni lograron alcanzar lo que iban a tener"



sistema del capital al iniciarse la transformación, ¿cómo se vincula el avance en el complejo y contradictorio proceso de *la verdadera emancipación y autorrealización del hombre*, -visión de Marx de la transformación comunista – con las prácticas concretas de socialización en todas las esferas de actividad? ¿En las condiciones de capital globalizado neoliberalmente, cuáles deben ser las “fuerzas motrices” de las transformaciones, la clase que debe estar al frente de ellas? ¿Qué entender por una clase? ¿Se ha prestado atención a las “formas de lucha de clase”, con las especificidades que Lenin nos indicó atender en un proceso de transformación socialista? ¿Cómo se concibe el Estado en tanto *forma de organización* de un organismo social que emprende este tipo de cambio en las condiciones del capital actual? ¿Cómo debe implementarse el proceso de *gobernar ese Estado*, en tanto *interacción* que se establece entre los individuos en el proceso de socialización? ¿Cuál es el lugar de los partidos o de un partido y sus relaciones con las otras estructuras que se conforman en el funcionamiento y desarrollo de esa organización social?... son solo algunas de las interrogantes que expresan retos, amenazas y oportunidades objetivas ante la transformación socialista en las condiciones actuales de Cuba y el mundo.

¿Tenemos nuevas preguntas? ¿Tenemos nuevas respuestas para las viejas preguntas? ¿Seguimos con las mismas respuestas que han marcado las transformaciones hasta el presente?

Cuba es hoy uno de los procesos que “contra viento y marea” ha dado continuidad a sus aspiraciones de un mundo mejor, arraigadas en las luchas desde el siglo XIX. Asumió *su* proyecto socialista, cuando iniciaba un proceso de transformaciones revolucionarias luego del triunfo armado del 1 de enero de 1959; un proyecto que no se limitaba a cambios para “restablecer la democracia” y “desarrollar el país” y desde los primeros pasos enfrentó retos totalmente nuevos, más allá de los que se podían avizorar ante un cambio de gobierno, para la necesaria consolidación del poder en manos de las fuerzas que encabezaron la lucha armada contra la dictadura, para *resolver* la contradicción que regía los *fundamentos* del sistema reproductivo cubano⁵:

⁵ La Dra. Thalía Fung en su obra “En torno a la regularidades y particularidades de la revolución socialista en Cuba” (FUNG, 1981) nos brinda un ejemplo de la importancia del análisis de las contradicciones dialécticas para el estudio de un caso específico de funcionamiento de un organismo social como parte del contexto en que el mismo se desenvuelve. Algo poco frecuente en la producción teórica nacional e internacional. Para el caso cubano en vísperas de la revolución liderada por Fidel Castro, identifica como contradicción principal en el sistema actuante en Cuba, la existente “...entre el



Alcanzar la verdadera independencia, dejando de ser una *peculiar neocolonia* de la potencia imperialista más poderosa de los tiempos modernos, causa directa de la *condición de país subdesarrollado* de la cual partimos, desconocida en las ideas adelantadas por Marx y Engels y en la práctica iniciada con la revolución rusa de 1917.

¿Cual ha sido la relación de este proceso revolucionario con las concepciones socialistas autóctonas e internacionales? ¿Cómo han estado presentes los elementos teóricos acerca del funcionamiento y desarrollo de la sociedad en la identificación de los aspectos esenciales y su jerarquización para llevar adelante una transformación de esa naturaleza? ¿Cuales referentes conceptuales sirven hoy para el diseño de estrategias, políticas y acciones concretas en las actuales condiciones?

El profesor italiano Domenico Mario Nuti nos recuerda que

El socialismo es un sistema económico y político relativamente reciente. La palabra socialismo como tipo de organización económica, creada en interés de los trabajadores, surgió en 1827 en los trabajos de los seguidores de R. Owen (NUTI, 2018).

Poco más de un siglo después, las ideas socialistas, con mucha mayor difusión y más seguidores, enfrentaron una nueva crisis ante las prácticas que las materializaban, las cuales, junto a indiscutibles avances en el progreso humano, reprodujeron procesos de alienación sobre nuevas bases. ¿Pero acaso esto permite hablar de la quiebra, la bancarrota de las ideas socialistas?

Las necesarias comparaciones siempre son difíciles, y en este caso particular diría que son imposibles si no se hacen precisiones indispensables, pero vale atender a la observación del Dr. Profesor A. V. Buzgalin:

En cierta ocasión Mark Twain dijo: *‘dejar de fumar es muy sencillo. Yo lo he hecho varias veces’*. A nuestro modo de ver, lo mismo puede decirse acerca de la génesis del sistema que a algunos hoy les parece poco menos que *‘natural’* y eterno – acerca del capitalismo, ese mismo que Misses identifica con la

imperialismo norteamericano y el pueblo cubano...” (p.7), y no resulta difícil concluir que dadas las condiciones internas – creadas en buena medida por la peculiar dependencia respecto a los gobiernos de EEUU- resultaba *personificada* en la contradicción entre el pueblo cubano, -en el concepto fidelista de pueblo expuesto en “La Historia me absolverá”- y la dictadura de Fulgencio Batista.



economía de mercado. Pero acaso no es que este sistema político- económico solo a mediados del siglo XX (¡NB!) llego a ser dominante para la mayoría de los habitantes del planeta Tierra (por supuesto, sin olvidar que las personas viven no solo en USA y Europa Occidental...), y hasta este momento el capitalismo lo ´crearon´ muchas veces, y numerosos ´experimentos´ de creación del mercado y el capital como fundamentos del desarrollo nacional fracasaron estruendosamente: en Italia y Alemania y en muchos otros países de Europa, y también de América Latina, Asia, etc. , donde los brotes del capitalismo se extinguieron no una ni dos veces [...]

[...] En Rusia comenzamos a crear el capitalismo no dos ni tres veces e incluso ahora, en el siglo XXI (¡!!) no hemos logrado crearlo completamente (BUZGALIN, 2012, p.5).

Y, como apuntábamos anteriormente, si se hiciera la comparación, hay que partir de precisar con todo el rigor necesario, que el inicio de la transformación comunista de la sociedad plantea un cambio cualitativo con peculiaridades que lo distinguen de todas las revoluciones sociales anteriores⁶.

En los tránsitos a las formaciones económico-sociales (FES)⁷ esclavista, feudal y capitalista, las nuevas relaciones de producción surgen y se

⁶Hablamos de revolución social como la ruptura en el proceso de desarrollo, que conduce a la substitución de un modo de producción material por otro superior en el sentido de núcleo del proceso de desarrollo de la vida social en su integralidad a un nivel que la hace cualitativamente más apta para su conservación y reproducción ampliada, conformándose una nueva Formación Económico Social. No todas las revoluciones sociales conocidas han estado acompañadas de cambios en la naturaleza reproductiva: solamente la que tuvo lugar en los sistemas que sufrieron la descomposición de las comunidades originarias, y la que necesariamente iniciará el proceso de trascendencia del capital, la revolución comunista.

⁷ Formación Económico Social. Según la obra de Carlos Marx, el proceso histórico se ha *desarrollado* a través de diferentes formaciones económico- sociales, caracterizadas por una base material que son las relaciones de producción material, forma social de un sistema de fuerzas productivas, con las que conforman una unidad dialéctica denominada, modo de producción, y una superestructura social, conformada por las instituciones y normas derivadas que se deben corresponder con el modo de producción material de la sociedad. El conjunto de las relaciones de producción, señala Marx en la Contribución a la Crítica a la Economía Política,



desarrollan hasta hacerse predominantes, determinando el sistema de relaciones de reproducción social, en el seno de la formación anterior, hasta completarse todos los elementos definitorios de la *nueva socialidad*; la *base económica* comienza a estructurarse *dentro* de la existente que se agota en sus potencialidades de cambios progresivos: el proceso de establecimiento de la organización social superior culmina con la toma del poder político por la clase económicamente hegemónica, lo cual es *indispensable para articular un nuevo estadio en el desarrollo del sistema de propiedad privada adversarial en los espacios sociales donde se desintegraron las comunidades originarias*.

Durante el desafío al desarrollo humano que plantea la transformación comunista, el orden de las transformaciones no puede ser otro que comenzar el establecimiento de la nueva formación, el reordenamiento revolucionario del organismo social en cuestión, con la toma del poder político por la clase desposeída de todo poder económico, que no sea el que le confiere a sus integrantes el ser *poseedores* exclusivamente de su fuerza de trabajo y *estar obligados a entregarla* en un intercambio desigual por los elementos mínimos indispensables para su existencia, a los poseedores de los medios de producción, necesitados a su vez de esa fuerza de trabajo para la reproducción ampliada del sistema capitalista⁸.

“...conforma la estructura económica de la sociedad, la base real sobre la cual se alza la superestructura jurídica y política, y a la cual se corresponden determinadas formas de la conciencia social” (MARX, 1985, p. 137). El análisis del proceso histórico en la obra marxista muestra que en los tránsitos conocidos de FES la revolución social ha tenido sus causas últimas en unas relaciones de producción que entorpecen, frenan o no contribuyen al progreso del sistema de las fuerzas productivas en el sentido de proceso de interacción hombre –naturaleza, el “proceso del trabajo”, núcleo generador de las condiciones de su existencia material y los propios seres humanos como individuos sociales. La revolución lleva a hacer dominantes unas nuevas relaciones de producción que favorezcan dicho progreso, propiciando el establecimiento de un nuevo modo de producción, con una nueva superestructura

⁸ Aquí nos encontramos con elementos que reclaman urgentemente un análisis consecuente con la obra de Marx, Engels y Lenin: el concepto de clase, la clase vanguardia de la sociedad, llamada a ser fuerza revolucionaria en la transformación comunista, el proletariado como clase histórico- concretamente determinada, irreducible a su expresión en el proletariado industrial de fines del siglo XIX inicios del siglo XX, ante las transformaciones ocurridas en el desarrollo capitalista desde la segunda mitad del siglo XX, especialmente con su manifestación en el capitalismo globalizado neoliberalmente, y la *condición de asalariado* estrechamente vinculada a la categoría de *plusvalía* en su necesaria proyección a la actividad política.



Ello está vinculado esencialmente a que este *cambio formacional* inicia la negación de toda la etapa anterior que *funciona* reproduciendo la enajenación del individuo respecto al proceso social, reproduciendo un *tipo histórico de propiedad*, el *sistema de propiedad privada adversarial*⁹, que alcanza un punto culminante con la formación capitalista, cuya esencia es caracterizada por Marx al afirmar que:

La propiedad privada nos ha hecho tan estúpidos y unilaterales que un objeto es solamente nuestro cuando lo tenemos — cuando él existe para nosotros como capital, o cuando es directamente poseído, comido, bebido, vestido, habitado, etc.—, dicho brevemente, cuando es usado por nosotros. Aunque la misma propiedad privada de nuevo concibe todas estas realizaciones directas de posesión solamente como medios de vida, y la vida que ellas sirven como medios es la vida de la propiedad privada —el trabajo y la conversión en capital—.

En lugar de todos los sentidos físicos y mentales ha llegado entonces la enajenación completa de todos estos sentidos, el sentido de tener. El ser humano tuvo que ser reducido a esta pobreza absoluta para poder rendir su riqueza interior ante el mundo exterior. [Acerca de la categoría de “tener”, ver Hess, en la *Philosophy of the Deed*]. (MARX, ENGEIS, 1993, p. 300-301).

Consecuente con su rechazo a formulaciones de “propiedad en general” claramente expuesto en la crítica a Proudhon, Marx sintetiza en este fragmento lo que distingue la naturaleza del *sistema de propiedad privada adversarial*, partiendo de sus análisis de la sociedad capitalista:

✓ *surgido de las posibilidades de las comunidades originarias*, ocupó espacios geográficos y sociales diversos, -incluso algunos que polémicamente se ha tratado de ajustar a la clasificación propuesta por Marx para describir el desarrollo social, como es el caso del llamado “modo asiático”, - en una fragmentación homogeneizante de las relaciones sociales, hasta alcanzar la relativa universalidad de *un* proceso de enajenación en el capitalismo, que obliga a que su *negación* devenga necesaria *trascendencia*” de una *totalidad*.

⁹ Ver: “Cuba. Propiedad social y construcción socialista”. García Brigos, Jesús P., Alhama Belamaric, Rafael; Lima Ferrer, Roberto; Rafuls Pineda, Daniel, Ed. Ciencias Sociales, La Habana, 2012.



Si complejo resulta el proceso de establecimiento de cualquier formación económico- social, la complejidad se hace mayor aún ante el tránsito comunista: se trata de ir "más allá" de los vínculos directos de los individuos entre sí y con la naturaleza en el *proceso de trabajo*, - y, por supuesto, mucho más allá de simplistas reducciones a la expropiación del "poseedor" de los medios de producción que en definitiva descansa en la misma visión de la propiedad que nos ha "hecho estúpidos y unilaterales"-, para necesariamente transformar revolucionariamente *la totalidad* del sistema de relaciones que se establecen durante el mismo, como proceso específicamente humano. Se trata, como lo ha caracterizado István Mészáros, de cambiar radicalmente la unidad conformada por el sistema del capital *con su sistema de las mediaciones de segundo orden*, "responsable" del alcance y la sostenibilidad de este sistema, no obstante sus límites objetivos como modo de progreso humano¹⁰.

Raúl Castro en 1999 afirmó que la construcción socialista es un "viaje a lo ignoto"¹¹. Y la vía principal para ese viaje, debemos procurar no sea un callejón lleno de baches y obstáculos, sino una moderna autopista trazada, construida y mantenida como proceso esencialmente consciente, necesariamente dirigido, que necesita de una *visión de futuro, y de estrategias, políticas y acciones para conducirlo*.

Esta *visión* no es un "modelo". Plantear un "modelo" a "alcanzar", a "establecer", no es posible, ni sería riguroso proponerlo.

Necesitamos la visión del futuro deseado, no como un cuadro preconcebido, sino como la Utopía de la que nos habla el poeta uruguayo, la que nos hace mover, y que cada vez tenemos que ir precisando en sus contornos y sus contenidos en la medida que nos movemos en las condiciones históricas de cada proceso, guiados por una "brújula bien ajustada", la "guía para la acción" que elaboremos a partir de Marx, Engels, Lenin, lo mejor del pensamiento revolucionario mundial y nuestra propia obra.

¹⁰ Ver "Beyond Capital. Towards a Theory of Transition" de Istvan Mészáros, en 2 tomos, K.P.Bagchi & Company, Calcuta, 2000

¹¹ El General de Ejército Raúl Castro Ruz, Segundo Secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba, durante la celebración de la Asamblea Provincial de Balance del trabajo del Partido en la provincia de Guantánamo en el año 1999 afirmó: "(...) La construcción del socialismo en las actuales circunstancias, es un viaje a lo ignoto; tenemos que ver las experiencias de otros, pero seguir creando nuestros propios conceptos" (MAYORAL, 1999).



Esa "visión de futuro" es un referente elaborado sobre *lo que se desea alcanzar*, - a partir del conocimiento acerca del objeto o proceso sometido a estudio, teniendo en cuenta las realidades en las que el mismo se desenvuelve, *sobre la base de determinado aparato categorial*, - que nos oriente para movernos: en palabras de Michel Godet, se trata de *"iluminar las opciones del presente a la luz de los futuros posibles"* (GODET, 1994).

Hoy se mantiene el debate sobre la viabilidad del socialismo como régimen social. Tanto como la demanda de encontrar soluciones a los conflictos que nos colocan ante la realidad de nuestra desaparición como especie.

La teoría de los procesos transformadores del socialismo está por escribirse: no ha existido el suficiente análisis crítico de los hechos y situaciones a lo largo estos cien años, y las prácticas, sobre todo desde la segunda mitad del siglo pasado, tampoco han sido sistematizadas, ni han sido suficientemente asimiladas las continuas repeticiones de problemas similares, especialmente vinculadas a propuestas e ideas acerca de reformas socio-económicas, políticas o programas de estabilización económica de largo plazo que fueron concebidos desde la década del sesenta pero no tuvieron realización, o sólo parcial, hasta la caída del muro de Berlín, y con él, los intentos de modelos de desarrollo sostenible socialista.

La carencia de este material histórico ha contribuido a la *ausencia* significativa de enfoques integrales, transdisciplinarios efectivamente sistémicos y *a obstaculizar la elaboración* de los instrumentos teórico-metodológicos consecuentes, que permitan *identificar* las pautas, las "guías para la acción" en el sentido de Marx y Engels, los referentes que nos brinden los contenidos histórico y concretamente condicionados para cada proceso específico, y puede posibilitar que determinados intereses terminen imponiéndose en el imaginario social, generando conductas que en nada favorecen los cambios imprescindibles.

Situación actual del proceso de construcción socialista cubano

El "proceso de actualización" en curso se inserta en el contexto que se conforma desde la segunda mitad de los ochenta del pasado siglo con el inicio del *Proceso de Rectificación de errores y tendencias negativas*, severamente alterado por la crisis económica de los años noventa, - el



Periodo Especial en tiempo de Paz¹²- como hemos analizado en diversas publicaciones.

Catalizador indiscutible de la crisis del período especial fue el derrumbe del campo socialista y la desintegración de la URSS, pero tiene como sus causas últimas, aspectos internos del funcionamiento de nuestra sociedad: las mismas que llevan al "Proceso de Rectificación de Errores y Tendencias Negativas" iniciado en 1986. El período especial se une además a este proceso en cuanto a que la estrategia para su superación positiva tiene que estar determinada por la misma tendencia que portan los elementos expuestos en el III Congreso del Partido Comunista de Cuba y durante los años del inicio del Proceso de Rectificación, hacia un salto cualitativo esencial en el desarrollo social cubano como una integridad, *con énfasis decisivo en elementos de la interacción entre la actividad política y la economía*.

El proceso de rectificación se comienza a gestar desde fines de 1984 en un proceso de cuestionamiento del funcionamiento de la esfera económica, en particular en relación con *la planificación como proceso*, sobre la base de las discusiones y las ideas expuestas por el Comandante en Jefe en el IV Forum Nacional de Energía y en la clausura del período de sesiones de la Asamblea Nacional de Diciembre, que claramente apuntaban a *insuficiencias en la actividad política*¹³. Este proceso deviene fuerza social con

¹² Esta denominación se corresponde con los diferentes escenarios evaluados en la década de los ochenta para el desarrollo de la Guerra de Todo el pueblo. En ellos se prepararon diferentes estrategias para la resistencia en caso de agresión, contando solo con las fuerzas propias de nuestro pueblo, con medidas concretas en cada caso, que nos sirvieron para enfrentar la crítica situación económica "en tiempo de paz".

¹³ Señala el destacado economista, Premio Nacional de Economía, Dr. Alfredo González Gutiérrez al caracterizar la situación que precede al inicio del Proceso de Rectificación:

"El modelo vigente comenzó, sin embargo, a mostrar síntomas de insuficiencias y contradicciones. Los recursos invertidos en programas tradicionales de exportaciones como el azúcar y el níquel, y en nuevos desarrollos como el cítrico y otros, no alcanzaron el nivel de respuesta esperado; las industrias sustituidoras de importaciones resultaron altamente capital y energéticamente intensivas; la producción de bienes de consumo se mantuvo rezagada en cantidad y calidad; y en la agricultura los crecimientos resultaron progresivamente dependientes de los suministros externos (equipos, combustible, plaguicidas, pienso, etc.)."

"Las altas tasas de acumulación fueron acompañadas por caídas en el rendimiento del capital fijo productivo. Esta forma de crecimiento extensivo fue posibilitada por el



claro sentido político de propiciar la erradicación de las tendencias negativas y errores apreciados, sobre la base de la participación del pueblo a niveles cualitativamente superiores, luego del discurso de Fidel Castro en el XXV Aniversario de la Victoria en Playa Girón el 19 de abril de 1986.

Al comenzar el "Proceso de rectificación de Errores y Tendencias Negativas", se desencadena un nuevo impulso transformador en la sociedad cubana, que resulta contradictoriamente alterado por la situación de crisis económica que se ha denominado "período especial", todo lo cual va a condicionar las *peculiaridades de la situación actual de la sociedad cubana*:

- ✓ se plantea una ruptura en continuidad, dentro de una misma naturaleza —la construcción socialista—, ante todo por los cambios objetivos que se hacen necesarios en el lugar del hombre en el desarrollo de la sociedad cubana, vinculados estrechamente a la promoción de un grado superior de enfoque crítico del funcionamiento de la misma, a un papel real cualitativamente diferente de la individualidad en el desarrollo del organismo social y de los modos de participación social, elementos definitorios de un *sistema de propiedad socialista como proceso en construcción*,

financiamiento de los déficits de la balanza en comercio corriente, lo cual sin embargo generó un endeudamiento creciente."

"Eventualmente, dichas dificultades fueron gravitando sobre el comercio en área de moneda libremente convertible que había sido el colchón tradicional de la economía. En 1984 y 1985 crecen los desbalances comerciales con esa área, lo que unido a una caída de los ingresos en 1986, determinó la suspensión de pagos por servicio de la deuda".

"Desde finales de 1984 se toma conciencia del rumbo peligroso que presenta la economía y se reformula la política económica, con un llamado a la eficiencia y el ahorro. Además, se reestructura el mecanismo de planificación y coordinación de las decisiones económicas, para lo cual se crea un grupo central a nivel del Consejo de Ministros. A partir de ese momento comienza un proceso progresivo y creciente de cuestionamiento del modelo existente".

"Para esa fecha, desde el punto de vista funcional, la economía mostraba a plenitud los síntomas clásicos de una economía limitada por la oferta: mercado en succión; excesos de inventarios y mal uso de recursos junto con el síndrome de escasez; dificultades con la calidad y con la introducción del progreso científico- técnico; costos resistentes a la baja; exceso de inversiones con dilatación de los plazos e incrementos de los presupuestos; e inflación reprimida en el mercado de bienes de consumo". Ver: "Escenarios del Modelo Económico en los años noventa", del Dr. Alfredo González, publicación del INIE, Mayo de 1993, pp. 13- 14.



condición *sine qua non*, para una evolución de las fuerzas productivas que actúen como garantía del autodesarrollo progresivo ulterior sostenido.

El período especial resulta esencialmente *una fase "alterada"* dentro de la etapa que abrió el "Proceso de Rectificación" iniciado en 1986, *por formarse sobre un mismo núcleo de las contradicciones esenciales*: se integra al régimen de cambios que define la etapa que se establece a partir de 1986, sobre la base de un común fundamento económico, productivo-material.

La superación socialista del período especial, como única salida positiva posible para Cuba como nación independiente, se presenta así como el resultado necesario, respuesta a la *crisis económica* manifiesta en los noventa, engendrada en el seno de la *crisis social potencial* que se comenzó a enfrentar en abril de 1986.

El *momento actual* de desarrollo del organismo social cubano se articula como parte del perfeccionamiento constante del proceso de construcción socialista. Enfrentarlo así permite *construir* su superación socialista. Cualquier otro modo conduce a revertir este sentido del desarrollo.

Pero, precisamente, los elementos que desencadenan la crisis de los noventa son de tal naturaleza, que afectan la dinámica de resolución del sistema de contradicciones de la sociedad cubana como totalidad, generando potenciales amenazas de reversión del sentido socialista de desarrollo.

La esencia que define el contenido del desarrollo de toda la etapa que va de 1986 hasta nuestros días y, por tanto su unidad, es la necesidad de rectificar el curso manteniendo la orientación socialista y actuando sistémicamente sobre *todas las esferas de actividad social*, de modo que se de respuesta a los *requerimientos de la base económica* y del *desarrollo progresivo de los mecanismos de dirección del proceso social como un todo*, actuando consecuentemente con las potencialidades desarrolladas por el propio proceso revolucionario¹⁴.

¹⁴Ver el libro "Proceso de Rectificación y salida del Periodo Especial: dos fases en la misma batalla de ideas.Una visión a través del prisma de la relación dirigente-dirigidos en los discursos de Fidel Castro.", Dr. Jesús P. García Brigos, www.nodo50.org/cubasi gloXXI/, En las reflexiones de Fidel citadas en este libro se recogen algunas de las importantes ideas del Comandante en Jefe expuestas en los años del Proceso de Rectificación, con plena vigencia para nuestros días.



Para el enfrentamiento a la aguda crisis económica de fines del pasado siglo, se comenzaron a introducir cambios en la economía que han planteado objetivamente importantes demandas para *conducirlos, impedir el surgimiento de tendencias opuestas y neutralizar las que ya se generaban*.

Se conforma así un reto al proceso de transformación socialista cubano:

- ✓ niveles superiores de salida en la producción material, en volumen y eficiencia, *son imprescindibles*; pero tienen que ser alcanzados en el marco de relaciones de propiedad socialistas, cuyo proceso de establecimiento no solo exige el perfeccionamiento de lo alcanzado hasta la segunda mitad de los ochenta, sino la neutralización de nuevos elementos en lo interno, *portadores de una orientación regresiva capitalista subdesarrollada*.

Hoy, las insuficiencias no resueltas hasta entonces, se acumulan conformando importantes obstáculos.

Los cambios que hemos venido realizando en la economía, *sin consideraciones suficientemente sistémicas, presionados por las urgencias o condicionados por las debilidades en los fundamentos del diseño de las medidas y su implementación, tienen fuerte incidencia en todas las esferas y necesariamente han de buscar su salida a la política*. Esos cambios se reflejarán inevitablemente en el ordenamiento social cubano y forzarán cambios en la vida política, si esta no actúa proactivamente para conducirlos en un sentido con *visión de futuro socialista*.

Si no somos capaces de rectificar lo que no contribuya al sentido necesario del desarrollo socialista, y en lo adelante conducir los cambios económicos con enfoque proactivo antes que dejarlos a la espontaneidad, los peligros de la reversión contrarrevolucionaria de nuestro proceso recibirían un importante impulso.

Las soluciones necesarias no pueden ser resultado de un grupo exclusivo de especialistas, sean académicos o dirigentes políticos, sino de la más plena intervención de todos los interesados en el sentido socialista de desarrollo:

- ✓ es imprescindible una clara *visión del futuro deseado* (GODET, 1994), que nada tiene que ver con un cuadro preconcebido, un "modelo" a establecer. Se trata de un referente, una "guía para la acción" que cada vez tenemos que ir precisando en sus contornos y sus



contenidos en la medida que nos movemos en las condiciones históricas de nuestro proceso.

Hoy nos hallamos en medio de otra fase rectificadora dentro de la compleja *transformación social radical* iniciada en enero de 1959.

La actual fase rectificadora, *proceso de actualización*, se identifica a partir de señalamientos autocríticos del General de Ejército Raúl Castro expuestos en Julio de 2007. En su implementación es imprescindible tener en cuenta que la realidad de estos años de revolución apunta hacia una tendencia objetiva que puede tener mucha importancia en las perspectivas y el curso que en definitiva siga el desarrollo de nuestra sociedad: se va conformando como una regularidad negativa en nuestro proceso el hacer llamado al perfeccionamiento, para atender deficiencias que se repiten.

Esta nueva fase de autocorrección del funcionamiento de la sociedad cubana encuentra continuidad en los procesos en torno a los Congresos VI, VII y VIII del Partido, su I Conferencia Nacional, y el análisis y aprobación de la nueva Constitución en 2019 con la posterior elaboración de la legislación complementaria.

La etapa actual no puede ser "una etapa más" de rectificaciones.

Estamos en un "punto de inflexión", o el sistema rompe definitivamente con tendencias que lo frenaban en su sentido de progreso socialista y consolida las que lo propicien y lo hicieron avanzar hasta hoy, o las tendencias regresivas ya existentes se reforzarán por los cambios y conformarán un sentido regresivo preñado de conflictos y con enormes potencialidades para destruir lo alcanzado durante más de cien años de lucha.

Es imprescindible ante todo profundizar en las causas de las deficiencias que presentamos. Y para ello hay que definir con rigor conceptual y sentido práctico el contenido de las *definiciones que deben guiar* el perfeccionamiento, para enfrentar los desafíos actuales y por venir, *con creatividad* que mantenga el rumbo socialista.

Como primera definición: *es necesario perfeccionar las vías y modos de realización de la actividad política, su papel dentro de la base económica de la sociedad.* Nos mantenemos inmersos en un contexto externo de *relaciones de capital* que influye en todas las facetas de la reproducción social, con especial fuerza desde la organización y funcionamiento de los procesos productivos e innegable trascendencia a la reproducción interna de nuestra



sociedad, fuerzas que es necesario controlar y neutralizar sus efectos regresivos.

Hoy se manifiesta con más fuerza que en momento alguno anteriormente, que la transformación socialista es un proceso *esencialmente político*, aunque la economía es factor determinante en su desarrollo exitoso. Cuba necesita cambios en la economía, pero, - como señalamos en 1995-, *estos cambios económicos exigen, para su real tributo a un sentido socialista de desarrollo, ser acompañados o en lo posible ser adelantados, por cambios en la actividad política para conducirlos*. La inadecuada atención a esta dialéctica puede generar tendencias opuestas al sentido socialista de desarrollo, que obligarían a enfrentarlas con métodos coercitivos, *lo cual no reproduce socialismo*; o sufrir las consecuencias de enfrentar un proceso contrarrevolucionario.

Los cambios ya ocurridos en la vida económica han transformado sensiblemente la vida cotidiana. El sistema de propiedad socialista ha visto alterado su establecimiento, con cambios en el modo de vida, crecimiento de desigualdades, surgimiento o renacimiento y reforzamiento de comportamientos individualistas, que trascienden al proceso político de modo espontáneo¹⁵.

Un nuevo “modelo”

La “actualización” en curso debe ser asumida y desarrollada como *un proceso* en el cual *diseñamos, implementamos y controlamos nuestras políticas y acciones, partiendo de la realidad, orientados por una visión de futuro que progresivamente se precisará atendiendo a la evolución del sistema y su entorno*.

¿Qué modelo estamos actualizando, a qué nos referimos cuando hablamos de actualización? ¿Qué hoy se nos propone conceptualmente cuando se está hablando de modelo?

Es importante profundizar en:

- ✓ ¿como queda abordada y expuesta en los documentos normativos aprobados una *propuesta de totalidad* en el proceso de actualización?, ¿Cómo es recogida la realidad de que todo el proceso desde la economía está ligado a la ideología, al papel de la

¹⁵ Ver. “Construcción socialista y actualización del modelo económico”, Ciencias Sociales, La Habana, 2017.



conciencia, a la subjetividad? Sin esto no podemos contar con el correlato indispensable para asimilarlos como “guías para la acción” a partir de la realidad actual y con las potencialidades de resolver con un contenido socialista las contradicciones de esa realidad.

- ✓ ¿cómo quedan planteados y coherentemente articulados los decisivos elementos políticos, lo que podríamos llamar según la terminología en uso el “modelo político”?

Es importante la claridad en los conceptos, como *substancia* de la ideología, del “trabajo ideológico” que tiene que ser columna vertebral de la actividad política, económica y social a partir de la transformación socialista; el estudio permanente, inseparable del espíritu crítico creador, del debate revolucionario y la insatisfacción con lo que alcancemos.

El primer concepto que tiene que estar claro para ser aprehendido y consecuentemente devenir fuerza motriz de las reformas es *la visión del futuro deseado*, la relación entre *la visión del país para el 2030 aprobada en los documentos rectores* y “los objetivos de la Revolución”: *la transformación socialista* como proceso.

Proponemos para el debate necesario *cinco tesis acerca de la transformación socialista en la Cuba actual*.

- ✓ **Primera tesis:** La construcción del socialismo: *proceso* necesariamente innovador. Es mejor hablar de construcción socialista, transformación socialista o, mejor aún, transformación comunista. Se trata de un *proceso*, que necesita ideas claras, todas las necesarias que debemos y *podemos elaborar teniendo en cuenta fundamentos esenciales y las experiencias reales*
- ✓ **Tesis segunda:** la transformación socialista es un proceso complejo *dialéctico* de **lucha de clases y de “clase”**. Además de tener que *aplantar* la resistencia de los explotadores y *neutralizar* los comportamientos pequeño burgueses *es una lucha del “proletariado sobre sí mismo”*, como ya en su momento planteara Lenin: no olvidemos la alerta de Fidel de que es un proceso esencialmente político de *“emanciparnos por nosotros mismos”*¹⁶, el concepto del Che del necesario “heroísmo cotidiano” indispensable en el “hombre nuevo”.

¹⁶ Ver el concepto de Revolución propuesto por Fidel en su discurso del 1 de mayo del 2000, que plantea la esencia de una revolución socialista.



Corolario de la segunda tesis: olvidar lo clasista, desmoviliza y tiene potenciales fatales consecuencias. *Se necesita de la participación de todos*, siempre garantizando el **poder en manos del pueblo**, entendido en la visión fidelista de su discurso autodefensa en el juicio por los sucesos del Moncada, "La Historia me absolverá". Es el pueblo "*si de lucha se trata*": no se trata de una masa amorfa y homogénea, y hoy está compuesto por los *efectivamente interesados en consolidar el sentido emancipatorio socialista*. Poder "*del pueblo*" tiene que ser un "*poder*" de nuevo tipo, organizado como Estado que "*se fortalece para extinguirse*": forma innovadora de organización de los individuos productores-consumidores, que se concreta para Cuba en la necesaria unidad dialéctica Partido Comunista- Sistema del Poder Popular- organizaciones, especialmente la Central de Trabajadores de Cuba y los sindicatos).

- ✓ **Tercera tesis:** sin ese poder son imposibles las necesarias transformaciones económicas para hacer sostenible en lo material, en la generación de los bienes y servicios imprescindibles, el proceso de transformaciones.

Corolario a la tercera tesis: ese poder demanda liderazgos también "de nuevo tipo", una vanguardia que se relegitime sistemáticamente, tanto sean las personas como las organizaciones, el "líder para dejar de ser líder" *como gestor- promotor efectivo del autogobierno social comunista*.

- ✓ **Cuarta tesis:** ese "**poder popular**" de nuevo tipo tiene la **responsabilidad** de "conducir" el *proceso de* establecimiento y consolidación del **sistema de propiedad socialista**. Este sistema de propiedad en construcción y permanente consolidación tienen que ser resultado de la *articulación* con definida orientación emancipadora (no "importación" y suma mecánica de formas conocidas, o inventadas voluntaristamente) de **diversidad de formas de propiedad** como subsistemas de *relaciones sociales de la producción*, con **la centralidad de la propiedad estatal de nuevo tipo como núcleo de la planificación social efectiva** por los individuos productores- consumidores.
- ✓ **Quinta tesis:** no se puede construir el socialismo con las armas melladas de conceptos del capitalismo, de experiencias socialistas de otros contextos históricos, o de nuestras anteriores etapas, copiadas o repetidas acriticamente. En "el mejor" de los casos tal comportamiento nos llevaría a



reiterar convocatorias a “rectificar”, en esencia buscando “resolver” problemas viejos no resueltos, lo que deslegitima el proceso de transformaciones y potencialmente conduce a su desarticulación. Las nuevas armas hemos de forjarlas en el debate entre todos los que la práctica revolucionaria demuestre que son parte del “pueblo...si de lucha se trata” (Fidel) para la transformación socialista.

Referências

- BUZGALIN, A. V. **El futuro del comunismo**. Moscú: OLMA-Press, 1996
- BUZGALIN, A. V. **La URSS: Proyecto inconcluso**. Moscú: Editora URSS, 2012.
- COLE, G.D.H., **Historia del pensamiento socialista: los precursores (1789-1850)**, tomo 1, Fondo de Cultura Económica, 1962.
- EATON, George. Francis Fukuyama interview: “Socialism ought to come back”. **The New Statesman**. 17 de octubre de 2018. Disponible in: <https://www.newstatesman.com/politics/2018/10/francis-fukuyama-interview-socialism-ought-come-back> - Accedido en 11 de abr. de 23.
- FUNG, Thalía. **En torno a la regularidades y particularidades de la revolución socialista en Cuba**. La Habana: Ciencias Sociales, 1981.
- GODET, Michel. **From anticipation to action**, Unesco Publishing, 1994.
- HAMPSHER-MONK, Iain. **Historia del pensamiento político moderno**. Los principales pensadores políticos de Hobbes a Marx. Barcelona: Ariel Ciencia Política, 1996.
- LAIDLER, Harry W. **Historia del socialismo**. Bilbao: Espasa Calpe, 1933.
- LEBOWITZ, Michael, **El Socialismo no cae del cielo: un nuevo comienzo**. Monte Avila Editores, 2007.
- MARX, K. ENGELS, F. **Collected Works**, tomo III, Intl Pub Co Inc, 1993.
- MARX, K. **Obras Escogidas**, T IV. Moscú: Editorial de Literatura Política, 1985.
- MAYORAL, María J. Qué busca el cambio en los estilos y los métodos del Partido. **Granma**. La Habana, 6 de octubre de 1999.
- _____. La crítica no es opción, es necesidad, **Granma**, 3 de noviembre de 1999.
- MOSCA, Gaetano, Historia de las doctrinas políticas, **Editorial Revista de Derecho Privado**, Madrid, 1941.
- NUTI, D. M. Ascenso, caída y futuro del socialismo. **El mundo de cambios**, n. 4, pp.41- 55, 2018.
- RAMONET, Ignacio. **Cien horas con Fidel**. Consejo de Estado, 2006.



- RUIZ, Raúl Castro. Discurso pronunciado en la clausura del Sexto Período Ordinario de Sesiones de la Séptima Legislatura de la Asamblea Nacional del Poder Popular, **Granma**, 20 de diciembre de 2010.
- SASSOON, Donald. One Hundred Years of Socialism. **European Left in the twentieth Century**, The New York Press, 1996.
- SILVA, Jesús Herzog. **El pensamiento Socialista**. México DF: Publicaciones de la Universidad Obrera de México, 1937.
- VOEIKOV, M.I. **La predeterminación de la estrategia socioeconómica**. El dilema de Lenin. Moscú: Instituto de Economía de AC Rusa, 2007.

Recebido em 24 abr. 2023 | aceite em 31 mai. 2023



Nicarágua e o fracasso das tentativas de revolução colorida no período de 2018 a 2023

Lazaro Camilo Recompensa Joseph¹

Míriam Gontijo de Moares²

100

Resumo

É dever dos verdadeiros progressistas e amantes da paz desmentir e desmontar a implementação da “pós-verdade” contra a Nicaragua, isto é, desmentir as *fake news* que se propagam: a) é uma ditadura comunista populista, b) que está suprimindo a liberdade de imprensa, c) que está aprisionando candidatos da oposição que supostamente eles ganhariam as eleições e d) que persegue dissidentes sandinistas que se oporiam a isso dentro do partido do personalismo ditatorial de Daniel Ortega. O objetivo do artigo é apresentar um panorama histórico sobre a Nicarágua desde a ocupação norte-americana, destacando o papel de Sandino até o desdobramento da revolução sandinista; uma retrospectiva das eleições no país; principais crises até a atualidade e os impactos da guerra híbrida na atual crise que o país enfrenta. Conclui-se que o que está em jogo hoje na Nicarágua é o destino das conquistas da revolução sandinista.

Palavras-chave: Sandino, guerra híbrida, *fake news*, revolução.

¹ Possui graduação em Licenciatura em Economia pela Universidade Central de Villa Clara (1983) e doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (2001). Atualmente é professor do Centro de Ciências Sociais e Humanas no Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Teoria Economia, Economia Internacional e Economia da Inovação. Pesquisa no tema Arranjos e Sistemas Produtivos Inovativos Locais. | camilojoseph@hotmail.com

² Professora Associada, ligada ao Dept^o de Processos Técnicos Documentais do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro- UNIRIO e ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, possui mestrado e doutorado em Ciência da Informação (2005) e pós-doutorado (2011-2012) com participação no Projeto Ágora de Democracia Digital desenvolvido junto ao Programa de Pós-graduação em Informática da UNIRIO . Desenvolve trabalho de pesquisa sobre os temas Organização do Conhecimento em Modelos Colaborativos, Democracia Digital, Transparência e Administração Pública, Patrimônio e Memória Digital. Foi editora da revista científica IP- Informática Pública. | miriam.gontijo.moraes@gmail.com



Resumen

Es deber de los verdaderos progresistas y pacifistas negar y dismantelar la implementación de la “posverdad” contra Nicaragua, es decir, desmentir las *fake news* que se propagan: a) es una dictadura comunista populista, b) que está suprimiendo la libertad de prensa, c) que está encarcelando a candidatos opositores que supuestamente ganarían las elecciones y d) que está persiguiendo a disidentes sandinistas que se opondrían a esto dentro del partido del personalismo dictatorial de Daniel Ortega. El propósito del artículo es presentar un panorama histórico de Nicaragua desde la ocupación estadounidense, destacando el papel de Sandino hasta el desarrollo de la revolución sandinista; una retrospectiva de las elecciones del país; principales crisis hasta la fecha y los impactos de la guerra híbrida en la crisis actual que enfrenta el país. Concluye que lo que está en juego hoy en Nicaragua es el destino de las conquistas de la revolución sandinista.

Palabras clave: Sandino, guerra híbrida, fake news, revolución.

Abstract

It is the duty of true progressives and peace-lovers to deny and dismantle the implementation of the “post-truth” against Nicaragua, that is, to deny the fake news that is propagated: a) it is a populist communist dictatorship, b) that is suppressing freedom of the press, c) that it is imprisoning opposition candidates who supposedly would win the elections and d) that it is chasing Sandinista dissidents who would oppose this within the party of Daniel Ortega's dictatorial personalism. The purpose of the article is to present a historical overview of Nicaragua since the US occupation, highlighting Sandino's role until the unfolding of the Sandinista revolution; a retrospective of the country's elections; main crises to date and the impacts of the hybrid war on the current crisis facing the country. It concludes that what is at stake today in Nicaragua is the fate of the achievements of the Sandinista revolution.

Keywords: Sandino, hybrid warfare, fake news, revolution.

Introdução

Carlos Fonseca Terán, autor de um artigo para o *site* de notícias de *América Latina y el Caribe* (NODAL), apresenta uma excelente metáfora para se referir aos efeitos do meio de comunicação na formação de opinião: “quando o ódio se espalha através da mídia e de outros pilares de influência da visão de espectro de política de direita na sociedade é como um vazamento de gás: basta acender um fósforo e tudo explode”.

Neste caso, o fósforo foi a reforma da previdência social, lançada pelo governo de Daniel Ortega. O gás seria o alto nível de desinformação das pessoas a respeito da mesma, que foi manipulado pela mídia de modo a convencer a população de que a reforma da previdência iria prejudicá-la quando, na realidade, visava impactar os setores mais abastados. Uma vez



com o fósforo aceso e o gás vazado, a explosão são as mortes decorrentes das manifestações que foram insufladas pela mídia.

O ódio é o resultado de uma sementeira de códigos que são ativados para propiciar a eclosão da irracionalidade e da histeria. O contexto histórico e a atual configuração geopolítica exigem um novo **modelo de guerra indireta**, segundo o qual “as tradicionais ocupações militares podem dar lugar a golpes e operações indiretas para troca de regime, que são muito mais econômicos e menos sensíveis do ponto de vista político”. (Ver, KORYBKO A. 2018, pag. 10).

A **guerra híbrida** é a combinação entre *revoluções coloridas* e *guerras não convencionais* (Idem). Neste novo modelo de guerra, as **revoluções coloridas** largamente planejadas e utilizando ferramentas de propaganda e estudos psicológicos combinados com o uso de redes (anti)sociais consistem em desestabilizar governos por meio de manifestações de massas em nome de reivindicações abstratas como **democracia, liberdade** etc.; elas são a **fagulha** que incendeia uma situação de conflito interno. **A revolução colorida é o golpe brando.**

Foi chocante ver as semelhanças de imagens entre os acontecimentos da Nicarágua em 2018 e os acontecidos na Venezuela em 2016 no tempo das guarimbas³.

O que mais poderiam fazer os Estados e os povos soberanos senão defender-se com suas próprias leis, quando uma potência estrangeira tenta promover uma guerra civil interna para derrubar o governo e destruir seu sistema social?

³ Se entende como “guarimbas” as ações violentas promovidas pela Mesa de Unidade Democrática (partidos de oposição ao chavismo) que contemplam o fechamento de ruas, destruição de instalações, veículos e bens públicos – incluídos centros de saúde, depósitos de alimentos e remédios, creches, não somente repartições públicas – e em muitos casos choques violentos com as equipes da ordem pública (Polícia Nacional Bolivariana e Guarda Nacional Bolivariana). O termo “**guarimba**” refere-se a documentos apreendidos de um produtor da RCTV, o principal canal privado naquela ocasião e que, publicamente, promoveu do golpe de abril de 2002, **instruindo que as manifestações de rua que a defendiam deviam se dar nos bairros, fechando vias, colocando barricadas, atacando e destruindo edifícios e veículos do governo e voltando rapidamente aos bairros para que quando a polícia chegasse tivesse havia que se voltar para as casas e atacar usando os andares superiores dos edifícios, ou seja, usando os bairros como guarimbas.**



É dever dos verdadeiros progressistas e amantes da paz **desmentir** e desmontar a implementação da “pós-verdade” contra a Nicarágua, isto é, desmentir as *fake news* que propagam: a) que é uma ditadura comunista populista, b) que está suprimindo a liberdade de imprensa, c) que está aprisionando candidatos da oposição que supostamente eles ganhariam as eleições e d) que persegue dissidentes sandinistas que se opoem a isso dentro do partido do personalismo ditatorial de Daniel Ortega. O objetivo do artigo é apresentar um panorama histórico sobre a Nicarágua desde a ocupação norte-americana, destacando o papel de Sandino até o desdobramento da revolução sandinista; uma retrospectiva das eleições no país; principais crises até a atualidade e os impactos da guerra híbrida na atual crise que o país enfrenta. Conclui-se, ao final do artigo, que o que está em jogo na Nicarágua, hoje, é o destino das conquistas da revolução sandinista.

As primeiras tentativas de formação do protetorado. A ocupação dos EUA na Nicarágua no período de 1912 – 1979.

O predomínio dos EUA na Nicarágua começou durante o Governo de William Taft (1909-1913). Em 1912, a pedido do presidente da Nicarágua, Adolfo Diaz (1911-1917 e 1926-1929), deu-se início à ocupação militar que serviria de apoio a regimes conservadores minoritários por quase duas décadas. Além disso, os Estados Unidos buscaram meios de colocar o país sob abrigo de um contrato financeiro. Na convenção de *Knox-Castrillo*⁴, negociada em 1911, Nicarágua comprometeu-se a pagar suas dívidas por meio de um banco dos EUA e a aceitar que esses banqueiros e o governo dos EUA nomeassem os administradores das alfândegas nacionais. Embora o Senado dos EUA tenha rejeitado este acordo, os banqueiros, Brown Brothers e Seligman⁵, constituíram os fundos necessários e nomearam um coletor alfandegário, adquirindo as participações majoritárias na Ferrovias do

⁴ Refere-se à política da “Diplomacia do dólar” aplicada pelos EUA a América Latina, a qual obrigava (a esses países) a contratar empréstimos dos banqueiros estado-unidenses recebendo em garantia do Departamento de Estado a supervisão direta das obras de infraestrutura a serem executadas, tarifas alfandegárias etc.

⁵ Em 1911, o Governo da Nicarágua assinou um acordo com as firmas *Brown Brothers & Company e J. & W. Seligman & Company*, de Nova York, no qual concordavam em constituir uma entidade bancária com participação acionária nicaraguense, que operaria sob as leis dos Estados Unidos.



Pacífico de Nicarágua e do Banco Nacional. (Ver Rosenberg Emily⁶, 1980, pág. 33).

Mesmo com as condições altamente onerosas impostas a Nicarágua, o governo dos EUA tentou ampliá-las. Naquela época, Woodrow Wilson (presidente dos EUA de 1913 a 1921) acrescentou uma disposição semelhante à Emenda Platt (aplicada a Cuba), que autorizava a intervenção militar dos EUA na Nicarágua. Porém, o Senado estadunidense se opôs à nova disposição (de Wilson), que foi abandonada. É assim que em 5 de agosto de 1914 foi assinado o **Tratado Bryan-Chamorro**⁷ em Washington. (Tratado entre o secretário de EUA, William J. Bryan da administração do presidente William Taft, e o general Emiliano Chamorro, ministro plenipotenciário da Nicarágua).

No **Artigo I**, o governo da Nicarágua concedeu aos Estados Unidos isenção permanente de qualquer imposto público, os direitos exclusivos e de propriedade necessários e convenientes para a construção, operação e manutenção de um canal⁸ interoceânico pela rota do Rio San Juan e o Grande Lago da Nicarágua ou por qualquer rota sobre o território da Nicarágua (...). Bastava que o Governo dos Estados Unidos notificasse o Governo da Nicarágua de seu desejo ou intenção de construí-lo (o canal interoceânico).

Já o **Artigo II** facilitou para o governo dos EUA (na proteção do Canal do Panamá), o arrendamento por 99 anos das ilhas *Great Corn Island* e *Little Corn Island* no Mar do Caribe e concedeu, também por 99 anos, o direito de estabelecer, operar e manter uma base naval em qualquer lugar do território da Nicarágua banhado pelo Golfo de Fonseca, conforme a escolha do governo dos EUA.

Em troca dessas concessões, no **Artigo IV**, o Senado e a Câmara dos Deputados da República da Nicarágua decretaram que:

⁶ Rosenberg, Emily. 1980. "La Política del presidente Wilson en América Central: La lucha contra la inestabilidad económica". Revista De Historia, n. 9-10 (enero), 33-58. <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/historia/article/view/11884>. Acesso 02/04/2023.

⁷ CORRALES RAMÓN. El Tratado Chamorro - Weitzel ante Centro America y ante El Derecho Internacional. San Jose, C. R. Imprenta Moderna 1914. Disponível em https://obtienearchivo.bcn.cl/obtieneimagen?id=documentos/10221.1/80275/2/7892_0.pdf. Acesso 02/04/2023.

⁸ O Canal da Nicarágua, sua construção iria encurtar a distância entre Nova Iorque e San Francisco em 800 km (500 milhas).



(...) a fim de reduzir a dívida atual da Nicarágua, o Governo dos EUA pagará três milhões de pesos (3.000.000,00) ouro cunhado dos Estados Unidos(..) a serem utilizados na construção de obras públicas, ou no desenvolvimento da prosperidade da Nicarágua, de tal maneira que possa ser determinada pelas duas altas partes contratantes, sendo tal uso efetuado por ordens emitidas pelo Departamento de Finanças e aprovadas pelo Secretário de Estado dos Estados Unidos, ou pela pessoa que o designa.

Em 1916, Salvador e Costa Rica recorreram na justiça internacional, protestando os termos do Tratado Bryan-Chamorro⁹, por violar seus direitos¹⁰. A justiça internacional votou a favor, porém a Nicarágua anunciou que não iria aceitar as decisões do juiz.

Em 2 de maio de 1926, começou, na Costa Atlântica, a chamada "*Guerra Liberal Constitucionalista*" do general (liberal) Luis Beltrán Sandoval contra o governo ilegítimo do general Emiliano Chamorro, quem usurpou (via golpe de Estado) a presidência do Solorzano e do vice-presidente Juan Bautista Sacasa. Esta guerra reivindicava o cumprimento da constituição nicaraguense de 1923. Daí o nome "constitucionalista".

Nesse período, o governo dos Estados Unidos tentou mediar as partes em conflito patrocinando conferências de paz realizadas a bordo do navio de guerra americano "USS Denver". Tais conversas que não chegaram a nenhum acordo.

Devido à pressão dos EUA, Chamorro renunciou à presidência, transferindo-a ao conservador Sebastián Uriza, que também foi rejeitado pelos Estados Unidos. Assim, pela segunda vez, a presidência foi assumida pelo Adolfo Díaz Recinos em novembro de 1926, o qual foi reconhecido pelos Estados Unidos.

⁹ O tratado se manteve em vigor até 1972. Porém foi revogado em 14/07/1970. Dessa forma, em 1972 se eliminou a tentativa de converter a Nicarágua num protetorado dos EUA.

¹⁰ O golfo de Fonseca, com apenas 3.200 km², é cenário de conflitos territoriais desde as independências de Honduras, El Salvador e Nicarágua. Para Honduras, o golfo é a única saída para o oceano, diferentemente da Nicarágua e de El Salvador, que contam com 352 e 307 km de costa banhada pelo oceano Pacífico, respectivamente. Além da existência de disputas entre Honduras e Costa Rica pelo ilha do Coelho localizada no golfo.



No poder, Díaz, em 15 de novembro de 1926, pede uma nova intervenção militar dos EUA: a segunda em solo nicaraguense. O presidente dos Estados Unidos justificou esta segunda intervenção como uma medida preventiva contra as "atividades bolcheviques" do regime do general Plutarco Elías Calles no México que, segundo ele, era protetor de Sacasa e do General Moncada¹¹ na Nicarágua.

Em 1 de dezembro de 1926, Juan Bautista Sacasa, desembarca em Puerto Cabezas e proclama-se presidente constitucional da Nicarágua, estabelecendo um governo provisório naquela cidade.

Em resposta, em 24 de dezembro de 1926, 5.000 fuzileiros navais e 16 navios de guerra desembarcaram em Puerto Cabezas, declarada uma zona neutra pelos invasores estadunidenses. Sacasa e as forças constitucionalistas foram obrigados a abandonar a cidade e entregar suas armas.

O conflito arrastou-se por uns três anos tempo suficiente para preocupar o presidente dos EUA, Calvin Coolidge, que estava perto da sua campanha eleitoral. Nesse sentido, decidiu enviar como emissário, o ex-secretário de Guerra, Henry Stimpson, para negociar com as forças constitucionalistas os termos de um acordo de paz definitivo.

Posteriormente em 4 de maio de 1927, sem o consentimento prévio dos membros do exército constitucionalista, à sombra de um espinheiro negro, em Tipitapa¹², foi assinado o **Pacto Espino Negro** entre Moncada (líder dos liberais) e Stimpson (enviado militar dos EUA). No acordo:

- a) O presidente Díaz (eleito inconstitucionalmente) terminaria o seu mandato e as forças dos EU "vigiarão" as eleições de 1928.
- b) O desarmamento geral das tropas nicaraguenses em conflito
- c) Entrega de armas para os EUA.
- d) Criação da **Guarda Nacional** (GN) de Somoza; que submeteu o povo nicaraguense a uma ditadura militar de ferro por 45 anos.

¹¹ O General José Maria Moncada Tapia, combatia junto a Sacasa, e foi o responsável de formar um governo paralelo a Chamorro. Posteriormente notificou a Sandino de um "armistício" de 48 horas, devido a uma conferência de paz a ser realizada em Manágua ou Tipitapa com delegados dos EUA. Sandino opôs-se à participação de Moncada nesta conferência, indicando que todos os generais e membros armados do exército constitucionalista deveriam participar nesta decisão.

¹² Tipitapa es un municipio del departamento de Managua en la República de Nicaragua, fundado en el 10 de noviembre de 1961.



De Sandino à Revolução Sandinista

Augusto César Sandino, que lutou ao lado dos liberais, denunciou que o pacto era a concessão da soberania nacional aos Estados Unidos e, conseqüentemente, se opôs a ele. Ele reorganizou as forças liberais que liderou e formou com camponeses e outros trabalhadores seu histórico Exército para a Defesa da Soberania Nacional (EDSN). A luta de Sandino deixou de ser uma luta pela restauração constitucional para uma luta de guerrilha contra a Guarda Nacional do submisso governo nicaraguense e contra as tropas de ocupação dos EUA que permaneceram estacionadas no país desde 1912.

Em janeiro de 1933, os fuzileiros navais dos EUA se retiraram da Nicarágua, em parte compelidos pela luta de guerrilha de Sandino, que empreendeu 510 batalhas ao longo de seis anos para expulsar as forças de ocupação. O objetivo básico destas forças de ocupação já tinha sido atingido: tratava-se de treinar a Guarda Nacional de Somoza. Após a partida das tropas de ocupação, Sandino concordou em negociar a paz com o governo de Juan Bautista Sacasa.

Devido ao seu prestígio político e sob a ordem dos EUA, foi emboscado e assassinado por Anastasio Somoza, chefe da Guarda Nacional. Os elementos básicos da ideologia de Sandino eram a **dignidade humana** e a **democracia** como princípios inseparáveis. Possuía uma visão patriótica, nacionalista, moral, cultural, integrada com teorias revolucionárias sociais e éticas, muito avançadas para a época. Entre os valores morais de Sandino destacam-se: desinteresse, sacrificar-se com alegria, solidariedade humana, dignidade.

Foi Anastasio Somoza Garcia quem planejou o assassinato de Augusto Cesar Sandino. Segundo Somoza, a eliminação de Sandino teve a bênção do ministro dos EUA, Arthur Bliss Lane, por ser uma ameaça à paz e tranquilidade do país. Assim, "sem qualquer oposição", Somoza tornou-se proprietário de toda a Nicarágua. Em 1936, foi nomeado Presidente da República e assim permaneceu até à sua morte.

Foram três membros da família Somoza que presidiram Nicarágua:

- a) Anastasio Somoza Garcia (pai): Em 1956, Somoza Garcia sofreu um atentado sendo baleado quatro vezes. Morreu num hospital dos EUA em 29 de setembro;
- b) Luis Somoza Debayle (filho): sucedeu seu pai como presidente. Morreu em 13 de abril de 1967, aos 50 anos, de um ataque cardíaco e



c) Anastasio Somoza Debayle (filho): venceu as eleições de 5 de fevereiro 1967 e impôs uma ditadura que durou até 1979. Seu governo teve que enfrentar a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), cujo objetivo era a derrubada da ditadura imposta pela família Somoza.

Com Jimmy Carter na Presidência dos EUA em 1977 mudou drasticamente o equilíbrio de poder na Nicarágua. Carter deixou de apoiar Anastasio ("Tachito") Somoza Debayle que escapou¹³ de helicóptero rumo a Miami com alguns seguidores, em 17 de julho de 1979. A partir desse dia, o **Dia da Alegria** é comemorado na Nicarágua para lembrar o fim da dinastia Somoza.

Somoza Debayle exilou-se na Guatemala e depois no Paraguai¹⁴, onde foi morto por um comando argentino em 1980.

Em 19 de julho de 1979, o povo nicaraguense derrubou o Somocismo numa insurreição popular armada. Isto é, 45 anos de ditadura dinástica (financiada e apoiada pelos EUA) foram destruídos. Assim, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) tornou-se o setor mais poderoso numa aliança governamental que tentou a reconstrução nacional.

O FSLN começou a realizar projetos para consolidar a soberania nacional, socializar o potencial de riqueza do país visando as maiorias empobrecidas.

- ☑ Instalou-se a Junta de Governo de Reconstrução Nacional (JGRN).
- ☑ Sancionou o Estatuto Fundamental da República da Nicarágua como a norma suprema provisória.
- ☑ Revogou as antigas estruturas formais de poder e lançou as bases da nova ordem institucional.

¹³ Viajou para Miami, onde tentou se exilar sem sucesso. Ver https://pt.wikipedia.org/wiki/Anastasio_Somoza_Debayle. Acesso 13/04/2023

¹⁴ Obteve refúgio no Paraguai, à época governado por Alfredo Stroessner.[5] No dia 17 de setembro de 1980 foi assassinado numa rua de Assunção com um tiro de bazuca que destruiu seu carro.[5][12] O ataque que resultou na morte de Somoza foi organizado pelo guerrilheiro argentino Enrique Gorriarán Merlo, que foi o responsável por recrutar os executores entre os sobreviventes do grupo argentino ERP (Exército Revolucionário do Povo) para executar a ação. Segundo Gorriarán quem disparou o tiro de bazuca foi Hugo Irurzun.[13] [t.wikipedia.org/wiki/Anastasio_Somoza_Debayle](https://pt.wikipedia.org/wiki/Anastasio_Somoza_Debayle).



- ☐ Em 22 de agosto de 1979, através do Decreto 53, a JGRN decretou a criação do Exército Popular Sandinista (EPS) como a única força armada da República.
- ☐ Em 21 de fevereiro de 1980, criaram-se as Brigadas Populares Sandinistas visando institucionalizar a participação cidadã na defesa.
- ☐ Em 13 de setembro de 1983, a JGRN sancionou a Lei do Serviço Militar Patriótico para enfrentar o conflito armado.
- ☐ Em 1985 foi concluída a base doutrinária militar do Estado revolucionário, cujo eixo fundamental era a defesa da Revolução.

No plano político interno, os sandinistas aproximaram-se das nações do bloco socialista. O projeto sandinista prometia ampla Reforma Agrária, maior controle de economia por parte do Estado etc. Ou seja, o projeto incomodou os interesses da elite capitalista e de porções heterogêneas da população nicaraguense. Dessa maneira, a partir de 1981, formou-se um bloco armado e contrarrevolucionário, jogando a Nicarágua numa guerra civil.

Com o governo de Ronald Reagan (1981-1989), começa a guerra civil, sob o pretexto de enfrentar as influências da antiga URSS e Cuba na região. Deste modo, Reagan financiou o exército dos CONTRAS, cujos membros foram treinados na Flórida, Honduras, Costa Rica e Guatemala. Destinou US\$19 milhões do orçamento da CIA, no treinamento dos líderes do CONTRAS, muitos dos quais remanescentes da ditadura somozista.

Multiplicaram-se invasões e ataques pelas fronteiras, com sabotagem generalizada das comunicações, destruição de colheitas e instalações econômicas e o assassinato de civis. Ou seja, adotou-se a estratégia de guerra de baixa intensidade semeando o terror. A estratégia de Regan obrigou o governo sandinista a investir suas escassas finanças em armas em vez de programas sociais e contribuiu para que a oposição política interna tivesse bons argumentos para aumentar a contra-revolução.

Em 11 de outubro de 1983, mercenários da CIA, a bordo de lanchas rápidas, dispararam contra depósitos de combustíveis. Aquele atentado terrorista no Porto de Corinto¹⁵ provocou a queima de mais de 6 mil toneladas de combustível. Portanto, cerca de 40.000 pessoas de Corinto tiveram que ser evacuadas imediatamente e o Corpo de Bombeiros lutou para evitar que as chamas atingissem os outros 14 tanques localizados

¹⁵ Ver, <https://gacetasandinista.com/el-ataque-terrorista-de-la-cia-eeuu-contra-depositos-de-combustibles-en-nicaragua/>. Acesso 3/04/2023.



naquele local. Essa explosão constituiu o início da intervenção direta da CIA na Nicarágua.

O ataque criminoso foi cometido por um grupo de Contras, aos quais o presidente dos EUA, Ronald Reagan, chamou de "os campeões da liberdade". Já em "oito de setembro de mil novecentos oitenta três", EUA havia dinamitado o oleoduto Puerto Sandino, onde se descarrega todo o petróleo consumido pelo país. Além disso, um tanque com 2.000 toneladas de combustível havia sido incendiado recentemente em Puerto Benjamín Zeledón.

Por este crime somado à outra longa lista de crimes, Nicarágua demandou aos EUA perante a Corte Internacional de Justiça (Haia). A Corte Internacional julgou a favor da Nicarágua e mandou os EUA pagarem uma indenização de US\$17 bilhões de dólares. No entanto, o país norte-americano, até a data de hoje, continua a não cumprir a referida sentença.

As eleições presidenciais na Nicarágua

Em 4 de novembro de 1984 foram realizadas as primeiras eleições livres na Nicarágua. O resultado foi a eleição do eleito candidato do FSLN Comandante Daniel Ortega Saavedra com **67%** dos votos. As urnas expressaram a vontade do povo? Ou seja, o verdadeiro teste eleitoral era decidir qual sistema o povo nicaraguense queria:

- a) O projeto revolucionário sandinista ou
- b) A política de abstenção da Coordenadora Partido Democrático Nicaraguense (CDN).

Em 1984, pela primeira vez, opções políticas muito diferentes competiram para alcançar realmente assentos em um parlamento. Com as eleições de 1984, a revolução sandinista deu um passo importante para a institucionalização de seu modelo político. As eleições foram feitas durante a guerra, com invasões desde Honduras e implantação de minas em portos, bombardeios aéreos, ataques rápidos etc. Os observadores eleitorais foram unânimes em julgar **justo e bem gerido o processo de eleições livres na Nicarágua**. A delegação oficial do Parlamento Europeu, por exemplo, declarou: "A Nicarágua, a partir de hoje, não é mais um país totalitário".

De qualquer modo, Ronald Reagan denunciou a eleição de 1984 como uma "farsa de estilo soviético". Esta opinião foi rejeitada por vários observadores independentes, insistindo em continuar a financiar e armar os



Contras e em maio de 1985, os EUA impôs um **embargo comercial** à Nicarágua, seguido por ajuda "não letal" aos Contras de US \$27 milhões. Por causa disso, o governo sandinista teve que declarar estado de emergência novamente em outubro de 1985.

Segundo Chomsky (2003, pag.49):

(...)o ataque dos Estados Unidos contra a Nicarágua foi muito grave o país foi praticamente destruído. Agora é o segundo país mais pobre do hemisfério e pode nunca se recuperar. Pela primeira vez, ordens oficiais foram emitidas para atacar os chamados hospitais "alvos fáceis" cooperativas agrícolas etc. Os ataques continuaram até que finalmente, em 1990, o povo votou no candidato dos Estados Unidos e o terror cessou" (...).

Assim, em 1990 foram convocadas eleições antecipadamente, os nicaraguenses teriam de escolher o governo que deveria tirar o país da crise que o havia tomado. O Congresso dos EUA suspendeu orçamento dos Contras, sendo "impossível" manter sua luta. O governo sandinista não podia continuar mantendo uma guerra impopular que minou a economia no final dos anos 1980. O FSLN ficou sem o apoio da ex-URSS, em meio ao colapso político e econômico e sob os acordos de Esquipulas II¹⁶ buscou-se uma solução política para o conflito que contemplava a convocação de eleições gerais.

Em vinte e cinco de fevereiro de mil novecentos e noventa realizaram-se eleições para escolher o Presidente e 92 membros da Assembleia Nacional da Nicarágua. A vitória foi da direita União Nacional da Oposição (UNO), com 55% dos votos, levando Violeta Chamorro à presidência. A UNO conquistou a maioria absoluta na Assembleia Nacional da Nicarágua. Com uma participação eleitoral de 86%, as eleições de 1990 encerraram a Revolução Sandinista.

Depois de conhecer os resultados, o presidente Daniel Ortega **reconheceu** publicamente sua derrota parabenizando Violeta Chamorro. O dia 27 de fevereiro começou com a transição de poder envolvendo uma negociação entre FSLN e ONU e a participação do ex-presidente dos EUA Jimmy Carter, entre outros. A permanência do general Humberto Ortega

¹⁶ Foi o procedimento adotado para o estabelecimento de uma paz firme e duradoura na América Central, sendo assinado em, Guatemala, em 7 de agosto de 1987. Ver mais em <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2004/2530.pdf>. Acesso 03/04/2023.

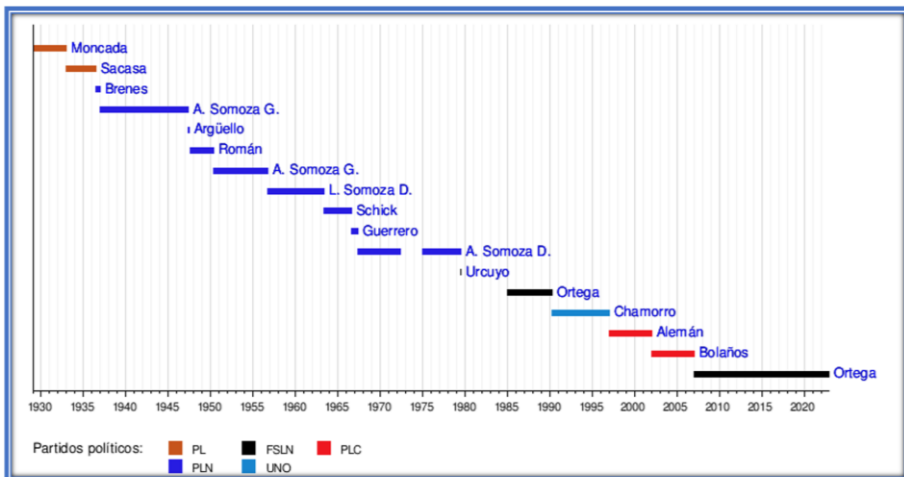


Saavedra como comandante-em-chefe do Exército foi acordada e acordou-se o desarme dos Contras e a redução dos efetivos militares do Exército Popular Sandinista. A UNO ficou com 51 deputados, a FSLN com 39 representantes, o Movimento de Unidade Revolucionária (MUR) com 1 e o Partido Social Cristão (PSC) com 1.

Deve-se destacar que nas eleições de 1984, o sandinismo triunfou de forma esmagadora: obteve **67%** dos votos válidos. Mas muitos **não reconheceram** o caráter democrático de sua ideologia revolucionária. E em 1990, quando a oposição derrotou o FSLN, obtendo **55%** dos votos, o **sandinismo conquistou ampla credibilidade por sua adesão à democracia**. Continua sendo um paradoxo essa dupla medida que o mundo ocidental aplica permanentemente a esse movimento revolucionário.

O novo governo impôs, como era facilmente previsível, um plano econômico neoliberal. O pacote de medidas econômicas postas em prática pelo governo beneficiava exportadores e grandes empresas estrangeiras. O campo, as pequenas e médias empresas foram abandonados. Explodiu o desemprego. Aumentou a privatização indiscriminada de empresas e a desorganização da produção, causando uma profunda crise social.

Cronologia dos vencedores nas eleições na Nicarágua (1930-2021)



Fonte: https://es.wikipedia.org/wiki/Presidente_de_Nicaragua. Acesso 08/04/2023.



A FSLN retorna ao poder 16 anos depois

A FSLN e Daniel Ortega voltaram ao governo em novembro de 2006 estabelecendo vários acordos. Acordos políticos que foram **questionados** e **criticados** por alguns, inclusive simpatizantes e amigos, no país e exterior. Nas eleições de 2006, o partido FSLN obteve 38% dos votos, e suas alianças lhe deram os 13% que Ortega precisava para vencer por maioria.

Segundo colaboradores de Ortega, “as alianças feitas quando não éramos governo foram manobras políticas. Entendemos de tática e estratégia, porque fomos guerrilheiros, soldados e políticos. Esse pragmatismo é o que muitos não digerem”.

Desde dez de janeiro de dois mil e sete a FSLN chegou a vencer as eleições em 105 municípios, dos 146 existentes, em novembro de 2008. - Apesar dos insultos e acusações pessoais contra os dirigentes sandinistas, a saúde e a educação voltaram a ser gratuitas. - Milhares de crianças voltaram à escola, parando de trabalhar ou de mendigar. - O plano “Fome Zero” entregou um milhão de pratos por dia em centros educacionais. - O mesmo plano busca a soberania e a segurança alimentar do país legalizando terras e concedendo empréstimos a pequenos e médios produtores a juros baixíssimos. - Cerca de cem mil famílias camponesas se beneficiaram desse projeto gerido por mulheres, organizadas em cooperativas. - Elas receberam treinamento e receberam vacas, porcos, sementes e devolvem 20% do empréstimo. - O resto do empréstimo deve ser capitalizado para que sejam independentes e se tornem produtores de alimentos. - O programa “Usura (Agiotagem) Cero” financia parte desses 45% de nicaraguenses que trabalham por conta própria, com juros de 5% ao ano.

Preocupado com os avanços dos sandinistas, em agosto de 2008, Robert Callahan chegou como embaixador dos EUA apoiando e conspirando com a oposição nicaraguense.

Porém, nas posteriores eleições presidenciais de 2011 e 2016, a FSLN e Daniel Ortega ganharam com 62,6% e 72,5% respectivamente. Na realidade o apoio popular ao governo sandinista aumentou esmagadoramente nesse período.

O que aconteceu na Nicarágua em 2018?

Era de se esperar que a oposição nicaraguense e os EUA não iriam aceitar serem vencidos, nem pelas armas (como aconteceu nos anos 70-80)



nem pelos votos, como sucedeu recentemente. Assim, redobram sua ofensiva com o objetivo de criar o clima de opinião necessário para que derrubar o governo de Daniel Ortega sem protestos internacionais, independentemente de ele ter sido eleito em 2016, com 72% dos votos.

Entre abril e julho de 2018, Nicarágua inteira foi tomada por marchas e contramarchas; a atividade laboral diminuiu para a sua expressão mínima, suspendeu-se a vida acadêmica, levantaram-se barricadas por todo o país obstruindo a passagem de mercadorias e veículos, foram queimados monumentos governamentais, símbolos revolucionários, houve violentos ataques a destacamentos de policiais, repressão de manifestantes, jornalistas mortos e sandinistas espancados. Tortura, intimidação, ações de milícias, tomada de terras, saques, aquartelamento das forças de segurança do Estado, crime comum e organizado à vontade, fanatismo político e religioso e centenas de mortes que causaram dor e roubaram a tranquilidade do povo "nica".

Várias são as questões que devem ser colocadas: Como começou? Como eles tentaram perpetrá-lo? Como eles criaram uma rede de manipulação da informação? Como eles semearam terror, violência, mentira, a afetação psicológica na cidade, levadas a extremos insuspeitados? Por que eles tentaram anarquizar o país? Quem estava por trás disso? Que métodos sinistros eles usaram para levar a uma situação de tanto ódio, morte e destruição? Devemos convir com Midence¹⁷ (2018, pag.38) que o que houve foi o golpe de Estado suave, escalonado, pelo aquecimento das ruas através do formato de guerra híbrida.

Analisemos o mito em relação ao acontecido, de que **a crise que começou em abril de 2018 foi uma rebelião espontânea do povo**¹⁸. Na realidade, a crise foi deliberadamente forjada, com anos de planejamento, por grupos contrários ao governo usando *fake News* e atividades criminosas. Em menos de dois meses (de 18 de abril a junho de 2018), num país com

¹⁷ Ver, CARLOS MIDENCE. **El Sandinismo frente al fallido golpe de Estado y sus correlatos**. Pag. 29 – 51. In: Nicaragua en crisis: entre la revolución y la sublevación / Esteban De Gori ... [et al.]. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Sans Soleil Ediciones Argentina, 2018. Disponível em <http://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/>. Acesso 03/04/2023.

¹⁸ ALLIANCE FOR GLOBAL JUSTICE. Nicaragua 2018. Golpe de estado o levantamiento popular?. Julio 2019. Disponível em: <https://www.tortillaconsal.com/tortilla/node/6123> . Acesso 03/11/2022. Pag.46.



pouco mais de 6 milhões de habitantes, como a Nicarágua, quase 400 milhões de mensagens atravessaram as redes sociais virtuais, incitando o ódio, a violência contra o sandinismo e cujo conteúdo, em sua maior parte, foi manipulado.

EUA enviaram mais de US\$ 31 milhões via USAID a ONGs, organizações e grupos de mídia contrários ao governo. A *National Endowment for Democracy* (NED) dos EUA e braço secreto da CIA. No período compreendido entre os anos 2014 e 2018, “doou” mais de US \$ 4 milhões para várias organizações civis.

As ligações da NED com o movimento juvenil também são claras: a Juventude Cívica (MCJ) na Nicarágua foi criada e financiada pelo Instituto Nacional Democrata (NDI), que é um braço da NED. O secretário-geral do MCJ estudantil é, também, coordenador na Nicarágua do NDI.

Por outro lado, o Conselho Superior de Empresas Privadas (COSEP) acusou o governo de Ortega de não ser eficaz no combate ao incêndio na reserva indígena Índio Maíz. Embora o governo tenha utilizado unidades do exército, helicópteros, equipamentos etc. houve evidências de ter sido um incêndio intencional. Utilizou-se (por alguém) a técnica de cortar e queimar. Os fazendeiros vizinhos também queriam se expandir ocupando partes da reserva.

O segundo e mais amplo protesto acusou o governo de mudanças unilateral no sistema previdenciário no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Devido a um déficit de 80 milhões de dólares no sistema previdenciário, causado pelo desequilíbrio interno entre a base contributiva e os pensionistas, o Governo propôs uma reforma do INSS em **2017**, que foi submetida à discussão democrática com os sindicatos de trabalhadores.

Organizações empresariais como Conselho Superior da Empresa Privada (COSEP), Câmara de Comércio Americana da Nicarágua (AmChane), União Nicaraguense de Pequenas e Médias Empresas (Unipyme), Instituto Nicaraguense de Desenvolvimento (INDE) participaram dos debates junto à sociedade, incluindo as igrejas católica e evangélica. Como resultado dos diálogos e discussões, chegou-se a um certo consenso em relação a todos os pontos-chaves da reforma.

No entanto, quando o governo de Daniel Ortega aprovou a reforma do INSS para fortalecer o sistema previdenciário por meio de uma melhor distribuição de responsabilidades entre empresas e trabalhadores, a COSEP rejeitou surpreendentemente o anúncio do governo porque criava



"incerteza" para os empresários e limitava a geração de empregos por parte do setor privado.

Segundo a COSEP, seria melhor aplicar as recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) que consistiam em: *aumentar a idade de reforma de 60 para 65 anos, aumentar o número de semanas de contribuições e eliminar o pagamento da pensão reduzida, que beneficia trabalhadores de mais baixa renda e sua família.*

O que o setor privado não gostou foi que a reforma publicada no Diário Oficial manteve a idade de aposentadoria em 60 anos e o tempo trabalhado para o prêmio em 15 anos ou 750 semanas, um dos mais baixos do mundo. Os empregadores também ficaram chateados por não eliminar as pensões das vítimas da guerra, por não aumentar o número de contribuições de 750 para 1.500.

Em vez disso, o governo propôs mudanças que causariam menos dificuldades para os trabalhadores nicaraguenses. Pequenos aumentos das contribuições de empregados (0,75%) e governo (1,75%), com maiores contribuições aumento para os empregadores (3,5%).

Propôs uma contribuição de 5% de cada aposentado para fornecer benefícios de cuidados de saúde do INSS a quem recebe apenas meia aposentadoria. Isso ajudaria aqueles que não pagaram o sistema durante o tempo necessário, incluindo os membros sobreviventes das famílias dos combatentes de ambos os lados da Guerra dos Contras da década de 1980.

A proposta de Ortega também eliminava o "teto" que permitia que os mais ricos pagassem apenas uma parte de seus salário ao Fundo de Segurança Social. Os meios de comunicação das grandes corporações e as redes (anti)sociais deturpam a proposta do INSS de Ortega e apresentaram-na como regressiva.

Ou seja, colocou-se como a implementação daquilo que o FMI exigia, quando na realidade era exatamente o oposto. Assim, começou a campanha de desinformação¹⁹ da oposição. Diante de opositores recalcitrantes, o

¹⁹ No dia seguinte ao anúncio da reforma, o grupo político mais importante constituído pela aliança FAD-MRS (*Frente Amplio por la Democracia-Movimiento de Renovación Sandinista*), que representa uma aliança de extrema-direita com dissidentes sandinistas ativou as contas do Twitter #SOSINSS, #NoWeAreAfraid, #OcupalNSS, #SOSnicaragua, #QueSeRindaTuMadre que narravam a rejeição da reforma pelos cidadãos e, principalmente, pelos jovens e trabalhadores, deturpando o conteúdo do que foi acordado pelo Governo.



governo não se desviou do princípio de manter os benefícios dos trabalhadores.

O COSEP retirou-se das negociações e, junto com ONGs, convocou os protestos contra as reformas de Ortega. Em outras palavras, o COSEP convocou protestos de rua, em função do seu interesse de classe, simulando que agia em nome do bem-estar dos trabalhadores e na realidade promovia uma proposta prejudicial para os mesmos. Destaque-se que enquanto algumas pessoas mais velhas participaram dos protestos, foram os estudantes os que participaram em massa nos protestos ante uma questão que não os afetava diretamente, o que é de se estranhar.

Nas redes (anti)sociais, começaram lançamentos em massas de *fake news*, distorcendo o real conteúdo das reformas do INSS. Relatou-se "falsamente" a morte de uma estudante da Universidade Centroamericana (UCA) pela polícia naquele primeiro dia dos protestos. No segundo dia houve relatos falsos a respeito de um "massacre estudantil". De fato, houve três mortes, mas nenhuma delas estudante.

Numa primeira reflexão sobre a *sequência* dos atos percebe-se a manipulação política da oposição: 1) no caso das queimadas da floresta na região Indo Maiz, 2) no caso das reformas do INSS, 3) no caso da morte dos estudantes atribuídas ao governo. **Conclusão: reivindicara-se que** 4) Ortega tem que renunciar e 5) Chamar a novas eleições livres (dos sandinistas).

No decorrer dos protestos disponibilizaram-se grande número de morteiros artesanais. A questão é "quem os produziu tão rapidamente?" Os opositores começaram a construir barricadas, bloquear estradas, ruas e rodovias, usando qualquer material disponível. Uso de Gangues criminosas, pagas pela oposição para controlar o passo nas áreas bloqueadas, com destaque para o caso do Christian Mendoza, conhecido como "Viper", um famigerado chefe de gangue, que fora capturado pelo polícia, após supostas operações criminosas com membros de sua gangue na Universidade Politécnica (UPOLI) de Manágua.

Segundo, a Rádio ABC Viper confessou ter tido uma relação criminosa com os seguintes quatro líderes da sociedade civil: a) Luciano García, o presidente da *Hagamos Democracia* e uma rede de repórteres e ativistas, b) Hugo Torres, um general reformado do exército que se tornou um dos líderes da oposição, c) Moisés Hassan Morales, um ex-membro da junta de governo da FSLN e ex-prefeito de Manágua, que deixou a FSLN em 1988.



O governo busca soluções para resolver a crise²⁰

118

O presidente Ortega pediu um diálogo nacional entre vários setores da sociedade. Ele pediu à Conferência Episcopal da Nicarágua (CEN) para mediar o diálogo nacional, e eles aceitaram. Criou-se a Comissão Verdade, Justiça e Paz (CVJP), em vinte nove de abril de dois mil e dezenove, em sessão especial do Legislativo da Nicarágua, com a missão explícita de "entender, analisar e esclarecer os fatos violentos e as mortes ocorridas na Nicarágua desde dezoito de abril de dois mil dezoito. A primeira sessão do diálogo nacional foi realizada dezesseis de maio de dois mil e dezoito. Participaram representantes e personalidades nacionais e internacionais. Em vez de diálogo, no entanto, muitos representantes estudantis gritaram "Assassino! Assassino" quando Ortega e Murillo entraram na sala.

Durante a discussão, o líder estudantil **Lesther Alemán** fez um discurso, acusando Ortega de dirigir um **genocídio**. Ele acrescentou que os

NACIONAIS

Um testemunho comovente que comove a alma

Leonel Morales, líder da UNEN: "Quero que haja paz"

Sexta-feira, 27 de julho de 2018 | Pedro Ortega Ramirez

compartilhar  



O jovem líder da União Nacional de Estudantes da Nicarágua (UNEN), Leonel Morales, está se recuperando lenta mas satisfatoriamente dos gravíssimos ferimentos à bala e outras lesões que sofreu na noite de 13 de junho, quando

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=tn9oBNVRf8c>. Acesso 08/04/2023.

estudantes não estavam presentes para conversar, exigiram um cessar-fogo e a renúncia de Ortega e Murillo. Por outro lado, **Leonel Morales**, aluno da Universidade Politécnica (UPOLI) e representante do grêmio estudantil da Unión Nacional de Estudiantes de Nicaragua (UNEN), **protestou pelo uso da sua universidade por não estudantes** e pelos bloqueios de estradas que criaram violência e caos. Ele pagaria caro por seus comentários públicos.

Na noite de treze de

²⁰ ALLIANCE FOR GLOBAL JUSTICE. Nicaragua 2018. Golpe de estado o levantamento popular?. Julio 2019. Disponível em: <https://www.tortillaconsal.com/tortilla/node/6123> . Acesso 03/11/2022. Pag.51.



junho de dois mil e dezoito, Leonel Morales, quando esta-va na casa da namorada, foi sequestrado por terroristas pagos por grupos golpistas de direita. A intenção era assassiná-lo a qualquer custo: essa foi a ordem que os bandidos receberam dos "golpistas", como já destacado anteriormente. Morales fez parte da Mesa de Diálogo Nacional, e como membro da UNEN denunciou os terroristas que mantinham várias cidades sequestradas com bloqueios de estradas.



Table 1 Total NED Funds Distributed to Nicaragua between 2014-2017

Project Focus	Number of Projects	Funding
Accountability and Governance	18	\$1,848,487
Human Rights	9	\$555,604
Freedom of Information	8	\$450,057
Democratic Ideas and Values	8	\$634,788
Rule of Law	5	\$327,843
Civic Education	6	\$311,000
Total	54	\$4,127,779

Fonte: <https://thegrayzone.com/2018/06/25/maquinaria-injerencista-del-gobierno-de-los-ee-uu-se-jacta-de-preparar-el-terreno-para-la-insurreccion-en-nicaragua/>. Acesso 08/04/2023.

No início de junho de dois mil e dezoito, três estudantes universitários da Nicarágua viajaram para Washington. O objetivo era pressionar os funcionários do governo dos Estados Unidos a favor da sua luta contra o governo Ortega. A viagem foi patrocinada pela **Freedom House**, um grupo



de direita financiado pelo governo dos Estados Unidos. Posaram para fotos com os senadores Ted Cruz e Marco Rubio e a deputada Ileana Ros-Lehtinen, autora da Lei NICA (imagens acima).

O papel da hierarquia da Igreja Católica

Os líderes da Igreja foram cruciais durante a crise e estavam longe de ser imparciais. Nas missas dominicais, vários apoiaram a oposição coletiva ao governo, a Aliança Cívica. A Conferência Episcopal da Nicarágua (CEN), numa carta a Ortega, estipulava as condições que deveriam ser atendidas. O Bispo Mata exigiu a renúncia de Ortega avisando-o de que, caso contrário, **ele ou sua família poderiam ser mortos**. (Ver, ALLIANCE FOR GLOBAL JUSTICE, 2018, pag. 55)

Em particular, Monsenhor Báez surgiu como a cara da oposição, com presença dominante nas redes de comunicação social. Argumentou que não há contradição entre as funções de mediador e defensor das violações dos direitos humanos, *“uma coisa que deve ficar clara é que ser mediadores de um diálogo não nos torna neutros diante da injustiça”*. Os bispos decidiram jogar dois papéis ao mesmo tempo: o de mediadores e defensores do bloco de oposição ao governo.

Esse erro teve sérias consequências. A linguagem de alguns bispos radicalizou as pessoas e inflamou os ânimos, causando fortes divisões na comunidade católica. Em alguns casos, o povo se irritou com os líderes da igreja, ao perceber que os líderes não os defendiam, mas eram a favor de outros. Um exemplo disso foi em Diriamba. Em julho de 2018, Monsenhor Báez viajou 1 hora de Manágua a Diriamba para resgatar um grupo de “missionários e paramédicos franciscanos” supostamente presos na basílica. Na chegada, foram abordados por uma multidão enfurecida chamando-os de assassinos. Isso aconteceu, porque o povo havia acabado de retomar sua igreja local, que estava sob o controle da oposição e de elementos criminosos e várias pessoas descobriram um arsenal de armas na igreja e suprimentos médicos roubados do centro de saúde local, guardados lá com sua permissão.

Aplicando a política de máxima pressão, visando derrubar o governo sandinista, o ex-presidente dos EUA “Donald Trump”, assinou, em 27 de



novembro de 2018, a Lei de Nica²¹, que estabelece duras sanções políticas e econômicas contra o governo de Daniel Ortega e Rosario Murillo caso não "tomasse medidas efetivas para realizar eleições livres, justas e transparentes". Com a assinatura de Trump, entra em vigor a legislação, que trará sanções individuais para funcionários do governo, bem como condições de empréstimo ao Governo por instituições financeiras internacionais junto ao Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD).

Ao mesmo tempo, o presidente Trump (2018) considerou a crise na Nicarágua "uma ameaça extraordinária e incomum à segurança nacional"²².

(...)Eu, Donald Trump, como presidente dos Estados Unidos, considero que a situação na Nicarágua constitui uma ameaça extraordinária e incomum à segurança nacional e à política externa dos Estados Unidos e, portanto, declaro uma emergência nacional para lidar com essa ameaça" detalha a ordem executiva(...).

O efeito da sanção traduz-se no congelamento de todos os bens dos sancionados nos Estados Unidos, proibindo-os de qualquer tipo de transação comercial e financeira, mediante sanções aplicadas pelo Departamento do Tesouro.

O segundo mito: **os manifestantes eram pacíficos**. Na realidade uma das bases fundamentais da crise era a violência perpetrada por grupos contrários ao governo. Das 253 mortes confirmadas relacionadas à crise, 48 foram identificadas como sandinistas e 22 como policiais. Para os 152 restantes, não há informações confiáveis sobre sua filiação política. Porém, 140 dessas mortes devem-se aos bloqueios de estradas feitos pela oposição.

No entanto, todas as mortes são atribuídas ao governo²³. A oposição, por outro lado, se beneficiaria reforçando assim sua demanda pela

²¹ A lei também conhecida como "**Magnitsky Nica**" tem o nome oficial de **Lei de Direitos Humanos e Anticorrupção da Nicarágua S. 3233**.

²² Ver, <https://www.nodal.am/2018/11/trump-declara-al-gobierno-de-nicaragua-como-una-amenaza-a-la-seguridad-nacional-de-eeuu-y-sanciona-economicamente-a-funcionarios/>. Acesso 03/04/2023.

²³ Por que o governo mataria seus próprios apoiadores? sete alunos do ensino médio e oito universitários faleceram contrariando a falácia midiática da "massacre estudantil", a grande maioria dos mortos eram trabalhadores (60), vendedores ambulantes (57) e desempregados (40). Essas pessoas são as menos propensas a serem adversárias do governo. Que motivação teria o governo para matá-los? Sendo



substituição do governo da FSLN. Em relação ao discurso dos **supostos presos políticos**: o governo foi acusado de manter e torturar, como presos políticos, até 1.000 pessoas. Em dezembro de 2018, o CVJP confirmou 438 pessoas nas principais prisões do país após os eventos violentos de 2018. Posteriormente, em janeiro de 2019 confirmaram que 76 pessoas foram consideradas inocentes, deixando um total de 362 detentos.



Fonte: Comisión de Verdad e Justicia de Nicaragua. 2018

o governo responsável por todos os mortos e feridos, teria muito a perder e nada a ganhar matando manifestantes. Ver ALLIANCE FOR GLOBAL JUSTICE. Nicaragua 2018. Golpe de estado o levantamento popular?. Julio 2019. Disponível em: <https://www.tortillaconsal.com/tortilla/node/6123>. Acesso 03/11/2022. Pag.61.



O CVJP também não encontrou indícios de pessoas desaparecidas, muitas vezes relatadas por ativistas da oposição. Organizações de Direitos Humanos também admitiram que não há relatos de pessoas desaparecidas na Nicarágua. O mais importante é que aqueles que ainda estavam presos naquela época não podem ser chamados de "presos políticos", ou seja, estão presos ou condenados por acusações de crimes como assassinato, estupro, sequestro ou outros atos violentos.

O terceiro mito: ***Daniel Ortega é um ditador e está formando uma dinastia familiar.*** Cada país tem sua própria constituição e sistema de leis e o governo nicaraguense respeita a constituição e as leis do país. A(s) estratégia(s) da oposição e os inimigos do sandinismo radica em comparar a Daniel Ortega com Somoza, isto é, repetem constantemente que: "*Ortega e Somoza são a mesma coisa*". Mas a realidade se impõe e quem viveu na Nicarágua dos anos 70 pode relatar os horrores dos repetidos bombardeios de Anastácio Somoza contra os próprios nicaraguenses em seu próprio país para ficar no poder.

Devemos convir com Chuck Kaufman²⁴ (2018) quando destacou:

(...)Em primeiro lugar, todos nós sabemos que Daniel é um ditador, certo? Sabemos disso porque a imprensa corporativa e progressista não pode dizer seu nome sem o modificador ditador. Então, quais são os critérios para ser um ditador? Quando pesquisei "definição de ditador" no Google, a principal foi bem clara: "um governante com poder total sobre um país, normalmente aquele que obteve o poder pela força".

Esquecemos que, depois de perder a altamente desigual eleição de 1990, Daniel Ortega foi o primeiro chefe de Estado na história da Nicarágua a passar pacificamente a faixa do cargo para um sucessor de outro partido? Essa eleição foi livre, mas dificilmente justa. Os Estados Unidos gastaram mais por eleitor em apoio à sua candidata, Violeta Chamorro, do que Bush e Dukakis juntos gastaram *per capita* nas eleições presidenciais de 1988 nos Estados Unidos.

A fraude negou ao FSLN um retorno ao cargo em 1996, então foi somente em 2006 que os eleitores nicaraguenses, cansados de ajustes estruturais, falta de energia e uma economia

²⁴ Ver CHUCK KAUFMAN. O caso contra Daniel Ortega. July 25, 2018. Disponível em: <https://afgj.org/pt-BR/the-case-against-daniel-ortega>. Acesso 07/04/2023.



moribunda, devolveram ao partido FSLN à presidência chefiada por Daniel Ortega. Ele venceu pela menor pluralidade de 38% contra uma oposição dividida. Ele foi reeleito em 2011 com 63% dos votos e em 2016 com 72,5%. A Organização dos Estados Americanos acompanhou oficialmente a votação. Fizeram recomendações para algumas reformas eleitorais com as quais o governo concordou, mas disseram que o resultado refletia a vontade legítima do povo. Ditadores não ganham eleições justas por margens crescentes(...).

Em 2016 a Corte Suprema deu provimento ao recurso do Presidente Ortega e **104** prefeitos de o direito constitucional de eleger, ser eleito e ser reeleito como cidadãos da República. As Cortes Supremas da Costa Rica e da Colômbia atuaram similarmente em apoio a seus respectivos presidentes, Arias e Uribe.

Dinastia familiar?

Outra das estratégias da oposição é acusar a Ortega e a Murillo de estarem formando uma dinastia familiar como a ditadura de Somoza e a única maneira disso vir acontecer seria com os votos da maioria dos nicaraguenses em uma eleição livre e justa. Já nos casos de outros países, como nos Estados Unidos, por exemplo, a família Bush poderia vir ser chamada de dinastia. Eles têm o senador Prescott Bush, que era o pai do presidente George HW Bush, que era o pai de George W. Bush, dinastia que fracassou com o fracasso do irmão de George W, Jeb, em 2016. Igualmente, os Clintons eram candidatos à dinastia, mas o fracasso eleitoral de Hillary Clinton em 2016 destruiu esse sonho. (*Idem*)

Em relação à acusação de corrupção, de Ortega e Murillo, os argumentos esgrimidos são extremamente ridículos e até os dias de hoje não há nenhuma prova sobre esta acusação. Em 2006, a Revista Forbes, no artigo *Fortunes of Kings, Queens and Dictators*²⁵, caluniou e injuriou Fidel Castro argumentando que era o homem mais rico do mundo. Eles fizeram essa afirmação atribuindo o valor de todas as propriedades e recursos estatais de Cuba como riqueza pessoal de Fidel. Essa é a mesma estratégia

²⁵ Ver LUÍSA KROLL. Fortunas de reis, rainhas e ditadores. Em: FORBES, 5/05/2006. Disponível em: <https://www.forbes.com/2006/05/04/rich-kings-dictators.cz.lk.0504royals.html?sh=1a7c0fa410f9>. Acesso 07/04/2023.



que a oposição nicaraguense está utilizando contra Daniel e Murillo, ou seja, segundo o Movimento Sandinista de Renovação²⁶ (MRS), eles estão se enriquecendo enquanto estão no cargo. Segundo Kaufman (2018), o MRS argumenta(va) que o governo de Ortega não tinha gastado um córdoba no alívio da pobreza. Eles defenderam essa mentira atribuindo toda a ajuda ao petróleo que a Venezuela estava fornecendo, os fundos destinados para Fome Zero, Usura (Agiotagem) Zero, merenda escolar, agricultura camponesa e empréstimos para pequenas empresas, ao balanço pessoal de Ortega.

O próprio desenvolvimento da Nicarágua derruba o argumento anterior: o Banco Mundial, o FMI e os países da UE destacaram o governo da Nicarágua pelo uso eficaz dos empréstimos e doações internacionais. Isso significa que os empréstimos e doações foram gastos para os propósitos que foram dados, e não desviados para os bolsos de Ortega e seus partidários. Ou seja, o governo não poderia cumprir as Metas do Milênio da ONU para reduzir a pobreza pela metade, a economia não pode crescer em 5% ao ano, aumentar o turismo e diminuir significativamente as disparidades de renda se estivesse embolsando ajuda internacional.

A controvérsia em torno das mudanças eleitorais na Nicarágua.

Devemos destacar que o governo da Nicaragua (Ortega e Murillo) é um governo **neoliberal**²⁷, uma vez que é o modelo econômico dominante desde 1990 ao qual todos os governos devem se curvar para sobreviver. Porém, o governo Ortega não é devoto servil ao neoliberalismo como os partidos e instituições de oposição apoiados e financiados pelos Estados Unidos. Isto é, ao mesmo tempo em que Ortega “manda para o inferno o FMI”, o próprio FMI admite que os créditos e subsídios econômicos por ele

²⁶ O Movimento de Renovação Sandinista (Movimiento Renovador Sandinista ou MRS, em espanhol) é um partido político nicaraguense fundado em 21 de maio de 1995. Entre seus fundadores estão destacados ex-militantes do grupo Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), que se separou do partido devido a desentendimentos com a direção de Daniel Ortega. É um partido de ideologia “social-democrata” e aliado à extrema direita da Nicaragua.

²⁷ Porém devemos destacar que nesta última eleição, a FSLN, começa a priorizar os investimentos do estado, isto é, priorizar as políticas públicas que resultem em elevação das condições concretas de vida dos nicaraguenses, via expansão de atividades produtivas. Ou seja, começa o processo de descolamento do modelo neoliberal existente.



outorgados funcionaram eficazmente no alívio à pobreza graças ao bom uso feito pelo governo de Ortega.

Segundo FIRMENICH (2021), a cultura nicaraguense tem raízes camponesas e étnicas índio-americanas, com minorias afrodescendentes, 40% da população da Nicarágua é camponesa e vive nas terras concedidas há 40 anos pela reforma agrária da revolução sandinista.

Outros 30% da população é camponesa ou filhos de camponeses que se urbanizaram em pequenas capitais municipais, em capitais de departamentos de médio porte e em alguns bairros de Manágua. A imensa maioria é sandinista agradecida pelas políticas de governo do Presidente Ortega que, desde 2007, permitiram melhorar seu nível de renda e qualidade de vida (saúde, educação, eletricidade, estradas pavimentadas, alimentação para todos, capitalização da economia familiar, sustentabilidade ambiental e equidade de género).

Existe uma pequena porcentagem da população branca de origem espanhola, (incluído alguns restos da oligarquia de Somoza) isto é, um setor violentamente hostil ao sandinismo e o único jeito deles recuperarem o poder seria via intervenção americana visando derrubar o governo, e é isso o que eles tentaram fazer.

O resto é uma pequena classe média urbana que emergiu graças ao progresso econômico e social da administração presidida por Daniel Ortega entre 2007 e 2018, quando a fracassada tentativa de golpe violento interrompeu o processo de crescimento econômico. Uma população urbana, de base étnica crioula mista, dedicada ao comércio e outros serviços, foi incorporada a essa classe média. A realidade sociopolítica é que Daniel Ortega e a FSLN ganham as eleições confortavelmente com bem mais de 50% dos votos. (Idem)

Existem 19 partidos políticos legalmente reconhecidos. Um dele é a FSLN, outros 16 partidos (incluindo vários partidos indígenas) são aliados da FSLN, ou seja, existem apenas 2 partidos de oposição legalmente registrados que disputam espaços de poder entre eles.

As leis eleitorais que regem o sistema político da Nicarágua foram feitas pelo último governo de direita que governou de 2001 a 2006. Porém, a partir de 2006, ano em que a FSLN ganhou as eleições, essas leis já não lhes convêm. As últimas alterações a essas leis, que o acusam de "montar uma fraude" para governo, referem-se a dois elementos: a obrigatoriedade de que 50% dos cargos eletivos devem ser ocupados por mulheres e a **proibição de que os partidos políticos sejam financiados a partir do**



estrangeiro. Tudo indica que a oposição não tem mulheres suficientes para completar as listas eleitorais. Quanto ao segundo elemento, trata-se de um pré-requisito que se aplica em qualquer país sério. Por exemplo, nos EUA existe a Lei " FARA" desde 1938.

A Lei de Registro de Agentes Estrangeiros (FARA) é uma lei dos EUA aprovada em 1938 que exige que indivíduos que representam os interesses de potências estrangeiras numa "capacidade política ou quase política" divulguem sua relação com o governo estrangeiro e forneçam informações detalhadas sobre suas finanças e atividades às autoridades norte-americanas. Aqui cabe a seguinte reflexão: como poderia o governo dos EUA reagir se a Venezuela de Maduro, Cuba de Diaz Canel, a Nicaragua de Ortega, o Irão de Reissi ou a Rússia de Vladimir Putin, violando a legislação vigente naquele país, recrutasse e financiasse descaradamente certos líderes de opinião, ONGs ou a imprensa independente e os jogasse na arena eleitoral para derrotar o governo. Ou se o derrubasse por meios sediciosos, ou promovesse ações como a apreensão do Capitólio em 6 de janeiro deste ano?

Segundo Boron (2021), nos Estados Unidos, esses sujeitos seriam julgados e sentenciados a cumprir penas extensas porque a Lei FARA de 1938 está destinada a impedir a disseminação de ideias ou atividades pró-soviéticas ou comunistas, e ninguém diria que no país do Norte há uma ditadura por essa razão.

Resulta que hoje qualquer um país que **aprove uma lei similar** é severamente atacado e **acusado** de impedir **a liberdade** da imprensa independente, das organizações de direitos humanos e seus opositores. É o caso da Nicaragua, Venezuela, México de López Obrador, e recentemente Georgia que depois de aprovada teve que retirá-la pelo assédio dos EUA e as manifestações violentas da oposição financiada pelos próprios EUA.

Dito de outra forma, a história da Nicarágua tem demonstrado as pretensões intervencionista e ingerências dos EUA na vida econômica, política e social do país, promovendo intervenções militares, agenciando, organizando e financiando lideranças movimentos juvenis e ONGs opostas a FSLN, sempre sob o pretexto de revitalizar e democratizar a "sociedade civil", e o governo de Ortega se defende com uma lei que imita a que existe nos Estados Unidos, então aparecem os progressistas, esquerdistas, ex-guerrilheiros, ex-operários, ex-presidentes e presidentes anarquistas, comunistas, trotskistas, capitalistas a etiquetar o governo de Ortega de ditadura.



Prisão de opositores na Nicarágua

As prisões ocorrem 5 meses após a votação de 7 de novembro e em meio à rejeição internacional



Data da prisão

candidatos presidenciais

Christian Chamorro



67 anos

2 de junho

- > Filha da ex-presidente Violeta Barrios de Chamorro (1990-1997)
- > Investigada por suposta lavagem de dinheiro através da fundação que leva o nome de sua mãe

Arturo Cruz



67 anos

5 de junho

- > Embaixador da Nicarágua nos Estados Unidos entre 2007 e 2009

- > Acusado de atacar a sociedade nicaraguense e os

Félix maradiaga



44 anos

8 de junho

- > Pré-candidato do bloco de oposição não parlamentar Unidade Nacional
- > Investigado por atos contra a soberania, terrorismo e sanções de aplausos

Juan Sebastian Chamorro



50 anos

8 de junho

- > Economista. Primo de Cristiana Chamorro
- > Acusações: incitação à ingerência estrangeira em assuntos internos, organização com financiamento de potências estrangeiras para a realização de atos de terrorismo, entre outras

Miguel Mora



55 anos

20 de junho

- > Jornalista. Candidato pelo Partido da Renovação Democrática (PRD, evangélico)
- > Cobranças: incitar interferência estrangeira nos assuntos internos e apelo a intervenções militares

AFP

Outros opositores detidos

em 21 de junho

Walter Gomez

55 anos

28 de maio (1 detido)



Fiançadora da extinta Fundação Violeta Barrios de Chamorro

Marcos Fletes

42 anos

28 de maio (2º detido)



Contadora da extinta Fundação Violeta Barrios de Chamorro

José Adam Aguerri

59 anos

8 de junho



Empresário e ex-presidente do Conselho Superior da Empresa Privada (COSEP)

Violeta Granera

69 anos

9 de junho



Sociólogo, ex-candidato à vice-presidência em 2016

Joseph Palaís

67 anos

9 de junho



Advogado, ex-vice-reitor (1990-1997), ex-deputado (2007-2012) e membro da Aliança Cívica pela Justiça e Democracia

Dora Maria Tellez

65 anos

13 de junho



Historiador, ex-ministro da Saúde (1987-1990), ex-deputado pela FSLN (1990-1996)

Hugo Torres

72 anos

13 de junho



geral aposentado. Fundador do Exército da Nicarágua. Vice-presidente da UNAMOS (antiga MRS)

Victor Hugo Tinoco

68 anos

13 de junho



Sociólogo, Ex-vice-chanceler da revolução sandinista e primeiro embaixador na ONU. Membro do parlamento para o MRS

Suyen Barahona

44 anos

13 de junho



Presidente da UNAMOS, graduada em relações internacionais, líder feminista e ambientalista

Tamara Davila

40 anos

13 de junho



Psicóloga, ativista feminista, membro da UNAMOS e do bloco de oposição Unidad Azul y Blanco, defensora dos direitos humanos

Ana Margarita Vigil

43 anos

13 de junho



Ex-presidente do MRS. Defensor de direitos humanos, ministro conselheiro da missão permanente da Nicarágua junto à CJU

Luis Rivas Anduray

52 anos

16 de junho



Presidente Executivo do Grupo Promérica

Maria F. Flores

53 anos

21 de junho



ex-primeira-dama, esposa do ex-presidente Arnoldo Alemán (1997-2002), Membro do Parlamento (2016-2020)

Miguel Mendoza

50 anos

21 de junho



Jornalista esportivo e crítico do governo do presidente Daniel Ortega

Fotos AFP

AFP

Fonte: AFP, 2018

Recentemente, em 16 de fevereiro de 2023, a União Europeia aprovou a Resolução (2023/2571²⁸) do Parlamento Europeu, visando reforçar a integridade das instituições europeias e no item 5 destaca:

²⁸ Ver Resolução do Parlamento Europeu, de 16 de fevereiro de 2023, sobre o seguimento das medidas solicitadas pelo Parlamento para reforçar a integridade das instituições europeias (2023/2571(RSP)). Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2023-0054_PT.html Acesso 07/04/2023.



No caso dos deputados e dos antigos deputados sob investigação, foram alegadamente utilizadas ONG como vetores de ingerência estrangeira no parlamentarismo europeu; **insta a uma revisão da regulamentação em vigor, a fim de aumentar a transparência e a responsabilização das ONG, sobretudo no que se refere à governança, ao orçamento, à ingerência estrangeira e às pessoas que exercem um controle significativo; sublinha que as ONG que recebem fundos de terceiros e cuja inscrição no Registo de Transparência não seja obrigatória devem divulgar as suas fontes de financiamento, especificando as mesmas informações que todas as entidades inscritas regularmente; solicita o congelamento do financiamento público da UE às ONG que não divulguem as referidas informações;** preconiza um controle financeiro prévio exaustivo das ONG antes da sua inscrição no Registo de Transparência da UE, a publicação de acordos contratuais entre a Comissão Europeia e as ONG **e uma definição clara de ONG autorizadas a inscrever-se no Registo de Transparência e elegíveis para receber financiamento da UE.**

Absolutamente nenhum dos “progre”, esquerdista, ex-guerrilheiros, ex-presidentes e presidentes, anarquistas, comunistas, trotskistas, capitalistas que chamou o governo de Ortega ditador tem-se pronunciado contra essa resolução da União Europeia que tem o mesmo princípio e objetivo que a aprovada pelo governo da Nicarágua. Não lhes parece demasiada incoerência?

Na realidade, a oposição nicaraguense carece de grande representação social. Seus partidos políticos não mantêm qualquer existência orgânica fora dos períodos eleitorais. O único partido que existe com grande base organizada e de forma permanente em todo o território nacional é a FSLN.

Segundo Firmenich (2021), a oposição mais violenta tentou derrubar à força o governo em 2018 e depois queria que o governo negociasse com eles “reformas democráticas” sem sequer ser partido político, mas “ONGs”, autodenominadas como “sociedade civil”, financiadas pela CIA e pela USAID. Os processos criminais contra a Fundação Chamorro e seus membros não são uma invenção de “lawfare”. A lavagem de dinheiro existe porque esta



fundação, que agiu como uma força de oposição sem ser um partido político, recebeu explicitamente financiamento dos Estados Unidos.

Aprovada a lei que proíbe financiamento estrangeiro para a atividade política, a fundação foi obrigada a se registrar como "agente estrangeiro" para estar legalmente autorizada a continuar recebendo tal financiamento.

A Fundação negou-se a se registrar para não se desqualificar politicamente e dedicou-se a lavar o dinheiro recebido das agências estatais dos Estados Unidos. A evidência documentada de lavagem de dinheiro é clara nos seus próprios registros contábeis.

Os ex-sandinistas recentemente presos não são "a dissidência interna que questiona o poder personalista de Daniel Ortega". São aqueles que deixaram a FSLN há 30 anos, quando perderam as eleições em 1990. Eles são processados em casos criminais por traição porque conspiram ilegalmente com os Estados Unidos para sabotar as eleições e derrubar o governo.

Devemos convir com Firmenich (2021) quando assinala que a prisão, em 2020, de opositores ligados à interferência eleitoral dos EUA, autodenominados "pré-candidatos" (que não estavam registrados como tal por nenhum partido legalmente autorizado para eleições), não foi nenhum ato de "repressão totalitária necessária para vencer as eleições". Cristiana Chamorro, nas sondagens mais favoráveis (assumindo que fosse a candidata da oposição unificada) teria 21% de intenção de voto e nas sondagens mais desfavoráveis (assumindo que foi candidata apenas do "seu" partido, por enquanto inexistente) tinha apenas 5%.

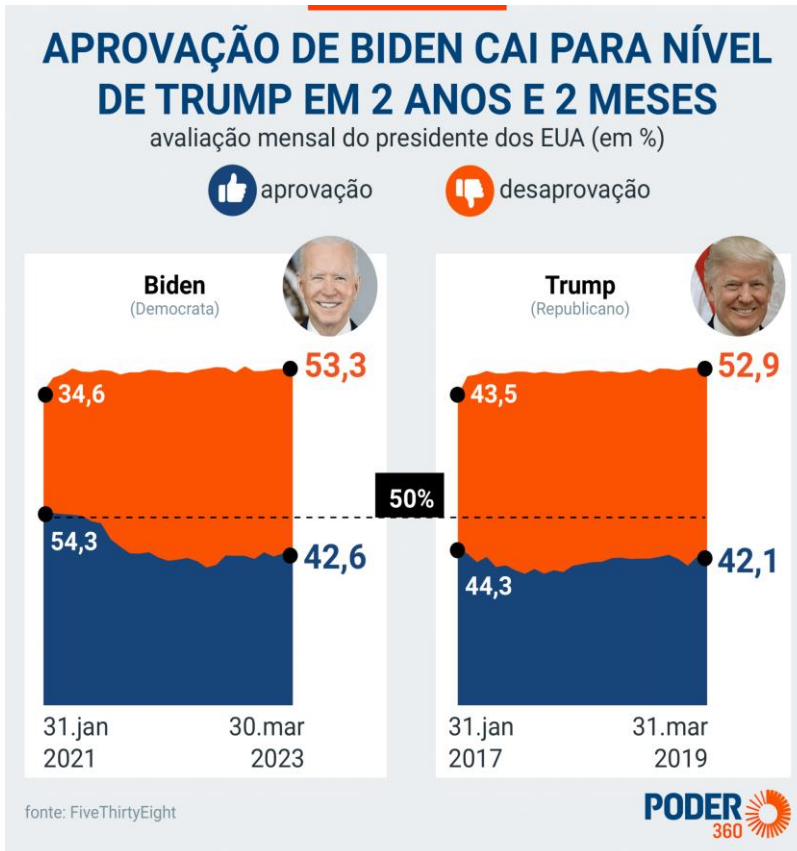
As prisões preventivas por lavagem do dinheiro (proveniente dos EUA) estão de acordo com a lei aprovada, uma vez que interferiria ilegalmente no processo eleitoral. Para a cultura política não-liberal dominante na Nicarágua, não é de nenhuma importância que eles sejam impedidos quando o processo eleitoral está começando. Obviamente para países democráticos culturalmente liberais como os europeus ocidentais, os EUA, os "progre", esquerdista, ex-guerrilheiros, ex-presidentes e presidentes, anarquistas, comunistas, trotskistas, capitalistas isso parece um ultraje ditatorial que impede uma competição eleitoral justa.

Bom... e o que dizer do país mais democrático do mundo?. Em 9 de novembro de 2022²⁹, um dia após as eleições de meio de mandato, Biden

²⁹ Ver, Remarks by President Biden in Press Conference 9/11/2022. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2022/11/09/remarks-by-president-biden-in-press-conference-8/>. Acesso 07/04/2023.



falou à imprensa sobre uma reunião que teve com o G7, na qual os líderes manifestaram preocupação com a estabilidade dos Estados Unidos e sua democracia, após a agitação republicana sobre a suposta fraude eleitoral em 2020. A preocupação dos líderes do G7 era com a possibilidade de Trump lançar-se a outra campanha presidencial. Uma repórter perguntou a Biden: Então, como tranquilizá-los, se esse é o motivo do questionamento, que o ex-presidente não voltará ou que seu movimento político, que ainda é muito forte, não voltará?”. Biden lhe respondeu “Bom, só temos que mostrar que ele (Trump) não vai tomar o poder se concorrer. Garanto que ele, sob os esforços legítimos de nossa Constituição, não se tornará o próximo presidente novamente.”



Fonte: Aprovação de Biden chega a nível próximo de Trump. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/aprovacao-de-biden-chega-a-nivel-proximo-de-trump/>. Acesso 07/04/2023.



Recentemente, em quatro de abril de dois mil e vinte três, Donald Trump, candidato a presidente dos EUA para o próximo processo eleitoral em 2024, compareceu ante o júri, acusado de 34 crimes federais. Perante o fiscal, declarou-se inocente, negou todas as irregularidades e condenou a acusação como **perseguição política**. Em seu discurso na noite de terça-feira³⁰ declarou "*Esse caso falso foi guardado apenas para interferir na próxima eleição de 2024. E deve ser abandonado imediatamente*".

O deputado Mark E. Green, R-Tenn³¹, presidente do Comitê de Segurança Interna da Câmara, comparou qualquer acusação contra Trump a casos políticos em países menos desenvolvidos e destacou: "*Daniel Ortega prendeu sua oposição na Nicarágua e chamamos isso de uma coisa terrível, Sr. Biden, Sr. Presidente, pense nisso.*"

Analisando-se a oposição nicaraguense podemos notar que "defensores e defensoras da liberdade e da democracia" organizaram, financiaram e executaram a tentativa de golpe em **2018** contra o governo do presidente Daniel Ortega, semelhante ao que aconteceu contra Evo Morales na Bolívia ou à recente tentativa contra Luís Ignacio Lula da Silva no Brasil.

Eles foram julgados e condenados por crimes cometidos durante a tentativa fracassada de golpe. **No entanto, a maioria deles foi libertada em 2019 através de um processo de Anistia**. Com esta lei, eles foram perdoados, com a condição de que se abstivessem de perpetrar novos atos criminosos. Apesar de terem sido soltos, esses "opositores" optaram por continuar com ações que prejudicaram a economia local e a segurança cidadã, além de solicitar sanções, bloqueios e até intervenções militares estrangeiras contra a Nicarágua.

O "desterro" da oposição nicaraguense

Em **2021**, eles foram presos novamente e julgados por traição, por cometerem atos que minam a Independência, a Soberania e a

³⁰ Cf. Trump denuncia una persecución política y acusa al fiscal | Noticias Telemundo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=q1rphXJij_0. Acesso 07/04/2023.

³¹ Cf. BAKER PETER. Desafío a la democracia: un expresidente de EE. UU. enfrenta cargos penales por primera vez. Em: THE NEW YORK TIME. 31/03/2023. Disponível em: https://www.nytimes.com/es/2023/03/31/espanol/donald-trump-acusacion.html?name=stylIn-trump-manhattan-inquiry-es®ion=TOP_BANNER&block=storyline menu recirc&action=click&pgtype=Article&variant=undefined. Acesso 08/04/2023.



Autodeterminação do Povo, por incitar a violência, o terrorismo e a desestabilização econômica da nação.

Segundo Van de Velde (2023), a Assembleia Nacional da Nicarágua, em 9 de fevereiro de 2023, aprovou a Lei Especial que regula a perda da nacionalidade nicaraguense, o que indica que aqueles oficialmente declarados traidores da Pátria perdem imediatamente o *sstatus* de cidadão nicaraguense e o juiz nicaraguense ordenou sua deportação imediata, partindo em um voo para os Estados Unidos.

Por sua vez, o artigo 1 da Constituição Política da República da Nicarágua dispõe:

Independência, soberania e autodeterminação nacional são direitos inalienáveis do povo e dos alicerces da nação nicaraguense. Qualquer interferência estrangeira nos assuntos internos da Nicarágua ou qualquer tentativa de minar esses direitos ameaça a vida das pessoas. É dever dos nicaraguenses preservar e defender esses direitos.

A decisão tomada pelo Governo da Nicarágua é apoiada pelos artigos 1.º, 2.º, 3.º, 9.º, 24.º e 34.º da Constituição; os artigos 31.º, 409.º, 410.º, 412.º, 413.º, da Lei 641.º do Código Penal e da Lei n.º 1055, Lei de Defesa dos Direitos do Povo à Independência, à Soberania e à Autodeterminação para a Paz, neste caso protegem a Paz, a Segurança Nacional, a Ordem Pública, a Saúde, a Moral Pública, os Direitos e as Liberdades de Terceiros.

Os "opositores exilados" que "violaram a ordem legal e constitucional" atacaram o Estado da Nicarágua e a sociedade nicaraguense, feriram o supremo interesse da Nação. Na Nicarágua, as leis puniram com prisão aqueles que ousarem minar, prejudicar, ferir ou deteriorar a Soberania Nacional do país. Traição é um comportamento moral e legalmente punível.

Assim, 222 prisioneiros foram "banidos" e expulsos para os Estados Unidos, acusados de traição. Os bons filhos da Nicarágua, o povo honesto e corajoso está consciente de que, a partir do momento em que uma pessoa tem o direito de se chamar nicaraguense, ela também tem o dever de defender a soberania, a autodeterminação e, fundamentalmente, a paz. (Idem)

O povo da Nicarágua está muito ciente do que esses 222 "exilados" causaram durante a fracassada tentativa de golpe em 2018. Com um processo de Anistia, eles foram libertados em 2019. O povo aceitou,



perdoou, mas nunca esqueceu os sequestros, torturas e crimes hediondos que cometeu, as atitudes racistas e as ambições coloniais.

Aquele que vende seu país a interesses estrangeiros não merece ser chamado de nacional, ele é simplesmente um estrangeiro com interesses imperialistas. Como os interesses são imperiais, eles não merecem ser considerados ou levados em conta em decisões que garantam o avanço de uma nação livre e independente.

Chama grandemente atenção que os novos governos de "esquerda", os "progre", ex-esquerdista, ex-guerrilheiros, ex-presidentes e presidentes, anarquistas, comunistas, trotskistas, capitalistas, etc, sem a capacidade de ler a situação histórica na Nicarágua e com sérias evidências de falta de consciência social, sustentem posições defendendo os interesses de "opositores e ex-guerrilheiros sandinistas", que faz muito tempo abandonaram a política revolucionária e se tornaram **militantes e integrantes chaves** da campanha de **guerra não convencional ou revolução colorida do governo dos Estados Unidos contra a Nicarágua**.

É de se esperar que a mídia internacional: a) manipule e distorça as informações de acordo com seus interesses e ao mesmo tempo imponha uma narrativa que reproduza o mesmo roteiro de sempre: violação da "democracia", "liberdade" e "direitos humanos" na Nicarágua, b) omita os crimes cometidos pelos "exilados" durante a tentativa fracassada de golpe em 2018, c) silencie o artigo 3 da Constituição Política dos Estados Unidos, onde a traição cometida por um cidadão para os Estados Unidos é expurgada com a morte, d) não mencione que EUA não tem assinado um único acordo internacional para a defesa dos direitos humanos e hipocritamente se sente no direito de falar sobre a Nicarágua, e) ignore o caso de Shamima Begum³², a mulher britânica que foi despojada de sua nacionalidade por ter se casado com um combatente do Estado Islâmico ("classificado pelos britânicos como um grupo terrorista na Síria") no entanto, condena a perda da nacionalidade de 222 verdadeiros terroristas que atacaram a soberania, a autodeterminação e a paz na Nicarágua.

O que achamos decepcionante é a atitude dos "progre", dos ex-esquerdista, dos ex-guerrilheiros, dos ex-presidentes e presidentes, dos

³² Ver, EURONEWS. Reino Unido. La justicia rechaza devolver nacionalidad a una joven que huyó a Siria. 22/03/2023. Disponível em: <https://www.infobae.com/america/mundo/2023/02/22/la-justicia-rechazo-devolver-la-ciudadania-britanica-a-una-mujer-que-se-unio-al-estado-islamico-en-2015/>. Acesso 08/04/2023.



anarquistas, dos comunistas, dos trotskistas, etc, que criticam o bloqueio dos EUA contra Cuba e contra a Palestina e são os mesmos que atualmente apoiam o uso de sanções como arma de guerra econômica contra Nicaragua, Venezuela, e tantos outros países. É essa esquerda internacionalista, que está disposta a jogar fora todos os avanços da Revolução Sandinista em apoio a um golpe que só beneficiaria à oligarquia nicaraguense e restauraria a hegemonia dos EUA sobre a América Latina.

Concordo plenamente com Hasel-Paris Álvarez (2023) quando destaca que a atual “esquerda e o progressismo internacional” tem sido absorvidos pelo capitalismo, ao qual já não aspiram seriamente derrubar. Somente procuram torná-lo mais politicamente correto, mais sustentável, mais diversificado e inclusivo. Como não pode ser de outra forma, o resultado de se render ao capitalismo dessa maneira implica também em acabar por se render ao seu braço armado: a OTAN já presente na Colômbia. Ou seja, é aquela esquerda que na Venezuela apoia a extrema-direita dizendo que Nicolás Maduro é um ditador, na Nicaragua repetindo que Ortega é um ditador, que em Cuba não existe democracia, nem direitos humanos, que na Ucrânia apoia Azov contra Rússia, utilizando os mesmos argumentos que utilizam e impõem os EUA perante qualquer conflito.

Considerações finais.

O que está em jogo em Nicarágua não é um governo e, muito menos, um Presidente; é uma Revolução graças à qual (há mais de uma década) Nicarágua tem um país em paz e com justiça social. Os desafios são enormes, existe um longo caminho a percorrer para derrotar a pobreza, a desigualdade social e muitos erros a superar. Ou seja, é com a Revolução que única e exclusivamente se poderá avançar na luta para melhorar as condições de vida do povo nicaraguense.

O comandante Daniel Ortega sabe disso, e tem plena consciência da grande responsabilidade que ele tem à frente deste processo revolucionário, à frente desse país por mandato popular, e por seu compromisso com o povo, demonstrado ao longo de uma vida de luta e sacrifício. Destarte ele não entregará o destino da Nicarágua nas mãos daqueles que, para ver suas ambições satisfeitas, não se importam de ver o país desmoronando, aqueles que não entendem que a Nicarágua mudou para sempre em 19 de julho de 1979.



Em dezessete de abril de mil nove centos sessenta e um, data da derrota dos mercenários em Praia Giron, o governo cubano devolveu ao imperialismo ianque, com Dignidade Revolucionária, 1.200 prisioneiros (entre mercenários, ex-policiais do ditador Fulgencio Batista, delinquentes, terratenentes etc.) treinados pela CIA, em troca de compotas³³ e remédios para crianças.

Recentemente o governo de Nicarágua, num um ato muito ousado, inteligente e anti-imperialista, decidiu, "exilar" para os EUA, 222 nicaraguenses (entre terroristas, lesa pátria, delinquentes e mercenários) constituindo-se também, num ato de Dignidade Revolucionária. O lixo do golpe de 2018 foi devolvido aos respectivos aterros sanitários; ao monturo de seus mentores, **sem negociar nada em troca**³⁴. Um ato de Soberania, de Honra, Dignidade, Patriotismo, um Ato de Independência e Poder Total, isto é, a tomada de decisões sem subserviência a nenhum poder externo.

O futuro da Nicarágua deve ser responsabilidade exclusiva dos nicaraguenses, não dos governos estrangeiros ou mesmo estrangeiros que amam o país. Na realidade, se for certo que a maioria do povo nicaraguense almejasse derrubar uma "ditadura" em 2018, nada poderia impedi-los. Afinal, eles já fizeram isso há 40 anos.

Referências

ALLIANCE FOR GLOBAL JUSTICE. **Nicaragua 2018**. Golpe de estado o levantamento popular?. Julio 2019. Disponível em: <https://www.tortillaconsal.com/tortilla/node/6123> Acesso 03/11/2022.

ÁLVAREZ, Hasel-Paris. Cuando la izquierda dejo de ser pacifista en Ucrania. Em: **Elespañol**. 21/03/2023. Disponível em: https://www.elespanol.com/opinion/tribunas/20230321/izquierda-dejo-pacifista-ucrania/750044994_12.html. Acesso 08/04/2023.

BENJAMIN, Norton e ORLENYS, Ortiz. ENTREVISTA (LIVE). **A direita nicaraguense recebe financiamento dos EUA há décadas por meio de ONGs**. Disponível em <https://www.elciudadano.com/entrevistas/la-derecha-nicaraguense-ha-recibido-financiamiento-norteamericano-d>

³³ Alimento concentrado a base de frutas naturais oferecido às crianças.

³⁴ Ver, Declaração da Associação Nicaraguense de Amigos do Socialismo e da Paz Manágua. 10/03/2023. Disponível em: <https://www.tn8.tv/nacionales/declaracion-de-la-asociacion-nicaraguense-de-amigos-del-socialismo-y-la-paz/>. Acesso 08/04/2023.



urante-decadas-a-traves-de-las-ong-benjamin-norton-y-orlenys-ortiz-ofrecen-detalles-al-respecto/06/30/. Acesso 03/11/2022.

BERGEZ, Tomás González. La Política Exterior de Daniel Ortega las Relaciones Internacionales de Nicaragua desde 2006. Pag. 191 – 197. In: **Nicaragua en crisis: entre la revolución y la sublevación** / Esteban De Gori ... [et al.]. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Sans Soleil Ediciones Argentina, 2018.

BORON, Atilio. **A menina no barco**. 19/07/2018.

BORON, Atilio. **Biden e a Nicaragua**. 09/11/2021.

BORON, Atilio. **Latinoamérica: un modesto consejo para una izquierda confundida**. 12/11/2021. Disponível em: <https://atilioboron.com.br/latinoamerica-un-modesto-consejo-para-una-izquierda-confundida/> Acesso 08/04/2023.

CARLOS MIDENCE. El Sandinismo frente al fallido golpe de Estado y sus correlatos. Pag. 29 – 51. In: **Nicaragua en crisis: entre la revolución y la sublevación** / Esteban De Gori ... [et al.]. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Sans Soleil Ediciones Argentina, 2018. Disponível em <http://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/>. Acesso 03/04/2023.

CHOMSKY, Noam. **Power and Terror**. Editora, RBA, Barcelona, 2003. Segunda Parte pag. 43 -51

CORRALES, Ramón. **El Tratado Chamorro** - Weitzel ante Centro America y ante El Derecho Internacional. San Jose, C. R. Imprenta Moderna 1914. Disponível em <https://obtienearchivo.bcn.cl/obtieneimagen?id=documentos/10221.1/80275/2/78920.pdf>. Acesso 02/04/2023.

ELCUERVONICA. Sandino e o pacto do espinho negro: O resgate da dignidade nicaraguense. Em: **Caderno Sandinista**. 18/12/2019. Disponível em: <https://cuadernosandinista.com/author/cuaderno-sandinista/>. Acesso 08/04/2023.

FIRMENICH, Mario. 13 Realidades que explican la situación de nicaragua y contradicen la propaganda norteamericana. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/224668>. Acesso em 08/04/20.

FONSECA, Carlos. Unidos en la lucha, no nos moverán. 21/06/2018. Em: **NODAL**. Disponível em: <https://www.nodal.am/2018/06/unidos-en-la-lucha-no-nos-moveran-por-carlos-fonseca-teran/>. Acesso 08/04/2023.

KORYBKO A. **Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. 1ª edição. Expressão Popular. São Paulo. 2018.



- KROLL, Luísa. Fortunas de reis, rainhas e ditadores. Em: FORBES, 5/05/2006. Disponível em: https://www.forbes.com/2006/05/04/rich-kings-dictators_cz_lk_0504royals.html?sh=1a7c0fa410f9 . Acesso 07/04/2023.
- MOLINA, Guillermo Pérez. Nicaragua: Una guía para comprender una crisis desde sus rasgos estructurales y geopolíticos. Pag. 231 – 238. In: **Nicaragua en crisis: entre la revolución y la sublevación** / Esteban De Gori ... [et al.]. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Sans Soleil Ediciones Argentina, 2018.
- PELAEZ, Vicky. Guarimbas da Nicarágua querem golpe contra Daniel Ortega. Em: **SPUTNIK**, 25/04/2018. Disponível em: <https://sputniknews.lat/20180425/nicaragua-protestas-violencia-1078204199.html>. Acesso 5/04/2023.
- ROSENBERG, Emily. 1980. "La Política del presidente Wilson en América Central: La lucha contra la inestabilidad económica". **Revista De Historia**, n. 9-10 (enero), 33-58. <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/historia/article/view/11884>. Acesso 02/04/2023.
- TINELL, Giorgio. **La cultura política del sandinismo: nacimiento, desarrollo y realineamiento de una anomalía política centroamericana**. UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID INSTITUTO UNIVERSITARIO DE INVESTIGACIÓN ORTEGA Y GASSET Tesis de Doctorado. Madrid 2016. Disponível em: <https://eprints.ucm.es/id/eprint/38007/>. Acesso 08/04/2023.

Recebido em 17 abr. 2023 | aceite em 18 mai. 2023



A crise global e o realinhamento das alianças da classe capitalista do Leste Europeu: o caso do illiberalismo húngaro

Tamás Geröcs¹

Ágnes Gagyi²

Tradução | Aline Marconde Miglioli³

Resumo

Este artigo discute o surgimento do atual regime autoritário da Hungria como resultado de um processo que se iniciou com a transformação do regime socialista de Estado e passou pelo regime pós-socialista neoliberal. Essa transformação afetou as relações entre o Estado e as classes sociais, o controle político do Estado e a configuração das relações geopolíticas da Hungria com a União Europeia, a Rússia e a China. O ensaio examina como as tensões de classe, que se formaram sob formas anteriores da política parlamentar democrática neoliberal, foram utilizadas para construir a nova hegemonia iliberal e como o regime atual suprime essas tensões para sustentar uma burguesia nacional reconstituída por meio da centralização institucional do poder político.

Palavras-chave: iliberalismo, autoritarismo, Hungria, Orbán, Leste Europeu.

139

¹ Economista Político, pesquisador Externo no Instituto de Economia Mundial, Centro de Estudos Econômicos e Regionais da Hungria, e membro do Grupo de Trabalho para Sociologia Pública “Helyzet”, com sede em Budapeste. Seu campo de pesquisa é o desenvolvimento dependente semiperiférico na Europa Oriental, com foco especial nas relações comerciais e na indústria automotiva. Publicações recentes “The structural dilemma of value-chain upgrading: Hungarian suppliers’ integration into the world economy” (Society and Economy, 2022), e “The Political Economy of Emerging Markets and Alternative Development Paths” coeditado com Judit Ricz (Palgrave, 2023).| tgerocs1@binghamton.edu

² Socióloga, trabalha com política e movimentos sociais do Leste Europeu sob a perspectiva da integração global de longo prazo da região. É pesquisadora da Universidade de Gotemburgo - Suécia, onde trabalhou recentemente em conflitos habitacionais na Europa Oriental após 2008 e no desenvolvimento de infraestrutura verde baseada na comunidade. Publicações recentes “The political economy of middle class politics and the global crisis in Eastern Europe” (Palgrave, 2021) e “Contemporary housing struggles: A structural field of contention approach” com Ioana Florea e Kerstin Jacobsson.| agnes.gagyi@gu.se

³ Doutora em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP (2022), graduada pela UNICAMP (2013) e mestra pela UNESP (2016). Estuda principalmente a produção da moradia, urbanismo e Cuba.| alinemiglioli@gmail.com



Resumen

En este capítulo se analiza cómo el actual régimen autoritario de Hungría ha surgido como resultado de una transición que comenzó con una transformación del régimen en socialista de Estado y, posteriormente, neoliberal postsocialista. Esta transformación afectó a las relaciones de clase del Estado, al control político del Estado y a la reconfiguración de las relaciones geopolíticas con la Unión Europea, Rusia y China. El capítulo examina cómo se han utilizado las tensiones de clase generadas por las anteriores formas de política parlamentaria democrática neoliberal para construir la nueva hegemonía iliberal, y cómo el régimen actual suprime esas tensiones para sostener una burguesía nacional reconstituida mediante la centralización institucional del poder político.

Palabras-clave: iliberalismo, autoritarismo, Hungría, Orbán, Europa del Este.

Abstract

This chapter discusses how Hungary's present authoritarian regime has emerged as a result of a transition that began with a state socialist, then post-socialist neoliberal regime transformation. This transformation affected state-class relations, political control of the state, and the reconfiguration of geopolitical relations with the European Union, Russia and China. The chapter examines how class tensions brewing under previous forms of neoliberal democratic parliamentary politics have been utilized to build the new illiberal hegemony, and how the present regime suppresses those tensions to sustain a reconstituted national bourgeoisie through the institutional centralization of political power.

Keywords: illiberalism, authoritarianism, Hungary, Orbán, Eastern Europe

Introdução

No ensaio a seguir, analisaremos a formação do atual regime autoritário da Hungria durante sua integração ao capitalismo global em crise e em transformação. Em vez de nos concentrarmos apenas no retrocesso de específicas instituições democráticas durante o regime de Orbán pós-2010 ou em suas táticas ideológicas de legitimação, analisaremos as tentativas do regime de reconfigurar as relações internas e externas da classe capitalista, com vistas à integração global. Analisaremos essa recente reconfiguração como parte do processo mais longo de integração econômica global da Hungria, em curso desde a segunda metade do período do *socialismo de estado*, que, por meio de diferentes regimes políticos, transformou as relações de classe húngaras em consonância com a "longa desaceleração" (BRENNER, 2006) do ciclo capitalista global pós-guerra (ARRIGHI, 1990). Semelhantemente a abordagem de Kumral e Karatasli (2020) ou Jeffery Webber (2021), não abordaremos o caso húngaro na perspectiva de uma batalha ideológica entre democracia e autoritarismo, mas em termos de uma história sociopolítica de desenvolvimento capitalista semiperiférico, cujas



tensões típicas são exacerbadas por sua integração dependente em uma fase de crise do capitalismo global (GATES, 2018; BELLO, 2019). Ao contrário das narrativas que celebram a liberalização pós-socialista como uma vitória da democracia sobre a ditadura e depois interpretam o regime de Orbán em termos de retrocesso democrático, queremos mostrar como os regimes liberais socialistas e pós-socialistas funcionaram como formas temporariamente eficazes de suprimir as tensões sociais decorrentes da integração capitalista. Semelhante à interpretação de Nicos Poulantzas (1974) sobre o fascismo, interpretamos a virada autoritária pós-socialista da Hungria como um acúmulo pragmático de alianças entre classes, de fragmentação social e de controle social opressivo, o que permitiu ao Estado autoritário realizar uma reconfiguração da integração global em benefício de uma aliança capitalista interna e externa (de certa forma também também reorganizada).

Depois de 1956: Um regime socialista estatal baseado na apropriação de trabalho e em uma balança comercial frágil entre o Leste e o Oeste

Embora a economia socialista estatal já estivesse inserida nas relações de comércio e finanças mundiais⁴, a reintegração direta da Hungria na economia mundial capitalista começou com a crise da década de 1970. Na década de 1960, o regime de acumulação da Hungria no pós-guerra baseava-se na "posição de ponte" que o país ocupava no comércio internacional. O "modelo de ponte" visava à especialização comercial para o intercâmbio entre o comércio internacional capitalista ocidental e o comércio socialista estatal do Comecon (GERŐCS e PINKASZ, 2018a) e também estava intimamente ligado a um novo paradigma econômico construído em torno da reconfiguração do regime socialista após a Revolução de 1956. Essa nova postura econômica incorporava concessões às classes populares com um compromisso entre as principais facções econômicas do país, que eram compostas por grupos de *lobby* agrários, industriais e de energia.

⁴ Os regimes socialistas estatais implicaram formações sociais significativamente diferentes das capitalistas, porém estas não se desenvolveram fora dos limites do sistema-mundo capitalista (cf. BETTELHEIM e DOBB, 1965; FRANK, 1977; CHASE-DUNN, 1980).



A reconfiguração de forças no período pós-revolucionário foi uma característica peculiar do modelo-ponte. Os historiadores geralmente se referem ao modelo como a consolidação do regime de Kádár, referindo-se ao líder socialista da Hungria de 1957 a 1989. O seus compromissos políticos buscavam consertar as contradições internas herdadas do regime stalinista de acumulação industrial pesada, aliviando a pressão política sobre as facções opostas e prometendo melhores padrões de vida para os trabalhadores, concentrando-se mais em suas necessidades de consumo. O Degelo Húngaro, ou como a mídia ocidental o ridicularizou "Comunismo Goulash", foi um modelo específico de acumulação socialista estatal, construído em torno da orientação comercial Leste-Oeste e do compromisso político entre os principais grupos de pressão econômica, incluindo os produtores agrícolas voltados para o comércio com o Ocidente. A incorporação de grandes segmentos da população trabalhadora por meio de dispositivos ideológicos e materiais foi outra característica importante desse modelo. No entanto, a longo prazo, o modelo se mostrou muito frágil devido aos interesses complexos e contraditórios das partes interessadas. Com a deterioração das condições econômicas mundiais a partir da década de 1970, a fragilidade do modelo culminou em crises internas, tanto na esfera econômica quanto em relação ao compromisso político. A segunda metade da era Kádár foi caracterizada por ajustes constantes às mudanças nas circunstâncias econômicas para manter o frágil equilíbrio entre os principais agentes econômicos.

Uma peculiaridade do modelo de ponte foi a especialização da Hungria na importação de tecnologia do Ocidente. Isto expôs o país a parceiros internacionais que exigiam o pagamento em moeda conversível, enquanto outros membros do Comecon sustentavam modelos econômicos mais autárquicos, como a União Soviética (BAN, 2012; GERŐCS e PINKASZ, 2018a, 2018b). Embora as exportações de manufatura da Hungria também visassem o mercado do Comecon, este não foi capaz de produzir moeda suficiente para compensar os pagamentos financeiros feitos aos ocidentais. Para resolver este problema, o modelo de ponte priorizou a reexportação de petróleo bruto soviético subsidiado junto com as exportações agrícolas tradicionais, como forma mais conveniente de adquirir moeda conversível. O comércio internacional com o Sul Global também foi favorecido nos anos 60 e 70, especialmente com os países aliados na África e no Sudeste Asiático. Condições lucrativas de comércio eram um requisito crucial para o equilíbrio financeiro sobre o qual repousava o modelo de ponte, significando que a



reexportação do petróleo bruto soviético tinha que resultar em uma quantidade suficiente de moeda para cobrir os custos das importações de tecnologia ocidental. Sem esses acordos financeiros, o país teria que contar com empréstimos internacionais para pagar suas contas comerciais.

Como mencionado anteriormente, o modelo de ponte se baseou no compromisso político entre três grandes grupos de *lobby* econômico, entre os quais, os mais dominantes eram as chamadas facções industriais e agrárias (BEREND, 1996). Vale notar que este tipo de divisão estrutural da economia é característica da peculiar história da industrialização na semiperiferia global durante o início do século XX (WALLERSTEIN, 1976). As raízes desta divisão estrutural encontram-se entre os grandes exportadores agrários, como os da América Latina, e as indústrias urbanas de grande escala, que eram comumente o produto das tendências protecionistas entre guerras (CARDOSO, 1972; BOATCĂ, 2006). A oligarquia industrial, apoiada pelas organizações de trabalhadores, era geralmente favorecida pelo apoio estatal na forma de subsídios e alocação de recursos para nutrir indústrias nascentes. O protecionismo que eles desenvolveram durante a fase inicial da industrialização por substituição de importações (ISI) durante os anos 1930-1940 foi uma ferramenta política favorável. Em contraste, os setores agrícolas e extrativistas orientados para a exportação preferiram políticas comerciais liberais que visavam sustentar uma integração mais profunda à economia mundial capitalista (GEREFFI e EVANS, 1981).

No caso da maioria dos países membros do Comecon no pós-guerra, no início da década de 1950, a industrialização permaneceu influenciada pela preparação stalinista para a guerra e, como resultado, ocorreu em grande parte às custas da produção agrícola. A exploração do campesinato e a transformação de grandes propriedades em *kolkhoz* nacionalizados visavam atender às necessidades da indústria e da urbanização, tanto em termos de extração de excedentes da produção agrícola quanto da transformação forçada da classe camponesa em uma força de trabalho semiproletária (VIGVÁRI e GERŐCS, 2018). Como já mencionado, o compromisso pós-revolucionário visava apaziguar as necessidades contraditórias da agricultura e da indústria e também pacificar e reintegrar os trabalhadores após suas iniciativas revolucionárias de curta duração. O *lobby* agrário representava as necessidades das grandes fazendas estatais, da produção coletivizada agrícola e do crescente número de empreendedores informais na chamada segunda economia ou economia informal; esses grupos estavam mais interessados no comércio liberalizado com seus parceiros ocidentais



tradicionais⁵ Os grandes conglomerados industriais não se opunham necessariamente ao comércio internacional, mas seus produtos geralmente eram comercializados apenas dentro do Comecon e no Sul Global (BIDELEUX, 1996). A facção industrial era importante não só por causa do comércio no Comecon, mas também porque era apoiada pela confederação sindical, que era responsável pela pacificação e incorporação dos trabalhadores industriais - um pilar importante do compromisso político na era Kádár.

O compromisso incorporado no "modelo de ponte" era altamente sensível, tanto em respeito as suas relações comerciais externas quanto na fragilidade do acordo entre as principais facções políticas. A balança de pagamentos e os termos de troca nos quais esse modelo se baseava foram relativamente favoráveis tanto no Comecon quanto nos mercados ocidentais ao longo da década de 1960. No entanto, o modelo acabou sendo derrubado pelos choques do preço do petróleo e pelos aumentos das taxas de juros na década de 1970. O impacto econômico dessas crises resultou no balanço comercial negativo em ambas as contas - a socialista e a não socialista -, criando uma grande lacuna na balança geral de pagamentos internacionais do país⁶. O resultado inevitável desse golpe econômico foi o acúmulo de dívida externa⁷, o que causou mudanças no equilíbrio de poder, que apontavam em direção a uma intensificação da atividade comercial orientada ao Ocidente. Essa mudança levou à liberalização econômica e a um melhor acesso aos mercados e créditos ocidentais, já que tanto os mercados quanto os créditos ocidentais se mostraram uma condição

⁵ Eles enfrentaram dificuldades não apenas por causa das políticas comerciais restritivas do Comecon, mas também por causa das barreiras erguidas em torno do Mercado Agrícola Comum Europeu no final da década de 1960.

⁶ A dívida externa líquida da Hungria era de US \$0,5 bilhão em 1971, mas rapidamente aumentou para US\$14,9 bilhões em 1989. De acordo com as estimativas de Lóránt, a Hungria conseguiu retirar US\$1,2 bilhão para suas necessidades fiscais e o restante do dinheiro foi gasto em juros e pagamentos de dívidas: os custos com taxas de juros mais altas chegaram a US\$11 bilhões, enquanto as perdas causadas por taxas de câmbio desfavoráveis custaram US\$2,2 bilhões entre 1971 e 1989 (LÓRÁNT, 2010).

⁷ O Banco Central húngaro não reconheceu as obrigações da dívida externa do país herdadas do período entre guerras (parte da qual havia sido transferida da monarquia de Habsburgo), até que a disputa fosse resolvida com os doadores ocidentais. O acordo era necessário para as novas parcelas do FMI.



necessária para que o modelo-ponte continuasse a ser sustentável após 1979.

A transição política de 1989 suplantou o longo processo de reformas econômicas e subsequentes mudanças no equilíbrio das forças sociais e econômicas que iria minar o modelo ISI a longo prazo. O principal gatilho por trás desta mudança foi a insustentável dívida adquirida e os termos de austeridade adotados pela Hungria depois de entrar para o FMI em 1982⁸. As reformas econômicas dos anos 80 abriram espaço no chamado "vácuo de propriedade" (BÖRÖCZ, 1999) para que vários grupos de tecnocratas monetaristas e gerentes empresariais ganhassem relativa autonomia na coordenação do processo de privatização (GAGYI, 2015). Outros benefícios da liberalização foram compartilhados entre os empresários da economia informal (SZELÉNYI, 1988) e o crescente número de investidores estrangeiros, cujas atividades eram anteriormente reguladas pela lei de *joint ventures* em meados dos anos 70. Enquanto isso, os efeitos econômicos da austeridade foram temporariamente atenuados pela legalização da segunda economia (GALASI e KERTESI 1985), o que permitiu às famílias a compensar o declínio do seu poder aquisitivo e os cortes nos investimentos estatais através do emprego em trabalhos de segundo turno em suas pequenas empresas privadas e no trabalho reprodutivo informal (VIGVÁRI e GERÓCS 2018). Apesar do bem sucedido efeito de amortecimento da economia informal recém legalizada, o desemprego oculto e a pobreza cresceram durante as últimas décadas da era Kádár.

Essa mudança no equilíbrio de forças culminou em uma nova aliança entre gerentes de empresas estatais, membros da geração mais jovem no *politburo*, intelectuais urbanos e grupos empresariais semiformais⁹. Havia um grupo diversificado que compunha a elite na época da liberalização socialista estatal, composto por credores internacionais (por exemplo, tecnocratas monetaristas) e nascentes classes proprietárias. Essas facções convergiram em uma aliança da classe capitalista doméstica, apoiada por líderes sindicais

⁸ A Hungria, juntamente com outros membros do Comecon e outros países do Sul Global, foi obrigada a aderir ao FMI em 1982 e a lançar um programa de austeridade neoliberal sob a supervisão de uma aliança interna de tecnocratas monetaristas, dissidentes intelectuais e "burocratas reformistas" socialistas do Estado (GAGYI, 2015; FÁBRY, 2019).

⁹ Essa aliança de uma classe nascente de quase-proprietários no período do socialismo estatal tardio foi chamada por Böröcz (1999) de "vácuo de propriedade" antes da codificação formal da propriedade privada na década de 1990.



que temiam o crescente domínio dos investidores estrangeiros na economia¹⁰ (STARK, 1996; BURAWOY e LUKÁCS, 1994; BÖRÖCZ, 1999). A bifurcação entre os dois grupos concorrentes (um voltado para o comércio exterior e o outro para a proteção dos mercados internos) aumentou durante o período de transição pós-socialista.

Neoliberalização pós-socialista: dominância capitalista ocidental e a marginalização do trabalho

146

A mudança de regime ocorreu na Hungria sob um cenário de dívida externa crescente e de necessidade urgente de investimento estrangeiro direto (IED). Durante esse período, as organizações internacionais e o capital ocidental desempenharam um papel fundamental no processo de liberalização. Como consequência, a Hungria foi totalmente integrada aos mercados de exportação ocidentais por meio da especialização em manufatura de baixo valor agregado, dominada por corporações estrangeiras. Entretanto, a presença dessas empresas estrangeiras na economia foi condicionada pela privatização total e pela terapia de choque econômico (BÖRÖCZ, 1999; GILLE, 2010). O modelo baseado em IED exigia políticas neoliberais que priorizassem a entrada de capital estrangeiro em detrimento da proteção da propriedade nacional, um dilema estrutural comum para estados semiperiféricos (GERŐCS, 2022). Durante esse período da década de 1990, duas formas de investimentos estrangeiros entraram na economia: investimento "*brownfield*", que correspondeu a licitações de privatização que visavam ativos estatais, e investimento "*greenfield*" de empresas multinacionais automotivas e eletrônicas. O investimento *greenfield* trouxe a produção de montagem para as zonas de livre-exportação sem tarifas alfandegárias do país, em uma estrutura que apresentava semelhanças com as *maquiladoras* do México.

Os sucessivos governos da Hungria na década de 1990 - conservadores ou liberais - introduziram políticas econômicas do tipo terapia de choque que visavam não apenas à privatização, mas também à desregulamentação das leis trabalhistas, bem como à continuação da liberalização comercial e financeira (HANEY, 2002; BOHLE e GRESKOVITS

¹⁰ A origem sociológica da nascente burguesia húngara remonta à década de 1980, seja na economia informal ou como elite gerencial de grandes empresas públicas (BURAWOY e LUKÁCS, 1994; STARK, 1996).



2012). O principal beneficiário dessa abordagem política mista foi o capital estrangeiro e, entre eles, principalmente os das indústrias automotiva e eletrônica que operavam nas zonas especiais de exportação. As classes capitalistas nacionais nascentes foram subjugadas a uma posição subordinada, incluindo até mesmo os segmentos da economia que não estavam diretamente expostos ao comércio internacional, como os setores de varejo, mídia, telecomunicações e construção (GAGYI e GERŐCS, 2022).

A maioria dos trabalhadores que estavam empregados em empresas estatais perdeu seus empregos após o colapso do Comecon em 1991 e sua integração à nova estrutura industrial deu-se de forma subordinada aos interesses da mesma. Os partidos políticos que surgiram com a mudança de regime - incluindo os novos partidos formados por ex-profissionais dissidentes e o partido socialista reformado - combinados em aliança com diferentes facções capitalistas, formaram um consenso para proibir que as organizações de trabalhadores se valessem de meios democráticos para impedir os interesses capitalistas no processo de mercantilização. Esse consenso incluiu um acordo liberal-conservador pré-eleitoral sobre a proibição de greves políticas e a isenção da propriedade coletiva dos trabalhadores no processo de privatização (THOMA, 1998). Embora a institucionalização da democracia política fosse um interesse comum entre os novos partidos, o bloqueio de representação dos interesses dos trabalhadores no processo de mercantilização também era um ponto em comum vital.

No processo político, dois grandes blocos de poder se formaram durante a mudança de regime, vinculados a diferentes alianças sociais (GAGYI, 2016): o partido conservador Fórum Democrático Húngaro (MDF) e a aliança de partidos liberais, composta pelo SZDSZ, o partido socialista e o Fidesz. O MDF defendia um modelo de capitalismo nacional, enquanto os partidos liberais defendiam uma integração euroatlântica acelerada, com o partido socialista permanecendo como o principal defensor das classes proprietárias pós-socialistas. O conflito ideológico entre esses blocos definiu a estrutura do discurso público durante o período pós-socialista: enquanto os conservadores falavam em defender os "interesses nacionais" do capital ocidental e de seus aliados internos, o bloco liberal-socialista promovia os mercados abertos do tipo ocidental e a democracia liberal como paradigma de desenvolvimento e favorecia a admissão rápida na União Europeia. As críticas à mudança de regime, expressas a partir de posições de esquerda, foram efetivamente silenciadas por um consenso anticomunista entre os



partidos (KRAUSZ, 1998). Essa estrutura do debate político criou um espaço discursivo que silenciou a expressão dos interesses dos trabalhadores em nome da priorização da democracia de estilo ocidental ou incluiu os interesses dos trabalhadores nos ataques contra a liberalização liderada pelo Ocidente em nome da proteção dos interesses nacionais. No longo prazo, o descontentamento popular contra os efeitos sociais da terapia de choque neoliberal pós-socialista foi canalizado com sucesso para o apoio a projetos políticos conservadores (GAGYI, 2016).

A democracia liberal na Hungria foi consolidada depois de 1994, quando as práticas econômicas da terapia de choque diminuíram e os partidos de oposição se engajaram em um governo de coalizão. A privatização continuou durante o período liberal-socialista, mas certas facções das classes capitalistas domésticas desfrutaram de subsídios limitados do governo em circuitos protegidos de acumulação, como habitação, construção e mídia.

Durante esse período, surgiu um confronto inevitável entre as classes capitalistas nacionais que esperavam garantir o acesso aos elementos que restavam das empresas estatais e o capital estrangeiro, que continuava a ter acesso a mercados nacionais inexplorados, infraestrutura relativamente bem preservada e mão de obra barata. Como as classes domésticas não tinham capacidade financeira suficiente para salvar sua posição na economia em um momento em que o Estado endividado precisava urgentemente de entrada de moeda, o capital estrangeiro obteve vantagem na privatização. Apesar da desvantagem geral para os grupos de capitalistas domésticos¹¹, a maioria permaneceu leal ao partido socialista até o início dos anos 2000, principalmente devido a seus vínculos informais de longa data - embora enfraquecidos - com antigos membros do *politburo*. O partido socialista também conseguiu integrar o principal sucessor da confederação sindical após a desintegração desta última no início da década de 1990.

Um ponto significativo de discórdia entre as facções opostas foram as relações dos dois blocos com as exigências dos trabalhadores durante o período da privatização. Os principais partidos liberais e conservadores, SZDSZ e MDF, fizeram um pacto oficial para descartar greves políticas e a

¹¹ Um pequeno número de indivíduos bem conectados poderia lucrar com este período em grande parte devido às suas excepcionais habilidades gerenciais, à experiência acumulada da privatização espontânea no final dos anos 80, bem como às conexões políticas que os ajudaram a garantir e prolongar os empréstimos dos bancos estatais (VOSZKA, 1994).



propriedade coletiva dos trabalhadores. Entretanto, a MDF se aproximou do renovado movimento de Conselho dos Trabalhadores ao longo dos anos 1990 e prometeu apoio estatal como parte de uma aliança política. Para a MDF, esta aliança serviu para construir uma alavanca contra os grandes gerentes de empresas que se alinharam com o partido socialista e os sindicatos maiores. Enquanto esta assistência política resultou em benefícios limitados, em 1998 o movimento do Conselho de Trabalhadores declarou-se um sindicato cristão, desistindo dos objetivos de propriedade coletiva dos trabalhadores. Até os dias de hoje, ele tem continuado a trabalhar em aliança com o bloco conservador. Os liberais, entretanto, apoiaram a formação de uma nova aliança sindical (LIGA), esperando enfraquecer a aliança sindical nacional existente, herdada do socialismo estatal. A LIGA participou das discussões da Mesa Redonda Nacional sobre a mudança de regime, mas devido aos seus "interesses liberais", eles se concentraram em questões de transição política, ao invés de questões relacionadas aos interesses dos trabalhadores (THOMA, 1998).

A Crise do *Hegemón* Neoliberal

Na segunda metade dos anos 90, o Fidesz, um partido originalmente liberal, tomou um novo rumo ideológico, assumindo explicitamente o papel anteriormente ocupado pela MDF. Isto aconteceu após a aplicação do primeiro programa de ajuste estrutural em escala real imposto pelo governo de coalizão socialista-liberal, o "pacote Bokros"¹². A posição ideológica do Fidesz foi expressa como um nacionalismo moderado com a promessa de desenvolvimento do capitalismo nacional, o que levou o partido a uma vitória eleitoral em 1998.

O primeiro governo do Fidesz deu continuidade à estratégia do MDF de romper as alianças entre o capital doméstico e o partido socialista, com o objetivo de realinhar essas entidades a um núcleo conservador. No entanto, a capacidade do Fidesz de mobilizar em massa as classes médias contra as

¹² Em março de 1995, o Ministério das Finanças introduziu uma desvalorização gradual da moeda húngara para lidar com o crescente déficit no saldo das contas públicas. O "pacote Bokros" visava uma liberalização total do balanço de pagamentos e a convertibilidade da moeda húngara. Para manter o déficit primário, os benefícios sociais foram reduzidos, as taxas universitárias foram introduzidas e os salários nominais nos serviços públicos foram limitados. Disso, a privatização foi acelerada. Disso, o processo de privatização foi acelerado.



medidas de austeridade, invocando noções históricas de "burguesia nacional" (VIGVÁRI e GERÓCS 2018), provou ser uma diferença significativa entre os partidos. Ao invocar gestos simbólicos de unidade nacional, o Fidesz realocou fundos sociais das classes mais baixas para as classes médias altas e introduziu um regime trabalhista disciplinar que complementou a austeridade neoliberal. Apesar de ter conseguido construir uma base de empresas capitalistas nacionais ligadas ao partido, o primeiro governo do Fidesz não conseguiu romper o vínculo entre o capital doméstico e o partido socialista. Posteriormente, o Fidesz perdeu as eleições de 2002 para os governos socialistas e liberais e a Hungria tornou-se membro pleno da União Europeia. Em reação à derrota eleitoral, o Fidesz lançou um projeto nacional para organizar "Círculos Cívicos", integrando com sucesso grande parte da energia popular anti-neoliberal em suas redes políticas (GRESKOVITS, 2020). A onda de politização popular de direita e antineoliberal dos anos 2000 (que se baseou no discurso político do bloco de poder conservador dos anos 1990) teve outro grande beneficiário político: o novo partido de extrema direita Jobbik, que trabalhou ao lado do Fidesz para penetrar e divulgar esse movimento. O Jobbik conseguiu entrar no parlamento em 2010 (SZOMBATI, 2018).

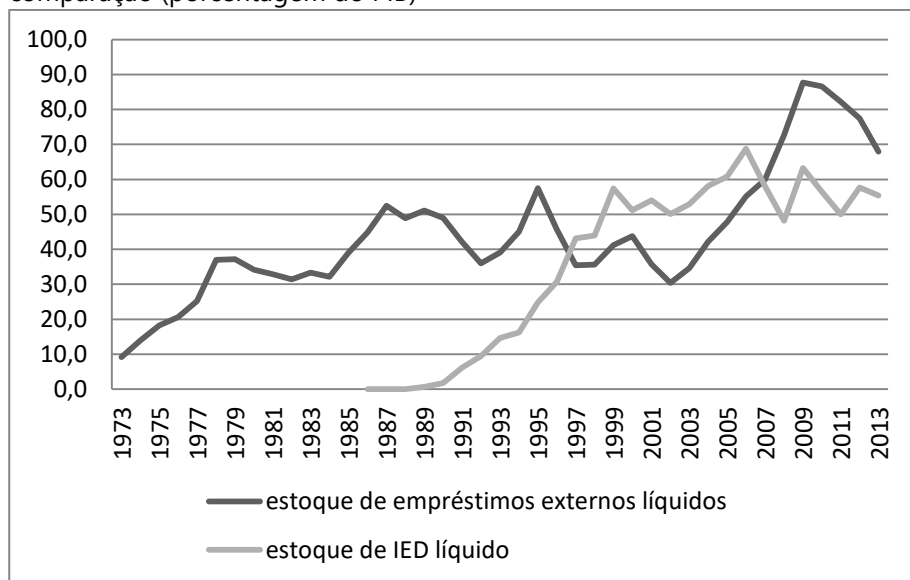
A segunda fase do regime de acumulação neoliberal mostrou sinais de exaustão, pois a privatização se desacelerou temporariamente em meados dos anos 2000. Além disso, a capacidade regulatória do Estado para subsidiar o capital interno tornou-se mais limitada devido à estrutura da lei de concorrência da União Europeia. Problemas com o orçamento público atraíram a inspeção dos financiadores internacionais, enquanto os efeitos cumulativos da liberalização financeira e as políticas de austeridade introduzidas pelo "pacote Bokros" levaram a um crescente descontentamento público. Os governos socialistas-liberais tentaram aliviar sua própria deslegitimação política, incentivando as famílias a contraírem empréstimos em moedas estrangeiras, aumentando assim seu poder de consumo no curto prazo. No início dos anos 2000, isto criou a ilusão temporária da possibilidade de articular o neoliberalismo com benefícios sociais.

No final dos anos 2000, a dívida contraída pela dependência do regime de acumulação neoliberal por empréstimos internacionais (incluindo os empréstimos do FMI) em comparação com o investimento estrangeiro direto (Figura 1), obrigou os governos a adotar políticas de austeridade, as quais fizeram emergir crescente descontentamento social e político das



classes médias desiludidas. O Fidesz conseguiu articular este descontentamento com a agenda nacional do partido (GAGYI, 2016; SCHEIRING e SZOMBATI, 2020).

Figura 1. Estoque de empréstimos líquidos e investimento direto em comparação (porcentagem do PIB)



Fonte: Agência Húngara de Promoção de Investimentos, 2022.

A desilusão se intensificou ainda mais quando grupos capitalistas domésticos foram afetados pelo endurecimento das medidas de austeridade que os governos de coalizão foram forçados a implementar sob as exigências de sucessivos pacotes do FMI. Na época da crise econômica mundial de 2008, aproximadamente 30% das famílias e pequenas empresas privadas - que detinham a maior parte da dívida em moeda estrangeira - foram à falência devido às flutuações cambiais (PELLANDINI-SIMÁNYI e VARGHA, 2018; PÓSFAL, 2018).

Como resultado do esgotamento do modelo neoliberal baseado no IED e em consonância com as regras da UE e do FMI, a burguesia nacional lentamente se distanciou do Partido Socialista e se reagrupou em torno do concorrente Fidesz (WILKIN, 2016; FÁBRY, 2019; SCHEIRING, 2020; SCHEIRING e SZOMBATI, 2020). Da mesma forma, o maior sindicato, que havia sido um aliado próximo do partido socialista, declarou oficialmente sua separação de qualquer política partidária. Além disso, o Fidesz reorganizou sua rede de organizações locais, o Movimento dos Círculos Cívicos, que era



afiliado à liderança do partido e era facilmente mobilizado para causas locais. Os membros dos Círculos Cívicos eram compostos não apenas por participantes da classe média, mas também por um número crescente de trabalhadores braçais que se tornaram defensores da agenda nacional do partido. Em 2006, manifestações violentas eclodiram em Budapeste, desencadeadas pelo vazamento do discurso do primeiro-ministro socialista Ferenc Gyurcsány, no qual ele insinuava que seu partido havia mentido para os eleitores sobre a situação do orçamento e que a "face humana" do neoliberalismo não estava à altura. A repressão agressiva da polícia sob o governo dos socialistas marcou estes eventos como o ponto final de uma hegemonia política liberal-socialista. Embora os temas das manifestações tenham sido inicialmente dominados por movimentos de extrema direita liderados pelo Jobbik, o Fidesz utilizou com mais sucesso suas consequências políticas, posicionando-se como líder de uma revolta nacional popular contra a dominação neoliberal.

A vitória do Fidesz na eleição de 2010, em que obteve dois terços dos votos, pode ser vista como resultado da deslegitimação maciça da coalizão socialista-liberal em combinação com os efeitos muito severos da crise econômica mundial de 2008. O governo do Fidesz aproveitou a oportunidade oferecida pela crise global para reconfigurar o bloco de poder pós-socialista, renegociando as relações econômicas e financeiras com o capital internacional em nome da burguesia nacional. No entanto, elementos das políticas de austeridade neoliberal e o subsídio ao capital estrangeiro permaneceram em vigor. Dessa forma, o neoliberalismo não terminou com a ascensão do Fidesz, mas foi transferido para a hegemonia iliberal.

Hegemonia "Illiberal" após 2010: uma nova reconfiguração capitalista autoritária.

Viktor Orbán chamou seu segundo governo de "iliberal". Este conceito tinha como objetivo expressar sua oposição ideológica geral à "democracia liberal", como ele explicou em um de seus discursos anuais na reunião de verão de seu partido conservador, o Fidesz, em Bálványos, Transilvânia, em 2015¹³. A burguesia nacional da Hungria alcançou um papel mais proeminente no bloco de bloco e poder recém formado dentro do

¹³ <https://visegradpost.com/en/2019/07/29/orbans-full-speech-at-tusvanyos-political-philosophy-upcoming-crisis-and-projects-for-the-next-15-years/>



regime iliberal de Orbán e em sua centralização institucional do poder político (MELEGH, 2018). Como parte da centralização política, uma nova constituição foi promulgada em 2012. O Fidesz redefiniu posteriormente o sistema eleitoral várias vezes, a fim de manter a maioria de dois terços do partido no parlamento. Ao mesmo tempo, uma série de reformas econômicas foi introduzida, incluindo reformas em uma ampla gama de políticas industriais, educacionais e tributárias e a flexibilização do mercado de trabalho. Esta série de reformas foi dirigida a algumas facções importantes do bloco de poder neoliberal que havia dominado o regime de acumulação anterior. Além de aprovar emendas constitucionais, desde a introdução dessas reformas políticas e econômicas, os sucessivos governos do Fidesz não enfrentaram nenhum desafio sério ao seu poder em nível nacional, ainda que os partidos de oposição tenham obtido algum sucesso em nível municipal.

O controle sem precedentes sobre a mídia ocorreu após a centralização do poder político e das reformas econômicas que enfraqueceram o bloco de poder neoliberal. Os governos do Fidesz minaram sistematicamente as condições de atuação da mídia independente por meio de intervenções regulatórias e de mercado. O Fidesz construiu seu próprio campo de oligarcas da mídia durante seu primeiro mandato no final da década de 1990 e, depois de 2010, passou a controlar grande parte dos meios de comunicação independentes da Hungria (WILKIN, 2016)¹⁴. O controle do partido sob a maioria dos meios de comunicação públicos e privados permitiu que o governo os convertesse em uma máquina de propaganda estatal, que tem sido usada com frequência contra grupos específicos e em questões cuidadosamente selecionadas. É importante mencionar sua infame campanha antimigração, lançada em 2015 durante a crise europeia de refugiados. A campanha foi inicialmente um movimento para contrabalançar os índices de popularidade em queda do partido após as eleições de 2014, mas desde então tem sido mantida como tema principal de sua comunicação. Outras campanhas incluem as pautas anti-lgbt, a anti-sem-teto e a anti-feminista, todas elas servindo para recriar simbolicamente a noção de uma "unidade nacional" que supostamente se beneficia universalmente da política do Fidesz.

¹⁴ Dois dos maiores estabelecimentos independentes (liberal-esquerda), incluindo uma revista impressa chamada Népszabadság e uma revista on-line chamada index.hu foram superados ou fechados por oligarcas da mídia filiadas à Fidesz.



Em termos de lutas por poder brando para obter reconhecimento internacional, a propaganda estatal geralmente tem como alvo políticos europeus de destaque que criticaram publicamente Orbán. Um alvo mais frequente é o bilionário húngaro George Soros, que contribuiu para a consolidação da democracia liberal por meio de suas doações filantrópicas a ONGs independentes durante a transição pós-socialista. A chamada legislação "Stop Soros" é uma das regulamentações mais restritivas em relação a organizações civis na UE, pois a lei proibiu as ONGs de aceitarem doações estrangeiras sem a aprovação do Estado. Outro elemento da campanha anti-Soros envolveu a pressão para que a Universidade da Europa Central - originalmente fundada por Soros - se mudasse de Budapeste para Viena. Outras instituições culturais autônomas, como a Universidade de Artes Teatrais e Cinematográficas (SZFE), foram reorganizadas por uma administração recém-nomeada, cujo chefe é um ex-tenente do exército húngaro. A reorganização da universidade foi seguida pela resistência dos estudantes da Universidade de Artes Teatrais e Cinematográficas, que também ocuparam o campus da universidade. A Academia Húngara de Ciências também foi alvo do aparato estatal e, em 2020, a maioria das instituições de ensino superior húngaras foi transferida para fundações privadas afiliadas ao Fidesz, provocando manifestações entre as classes médias urbanas e a intelectualidade. O currículo foi frequentemente reformulado de acordo com as metas de industrialização do governo, e os departamentos de ciências humanas foram reduzidos ou tornados desnecessários. Uma crise no setor educacional foi marcada por uma greve nacional de professores em março de 2022, à qual se juntaram estudantes do ensino médio em uma segunda onda de greves em setembro de 2022.

Além disso, a mídia controlada pelo Estado desempenha um papel fundamental no ataque à liderança dos partidos de oposição: os socialistas-liberais remanescentes e o partido de extrema direita, o Jobbik. Apesar dos duros ataques da mídia às figuras da oposição, a oposição não foi criminalizada da mesma forma que em outros regimes autoritários, como a Turquia ou as Filipinas. Ao longo de seu primeiro e segundo mandatos, o Jobbik tornou-se o principal adversário político do Fidesz devido à sua capacidade de obter uma quantidade considerável de apoio popular entre aqueles que estavam alienados pelas reformas do Fidesz. A campanha eleitoral de 2018 do Jobbik "Você trabalha. Eles roubam." resume de forma ilustrativa essa retórica política (SZOMBATI, 2018). Como resposta, o Fidesz intensificou suas próprias narrativas de extrema direita e se esforçou para



destruir o Jobbik tanto simbólica quanto organizacionalmente, embora a criminalização não fizesse parte da estratégia. Em meio a esse conflito, ocorreu uma interessante mudança de posições políticas em meados da década de 2010: o Jobbik passou da extrema direita para o centro político, enquanto o Fidesz passou de sua posição moderada de centro-direita para a extrema direita. Simultaneamente, o Fidesz ajudou a criar o "Our Homeland Movement" (Movimento Nossa Pátria), uma facção anti-Jobbik que atraiu elementos da extrema direita e definiu o tom da política de identidade simbólica que se alinhou aos objetivos ideológicos do Estado. Esse movimento enfatiza o chamado "discurso moral" que tem uma orientação anti-lgbtq, anti-cigana e a favor da violência estatal.

A estratégia restante dos partidos liberais e socialistas é invocar noções de "europeísmo" e valores da "civilização ocidental" em oposição à forte retórica nacionalista da propaganda estatal, apoiando-se principalmente em gestos simbólicos de aliança com as potências liberais ocidentais. Esta estratégia de comunicação política a longo prazo tem estado no centro do regime neoliberal pós-socialista desde os anos imediatamente posteriores à mudança de regime e, portanto, é menos atrativa para a maioria da população. Enquanto a base eleitoral dos partidos liberais da oposição não pôde ser recuperada após a implosão da hegemonia neoliberal no final dos anos 2000 (apesar de várias divisões no partido em exercício, e uma nova geração de partidos liberais, por exemplo, o partido Momentum), as estruturas liberais pró-ocidentais do anterior bloco de poder neoliberal dominaram grande parte das ondas de manifestação pós-2010 contra o regime iliberal em consolidação. Estes protestos, dominados pelos círculos da classe média educada na hegemonia neoliberal anterior (SZABÓ e MIKECZ, 2015), criticam o recuo do regime em relação às liberdades democráticas, incluindo reformas da mídia, do sistema judiciário, do financiamento cultural e do ensino superior. Nesta nova fase do movimento político liberal, as questões sociais foram incluídas como argumento político contra o regime iliberal, e grupos que representam reivindicações sociais (de habitação, em defesa dos ciganos ou sindicatos) são convidados a falar em manifestações. Entretanto, estas questões permanecem subordinadas às reivindicações de liberdade civil, e em vez de penetrar em círculos populares, como o Jobbik antes de assumir sua posição centrista, a estratégia iliberal permaneceu dentro dos limites convencionais da classe média da política pós-socialista.



A energia dos movimentos sociais foi usada para apoiar as coalizões de oposição durante as mobilizações eleitorais. Um novo desenvolvimento a esse respeito pode ser visto na aliança de oposição entre partidos (incluindo o Jobbik) formada antes das eleições locais de 2019. Devido à aliança, os candidatos da oposição ganharam algumas cadeiras em alguns governos locais, incluindo o município de Budapeste. Isso aumentou as esperanças de quebrar a supermaioria¹⁵ do Fidesz nas eleições parlamentares de 2022. No entanto, devido à incoerência política e ideológica, a uma base eleitoral fragmentada da oposição, bem como à escalada da crise dos preços da energia seguida pela súbita eclosão da guerra na Ucrânia, contra a qual o Fidesz prometeu proteger a população (afirmando que a Hungria não deveria participar do conflito, enquanto a oposição pedia ajuda à Ucrânia), o Fidesz conseguiu garantir sua supermaioria mais uma vez.

O bloco de poder capitalista pós-2010

Em termos de política econômica, apesar de sua retórica simbólica anti-ocidental, o regime iliberal de Orbán não foi totalmente hostil ao capital internacional, devido à persistente dependência do país ao financiamento externo. Ao invés disso, ele procurou formar novas alianças internacionais fora do espaço geopolítico transatlântico para ajudar o regime a se diversificar, distante tanto dos Fundos Estruturais e de Coesão da União Européia, como dos investimentos dos fabricantes alemães.

Neste contexto, muitas das antigas políticas neoliberais permaneceram intactas, ainda que tenham se combinado com políticas industriais selecionadas e uma forma de governança mais centralizada. Nas finanças, por exemplo, o governo e o banco central alcançaram capacidade regulatória suficiente para mudar as relações de mercado entre bancos estrangeiros e nacionais e transformar a estrutura competitiva do mercado em uma estrutura oligopolística sob supervisão direta do Estado. Ao contrário dos setores de serviços domésticos (por exemplo, serviços públicos, varejo e telecomunicações), isto não exigiu aquisições hostis. Ao contrário, o esquema de resgate financeiro da Hungria criou uma situação

¹⁵ Nota da tradução: Na Hungria, para que possa ser aprovada mudanças na constituição é preciso possuir mais de 2/3 dos votos parlamentares. Neste sentido, os termos supermaioria e maioria absoluta correspondem à situação de representação parlamentar dos membros do Fidesz e seus aliados superior a esta proporção.



de ganho mútuo entre o capital internacional e o doméstico, em que o governo pagou um preço relativamente alto pelos ativos insolventes dos bancos estrangeiros (MIHÁLYI, 2015)¹⁶.

A reorganização bancária pós-crise foi importante também do ponto de vista político, devido às promessas feitas para salvar as centenas de milhares de famílias que haviam se tornado devedoras após o aumento do número parcelas dos empréstimos. Este constituiu um ponto principal da campanha eleitoral do Fidesz em 2010: em consonância com os gestos que indicavam sua filiação ao popular anti-neoliberalismo de direita, o Fidesz tomou emprestado o discurso dos grupos de defesa dos devedores, e falou da crise hipotecária *forex* como uma injustiça imposta pelos bancos ocidentais ao povo húngaro. Entretanto, as medidas reais para enfrentar a crise priorizaram a restabilização e nacionalização do setor financeiro. Entre os devedores, a reorganização da dívida só serviu aos mais privilegiados (DANCSIK *et al.* 2015), e quando os devedores em pior situação financeira começaram a se mobilizar contra essas medidas, seus movimentos foram marginalizados e a possibilidade de litígio foi limitada por sucessivas decisões da Suprema Corte (Cúria). Por outro lado, o banco central lançou um novo programa de empréstimo hipotecário na moeda húngara que visava novas classes médias (apoiado por políticas estatais de redistribuição). Este novo esquema de empréstimo foi condicionado a critérios demográficos (por exemplo, número de filhos na família), sustentado por um discurso moral pró-natalista de "merecimento da família" (GREGOR, 2017).

Este novo esquema ajudou as instituições financeiras associadas ao governo a alcançar o mercado de empréstimos privados que antes da crise econômica mundial de 2008, estava sob o controle de bancos estrangeiros. Combinado com outras isenções fiscais e outros apoios às indústrias de construção locais, isto criou um circuito protegido de acumulação de capital dominado pelo capital financeiro nacional. Além da mudança nas relações de propriedade, o mercado de empréstimos privados experimentou uma concentração maciça de capital. Através da assistência governamental, os ativos financeiros recém-adquiridos foram integrados a um novo banco gigante com a esperança de que ele dominaria o mercado oligopolista. Em

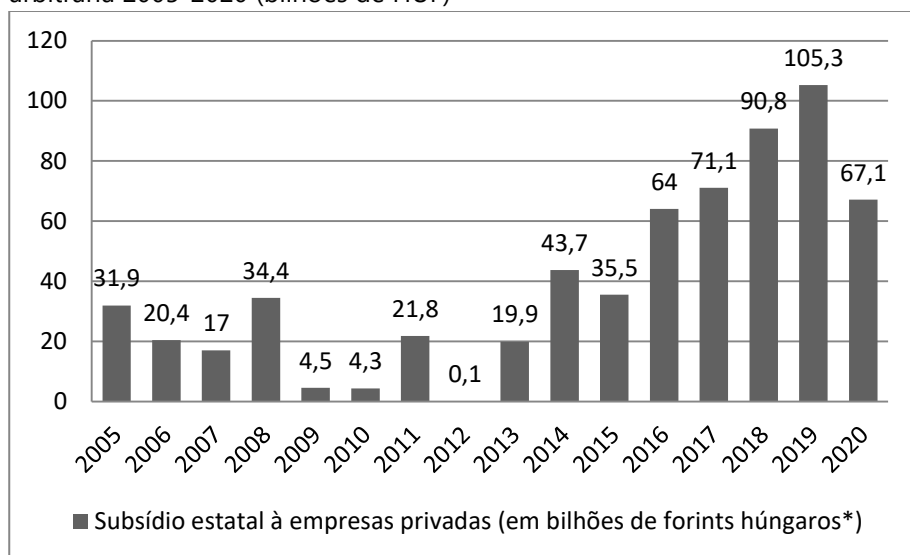
¹⁶ Mihályi (2015) argumenta que essa foi uma situação vantajosa tanto para o capital financeiro internacional quanto para o nacional, pois os bancos estrangeiros foram particularmente afetados durante a crise financeira de 2008; eles registraram perdas maciças com dívidas hipotecárias.



resumo, o esquema de resgate financeiro foi projetado para ajudar o capital doméstico a renegociar suas relações com o capital financeiro internacional, enquanto subsidiava as classes médias altas e cooptava as classes médias baixas através de dispositivos ideológicos e materiais. Em suma, o que aconteceu com os bancos representa a aliança política de tipo “cima para baixo” que o Fidesz foi capaz de construir em prol da formação de um novo bloco de poder.

Em outros setores da economia, o Estado criou vários critérios seletivos para proteger o capital nacional. Primeiro, o governo precisava de um superávit comercial para aliviar a dependência financeira e a influência dos credores nas políticas econômicas. Para isso, as políticas econômicas foram elaboradas de uma forma mercantilista específica para incentivar os grandes exportadores estrangeiros a aumentar sua capacidade e adquirir moeda estrangeira suficiente para garantir as reservas mantidas pelo Banco Central (BECKER, 2016). Esse tipo específico de política comercial e industrial chegou ao ponto de fornecer os maiores subsídios estatais de qualquer país da região para empresas estrangeiras com fábricas na Hungria, a fim de ajudá-las a exportar para o mercado mundial.

Figura 2. Subsídios estatais alocados a empresas individuais por decisão arbitrária 2005-2020 (bilhões de HUF)



Fonte: GERÖCS e PINKASZ, 2018. (*) A moeda oficial da Hungria é o Florim Húngaro. Um real brasileiro de 2023 equivale à aproximadamente HUF 67,00.



No entanto, um nível maior de subsídios estatais também foi alocado para as empresas húngaras, desde que se fosse comprovado que elas estavam associadas a empresários ligados ao Fidesz (Figura 2).

Em segundo lugar, o capital internacional na economia doméstica de serviços foi alvo de práticas discriminatórias e protecionistas. Embora estas políticas protecionistas tenham sido projetadas para parecerem em conformidade com a lei de concorrência europeia, uma ampla gama de intervenções de mercado, regulamentações de preços e sobretaxas setoriais especificamente direcionadas a elas e introduzidas nesta época foram, desde então, descartadas pela Corte Europeia de Justiça. Além dessas políticas, ocorreram aquisições hostis e nacionalizações contestadas. Ademais das concessionárias municipais, as áreas-alvo normalmente incluíam o varejo, a mídia, as telecomunicações e a energia. A infraestrutura e os serviços locais são outras áreas onde o Estado ganhou capacidade regulatória a fim de intervir e mudar as relações de mercado em benefício do capital doméstico aliado ao regime.

Por fim, os bancos e as finanças internacionais são uma área específica em que a integração econômica mundial se cruzou com a capitalização de grupos nacionais por meio de diferentes fontes de financiamento. Como já destacamos, a contestação entre as várias facções do capital financeiro estrangeiro e nacional foi relativamente baixa devido à situação de ganho mútuo criada pelo esquema de resgate. O que mudou foi o equilíbrio das forças internacionais no espaço geopolítico regional mais amplo. O capital russo e chinês, por exemplo, foi favorecido pelo banco central húngaro para ajudar a diversificar a dependência dos fundos europeus e do investimento estrangeiro alemão. Essa mudança levou a uma nova geopolítica do endividamento (GAGYI e GERŐCS 2019).

Manufatura orientada para a exportação baseada em IED e um novo regime de trabalho.

Como mencionado anteriormente, as políticas industriais na Hungria incentivam os fabricantes estrangeiros de exportação a investir no país (GERŐCS e PINKASZ 2019). Este conjunto de políticas foi em grande parte modelado após a adoção do modelo neomercantilista na Alemanha. É notável que algumas dessas políticas industriais foram co-elaboradas por funcionários do governo húngaro do Ministério de Inovação e Tecnologia e agentes de organizações de *lobby* alemão, como a Câmara de Indústria e



Comércio Alemanha-Hungria¹⁷. A regulamentação trabalhista, educação e tributação foram as principais áreas legislativas nas quais a versão periférica do modelo neomercantilista alemão foi implementada.

a) Reforma Trabalhista

Já em 2010, o recém-eleito governo Fidesz fez alterações radicais nas leis sindicais, resultando na queda repentina das greves após 2010. Além disso, um novo código trabalhista foi promulgado em 2012. Com estas reformas, os interesses da burguesia nacional se uniram aos do capital estrangeiro; assim, a dependência geral em relação à Alemanha se intensificou. A pedido do capital industrial alemão, foram acrescentadas em emendas ao novo código trabalhista em 2018. Os sindicatos chamaram estas reformas de "Lei do Escravo" porque restringiram severamente seu poder de negociação em relação às empresas, enquanto o direito dos fabricantes de exigir horas extras foi muito ampliado (GAGYI e GERŐCS 2019)¹⁸.

b) Políticas de *workfare*¹⁹

Outra peça importante da legislação é a iniciativa pública de introdução de políticas de *workfare* (HANN, 2016). A iniciativa foi introduzida pela primeira vez pelo governo socialista-liberal, como parte de seu esforço de gestão de crise, e foi ampliada pelo Fidesz em 2011, atendendo a uma demanda popular feita pelas classes médias rurais para substituir as transferências sociais universais (como os abonos de família e os

¹⁷ É interessante notar, por exemplo, que o co-presidente do Conselho Nacional de Política Científica - que superou os gastos do governo com ciência e educação - é o ex-comissário europeu de Orçamento e Recursos Humanos, Günther Oettinger.

¹⁸ De 250 horas a 400 horas por ano e os atrasos de pagamento também podem ser estendidos para até 3 anos.

¹⁹ Nota da tradução: o regime de *workfare* foi concebido como uma alternativa ao modelo de bem-estar social anteriormente estabelecido, caracterizado pelo direito automático à assistência social, como seguro-desemprego ou outras transferências sociais. Neste novo modelo, a concessão de assistência social está condicionada à realização de trabalho, o que implica que o indivíduo precisa obter um emprego para poder ter acesso aos benefícios oferecidos pelo Estado. Em geral, a implementação do *workfare* é acompanhada pela criação de vagas de emprego de baixa remuneração destinadas a pessoas com baixa qualificação profissional que, de outra forma, estariam desempregadas. O objetivo é reduzir a dependência do Estado e fomentar a inclusão produtiva desses indivíduos. Entretanto, essa política implica na redução dos benefícios sociais e de seguridade social, com o intuito de incentivar a reinserção dos indivíduos no mercado de trabalho.



benefícios de desemprego)²⁰ às quais os pobres rurais eram elegíveis, pelo trabalho público organizado por governos locais. Entre 2011 e 2015, aproximadamente 5% da força de trabalho húngara foi empregada pela iniciativa *workfare*, a maioria das quais em áreas rurais onde as altas taxas de desemprego foram um fenômeno de longo prazo resultante do período de transição pós-socialista²¹. Os governos locais dominados pelo Fidesz receberam total poder discricionário sobre a gestão do emprego rural através da iniciativa. Isto ajudou a obter o consentimento passivo dos desempregados rurais, muitos dos quais eram membros da comunidade étnica cigana. Em muitas partes do país, os prefeitos se tornaram os únicos empregadores legais da população local. Como resultado, a iniciativa desempenhou um papel maciço no estreitamento das relações patrão-cliente nas áreas mais afetadas pelo desemprego desenfreado, produzindo assim consequências significativas para a mobilização política local²². Por outro lado, a dependência dos prefeitos locais em relação ao orçamento central também aumentou, produzindo um sistema hierárquico de clientelismo nacional onde o governo central reina no topo da hierarquia.

c) Educação

A segunda área visada pelas reformas foi a educação. Nessa área, os formuladores de políticas introduziram um projeto baseado no sistema de treinamento vocacional alemão, combinado com a redução da idade mínima obrigatória de escolaridade de 18 para 16 anos. Projetado pelo *lobby* industrial alemão e suas contrapartes húngaras, o sistema de treinamento vocacional tinha como objetivo fornecer às empresas mão de obra barata e flexível, tanto jovem quanto legalmente viável. Além do baixo nível de qualificação, os estagiários são formalmente supervisionados por seus programas escolares, evitando, portanto, qualquer obrigação por parte das empresas de pagar-lhes salários semelhantes aos dos outros empregados ou oferecer-lhes contratos seguros (GAGYI e GERÓCS 2019).

²⁰ Por exemplo, o auxílio-desemprego foi reduzido de 9 para 3 meses em 2012

²¹ Parte da retórica em torno dos benefícios sociais era abertamente racista, pois visava a população cigana mais vulnerável que sofreu muito durante a transição pós-socialista.

²² Nas eleições subsequentes, as regiões mais pobres e com maior número de desempregados forneceram o maior número de votos pró-governo, o que indica a função do programa de trabalho na máquina eleitoral.



d) Tributação

Por fim, a Hungria também fez reformas na tributação, introduzindo as mais baixas taxas de impostos corporativos na União Européia. A alíquota oficial do imposto corporativo é fixada em 9%, mas em 2020, após as deduções específicas de cada setor, o imposto pago foi de apenas 4,7%, de acordo com o banco de dados da OCDE²³. O sistema de imposto de renda para pessoa física é similarmente homogêneo, com uma taxa universal de 15%. Em contraste, a Hungria introduziu o maior imposto possível dentro da estrutura de harmonização fiscal da União Européia sobre as vendas, com uma taxa de 27%, cujo ônus é desproporcionalmente arcado por trabalhadores com salários mais baixos, empurrando assim o custo crescente da reprodução da mão-de-obra para as famílias da classe trabalhadora.

A diversificação do financiamento: Novas alianças com o capital russo e chines.

Para aliviar sua dependência financeira do capital ocidental e, assim, permitir um maior espaço de manobra para o capital nacional, o governo procurou canais alternativos de financiamento disponíveis após as mudanças geopolíticas. Esta necessidade de maior acumulação de capital foi preenchida pela entrada russa e chinesa no mercado europeu antes do ataque da Rússia à Ucrânia em 2022. O regime húngaro posicionou-se com sucesso como uma "porta de entrada" para os novos capitais transnacionais emergentes que procuram entrar na UE. Este posicionamento se assemelha à estrutura do modelo de ponte no comércio internacional da Hungria dos anos 60 e 70.

No caso da Rússia, a exportação de capital assumiu a forma de um pacote de investimentos bem definido que incluiu investimentos no setor de energia, envolvendo contratos de concessão com empresas petrolíferas, entregas de equipamentos técnicos para capacidade nuclear, desenvolvimento de infraestrutura relacionada à extração ou transporte de energia e renovação de linhas de crédito oferecidas por bancos estatais.

No total, três importantes pacotes de investimento foram acordados entre 2010 e 2018. O primeiro acordo incluiu a recompra pelo governo húngaro de uma participação majoritária na Hungarian Oil and Gas Company (Grupo MOL) da Surgutneftegaz da Rússia. Os grupos de

²³ <https://www.compareyourcountry.org/corporate-tax-statistics/en/0/all/default..>



capitalistas nacionais esperavam usar isso para adquirir participações em outras redes regionais de energia a fim de expandir sua influência na Europa Central e Oriental.

O segundo acordo importante envolveu a ampliação da capacidade nuclear do país na cidade húngara de Paks por um consórcio internacional liderado pela Rosatom da Rússia. Embora a licitação não estivesse em conformidade com a lei de concorrência europeia, o Conselho Europeu a aprovou em troca do acesso dos fornecedores ocidentais ao projeto, o que poderia fornecer uma estrutura para renegociações futuras se as sanções da UE contra a Rússia após a invasão da Ucrânia colocassem todo o projeto em espera. Em princípio, a chamada extensão da capacidade nuclear de Paks-II se encaixa bem no modelo neomercantilista periférico, pois atende às necessidades do complexo industrial alemão em expansão para o leste, fornecendo-lhe energia e mão de obra baratas. Também se esperava que atendesse às necessidades do capital nacional, pois o acordo incluía convidar empresas húngaras para participar da construção do novo bloco (até 40% do plano). Esperava-se que o pacote de investimentos criasse um novo e grande *pool* de fundos para o capital nacional sem ter que cumprir os padrões da lei de concorrência da União Europeia, mas essas condições podem estar sujeitas a mudanças. Esperava-se também que os custos desse investimento maciço em infraestrutura fossem cobertos por um acordo sob uma linha de crédito no valor de US \$10 bilhões entre o Vnesheconombank estatal da Rússia - agora sancionado pela UE - e o governo húngaro. Conforme o terceiro acordo, a nova sede regional do Banco Internacional de Investimentos (BII) da Rússia será instalada em Budapeste. Como parte do acordo, o estado húngaro aumentou a participação acionária conjunta no capital do banco em €10 bilhões, tornando a Hungria a segunda maior acionista do BII²⁴. Novas tensões geopolíticas e sanções ocidentais contra a Rússia podem prejudicar as colaborações russas; no entanto, não está claro, até o momento do fechamento deste trabalho, como exatamente essas sanções afetarão os investimentos russos na Hungria.

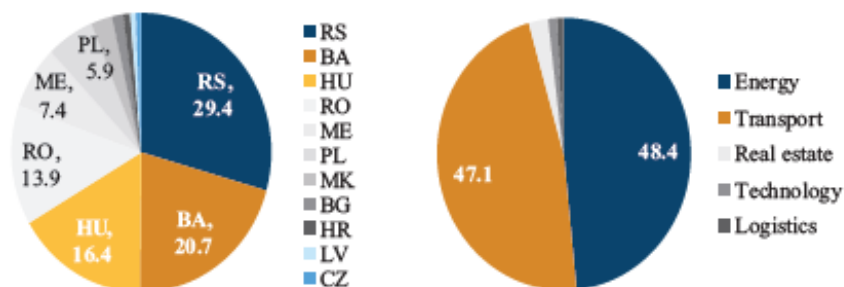
No caso da China, a exportação de capital é combinada com a necessidade urgente do país de disseminar seu excesso de capacidade industrial, para isso ele realiza amplos investimentos de capital na estrutura

²⁴ Isso significa que os funcionários do IIB ganhariam imunidade diplomática na União Europeia, por tanto, já surgiram disputas políticas entre altos funcionários da UE e a Hungria.



de investimento multilateral da *Belt and Road Initiative* (BRI). Observadores ocidentais descrevem a BRI como uma possível alternativa ao FMI no longo prazo, embora o tamanho de seus fundos ainda seja minúsculo em comparação com os das principais agências doadoras internacionais. A China criou uma linha de crédito especial para as regiões do centro-leste e sudeste da Europa no valor de US \$10 bilhões para financiar projetos de infraestrutura em 17 países (agrupados na categoria CEEC-17 na estrutura da BRI)²⁵. Estes países estão qualificados para solicitar empréstimos preferenciais que podem ser usados para projetos de infraestrutura, principalmente em transporte e energia, dentro do escopo da estrutura mais ampla da BRI.

Figura 3. IDE chinês nos países da UE e detalhamento setorial, 2013-2017.



Fonte: GRÜBLER et. al., 2018.

A Figura 3 mostra que os investimentos chineses estão altamente concentrados nos setores e regiões identificados acima. O motivo dessa concentração é que a China já havia lançado dois grandes projetos de infraestrutura nessas regiões: em 2016, a empresa de transporte marítimo chinesa (Cosco) adquiriu uma participação de 67% no maior porto grego, em Piraeus, como parte de suas aquisições no ramo de logística portuária por toda a Europa²⁶. Para conectar seus portos à infraestrutura europeia, a China está construindo um trem de carga de alta velocidade que se conectará aos principais mercados da Europa. Já foram assinados acordos na Sérvia e na

²⁵ Os países da CEEC-17 são: Albânia, Bósnia-Herzegovina, Croácia, Macedônia, Montenegro, Sérvia, Eslovênia, Bulgária, Romênia, República Tcheca, Hungria, Polônia e Eslováquia, Letônia, Lituânia e Estônia.

²⁶ É importante mencionar que o governo grego foi pressionado pelo Conselho Europeu e pelo FMI a privatizar o porto como parte do programa de austeridade que o país teve de fazer em troca do resgate internacional.



Hungria que permitirão a construção de uma conexão ferroviária de 336 km de extensão - entre Budapeste e Belgrado - por um consórcio liderado pela China Communication Construction Co., responsável por 85% dos custos - estimados em 3,8 bilhões de dólares americanos - a serem cobertos pelo Eximbank da China. Semelhante ao modelo Paks-II, mas diferente de outros investimentos chineses, os empresários locais podem participar de até 50% da construção da linha ferroviária.

Outra iniciativa importante foi lançada pelo Banco Popular da China (PBOC) em 2013 para promover a internacionalização de sua própria moeda, o renminbi (RMB). O banco central húngaro foi um dos primeiros a assinar um acordo bilateral de troca de moeda estrangeira com o PBOC no valor de US \$1,6 bilhão, permitindo que o banco central húngaro usasse a moeda como reserva²⁷. Em 2016, a Hungria lançou sua própria "Budapest RMB Initiative", com o objetivo de atrair instituições financeiras chinesas, principalmente de Hong Kong, e transformar Budapeste em um espaço *offshore* para transações regionais em RMB²⁸. A Hungria e a Polônia também estavam entre os primeiros países da UE a emitir títulos soberanos estrangeiros em RMB (GERŐCS, 2017, p.180).

A atração da Hungria pelo investimento chinês não é única nesta região da Europa. Um dos efeitos mais tangíveis das mudanças geopolíticas sobre o desenvolvimento das economias regionais são os esquemas de financiamento dos países do CCEE-17. A maioria desses países conta com financiamento externo para o serviço de sua dívida e seus laços diplomáticos e geopolíticos afetam amplamente o tipo de financiamento externo que eles podem assegurar. A Figura 3.4 mostra uma visão comparativa dos tipos de financiamento externo como parte de um esquema mais amplo de financiamento: os estados membros orientais da União Europeia, por exemplo, frequentemente têm melhor acesso aos fundos europeus do que seus vizinhos do sudeste que não compõem a UE. Este último grupo conta com outros recursos para o financiamento, tais como empréstimos chineses. A Figura 4 também reflete a mudança na dependência de financiamento

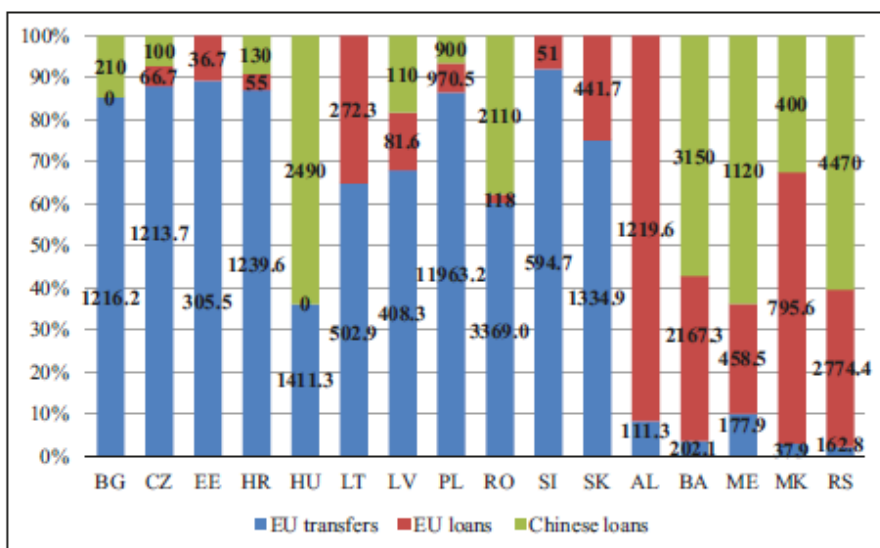
²⁷ Não sabemos a participação exata da RMB nas reservas húngaras porque ela não é totalmente conversível e, portanto, não é contabilizada como uma moeda de reserva oficial de acordo com as normas do FMI.

²⁸ Desde 2015, três dos quatro maiores bancos chineses por total de ativos, o China Construction Bank, o Bank of China e o Agricultural Bank of China, abriram escritórios regionais em Budapeste.



externo da Hungria: ela eliminou os empréstimos europeus em conjunto, e sua participação nos fundos da UE é a mais baixa entre todos os estados membros. Isto está relacionado à decisão das autoridades húngaras de buscar financiamentos alternativos, não europeus, para aumentar o espaço geopolítico de manobra. Os empréstimos chineses em particular, mas também o crédito russo, passaram a compreender uma proporção significativa do financiamento externo da Hungria, transformando a posição do regime sob esta nova geopolítica de endividamento.

Figura 4. - Financiamento externo em projetos de infraestrutura do BRI (em milhões de euros e porcentagem), 2007- 2017



Fonte: GRÜBLER, 2017.

Resistência silenciosa sob o conflito capitalista em curso.

Nos últimos anos, os partidos de oposição húngaros estiveram trabalhando para formar uma coalizão unificada a fim de criar uma chance de derrotar a supermaioria do Fidesz nas eleições nacionais. Essa colaboração entre partidos envolveu a todos, desde os liberais até a extrema direita. Nas eleições locais de 2019, os candidatos de toda a oposição, apoiados pelas classes médias metropolitanas e urbanas descontentes com a monopolização do poder pelo regime e com os crescentes escândalos de corrupção, garantiram várias vitórias, inclusive no município de Budapeste.



Essas vitórias foram interpretadas como um sinal de que uma vitória de toda a oposição nas eleições parlamentares de 2022 seria possível.

O Fidesz reagiu a essa possibilidade constitucionalizando e/ou privatizando empresas estatais em benefício dos capitalistas nacionais aliados, com medo de uma possível mudança de governo. A conversão do poder político em riqueza econômica faz alusão ao período do final da década de 1980, quando os burocratas socialistas do Estado e os gerentes de empresas privatizaram ativos de propriedade pública para acumular riqueza na expectativa de uma mudança de regime. Como vimos, os impactos políticos e econômicos dessa conversão duraram até os anos 2000, quando os governos neoliberais foram desmantelados, contribuindo posteriormente exatamente para a ascensão da agenda burguesa nacional sob a qual se constituiu o Fidesz.

Ao longo dos sucessivos ciclos governamentais pós-2010, uma série de manifestações levadas a cabo pela classe média urbana e pelas coalizões políticas entre os partidos de oposição liberal criticaram o retrocesso das liberdades democráticas do regime e sua orientação para alianças geopolíticas orientais - russas e chinesas. Essas manifestações de certa forma incluíram reclamações sociais (como questões de discriminação étnica, xenofobia, habitação, pobreza ou lutas sindicais), mas se enquadraram sob uma narrativa dominante de retorno ao desenvolvimento pré-2010 orientado para o Ocidente. Um segmento menor da classe média no pós-2010 se envolveu com o aparecimento de um novo eleitorado de esquerda que se aliou às críticas sociais dos liberais sobre o sistema.

Em 2022 na construção da campanha eleitoral da oposição, novos grupos de esquerda se organizaram junto aos segmentos sociais liberais-ambientalistas da oposição, liderados pelo prefeito de Budapeste Gergely Karácsony. Na disputa entre a oposição para lançar candidatos a todos os cargos nas eleições nacionais, Karácsony se retirou da disputa, permitindo que Péter Márki-Zay, prefeito conservador de uma cidade rural com uma antiga carreira de marketing na América do Norte, assumisse a liderança sobre a candidata social-democrata Klára Dobrev (esposa do ex-primeiro-ministro Ferenc Gyurcsány). Márki-Zay foi retratada pelos círculos liberais locais e internacionais como a candidata da oposição ética a Orbán, e contou com o apoio de especialistas neoliberais e capitalistas (como o ex-ministro neoliberal da economia, Gordon Bajnai) que têm apoiado as tentativas de restauração liberal desde 2010. Jobbik, o partido de extrema direita que antes se beneficiava politicamente das queixas sociais ao regime de Orbán,



foi contido e fragmentado pela divisão do Fidesz - dando espaço a um Jobbik desradicalizado, que se tornou um infeliz apoiador do Márki-Zay dentro da aliança de oposição - e ao partido Nossa Pátria, que carrega pautas da direita radical sem incluir seu aspecto social e manteve-se fora da coalizão de oposição. Neste processo, colaborações anteriores da oposição com grupos que expressavam reivindicações sociais foram, em grande parte, canceladas ou reduzidas à conversa fiada.

Nos últimos meses da campanha eleitoral de 2022, em um contexto cada vez mais tenso de crise pós-pandêmica e com a repentina eclosão da guerra na Ucrânia, a oposição liberal apoiou a integração euro atlântica e os livres mercados, reprimindo as pautas sociais. A penetração do Fidesz nas classes populares permaneceu o único esforço político significativo percebido entre aqueles que mais sofrem com a polarização social; este efeito foi reforçado por fortes mensagens enfatizando a segurança energética do país e mantendo o país fora dos esforços ocidentais de ajuda militar para a Ucrânia. Os resultados eleitorais representam a maioria absoluta da Fidesz, mais forte do que em 2018, e sugerem que o apoio popular às mensagens de segurança da Fidesz, é mais forte do que o apoio conseguido através da monopolização dos canais de comunicação e do uso de técnicas eleitorais.

No contexto das sanções contra a Rússia, da subsequente intensificação das tensões geopolíticas e de uma crise genérica após a pandemia, pode-se esperar que a recuperação pró-capital pós-2010 que constituiu a base operacional do regime de Orbán seja significativamente modificada. Com seu forte domínio sobre as infraestruturas econômicas e políticas nacionais, o Fidesz está bem posicionado para tentar controlar alguns aspectos dinâmicos da crise - sem ser capaz de conter a crise em si. No entanto, como as condições de acumulação de capital foram desfeitas, este controle pode dar-se somente através de mecanismos de opressão e disciplina.

Conclusão

Em vez de abordar o *iliberalismo* húngaro pós-2010 como um caso de retrocesso democrático após a democratização pós-socialista, este ensaio analisou o atual regime húngaro no contexto das reconfigurações nas relações políticas, econômicas e geopolíticas internas e externas. Para compreender estas relações, enfatizamos a importância da posição da



Hungria como um país semiperiférico e como ela se integra na economia mundial, dados os ciclos hegemônicos do pós-Segunda Guerra Mundial. Mostramos que, após a Revolução de 1956, o socialismo estatal húngaro foi reconfigurado através de um compromisso de classe construído sobre um "modelo de ponte" que mediava o comércio ocidental e o Comecon.

Uma vez que o equilíbrio deste modelo foi desfeito na década de 1970, a Hungria assumiu uma dívida externa e promoveu a liberalização econômica. A aliança que se formou neste período entre gestores socialistas, socialistas reformistas, especialistas liberais e dissidentes do regime, doadores internacionais e *lobbies* capitalistas ocidentais, definiu o modelo de integração neoliberal pós-1989, que permaneceu dominante até o final dos anos 2000. O bloco de poder pós-socialista, que favorecia o capital nacional, permaneceu subjugado a uma posição econômica subordinada. Apesar de suas diferenças, tanto o bloco que favoreceu a integração ocidental quanto o bloco que favoreceu o capital nacional compartilharam o interesse de enfraquecer e dividir a auto-organização dos trabalhadores dentro do processo de democratização.

Quando o modelo neoliberal se esgotou no final dos anos 2000, o descontentamento popular foi aproveitado com sucesso pelo nacionalismo anti-neoliberal e conservador e foi canalizado para apoiar a vitória majoritária do partido Fidesz de Viktor Orbán. Após 2010, o novo regime conservador usou sua posição parlamentar majoritária para reorganizar e estabilizar a exploração capitalista. Ele impulsionou a formação de uma nova oligarquia apoiada pelo Estado e baseada na oferta de serviços domésticos e manteve e subsidiou o IED voltado para a exportação por multinacionais (principalmente alemãs do setor automotivo). Isto permitiu que o regime compensasse suas perdas decorrentes da crise com uma agressiva combinação de políticas industriais mercantilistas (mão-de-obra barata, deduções fiscais e um novo modelo educacional) e de novas fontes para o financiamento externo através de novos investimentos russos e chineses.

Ao invés de uma mudança de direção entre polos democráticos/autoritários ou Leste/Oeste, o regime iliberal representa uma adaptação e reorganização estatal de alianças capitalistas internas e externas, dentro de um contexto de reconfiguração geopolítica sob ciclos hegemônicos mutáveis. Tendo mobilizado o descontentamento popular com o modelo neoliberal de integração pós-socialista para solidificar seu poder estatal na fase inicial, o atual regime, desde então, intensificou e diversificou o grau e as formas que o capital estrangeiro e doméstico podem explorar a



mão-de-obra local. Isso impôs desafios à legitimação política do regime pelas organizações de extrema direita. Em resposta aos desafios, o regime tentou conter sua própria deslegitimação através da intensificação de táticas políticas de propaganda ideológica, baseando-as nos interesses da nova classe média que se beneficia das políticas do Fidesz, e de técnicas eleitorais que visam atingir os eleitores pobres e expatriados²⁹.

A formação de uma coalizão composta por toda a oposição antes das eleições de 2022 havia suscitado esperanças de dismantlar a maioria absoluta do Fidesz, ou mesmo de alcançar a vitória eleitoral nas eleições nacionais. Estas esperanças se revelaram inúteis, pois o Fidesz está novamente embarcando em um governo de supermaioria, agora no contexto da deterioração das condições de acumulação, de instabilidade sistêmica externa e de tensões crescentes na esfera geopolítica, o que reduzirá significativamente o espaço de manobra do Fidesz, apesar de sua hegemonia interna baseada em um governo de maioria absoluta.

Referências

- ARRIGHI, G. The Developmentalist Illusion: A Reconceptualization of the Semiperiphery. **Semiperipheral States in the World-Economy**. Greenwood Press, p. 11–42, 1999.
- BAN, C. **Ruling Ideas**: How Global Neoliberalism Goes Local. Oxford University Press, 2016.
- BECKER, J. Europe's Other Periphery. **New Left Review**, n. 57, v. 99, p. 39–64, 2016
- BELLO, W. Counterrevolutions: The Global Rise of the Far Right. **Agrarian Change & Peasant Studies**, 2019.
- BEREND, T. I. **Central and Eastern Europe, 1944–1993**: Detour from the Periphery to the Periphery. Cambridge University Press, 1996.
- BIDELEUX, R. The Comecon experiment. **European Integration and Disintegration**: East and West. Routledge, p.174–204, 1996.
- AGÊNCIA HÚNGARA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS. Disponível em: <https://hipa.hu/> - Acesso em 2022.

²⁹ O regime do Fidesz possibilitou que os húngaros fora da fronteira obtivessem a cidadania húngara e, em seguida, usou técnicas eleitorais intensivas para usar os votos deles em seu benefício.



- BOATCĂ, M. Semiperipheries in the World-System: Reflecting Eastern European and Latin American Experiences. **Journal of World-Systems Research**, n. 12, v.2, p. 321–346, 2006.
- BOHLE, D. Greskovits, B. **Capitalist Diversity on Europe's Periphery**. Cornell University Press, 2012.
- BÖRÖCZ, J. From Comprador State to Auctioneer State: Property Change, Realignment and Peripheralization in Post-State-Socialist Central and Eastern Europe. **States and Sovereignty in the Global Economy**. Routledge, p. 193–209, 1999.
- BRENNER, R. **The Economics of Global Turbulence**: The Advanced Capitalist Economies from Long Boom to Long Downturn, p. 1945–2005. Verso, 2006.
- BURAWOY, M. and Lukács, J. The Radiant Past. **Ideology and Reality in Hungary's Road to Capitalism**. University of Chicago Press, 1994.
- CARDOSO, F. H. Dependency and Development in Latin America. **New Left Review**, n. 1, v. 74, p. 83–95. 1972
- CHASE-DUNN, C. Socialist State in the Capitalist World Economy. **Social Problems**, n. 27, v.5, p.505–525, 1980
- DANCSIK, B. FÁBIÁN, G. FELLNER, Z. HORVÁTH, G. LANG, P. NAGY, G. WINKLER, S. Comprehensive analysis of the nonperforming household mortgage portfolio using micro-level data (No. Special Issue 2015). **MNB Occasional Papers**, 2015.
- FÁBRY, Á. **The Political Economy of Hungary**: From State Capitalism to Authoritarian Neoliberalism. Palgrave MacMillan, 2019.
- FRANK, A. G. Long Live Transideological Enterprise! Socialist Economies in the Capitalist International Division of Labor. **Review**, n. 1, v. 1, p. 91–140, 1977.
- GALASI, P. KERTESI, G. **Second economy, competition, inflation**. Acta Oeconomica., p. 269–293, 1985
- GAGYI, Á. Reform Economics at the Financial Research Institute in Late Socialist Hungary: A Case of Globally Embedded Knowledge Production. **Intersections**: East European Journal of Society and Politics, n. 1, v. 2, p. 59–79, 2015.
- _____. Coloniality of Power in East Central Europe: External Penetration as Internal Force in Post-Socialist Hungarian Politics. **Journal of World-Systems Research**, n. 22, v.2, p. 349–372, 2016.
- GAGYI, Á. GERŐCS, T. The Political Economy of Hungary's New 'Slave Law'. **criticatac.ro**, 2019. January 1. Available at:



<http://www.criticatac.ro/lefteast/the-political-economy-of-hungarys-new-slave-law/>, 2019.

- _____. **Dependent development under geopolitical reconfiguration:** Hungary's new geopolitics of indebtedness. *Globalizations*, 2022.
- GATES, L. Populism: A puzzle without (and for) World-Systems Analysis. *Journal of World-Systems Research*, n. 24, v. 2, p. 325–336, 2018.
- Gereffi, G. Evans, P. Transnational Corporations, Dependent Development, and State Policy in the Semiperiphery: A Comparison of Brazil and Mexico. *Latin American Research Review* 16: 31–64, 1981.
- Gerőcs, T. Challenges of Internationalisation from the Perspective of the Chinese Currency. *Financial and Economic Review*, v. 16, n. 1, p. 170–185, 2017.
- _____. The Structural Dilemma of Value-Chain Upgrading: Hungarian Suppliers' Integration into the World Economy. *Society and Economy*, 44(1): 159–181, 2022.
- GERŐCS, T. PINKASZ, A. Conflicting Interests in the Comecon Integration: State Socialist Debates on East-West-South Relations. *East Central Europe*, n. 45m v. 2–3, p. 336–365, 2018a
- _____. Debt-Ridden Development on Europe's Eastern Periphery. *Global Inequalities in World-Systems Perspective: Theoretical Debates and Methodological Innovations*. Routledge: p. 131–153, 2018b.
- _____. Relocation, Standardization and Vertical Specialization: Core-Periphery Relations in the European Automotive Value Chain. *Society and Economy*, n. 41, v.2, p. 1–22, 2019.
- GILLE, Z. Is there a Global Postsocialist Condition? *Global Society*, n. 24, v.1, p. 9–30, 2010.
- GREGOR, A. Who is for sale? *The Future of the European Union: Feminist Perspectives from East-Central Europe*. Friedrich Ebert Stiftung, p. 9–20, 2019.
- GRESKOVITS, B. Rebuilding the Hungarian right through conquering civil society: The Civic Circles Movement. *East European Politics*, n. 36, v. 2, p. 247–266, 2020.
- GRÜBLER, J. (eds). Economic implications of the Belt and Road Initiative for CESEE and Austria. In: *WIIW Final Report*, May 2018.
- HALMAI, G. Possessed by the Spectre of Socialism: Nationalist Mobilization in "Transitional" Hungary. *Headlines of Nation, Subtexts of Class*.



- Working-Class Populism and the Return of the Repressed in Neoliberal Europe.** Oxford – New York: Berghahn Books: p. 113–141, 2011.
- HANEY, L. **Inventing the Needy.** Gender and the Politics of Welfare in Hungary. University of California Press, 2002.
- HANN, C. Cucumbers and courgettes: Rural workfare and the new double movement in Hungary. **Intersections: East European Journal of Society and Politics** n.2, p. 38–56, 2016.
- KRAUSZ, T (eds). **Rendszerváltás és társadalomkritika:** Tanulmányok a kelet-európai átalakulás történetéből. Budapest: Napvilág, 1998.
- KUMRAL, S. KARATASLI, S. Capitalism, labour and the global populist radical right. **Global Labour Journal**, n. 11, v.2, p.152–155, 2020.
- LÓRÁNT, K. **Magyarország külső eladósodása és annak következményei.** Manuscripto. 2010.
- MELEGH, A. **Counter Hegemony and the Rise of a New Historical Political Block.** transform! Europe. Available at: <https://www.transform-network.net/blog/article/counter-hegemony-and-the-rise-of-a-new-historical-political-block/>. 2018.
- MIHÁLYI, P. A privatizált vagyon visszaállamosítása Magyarországon 2010–2014. **Műhelytanulmányok** 7. MTA Közgazdaság- és Regionális Tudományi Kutatóközpont Közgazdaságtudományi Intézet, 2015.
- PELLANDINI-SIMÁNYI, L. VARGHA, Z. Spatializing the future: financial expectations, EU convergence and the Eastern European Forex mortgage crisis. **Economy and Society**, n. 47, v. 2, p. 280–312, 2018.
- POULANTZAS, N. Fascism and Dictatorship. **The Third International and the problem of fascism.** NLB, 1974.
- PÓSFAL, Z. **Reproducing Uneven Development on the Hungarian Housing Market.** Doctoral Dissertation, University of Szeged. Available at: http://doktori.bibl.u-szeged.hu/9753/1/p%C3%B3sfai%20zs_phd%20final_2018.04.05..pdf, 2018.
- RODRIG, D. Populism and the economics of globalization. **Journal of International Business Policy**, n°1, v. 1, p. 12–33, 2018.
- SCHEIRING, G. **The Retreat of Liberal Democracy:** Authoritarian Capitalism and the Accumulative State in Hungary. Palgrave, 2020.
- SCHEIRING, G. SZOMBATI, K. From neoliberal disembedding to authoritarian re-embedding: The making of illiberal hegemony in Hungary. **International Sociology**, n. 35, v. 6, p.721–738, 2020.



- STARK, D. Recombinant Property in East European Capitalism. **American Journal of Sociology**, n; 101, v.4, p. 993–1027, 1996.
- SZABÓ, A. MIKECZ, D. After the Orbán-revolution: the awakening of civil society in Hungary. **Social Movements in Central and Eastern Europe: A Renewal of Protests and Democracy**. Bucharest: University of Bucharest, p. 34–43, 2015.
- SZELÉNYI, I. **Socialist Entrepreneurs: Embourgeoisement in Rural Hungary**. University of Wisconsin Press, 1988.
- SZOMBATI, K. **The Revolt of the Provinces: Anti-Gypsyism and Right-Wing Politics in Hungary**. Berghahn Books, 2018.
- THOMA, L. **A rendszerváltás és a szakszervezetek: 1988-1992: szociológiai-politológiai vázlatok**. Villányi úti Konferenciaközpont és Szabadegyetem Alapítvány, 1998.
- VIGVÁRI, A. GERŐCS, T. The Concept of ‘Peasant Embourgeoisement’ in the Perspective of Different Historical Conjunctures. **Studia UBB Sociologia**, n. 62, v.1, p; 65–84, 2018.
- VOSZKA, E. An Attempt at Crisis Management and the Failure of the Spontaneous Privatization. **Industrial & Environmental Crisis Quaterly**, n. 8, v. 1, p. 23-40, 1994.
- WALLERSTEIN, I. Semi-Peripheral Countries and the Contemporary World Crisis. **Theory and Society**, n. 3, v.4. p. 461–483, 1976.
- WEBBER, J. **The Crisis of the Capitalist State and the Democratic Socialist Response** – Latin-American left populist regimes. Paper delivered at the conference Democratic Socialism in Global Perspective, La Universidad Abierta de Recoleta – Wright-Havens Center. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=j3Kbd->, 2021.

recebido em 03 mai. 2023 | aceite em 18 mai. 2023



Economia Russa: pobreza, estagnação e alternativas

Alexander Vladimirovich Buzgalin¹
Tradução | Paulo Alves de Lima Filho²

175

Resumo

O artigo integra dois textos previamente publicados em forma resumida e editada no jornal *Moskovsky Komsomolets*. O primeiro é dedicado ao problema da pobreza. O autor caracteriza a escala e as causas da pobreza na Rússia, mostrando que a base desse fenômeno é o sistema capitalista de relações socioeconômicas em geral e seu específico modelo russo em particular. São destacadas as direções de redução da pobreza, cuja implementação é possível no âmbito do sistema capitalista. O segundo texto analisa as razões da estagnação da economia russa e faz uma breve descrição de uma possível estratégia de desenvolvimento eco-sócio-humanitário. Ambos os textos caracterizam as direções de reformas profundas que podem e devem se tornar um prólogo para mudanças qualitativas no sistema socioeconômico e a transição para uma trajetória de desenvolvimento socialista.

Palavras-chave: Marxismo, pobreza, estagnação, desenvolvimento, reformas, capitalismo, socialismo.

¹ Doutor em Economia, Professor. Diretor do Centro de Estudos Marxistas Contemporâneos, Faculdade de Filosofia, Universidade Estadual de Moscou, Lomonosov. Diretor do Instituto de Socioeconomia da Moscow Financial Law University MFLA. | buzgalin@mail.ru

² Economista pela Universidade da Amizade dos Povos "Patrice Lumumba" – Moscou - Rússia, doutor em Ciência Política pela PUC-SP. Coordenador Geral do IBEC. | flap1951@gmail.com



Resumo

El artículo integra dos textos previamente publicados en forma resumida y editados en el diario *Moskovsky Komsomolets*. El primero está dedicado al problema de la pobreza. El autor caracteriza la escala y las causas de la pobreza en Rusia, mostrando que la base de este fenómeno es el sistema capitalista de relaciones socioeconómicas en general y su modelo ruso específico en particular. Se destacan direcciones de reducción de la pobreza, cuya implementación es posible en el marco del sistema capitalista. El segundo texto analiza las razones del estancamiento de la economía rusa y hace una breve descripción de una posible estrategia de desarrollo eco-socio-humanitario. Ambos textos caracterizan los rumbos de profundas reformas que pueden y deben convertirse en prólogo de cambios cualitativos en el sistema socioeconómico y la transición a una trayectoria de desarrollo socialista.

Palabras clave: Marxismo, pobreza, estancamiento, desarrollo, reformas, capitalismo, socialismo.

Abstract

The paper integrates two texts previously published in summarized form and edited in the newspaper *Moskovsky Komsomolets*. The first is devoted to the problem of poverty. The author characterizes the scale and causes of poverty in Russia, showing that the basis of this phenomenon is the capitalist system of socioeconomic relations in general and its specific Russian model in particular. Poverty reduction directions are highlighted, whose implementation is possible within the framework of the capitalist system. The second text analyzes the reasons for the stagnation of the Russian economy and makes a brief description of a possible eco-socio-humanitarian development strategy. Both texts characterize the directions of profound reforms that can and must become a prologue to qualitative changes in the socioeconomic system and the transition to a socialist development trajectory.

Keywords: Marxism, poverty, stagnation, development, reforms, capitalism, socialism.

Introdução³

No final do ano passado e início de 2022, por acaso escrevi vários artigos para o jornal *Moskovsky Komsomolets*, que, de forma algo inesperada para mim, publicou textos muito críticos ao atual sistema econômico em nosso país e analisou os problemas da pobreza e estagnação. Esses materiais

³ Texto traduzido do russo. Original disponível em: BUZGALIN, Alexander V. РОССИЙСКАЯ ЭКОНОМИКА: БЕДНОСТЬ, СТАГНАЦИЯ И АЛЬТЕРНАТИВЫ [Economia russa: pobreza, estagnação e alternativas]. «АЛЬТЕРНАТИВЫ» [Alternativas], n. 2, 2022. p. 33-43. Disponível em: <https://www.elibrary.ru/item.asp?id=49289699>.



se complementam e se repetem apenas parcialmente. Eles não contêm nada sobre o socialismo e a necessidade de uma mudança qualitativa no sistema socioeconômico existente. A razão é simples: neste jornal tais assuntos não são levantados. Mas mesmo o que foi mostrado ali, na minha opinião, é útil como material educativo e de propaganda, pensado para um público que pode não estar pensando em socialismo, mas pensando nas causas dos problemas socioeconômicos existentes e possíveis formas de pelo menos reformar a situação atual em nosso país, o sistema de relações do *capitalismo oligárquico-burocrático de tipo semiperiférico*. Segundo o autor, tais reformas podem e não devem ser o objetivo final, mas apenas o ponto de partida do movimento rumo ao socialismo. Em nossa revista, os textos são publicados na íntegra e sem a redação do jornal.

*** Texto 1 ***

Pobreza em um país rico: por que um terço dos russos mal sobrevive e mais da metade luta para sobreviver?

Começo com uma afirmação que é óbvia (infelizmente, não para todos): em nosso país, a pobreza é um fenômeno de massa. Cerca de 20 milhões de pessoas vivem na pobreza (renda igual ou inferior ao nível de subsistência, que nos últimos anos foi de 12 a 13 mil rublos por mês e só agora deve aumentar em 10%), um terço vive muito mal (renda inferior a 25 -30 mil rublos por mês), metade é simplesmente pobre (a renda está abaixo do salário médio - 35-40 mil rublos por mês nos últimos anos) e apenas 15-20% estão se aproximando do padrão de vida da "classe média" na Europa Ocidental, e mesmo assim - com um grande **trecho**. Ao mesmo tempo, porém, ocupamos um dos primeiros lugares do mundo em termos de número de bilionários em dólares por unidade de PIB e temos, para dizer o mínimo, muitos burocratas e forças de segurança servindo ou protegendo-os .

Ainda mais impressionante é a imagem da autoavaliação do padrão de vida dos russos. Tratarei os dados citados mais de uma vez pelo deputado da Duma Estatal da Federação Russa, acadêmico O. N. Smolin. De acordo com uma pesquisa do Centro de Pesquisa de Opinião Pública de



toda a Rússia (realizada em maio de 2017, mas desde então não começamos viver melhor) - um dos serviços sociológicos oficiais da Rússia⁴:

- ✓ 10% dos cidadãos não têm dinheiro suficiente para se alimentar;
- ✓ 29% têm dinheiro suficiente para comida, mas não para roupas;
- ✓ 41% têm dinheiro para comida e roupas, mas não o suficiente para comprar mercadorias duráveis;
- ✓ 14% podem pagar todos os itens acima, mas não mais.

E aqui estão os resultados da Observação Integral das Condições de Vida da População de Rosstat para 2018⁵:

- ✓ 53,1% das famílias não têm dinheiro para substituir os móveis mais simples que estão em mau estado;
- ✓ 52,9% das famílias não conseguem "lidar com despesas inesperadas", como serviços médicos urgentes ou reparos;
- ✓ 49,1% não podem passar uma semana de férias por ano fora de casa;
- ✓ 35,4% não têm oportunidade de "comprar para cada familiar dois pares de sapatos confortáveis e adequados à estação (um para cada estação)";
- ✓ 25% não podem pagar para convidar pessoas para uma reunião familiar - aniversário, ano novo, etc.;
- ✓ 21,1% não possuem condições financeiras para consumir frutas em qualquer época do ano;
- ✓ 11% não podem pagar por medicamentos que salvam vidas;
- ✓ 10,1% são incapazes de comprar **alimentos de carne**, aves, peixe (ou comida vegetariana equivalente) pelo menos uma vez a cada dois dias.

Parece-me que os números são suficientes, agora sobre o principal. Sobre as causas da pobreza. Este é o assunto de uma controvérsia feroz que não morreu no segundo século. E isso se aplica não apenas à Rússia -

⁴ Oportunidades de consumo dos russos: monitoramento. 29 de junho de 2017 // Site oficial do VTsIOM. [Recurso eletrônico] URL: <https://wciom.ru/index.php?id=236&uid=116289>.

⁵ Monitoramento integral das condições de vida da população em 2018 // Site oficial do Serviço Federal de Estatística do Estado. [Recurso eletrônico] URL: https://www.gks.ru/free_doc/new_site/KOUZ18/index.html.



qualquer sistema social com uma economia de mercado (eu diria mais especificamente - capitalista).

A posição dos economistas de direita da direção neoliberal é bastante inequívoca: o mercado dá a todos a oportunidade de realizar seu potencial e se tornar, senão bilionário, pelo menos rico. Se você é pobre, a principal razão para isso é que você é preguiçoso, não empreendedor, etc. Bem, ou porque um estado autoritário retarda o desenvolvimento da economia e condena todos à pobreza. Essa lógica é tão simples quanto falha. Eu diria ainda mais duramente: isso é produto da criação deliberada de informações falsas por intelectuais que acreditam nessa deformação. Porque? Sim, porque está confirmado pelas práticas em que se inserem. De fato, dos graduados dos departamentos econômicos de universidades de elite, **alguns por cento** se tornam proprietários de grandes fortunas e altos executivos de corporações transnacionais, até a metade se torna "profissionais" que, mesmo na Rússia, vivem de acordo com os padrões da "classe média" do Ocidente, e mesmo a metade inferior (sobre a qual os especialistas de sucesso preferem não se lembrar) tem uma renda acima da média. Nesse ambiente, os bem-sucedidos não são pobres. E esses especialistas, analistas e teóricos são contratados pelas empresas (antes de tudo, instituições financeiras) e pela burocracia que os serve para pesquisas científicas. Para seus interesses. E nesse espaço a prática comprova o acerto das ideias neoliberais.

Mas há outra prática - aquela com a qual iniciei minhas reflexões. E neste espaço, trabalhadores altamente qualificados (professores, médicos, engenheiros, assistentes sociais, etc.) que trabalham duro **para se desgastar** (1,5 - 2 taxas!) na maioria das regiões da Rússia, dificilmente recebem um salário médio e são pobres por padrões modernos, apesar de seu profissionalismo, diligência, talento. Eles vão se opor a mim: mas na Europa Ocidental não há pobreza (pelos padrões russos). Há quem viva com 800 - 1.000 euros por mês e aí seja considerado pobre. Porque? Sim, porque, em primeiro lugar, esses países recebem aluguel imperialista há mais de um século, trocando uma hora de trabalho por 10 ou mais horas de trabalho em países pobres (salário de taxista, chaveiro e até professor no mundo diferem por ordem). Em segundo lugar (e esta é a lição mais importante para nós!), porque nesses países os milionários pagam 40-50% de imposto de renda e herança; porque nesses países a maior parte do orçamento é gasto em transferências sociais, saúde, educação; porque nesses países o seguro-desemprego é metade, não um quarto do salário médio, etc., etc. A primeira



forma é inaceitável para a Rússia. A segunda é necessária. A socialização da economia, claro, não resolverá completamente os problemas da pobreza, mas reduzirá a gravidade desse problema.

Sobre o que é preciso para superar a pobreza, e não reduzi-la – tratarei no final do texto.

180

Entretanto, uma simples generalização. O mercado e o capital naturalmente dão origem a uma diferenciação social cada vez mais profunda. Essa diferenciação se intensifica quando uma divisão constantemente reproduzível surge na sociedade entre aqueles que são privados de qualquer propriedade significativa (**um apartamentinho de dois quartos construído na era Krushev e um carro usado não contam**)⁶, que não possuem capital (incluindo o chamado "humano" para receber quem novamente precisa de muito dinheiro), e aqueles que possuem propriedades e capital. Você pode, é claro, replicar infinitamente as novelas sobre um pobre homem feliz que se tornou um oligarca ou dar exemplos de pessoas de TI bem-sucedidas que começaram do zero, mas esses serão contos de fadas ou exemplos individuais que confirmam a regra: o capitalismo reproduz constantemente desigualdade social, e está crescendo constantemente (e se não crescer, então somente quando poderosas instituições são criadas de baixo para limitar o mercado e o capital; quando fortes sindicatos, movimentos sociais e outras instituições da sociedade civil conseguem a implementação dessas medidas de socialização do capitalismo que listei acima). A chegada ao poder das grandes corporações e do capital financeiro cria um novo impulso para a desigualdade: a redistribuição de renda do setor real para as esferas de intermediação, principalmente financeira (essa é uma das consequências do processo denominado pelos profissionais de "financeirização"). Como resultado, verifica-se que um corretor financeiro ganha mais do que não apenas um cientista - mais do que um capitalista industrial.

O próximo passo para aumentar a desigualdade e aumentar a pobreza é o desenvolvimento de uma economia virtual e falsa, que redistribua a riqueza social daqueles que criam os meios de desenvolvimento humano e tecnológico (trabalhadores, engenheiros, médicos, professores,

⁶ Apartamentinho de dois quartos construído na era Krushev, em prédios populares do tipo dos nossos COHAB/BNH, construídos nos anos 50-60 do século passado.



informáticos do setor real, etc.) a quem cria simulacros de mercadorias - signos que não têm na base um objeto designado. Eles criam falsificações de publicidade, derivados secundários que trazem milhões de ambições ry cliques (músicas, filmes, jogos), cujo valor **cultural está abaixo do pedestal - eles criam o que as "pessoas querem"**. E as pessoas querem isso porque são manipuladas por quem cria essas falsificações com a ajuda da publicidade, relações públicas e outros meios de subordinar a pessoa aos interesses do capital e do mercado, que, em primeiro lugar, é total (cobriu não só a economia, mas todas as esferas da vida, mesmo as relações dentro da família) e, em segundo lugar, subordinados às corporações.

No século XXI, o crescimento da desigualdade é intensificado pela difusão da classe dos trabalhadores assalariados e pela formação de uma protoclasse - o precariado (da palavra latina *precários* - não confiável). São aqueles que não têm emprego fixo, proteção social, trabalham com contratos temporários e são totalmente dependentes deste ou daquele proprietário, tendo apenas a aparência de liberdade. Se uma pessoa altamente educada, obstinada, saudável e enérgica, que também tem "um pouco de sorte", está na posição de precária, então ela pode subir. Mas a maioria dos habitantes do mundo que se enquadram na posição de *precariae* são outras pessoas. São aqueles que o mercado e o capital já jogaram à margem, porque sabem trabalhar, mas não sabem competir, ver no outro um "lobo" de quem é preciso arrancar um pedaço da garganta ("homo homini lúpus est"). Assim, a ameaça da pobreza paira sobre os pobres.

Toda essa cadeia se completa com a divisão do mundo em um "centro" e uma periferia, onde, como já observamos acima, os países de "primeira classe" recebem renda imperialista, e aqueles que estão entre os "terceiros" pagar o dobro (de fora e "próprio") do capital, e aqueles que estão no "núcleo") pela exploração de pessoas, natureza, cultura (deixe-me lembrar que a Rússia neste alinhamento geopolítico e econômico é, por assim dizer, "no meio", somos um país semiperiférico: por um lado, existem armas nucleares e enquanto a ciência e o espaço permanecem; por outro lado, no sertão, a pobreza é como na periferia).

E agora sobre como lidar com tudo isso, como superar a pobreza.

Há um mito que tem status de teoria de que a pobreza pode supostamente ser superada mesmo em condições de crescente



desigualdade. Deixando de lado alguns dos países do Sudeste Asiático que se tornaram centros de mediação global, a China nos últimos 40 anos é um exemplo aparentemente perfeito dessa solução para a pobreza: a desigualdade aumentou, mas a pobreza diminuiu. Aparentemente, é exatamente assim, mas com pelo menos alguma análise mais profunda, verifica-se que, em primeiro lugar, o início das reformas - a China Maoísta - era um sistema extremamente específico, próximo do comunismo de quartel, em que a maioria da população vivia no campo e era empregado em mão de obra, e estamos falando da socialização de um sistema capitalista de mercado moderno e high-tech (sobre seus limites, como disse no final). Em segundo lugar, a economia chinesa é um sistema com forte regulação governamental e regulação efetiva dos problemas sociais (um dos exemplos mais recentes é uma solução rápida e de alta qualidade para o problema do coronavírus). Em terceiro lugar, a China está longe de ser um exemplo ideal: o crescimento econômico foi alcançado a um alto custo de agravamento dos problemas ambientais e sociais, como dizem abertamente os líderes e especialistas deste país. Poderia e deveria ter obtido os mesmos resultados com um custo social menor. Na mesma Alemanha Ocidental, para não mencionar a Escandinávia, as altas taxas de crescimento do pós-guerra e o avanço tecnológico foram alcançados aumentando, e não diminuindo, o nível de socialização.

E agora sobre o que fazer na Rússia para resolver o problema da pobreza.

Em primeiro lugar, pode ser finalmente resolvido apenas sob condições de transição para uma sociedade qualitativamente diferente. Não tenho medo de chamá-lo abertamente: é o socialismo. E não preciso apontar para a URSS e ainda mais para a China maoísta. Estas foram as primeiras tentativas, em alguns aspectos grandes, em alguns aspectos tragicamente malsucedidas, de avançar para o futuro em países destruídos pela guerra e sob constante pressão externa. Sim, e a pobreza na URSS era diferente da pobreza na Federação Russa.

Primeiro, foi há quase meio século (a URSS atingiu seu ponto mais alto de desenvolvimento no final dos anos 1970). Por 30-40 anos, mesmo em um modelo inicial de socialismo tão contraditório como na URSS, a qualidade de vida de todos aumentou quase igualmente em 3-4 vezes. Portanto, é impossível comparar os pobres na URSS na década de 1970 e na Federação Russa em 2020. É necessário inserir um fator de correção de 3-4 vezes. Portanto, o salário mínimo na URSS é de 70 rublos. (em termos de



poder de compra - nada menos que os atuais 20.000 rublos com saúde, educação, moradia etc. realmente gratuitos) deve ser multiplicado como em pelo menos 3 e totalizam 50-70.000 rublos, o que é 4-5 vezes maior que o salário mínimo atual. Em segundo lugar, um retorno à URSS é impossível e desnecessário. O socialismo do século 21 deve ser diferente. Em terceiro lugar... No entanto, em um futuro próximo, não vou

Vejo forças capazes de direcionar o desenvolvimento da Federação Russa para o caminho do socialismo. Mas o caminho das reformas sociais, criando as bases para futuras mudanças qualitativas, é pelo menos possível. Além disso, sua rejeição não é mais repleta de uma revolução criativa, mas de uma revolta que tudo destrói, levando não ao socialismo, mas a uma ditadura pró-fascista. Que reformas (pelo menos!) são necessárias para meus colegas e eu já escrevi mais de uma vez: um aumento gradual, mas constante (conforme a economia cresce) de 2 a 3 vezes no mínimo de subsistência (com uma correção correspondente do salário mínimo, pensões, prestações, etc.. P.); transição para cuidados de saúde, educação e outros bens públicos básicos realmente gratuitos, de alta qualidade e acessíveis, etc.

Mas o principal, ao mesmo tempo, é o desenvolvimento da produção moderna de alta tecnologia, ciência, educação, saúde, cultura - aquelas áreas onde a principal riqueza social da era moderna é criada - o potencial criativo do homem. E para isso, por sua vez, não precisamos de um fundamentalismo radical de mercado, tentando mercantilizar até mesmo na esfera social, mas de uma política industrial ativa, planejamento estratégico, socialização das finanças etc. a divisão injusta do bolo mina os incentivos para aumentá-lo.

Eles se opõem a nós: na Rússia não há dinheiro para isso. Ah, é? Já disse que o desenvolvimento econômico fornecerá os principais recursos, porque os investimentos em tecnologia, ciência, educação, saúde são os investimentos mais importantes e estrategicamente lucrativos do século XXI, e disso os economistas estão bem cientes. E quanto aos recursos para o avanço inicial, são dezenas de trilhões de rublos em uma cápsula (12,4 trilhões de rublos no Fundo Nacional de Riqueza - de acordo com o Ministério das Finanças, em 1º de maio de 2020⁷ e 566 bilhões de dólares americanos - reservas de ouro e divisas do Banco Central da Federação

⁷ O volume do Fundo Nacional de Riqueza // Site oficial do Ministério das Finanças da Rússia. [Recurso eletrônico]. URL: https://www.minfin.ru/ru/document/?id_4=27068-obem_fonda_natsionalnogo_blagosostoyaniya.



Russa em maio 1, 2020⁸). Adicione a isso o produto da introdução de um imposto progressivo sobre renda e herança de milionários em dólares, sobre o qual já escrevi no MK (01.10. que a socialização em larga escala da economia e a regulação social da produção são mais eficazes se realizadas por um governo barato e pequeno com uma sociedade civil ativa e desenvolvida) - somando tudo, teremos recursos mais do que suficientes para um primeiro salto de desenvolvimento que aumentará o nível geral de renda e, desde que a desigualdade seja reduzida, resolverá o problema da pobreza em sua forma atual. E tudo isso continuará sendo capitalismo. Com o mercado, propriedade privada, milionários, desigualdade (mas pelo menos 2 vezes menos do que na Rússia de hoje) e muitos problemas não resolvidos e não resolvidos sob o capitalismo. Mas será um grande passo em frente, porque a pobreza não é apenas condições de vida monstruosas para milhões de nossos concidadãos. Esta é a destruição do potencial humano de toda a sociedade. Este é um problema para todos, não apenas para os pobres.

PS. Todas as medidas acima, repito, são bem conhecidas. Especialistas conhecidos também exigem sua implementação (vou citar apenas acadêmicos e membros correspondentes Sergey Glazyev, Ruslan Grinberg, Robert Nigmatullin, Oleg Smolin ...), esses requisitos são definidos nas decisões de muitos congressos internacionais; eles são, até certo ponto, realizados no exterior. Mas se tudo isso é tão óbvio, por que pelo menos essas transformações não são realizadas em nosso país?

Infelizmente, na primavera de 2022, uma parte significativa desses recursos foi congelada, mas o que resta é suficiente para começar a implementar a estratégia que propomos. A resposta é simples. Primeiro, nas condições do capitalismo oligárquico-burocrático, tais reformas (mesmo reformas!) não são benéficas para aqueles que têm o poder econômico e político em suas mãos. Em segundo lugar, a conveniência dessas reformas não é de forma alguma óbvia para os especialistas que servem aqueles que têm esse poder em suas mãos, e esses especialistas provam sinceramente (?) sua ineficiência. Ou, pelo menos, o timing. Em terceiro lugar, e mais importante, o modelo de capitalismo ainda dominante na Rússia reduz a maioria dos cidadãos à posição de objetos obedientes de manipulação, acreditando sinceramente que o mercado, mais cedo ou mais tarde, lhes dará a chance de se tornarem milionários e encontrar a felicidade na

⁸ Reservas internacionais da Federação Russa // Site oficial do Banco da Rússia. [Recurso eletrônico]. URL: https://cbr.ru/hd_base/mrrf/mrrf_m/.



oportunidade para adquirir um carro legal, uma mansão e roupas de marca para estar na moda. Essa maioria não é capaz de lutar contra esse capitalismo e, sem pressão de baixo, nem reformas podem ser alcançadas, para não falar de algo mais.

E daí, idiota? Não. As contradições estão aumentando. E aos poucos entendemos que o slogan "que seja melhor como está, senão vai ser ainda pior" não funciona mais. Já é pior. É hora de acordar.

*** Texto 2 ***

É hora de parar de remendar o cafetã de Trishkin.

Não tenho certeza se a geração moderna se lembra das famosas palavras sobre remendar o velho cafetã: "Cortei as mangas, arrumei o chão e minha Trishka está alegre." Eu lembro. E lembro-me de todas as vezes em que medidas regulares de incêndio são tomadas para benefícios temporários a algum grupo de empresas, pagamentos únicos a certos grupos da população, etc., etc. "Mas as coisas ainda estão lá" - isso já é de outra fábula do mesmo autor: a estagnação na Rússia já dura mais de 10 anos. E todo esse tempo (após a crise financeira e econômica global de 2008-2010), um modelo extremamente peculiar de capitalismo tardio foi preservado em nosso país. Por um lado, a política monetária e social focada em metas de inflação, o congelamento de enormes reservas nos países da OTAN, de fato, uma escala fixa de imposto de renda de 13-15%, etc. ideologia e política externa, etc. O resultado, como já observado, por mais de 10 anos é expresso por uma taxa média de crescimento de 1, no máximo 2%.

Vejamos mais alguns números. A participação de bens, obras e serviços inovadores no volume total de mercadorias, obras e serviços embarcados na Federação Russa é de 5,7%. De acordo com o Índice Global de Inovação em 2021, a Rússia ficou em 45º lugar, entre Vietnã e Índia⁹. A taxa de mortalidade permanece maior do que na RSFSR há mais de 30 anos, como evidenciado por números ainda pré-Covid¹⁰. O nível de desigualdade

⁹ Índice Global de Inovação 2016, 2021.

¹⁰ Taxa de natalidade na RSFSR em 1990 por 1.000 pessoas era de 13,4 pessoas, e em 2019 - 10,1 pessoas, a mortalidade na Federação Russa em 1990 foi de 11,2 pessoas, e em 2019, 14,6 pessoas. Veja, População da Rússia por 100 anos (1897-1997): Stat. Sentado. / Goskomstat da Rússia. M.: 1998. 222 pág. S. 85; Anuário estatístico russo. 2021. M. Roskomstat. 692 pág. S. 101.



social é muito alto (2 a 3 vezes maior do que nos países do "centro"). Por exemplo, a parcela da renda monetária atribuível ao 1% mais rico da população na Rússia é de cerca de 20,2%¹¹, enquanto nos países europeus é pouco mais de 10% e na Suécia é de 9%. Na China, esse número é de 13,9%¹².

E estas são apenas as ilustrações mais breves. Como resultado da situação atual, a Rússia continua atrás da média mundial em termos de resultados socioeconômicos. As razões são bem conhecidas: o sistema de relações e instituições que foi realizado até agora e foi preservado até agora vivido devido a (1) importações de máquinas, equipamentos, tecnologias modernas; (2) a reprodução de um sistema monetário baseado no capital financeiro global; (3) a paciência do povo, como se estivesse acostumado com o fato de que a qualidade de vida em 30 anos (pense nisso - trinta anos!) de desenvolvimento pós-soviético cresceu apenas 20%. E isso é em média, levando em conta o crescimento múltiplo da minoria e a estagnação da maioria (para informação: na URSS, nos 30 anos do pós-guerra, a renda da população aumentou 300% e a expectativa de vida aumentou 1,5 vezes)¹³. No contexto não apenas de sanções, mas de pressão sistêmica em todas as áreas (tecnológica, financeira, econômica) e direções (tecnológicas, financeiras, econômicas, políticas) - do lado da hegemonia mundial, é impossível reproduzir o sistema principal nos "três pilares" mencionados acima.

E o mais importante: se a liderança da Federação Russa decidiu opor sua linha ao modelo que prevalece nos países do "núcleo", devemos ser um exemplo de que não as "elites", mas os povos dos países com que queremos conduzir um diálogo vai querer imitar. E um exemplo, antes de tudo, na solução dos problemas sociais e ambientais, na qualidade de vida da maioria das pessoas, no desenvolvimento da cultura, da educação, da ciência e da saúde. Para que não apenas um ucraniano, cazaque, lituano, mas também um cidadão da Suécia disse: veja como vive um trabalhador, professor, enfermeiro, aposentado russo - nós também queremos isso.

Enquanto a situação, para dizer o mínimo, é um pouco diferente. Mudanças profundas são necessárias. Mudanças no sistema socioeconômico

¹¹ Ver Relatórios de Desenvolvimento Humano.

¹² Ibid.

¹³ Economia nacional da URSS. 1922-1982. M.: Finanças e estatísticas. 1982. pp. 418-420, 425-427; Anuário demográfico da Rússia. 2005 Rosstat. M. 2005, p. 120.



(deixo política e ideologia de lado neste artigo). E não medidas temporárias, não extinguindo um ou outro incêndio, mas a implementação de uma estratégia que pode tornar nosso país um líder. Em que corrida e para qual resultado? - Mais sobre isso no final do texto, porque isso é o mais importante.

Há exemplos de uma estratégia de desenvolvimento acelerado: a China (assim como o Vietnã, e não só) há décadas (!) realiza consistentemente reformas que têm princípios básicos claros (combinar o plano e o mercado, a prioridade dos objetivos nacionais, o setor público em áreas-chave da economia, etc.. p.) e uma lógica unificada de desenvolvimento, centrada em prioridades estratégicas certas e inalteradas (embora refinadas).

E agora sobre o conteúdo das mudanças propostas.

O autor destas linhas teve que escrever mais de uma vez sobre muitos componentes dessas mudanças no sistema econômico de que nosso país precisa. Os líderes e especialistas da oposição de esquerda falam sobre essas medidas há três décadas. Acadêmicos, professores universitários, industriais e dirigentes sindicais falaram e continuam falando sobre isso muitas vezes. Essas medidas, a julgar pelas pesquisas de opinião pública, são apoiadas pela maioria dos russos.

A nova realidade geopolítica e econômica provavelmente levará as autoridades a avançar nessa direção. Destaquemos os principais blocos dessa estratégia de longo prazo que pode dar os resultados necessários. Deixe-me enfatizar que estamos falando apenas sobre o "programa mínimo", sobre reformas no âmbito de uma economia capitalista de mercado. Sobre o "programa máximo" - o movimento em direção ao socialismo - já escrevi mais de uma vez.

Então, os blocos de reformas.

O primeiro. Planejamento estratégico e política industrial ativa dentro de um sistema de mercado. O plano estabelece objetivos estratégicos, determina os recursos alocados pelo estado, estabelece as "regras do jogo" para o período de planejamento, determina os órgãos e responsáveis pela implementação do plano e recebe formalização legislativa. Para o setor público, pode incluir atribuições obrigatórias. Para o setor privado, essas são



as “regras do jogo” que estimulam a orientação dos negócios para a implementação das metas planejadas: impostos baixos, empréstimos baratos, apoio institucional, investimentos públicos correlatos, ordens do governo, etc.

O pré-requisito para tal desenvolvimento regulado de uma economia de mercado é a rejeição do “controle manual”, do voluntarismo, do departamentalismo, do paroquialismo, da burocracia nas atividades do estado.

Segundo. Socialização da propriedade. A base disso é a especificação e proteção dos direitos de propriedade. Mas não apenas negócios - e cidadãos, e o estado (da privatização). É de fundamental importância garantir que as atividades das empresas estatais sejam orientadas para os interesses da sociedade e não apenas para as condições de mercado. É igualmente importante alcançar uma verdadeira responsabilidade social da empresa privada: uma verdadeira parceria social e participação dos trabalhadores na gestão, a sua inclusão na resolução dos problemas sociais e ambientais da região e do país, etc. E talvez o mais importante nesta área: socialização, não simplesmente a nacionalização dos recursos naturais, o recebimento integral da renda natural e seu uso para fins públicos, e não para fins da burocracia.

O terceiro. Resolver os problemas sociais mais prementes. Entre eles está a redução da desigualdade social devido a um imposto progressivo sobre renda e herança (para quem vive com 20-30 mil rublos - 0%, para milionários em dólares - até 50%, como na Europa ou na China), multiplicar por dois os salários mínimos e as pensões, etc. Não menos importante é garantir a igualdade real no acesso aos recursos básicos de desenvolvimento: habitação, educação gratuita para todos e ao longo da vida, o mesmo no campo da saúde pública, etc. E o mais importante - a prioridade do trabalhador, o desenvolvimento das áreas da economia onde uma pessoa se envolverá em atividades que tragam não apenas uma renda decente, mas também respeito, a possibilidade de autorrealização e desenvolvimento.

Por fim, o mais importante é a definição dos objetivos. Se continuarmos a focar no custo dos resultados brutos (lucro, PIB), os problemas estratégicos não serão resolvidos. Economistas de nosso país e do mundo escrevem sobre isso há mais de uma década. A meta é o desenvolvimento, tendo como prioridade as qualidades humanas, a solução



dos problemas sociais e ambientais. A base é o progresso da produção de materiais de alta tecnologia.

Como você pode ver facilmente, não estou falando de uma economia de mobilização, não de um sistema onde medidas estritas de regulação estatal são temporariamente introduzidas. Estamos falando de outra coisa - de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo baseada na iniciativa e na atividade dos trabalhadores, estimulando negócios produtivos, colocando a burocracia sob controle público, afastando-se de ações momentâneas e voluntárias.

Esse caminho será escolhido?

A resposta depende de nós.

Recebido em 15 abr. 2023 | aceite em 20 jun. 2023



Texto para Discussão



A teia assassina — um balanço da revolução bolivariana sob a ótica da teoria da transição comunista. Breve ensaio sobre o livro de Modesto Emílio Guerrero

Paulo Alves de Lima Filho¹

191

Resumo

O texto promove uma crítica da economia política neoliberal, em especial sua dimensão bélica e contrarrevolucionária, radicalmente anticomunista, tomando suas dimensões no processo da revolução bolivariana da Venezuela. Para tal, desenvolve os fundamentos da economia política da transição comunista, capaz de eliminar o impasse revolucionário das sociedades do capitalismo da miséria e, assim, abrir caminho para a transição social e a emancipação dos trabalhadores.

Palavras-chave: Transição, socialismo, comunismo, revolução bolivariana.

Resumen

El texto promueve una crítica a la economía política neoliberal, especialmente a su dimensión bélica y contrarrevolucionaria, radicalmente anticomunista, tomando sus dimensiones en el proceso de la revolución bolivariana en Venezuela. Para ello, desarrolla los fundamentos de la economía política de la transición comunista, capaz de superar el estancamiento revolucionario de las sociedades del capitalismo de pobreza y, así, allanar el camino para la transición social y la emancipación de los trabajadores.

Palabras clave: transición, socialismo, comunismo, revolución bolivariana.

Abstract

The paper promotes a critique of the neoliberal political economy, especially its warlike and counterrevolutionary dimension, radically anticommunist, taking its dimensions in the process of the Bolivarian revolution in Venezuela. To this end, it develops the fundamentals of the political economy of the communist transition, capable of eliminating the revolutionary impasse of the societies of poverty capitalism and, thus, paving the way for the social transition and the emancipation of the workers.

Keywords: transition, socialism, communism, Bolivarian revolution.

¹ Economista pela Universidade da Amizade dos Povos “Patrice Lumumba” – Moscou - Rússia, doutor em Ciência Política pela PUC-SP. Coordenador Geral do IBEC. | flap1951@gmail.com



Introdução

Este texto se configura como uma carta de resposta ao amigo e camarada Modesto Emilio Guerrero por ocasião do lançamento da terceira edição de seu livro “Crônica de um Magnicídio”².

Tal resposta se formata em uma espécie de ensaio em que levanto 29 pontos provocados pela leitura da obra, finalizando com algumas considerações finais.

192

1

O autor revela coragem e determinação ao abordar um tema indigesto e pouco estudado, muito embora esteja nos manuais da contrarrevolução e seja de vital importância.

2

Na realidade deveríamos abrir um novo campo de estudos sistemáticos – “A economia política do assassinato político” - braço privilegiado da contrarrevolução.

3

A revolução bolivariana entrou no campo mais vasto das revoluções socialistas, fenômeno característico dos países nascidos de revoluções burguesas conservadoras, europeias ou do vasto mundo ex-colonial. A teoria da revolução socialista, por sua vez, nada deve a Marx, mas, sim, a Lassalle e, depois, a Kautsky. Marx denunciará com veemência esse e outros contrabandos ideológicos em sua Crítica do Programa de Gotha, de 1875.

4

Para Marx, as revoluções proletárias, após a Comuna de Paris, seriam, de fato, revoluções comunistas. Mais, a primeira fase da revolução proletária seria a *primeira fase da transição comunista*³. Essa transição, a depender do

² GUERRERO, Modesto Emilio. Crónica de un magnicidio. Chávez, la enfermera y el edecan. 3ª ed. Buenos Aires: Ediciones Manzana, 2022.

³ “Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista encontra-se o período de transformação revolucionária da primeira na segunda. Também corresponde a esse período um período de transição política e o estado desse período não pode ser outro que a “ditadura revolucionária do proletariado”. MARX, Karl. Crítica do



grau de resistência política da burguesia (nacional e internacional) prometia ser uma forma de ditadura da maioria trabalhadora contra a minoria capitalista, uma ditadura revolucionária da maioria proletária, a partir da experiência histórica até então verificada⁴. Lucien Sève avança nesta compreensão:

Sem entrar aqui na história detalhada dos confrontos daí resultantes, digamos que esta revelação pública em 1891 do texto fortemente crítico de Marx é, sem dúvida, o elemento desencadeador de uma modificação importante na forma de entender doravante a relação entre os termos comunismo e socialismo. Até a década de 1890, a ideia dominante era que a palavra comunismo era o termo antiquado (desde 1848) e ao mesmo tempo dissuasivo para socialismo [³⁴⁹ Ali se verifica que o significado extremamente elaborado conferido por Marx à palavra comunismo permaneceu incompreendido, mesmo incompreendido entre os socialistas do final do século XIX, de modo que ele continuou a evocar as ingenuidades ideais e ao mesmo tempo bastante irrealistas dos anos 1830], razão pela qual o abandonamos sem pesar aos anarquistas. É certo que a renovada audiência do Manifesto ressuscitou o uso do termo comunismo, que, no entanto, permanece muito limitado. A publicação *da Crítica do programa de Gotha* produziu, portanto, o efeito de uma bomba entre os executivos e eleitos do SPD - o socialismo lassaleano não seria apenas fraco do ponto de vista teórico, mas "condenável" politicamente, é Marx quem o afirma... [³⁵⁰ A palavra "condenável" aparece na carta que Marx dirigiu a Bracke em maio de 1875 para acompanhar o envio de sua crítica (cf. *Crítica do programa de Gotha*, op.cit.p. 46)] ... Isso obriga a liderança socialdemocrata, para sair dessa situação insustentável, a encontrar uma maneira de abrir espaço para o comunismo de Marx, o que não a obriga,

Programa de Gotha, escrito no começo de maio de 1875 e impresso com algumas cortes na Revista "Novo tempo", t.1, nº18, 1891, Obras Completas de Marx e Engels, t.19, p. 9-32. Moscou, IPL, 1975 (tradução nossa, do russo). Entenda-se: estamos diante da *transição comunista*.

⁴ Lucien Sève, no tomo IV de sua quadrilogia, debate exaustivamente os temas relativos ao socialismo e comunismo, dentre os quais a invenção da teoria da revolução socialista. Vide: SÈVE, Lucien. *Communisme?* Tome IV, Paris, La Dispute, 2019. Première partie.



no entanto, a mudar nada na doutrina socialista em força dentro do partido.

E é a acomodação extraordinária que, vamos dizer, foi apresentada a princípio de maneira tão discreta, que ninguém na época percebeu, que escapa a sua origem precisa, que nenhuma história da socialdemocracia a menciona, mas que pouco a pouco tomará aparência de evidência a ponto de ainda hoje, mais de um século depois, revelar de forma demonstrativa a gênese dessa flagrante decepção, mas ainda assim encontra a incredulidade de certos marxistas. Que a Crítica do programa de Gotha está na origem da acomodação em questão - ao que, no entanto, não dá qualquer garantia - a prova é fácil de dar: é este texto de Marx que pela primeira vez introduz a ideia, até então formulado no pensamento socialista, de que a transição para uma sociedade sem classes passará necessariamente por uma 'fase inferior' mais ou menos longa antes de poder atingir sua 'fase superior', sucessão histórica previsível que se refere ao fato de que a nova sociedade primeiro de tudo carrega os traços inevitáveis de um "parto longo e doloroso" escreve Marx que ainda retém "marcas de nascença" mais ou menos duradouras ("Muttermalen"), de modo que precisa de tudo um tempo para se manifestar como será em seu desenvolvimento adulto. Vamos reler a *Crítica do Programa de Gotha*: Marx fala expressa e exclusivamente dessas duas épocas sucessivas como duas fases da *sociedade comunista*. Procurando uma maneira de fazer um lugar honroso, mas não pesado, para o comunismo de Marx, mantendo inteiramente sua concepção muito diferente das coisas, os socialdemocratas alemães imaginaram então um artifício ideológico muito simples: a primeira fase da eventual sociedade comunista de Marx, seria *precisamente o que eles chamam de socialismo*... Farão mesmo - falsa leitura consciente ou não - como se fosse o que Marx escreveu, no qual tiveram sucesso além de toda expectativa. Que Marx leva em conta neste texto a linguagem exclusiva da sociedade comunista, eu mesmo não descobri, absolutamente ninguém o menciona, e só medi seu significado maior na virada dos anos 1980 e 1990. [³⁵¹ Lênin, sempre um leitor muito atento de Marx, notara-o de passagem em O Estado e a Revolução, onde fala dessa ordem social "que se costuma chamar de socialismo e



que Marx chama de primeira fase do comunismo (Oeuvres, t.25 , p.503; cf. também 504). Mas ele não parece ter percebido sua grande importância. - A primeira menção que eu próprio fiz a esta descoberta, acompanhada de uma análise do seu significado e alcance, aparece no meu livro publicado em Maio de 1990, *Communisme, quel second souffle?* (op.cit., pp.66-73) que aprofundou a exigência do que batizei em junho de 1994 de "refundação comunista".] os i's.

O fato de ter sido decidido, no início da década de 1890, entender doravante sob a palavra socialismo as formas sociais de transição para uma sociedade comunista não teria levantado nenhum problema se a palavra socialismo já não tivesse apenas vários significados incompatíveis com esse novo significado. Na época, socialismo era antes de mais nada o nome genérico e, portanto, indeterminado, de tudo que visava algo além do capitalismo - nesse sentido muito geral, não poderia, portanto, ser apropriado designar também uma fase particular dessa superação histórica. Muito mais, o socialismo é o nome sob o qual se reconhecem concepções teóricas e movimentos práticos originalmente estranhos, até mesmo hostis ao comunismo marxista - é em particular, nos países francófonos, o caso do proudhonismo -, ou que, pelo menos, deles se separaram em pontos essenciais - é o caso, na Alemanha, do lassaleanismo, e mesmo de fortes correntes de pensamento dentro dessa socialdemocracia, esses pontos essenciais tocam no modo de apropriação social, no definhamento do Estado, na concepção de partido, à firmeza revolucionária, à qual se acrescenta a combatividade contra o imperialismo e o chauvinismo guerreiro. Em cada uma dessas questões cruciais, a diferença é óbvia, às vezes diametral, entre o socialismo majoritário no SPD e o comunismo marxista - esta é a própria fonte da insurreição de Rosa Luxemburgo, embora ela mantenha a palavra socialismo. Portanto, pretender instituir tal socialismo na primeira fase do movimento rumo ao comunismo, fazendo com que Marx endosse a coisa por meio de uma patente falsa leitura, constitui o que só pode ser chamado de impostura [³⁵² Quem primeiro, onde e quando escreveu que o socialismo foi a primeira fase do comunismo? Ninguém, que eu saiba, ainda respondeu a esta pergunta tão interessante. Em *L'utopia collectiviste*, PUF, 1993, Marc



Augenot, por exemplo, nem mesmo o procura sob o título ainda atual "Socialisme, collectivisme, communisme" (p.104-108). Inclina-se a pensar que os historiadores do socialismo não buscaram a resposta porque não perceberam a questão]. Uma vez admitido seu princípio, nada pode circunscrever os efeitos. Atribuir o socialismo à "fase inferior" do comunismo é, de fato, reconhecer nele a sua primeira forma, e atualmente a única - assim diz a célebre frase de Eduard Bernstein: "o movimento é tudo, aquilo que 'ordinariamente se chama o objetivo final do socialismo não é nada" [³⁵³ Prefácio à primeira edição de seu livro de 1899, *Les pressupposés du socialisme*, op.cit., p.16]. Portanto, a própria relação da qual partimos é invertida: o socialismo não é mais a fase inferior do comunismo, é o comunismo que é, na melhor das hipóteses, a fase superior é o comunismo que é no máximo a fase superior, a única acessível num futuro próximo, portanto no fundo real, vendo-se assim o comunismo regressado ao ideal, isto é ao que sem dúvida não ser realizado nunca.

O que no início poderia parecer um simples acréscimo mínimo à Crítica do Programa de Gotha - Marx teria apenas omitido especificar que a fase inferior do comunismo é precisamente o que se chama de socialismo... onde o objetivo comunista, o silêncio mantido sobre suas demandas inevitáveis, tende a ser apenas um tema retórico para efeitos de tribuna, o socialismo em sua versão socialdemocrata tornando-se a única realidade política⁵.

5

Infelizmente, a teoria da revolução socialista transitou como contrabando ideológico da II à III Internacional, com os aprimoramentos posteriores de Stalin e pós-stalinistas.

6

A teoria da revolução socialista nos assombra até hoje e representa o núcleo do espectro fantasmal das incompreensões contemporâneas sobre a emancipação da humanidade.

⁵ SEVE, Lucien. *Penser avec Marx. Communisme?* Paris, La Dispute, 2019, p.308-311 (tradução nossa, do francês).



7

Para além de não ser herança de Marx (muito ao contrário!) a denominada revolução socialista e o socialismo não são tudo aquilo que desejam fazer crer - i.e., uma atualização da teoria da revolução comunista e seu sinônimo. Não são herdeiros do comunismo de Marx e da Comuna. São, de fato, herdeiros do socialismo de estado alemão. Não são a antessala do comunismo, porém a do capitalismo, pois vedam a transição necessária à superação do estado e das mercadorias, a que permitirá a plena emancipação das maiorias trabalhadoras e da própria humanidade. Ao invés desta, temos a plena emancipação do estado, de modo a manter a revolução anticapitalista nas malhas eternas do estado e das mercadorias, do capital.

197

8

Como já alertara Engels em carta de 1853 a Weidemayer:

Parece-me que uma bela manhã, nosso partido, devido ao desamparo e letargia de todos os outros partidos, será enfim forçado a tomar o poder e realizar coisas que não correspondem diretamente aos nossos interesses, mas aos interesses revolucionários gerais e especificamente pequeno-burgueses; Nesse caso, sob a pressão das massas proletárias, limitadas por suas próprias declarações e planos impressos, que foram, até certo ponto, falsamente interpretados e apresentados no meio da luta partidária, seremos forçados a realizar experimentos comunistas e dar saltos, que nós mesmos sabemos muito bem quanto são prematuros. Ao fazer isso, perderemos nossas cabeças - esperançosamente apenas no sentido físico -, haverá uma reação e antes que o mundo seja capaz de fazer uma avaliação histórica de tais eventos, seremos considerados não apenas monstros, para os quais não daríamos a mínima, mas também tolos, o que já é muito pior. É difícil imaginar uma perspectiva diferente. Em um país atrasado como a Alemanha, em que há um partido avançado e que é atraído para uma revolução avançada junto com um país tão avançado como a França, no primeiro conflito sério, *assim que o perigo real ameaça*, surge a vez de esse partido avançado agir, e **isso seria prematuro em qualquer caso. No entanto, tudo isso não é importante, e o melhor que se pode fazer é preparar antecipadamente na literatura do nosso partido a**



justificativa histórica do nosso partido, caso isso realmente aconteça. No entanto, nosso desempenho no cenário histórico em geral agora será muito mais impressionante do que da última vez⁶.

Levando em consideração o que ocorria na Alemanha, onde a marcha do partido operário era estupenda, seria bem possível que a classe trabalhadora alemã levasse ao poder o partido operário, antes que as condições históricas estivessem maduras para a revolução comunista, *mas à qual ele não poderia se furtar*. Ou seja, era perfeitamente possível ocorrer na Alemanha uma revolução comunista prematura. Nesse caso, explicava Frederico, a transição deveria realizar tarefas históricas não propriamente proletárias, até que a transição comunista alcançasse o ponto de iniciar sua *marcha propriamente anticapital*. Antes dessa fase haveria *outras*, nas quais a classe trabalhadora se transformaria em classe dirigente, capaz de autogovernar-se e, portanto, governar o país e congregar em torno de si o apoio revolucionário das classes trabalhadoras dos países capitalistas mais avançados. Porém, antes que isso ocorresse, era imperioso deslinda-lo *teoricamente*. Coisa que jamais, até hoje, foi feita à altura das necessidades históricas.

9

Pelo menos duas fases antecederiam aquela onde a transição passaria a superar diretamente o capital e seu complexo de formas de dominação. A primeira, uma fase de conquista da plenitude emancipada da democracia dos e para os trabalhadores e outra, segunda, de enfrentamento da forma universal de dominação mundial do capital, i.e., do imperialismo. Trata-se de etapas processuais assíncronas, desigualmente dinâmicas e radicais.

10

Nesse interim a classe trabalhadora se capacitaria para enfrentar o estado e o próprio partido (ou partidos) revolucionário, ao atingir e superar aquele nível de maturidade da Comuna. Nas condições particulares dos capitalismo derivados de revoluções burguesas conservadoras, fossem elas europeias ou do complexo mundial ex-colonial, as principais forças

⁶ MARX E ENGELS. Obras Completas., Carta a Iussif Wiedemayer, Manchester, 12 de abril de 1853 (grifo nosso; tradução nossa).



produtivas deveriam transitar à sua plena dominação e estágio de desenvolvimento material, de modo a poder proceder à transição propriamente comunista.

11

O dilema central das revoluções socialistas é vestirem um colete de chumbo enquanto acenam um comunismo perdido nas brumas de um futuro indeterminado e prometem voar para a emancipação quando, de fato, são todas arrastadas de volta ao capitalismo.

12

As revoluções políticas promovidas por estas revoluções, na realidade, são transições das democracias conservadoras a democracias radicais dos trabalhadores, ou seja, das maiorias, de modo a caracterizar a transição como sendo a das revoluções burguesas conservadoras às revoluções democráticas radicais dos trabalhadores (dado que as burguesias estão declaradamente no campo da contrarrevolução).

13

Estas, por sua vez, podem ter formas e radicalidade distintas, a depender da virulência das contrarrevoluções, que vai desde o banimento da burguesia da vida política do país – como ocorreu em Cuba – até sua participação através de partidos, tal como ocorre, p.ex., na Bolívia ou Venezuela.

14

Serão transições comunistas prematuras caso as três formas obrigatórias de sua existência se realizem: as *duas formas anticapitalistas* de expressão nacional (alcance da plenitude da emancipação política da classe trabalhadora e da emancipação econômica e política da nação) e a *terceira, propriamente contra o capital*, contra as categorias que permitem a sua existência – o estado e a mercadoria. Embora ocorrendo simultaneamente, constituem um processo que exige a realização de ambas para que a terceira possa ocorrer, para que a revolução política, seu estágio inicial, possa fluir como revolução social, como emancipação econômica dos trabalhadores.



Para que haja a real emancipação econômica dos trabalhadores, as duas primeiras fases anticapitalistas de âmbito nacional, contra as classes proprietárias e o imperialismo, serão aquelas que conformarão a criação de novas forças produtivas revolucionárias. Daí se chamar essas revoluções de *prematuros*, pois exigem a criação dessas novas forças produtivas, que por sua vez conformarão o novo complexo político revolucionário, capaz de comandar, hegemonizar o processo da transição. Toma-se como padrão a Comuna de Paris (e certos aspectos da experiência dos primeiros anos da revolução russa, sobressaindo à invenção dos soviets), que expressou a ação autônoma da classe trabalhadora no controle da reprodução social, para além e contra o estado e a política burguesa, da reprodução política burguesa (entretanto ainda incapaz de defender-se militarmente da contrarrevolução).

Os dois momentos antecedentes àquele especificamente anti-capital, ou seja, anti-estado e anti-mercadoria, nos declaram que podem ser uma continuação de possibilidades históricas. Estamos diante da realização de possibilidades históricas diferenciadas. Algumas de suas formas poderiam ser:

I. a) o momento anticapitalista de conquista da plenitude emancipatória da classe operaria ao lado de b) uma alta estatização do capital funcionando para a conquista da mais plena possível soberania nacional, de uma economia medianamente industrializada, mas, entretanto, com c) forças armadas sob o controle da política oligárquica, como foi o caso do Chile, onde a transição viveu dois impasses simultâneos e fatais. De um lado, a emancipação da classe operaria esbarrando na sua subordinação ao estado e, de outro, o estado fora do controle da classe operaria, não quer eliminar as forças armadas oligárquicas. Estas, portanto, encontram-se livres para liquidar ambos os momentos.

II. Outra possibilidade seria a) haver um fraco nível de emancipação da classe operaria, ao lado de b) com um estado não muito expandido e com economia com fraco nível de industrialização, sob a hegemonia de um único setor (petróleo, por ex.) exportador e com c) forças armadas divididas e comandadas por sua fração revolucionária. Conseqüentemente, esta fração hegemonizará o processo revolucionário e promoverá uma revolução democrática radical na qual se permitirá à classe trabalhadora e camadas populares em geral lutar pela expansão de sua emancipação política. Muito mais rápida e contundente, entretanto, será a dominação dos militares sobre



o estado, secundados pelo neolumpesinato. Por mais que se proclame socialista o seu projeto, este não passará de expressar uma estatização da economia sob o comando do setor petrolero. Uma sociedade extremamente vulnerável ao embargo imperialista, quanto mais se a revolução agrária marchar muito lentamente. Este, aparentemente, é o caso da Venezuela. O projeto comunal eventualmente poderá acelerar a emancipação dos trabalhadores e, assim, fazer caminhar tanto a fase anticapitalista e anti-imperialista, quanto a possibilidade de transitar ao aprofundamento da revolução democrática radical dos trabalhadores naquelas duas dimensões.

III. Uma terceira possibilidade poderia ser a) existir uma classe trabalhadora e antes de tudo operária altamente aguerrida e organizada, motor da revolução democrática radical e, b) um estado controlando os setores estratégicos do projeto de transição, além de c) forças armadas educadas pelo imperialismo, naturalmente aliadas da ultradireita. Muito embora a revolução democrática radical tenha se expressado na nova constituição e as forças armadas estejam destinadas a uma formação republicana em escola específica, isso ainda não as transforma em corpo político obediente à democracia radical. Tal a força das duas primeiras condições que o golpe de estado perpetrado, apesar de sua violência, foi revertido, como foi o caso da Bolívia. As forças armadas foram forçadas a aceitar nova eleição presidencial que levou ao poder as mesmas forças depostas por elas. Note-se que a justiça não só não acompanhou os golpistas como passou a processá-los após o retorno ao poder das forças depostas. A contrarrevolução não conquistou o sistema judiciário. A contrarrevolução, por seu lado, mantém a pressão, conspira crônica e permanentemente, porém as forças democráticas radicais constituem um bloco mais poderoso. Podemos afirmar que a revolução democrática radical continua a avançar rumo a estágios mais elevados da emancipação nacional. Com o avanço da plena emancipação política da classe trabalhadora, a democracia pode mudar de qualidade e permitir, desse modo, a plena soberania econômica e política nacional.

Convém assinalar que nem todo processo de transição parte de uma revolução democrática radical. Esta é uma etapa democrática da transição. A pedra de toque desse processo é a liquidação dos momentos antidemocráticos vitais, tais como as instituições capazes de impedir o salto radical, quais sejam o Judiciário e, fundamentalmente, as forças armadas. Estas são o esteio da democracia conservadora e sua ordem que, em última instância, reverterão a marcha democrática radical da transição política.



No caso do Chile de Allende, ainda estávamos no limite da democracia conservadora, intocados os poderes judiciários e as FFAA. O mesmo ocorrendo na Bolívia, embora ali a democracia radical avance. Na Venezuela, entretanto, parcela determinante das forças armadas são força revolucionária, o que complica um retorno conservador abertamente contrarrevolucionário. Na revolução russa de 1917, na revolução iugoslava, cubana, chinesa e vietnamita gestam-se forças armadas revolucionárias que garantem a marcha da democracia radical, muito embora esta não se realize plenamente. O trânsito da revolução democrática conservadora à radical é altamente difícil, pois a iniciativa do status quo conservador conta com a virulência das forças conservadoras nacionais e sua institucionalidade, assim como com o apoio econômico e político imperialista. O sucesso das transições democráticas radicais dependerá sempre da capacidade de elas liquidarem a contrarrevolução nacional e seus aliados imperialistas.

A revolução democrática radical, por sua vez, tem sua própria evolução até poder alcançar o estágio de assalto à cidadela do capital, em sua forma genérica, mais além mais além dos condicionantes nacionais e imperiais. Estamos diante de transições democráticas por dentro e/ou contra a ordem conservadora. O caso do Chile é emblemático. O governo proclama uma transição socialista por dentro da democracia conservadora sem plano para liquidar a contrarrevolução. Deu no que deu.

A revolução bolivariana, por seu turno, adoeceu desses dilemas comuns às revoluções autoproclamadas socialistas. Incapazes de transitar à fase anticapital e, portanto, à supressão do estado e das mercadorias, ficam prisioneiras dessas ambas dimensões do capital e sofrem uma inflexão que vai do anticapitalismo ao capitalismo privado.

16

Não ocorrendo a plena emancipação política da classe trabalhadora, a fase anticapitalista não conseguirá ir além do anticapitalismo ou do capitalismo privado ou estatal e, portanto, não poderá haver transição anticapital, substituição do estado e das mercadorias.

17

A revolução bolivariana adoeceu desses dois dilemas das revoluções socialistas. Incapazes de transitar à fase anti-capital, portanto anti-estado e anti-mercadoria, ficam prisioneiras de ambas as dimensões do capital e sofrem inflexão do anticapitalismo ao capitalismo privado.



18

O manual soviético da transição socialista concebe e reproduz a particular experiência soviética como sendo sua forma geral, ou seja, para todos os países oriundos de revoluções burguesas conservadoras, europeus ou do mundo ex-colonial, em geral, a expansão do estado alcançando o comércio e indústria até as pequenas e médias propriedades, algo absolutamente desnecessário, capaz de criar aguda escassez de mercadorias comercializadas e produzidas nesse âmbito, de igual modo criar aguda crise política, em que ambas atuarão no sentido de apressar o advento do bloqueio definitivo da plena emancipação dos trabalhadores. Significará, também, inexoravelmente, a transição da revolução democrática radical dos trabalhadores para a ditadura estatal contra os trabalhadores, como contrarrevolução antidemocrática.

203

19

Na Venezuela, a revolução democrática radical dos trabalhadores plasmou-se na sua nova constituição e na ampla possibilidade de atuação política da classe trabalhadora, ou seja, das maiorias, inclusive dos estratos contrarrevolucionários, assim como a possibilidade de a classe trabalhadora conquistar sua plena emancipação política. Contra esse processo joga a profunda crise econômico-social e suas altas taxas de desemprego, escassez de mercadorias e fome. Crise econômica em boa parte causada pelo embargo norte-americano à venda do petróleo e bloqueio das reservas bancárias nacionais da Venezuela. Não somente a industrialização não pode prosseguir como ocorrerá a desindustrialização.

Por sua vez a economia estatal está, em grande medida, sob o controle dos militares e o projeto comunal pouco ou nada avança. Também não está claro que o complexo econômico comunal esteja sendo estimulado após o embargo imperialista. Tudo indica que a transição ficou encalacrada na função anti-imperialista, não alcançada nem a plena emancipação política dos trabalhadores ou, muito menos, o avanço contra o estado e as mercadorias.

20

Estas últimas etapas, lesadas pela crise econômica, dão à luz um fenômeno dessa obra, o *processo de lumpenização* e a entrada em massa desse estrato lumpenizado no aparelho de estado, o que fere ainda mais



qualquer hipótese de compromisso desse estado com a emancipação dos trabalhadores.

El movimiento chavista fue determinado por un substrato cultural y conductual de carácter plebeyo. Su raíz está en la estructuración histórica de las clases de la nación. De ese carácter general dominante derivó un tipo de conducta similar a la conocida como *lumpen*. No se trata de una caracterización moral, sino lo opuesto: es social, de estructura. (...) En Venezuela, este carácter lumpen se desarrolló al ritmo de la construcción de su economía petrolera mono productora...La burguesía venezolana no necesitó desarrollar una sólida clase obrera nacional educada, integrada y disciplinada a su aparato productivo, ni requirió de un Estado nación similar. Un sector creciente de los pobladores urbanos emigrados de la miseria campesina quedó disociado de la producción, la educación profesional, el sistema de salud, la vida cultural. Como era inevitable, estos adquirieron las normas de conducta de su *estructura social de sobrevivencia material*. Las corrientes más tradicionales y fuertes de la izquierda venezolana se reprodujeron en ese espejo social. Con esa conducta se integraron al primer, al segundo y al tercer gobierno de Hugo Chávez. Cuando este sector se convirtió en el sujeto de la "revolución bolivariana", desde 1999, trasladó su cultura de clase al conjunto del sistema político. Esta trasladación fue facilitada por dos aspectos particulares. En forma directa, el tipo humano que nutrió a las organizaciones de la izquierda que desde 1999 se integraron al sistema político chavista en carácter de cuadros del movimiento social y del gobierno. (...) También se vió en los gobiernos y tiempos previos a Chávez, pero en menor escala. Y es visible como en el de Pedro Castillo en Perú, una de las sociedades más castigadas por el desempleo, la disgregación económica y la "economía informal". (...) Es un efecto social de deterioro derivado del factor distorcionante que fue la riqueza petrolera en Venezuela. La mayoría de la izquierda venezolana no se nutrió con la disciplina colectiva de un movimiento obrero industrial sólido, ni fue parte de una corriente intelectual o escuela ideológica como en otros países. Este carácter *lumpen* no fue privativo de las clases inferiores. Toda la clase dominante venezolana



también se formó lumpen. Eso explica su improductividad, derrochismo, inorganicidad, corrupción, debilidad y subordinación permanente a alguna potencia extranjera. (...) En términos comparativos, Venezuela no tuvo una generación como la de Sarmiento, dedicada a crear uma nación económica capitalista moderna, integrada económica, social y culturalmente⁷.

21

Lumpenização essa que se alia ao tema central, que poderíamos chamar de Economia Política do assassinato político, departamento vital da contrarrevolução imperialista e nacional. Lumpenização que atuará no sentido de fragilizar ao máximo a eleição do corpo mais íntimo de zeladores da vida de Chávez. Esse processo mais a ausência de critérios adequados na escolha desses funcionários (todos militares) estão no centro das razões do seu assassinato político.

22

Entretanto, a lumpenização como processo histórico acompanha a inevitável desindustrialização de nossas sociedades ex-coloniais em sua entrada na fase neocolonial aberta como prêmio pela aceitação subalterna da economia política neoliberal ainda é processo pouco estudado, embora constitua processo de primeira ordem, ligado ao tema da expansão do assim chamado *precarizado*. As consequências históricas desse processo são gravíssimas e inevitáveis⁸.

23

Desse modo, alcançar a plena emancipação das maiorias trabalhadoras para dar continuidade à transição e fazê-la escalar níveis sucessivos de emancipação nacional torna-se ainda mais difícil dada a degradação massiva da massa dos trabalhadores. Tal fato chama a atenção para dois aspectos vitais do processo transitivo. Em primeiro lugar, evidencia ainda mais a função vital, estratégica, das organizações políticas

⁷ Guerrero, Modesto Emilio. Crónica de un magnicidio. Op. Cit. p. 73-75 (Todo o capítulo *Fisuras en la seguridad* é extremamente rico no tratamento do tema).

⁸ A atual evolução do processo político chileno se explicaria, em grande medida, pela ocorrência desse processo.



revolucionárias. Em segundo, lança luz sobre aquilo que poderíamos chamar de a *força dos pequenos números* nos processos revolucionários, a concentração excessiva do poder em um número muito restrito de mãos. Em última instância, evidencia-se a força da liderança e, antes de tudo, do líder e, através dele, da cadeia de poder. De tal forma que a liquidação física desta, a destruição de seus elos, passa a ser um elemento vital para o desmantelamento de um processo revolucionário. A morte de Lenin, o assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, o assassinato da linha de comando teórico-prático da FRELIMO, passando por Eduardo Mondlane, Ruth First, Aquino de Bragança e Samora Machel, o assassinato de Camilo Cienfuegos e Che Guevara, o assassinato de Gaitán, etc., etc. e, por último, a morte de Chávez, todos esses eventos foram decisivos para os destinos dos processos revolucionários desses países.

24

O partido revolucionário, assim, de modo inequívoco, vê-se chamado a iluminar o processo revolucionário, onde seu papel é vital. Este exige uma organização que saiba navegar a maré deliquescente da lumpenização e não naufrague em suas impossibilidades existenciais. Entretanto, o apodrecimento da reprodução social burguesa nas revoluções democráticas radicais da órbita ex-colonial (e em geral nos países moldados por revoluções burguesas conservadoras onde as revoluções democráticas radicais ocorrem) se processa em simultâneo com o lançamento dos partidos e organizações revolucionárias ao centro do poder com função de controle estatal para comandar uma reprodução social revolucionária.

25

Vinculado a esse processo está a exigência de garantia da estabilidade operacional do núcleo político-partidário dirigente e, conseqüentemente, como sua proteção, sobre os quais repousa o destino da revolução.

26

A revolução venezuelana poderá escapar ao seu destino capitalista anunciado? Ela não estaria obrigatoriamente condenada ao retorno à sua mediocridade capitalista, ancestral, seja pela via aberta da emancipação política da maioria dos trabalhadores através de seu projeto comunal, seja pela retomada da industrialização nacional com a possível suspensão do



embargo norte-americano. Entretanto, ao que nos contam sobre a nova economia política de Maduro, desde lá, as concessões ao imperialismo nos obrigam a supor o contrário⁹.

Algumas conclusões: exercício de síntese provisória

A conclusão provisória a que poderíamos chegar a esta altura de nosso ensaio é que o tema da transição da revolução burguesa conservadora, de sua democracia conservadora, à revolução democrática radical dos e para as maiorias trabalhadoras é objeto vital a ser estudado a fim de entendermos as revoluções democráticas que se autoproclamam socialistas. Sem exceção, todas elas nos colocam diante de transições à revolução democrática radical.

Nas revoluções democráticas que conseguiram alcançar o estágio de revoluções democráticas radicais, nenhuma delas, até o momento, conseguiu iniciar sua transição anticapital. Ao contrário, neste instante, todas elas nos colocam diante do bloqueio da transição anticapital. Ao contrário, todas elas envolvem ao bloqueio da plena emancipação dos trabalhadores e à liquidação dos fundamentos da emancipação desta, de modo que a transição estaciona no anticapitalismo de expressão nacional (sem, contudo, completa-lo nesse nível) ou internacional, anti-imperialista, em maior ou menor grau. Dito de outra forma, elas estacionam na etapa anticapitalista e são incapazes de iniciar sua transição anticapital. Dessa forma, o que o marxismo-leninismo denomina como sendo *socialismo* é a subversão anticapitalista do capital por via da estatização muito estendida dos meios de produção à reprodução social. Subversão essa cujo sentido seria fazer o capital estatizado funcionar o máximo possível em prol das necessidades sociais maiores. A fuga radical à acumulação privada implica em acumulação estatal generalizada, o que, na ausência de forte controle social por parte dos trabalhadores (controle social da classe trabalhadora) universaliza a estatização geral da reprodução social. A experiência histórica desse tipo de reprodução social estatizada tem levado, em geral, ao obscurantismo social e a uma taxa decrescente da produtividade social do trabalho. A transição estatizada transformada nesta universalização da reprodução social

⁹ 10 cosas que Nicolás Maduro enterró luego de la muerte de Hugo Chávez. TalCual. Marzo 5, 2023. Disponível em: <https://talcualdigital.com/10-cosas-que-maduro-enterro-con-la-muerte-de-chavez/>



representa um forte retrocesso democrático de modo a fazer a revolução democrática radical abrir um espaço social, um rombo imenso na reprodução social mais própria da democracia conservadora ou mesmo das ditaduras antioperárias. A ditadura estatal sobre o capital se completa com a ditadura estatal sobre toda a reprodução social. É um trajeto praticamente inexorável.

Aquilo que se inicia como revolução comunista prematura termina como contrarrevolução capitalista. Ocorre que a ditadura estatal sobre a reprodução social involui necessariamente à contrarrevolução capitalista. Ao invés da emancipação dos trabalhadores temos a emancipação do estado.

Desse modo, a economia política imperialista do magnicídio e das cadeias de comando revolucionárias operam como fortes alavancas contrarrevolucionárias decisivamente aceleradoras da involução das revoluções democráticas radicais com pretensões comunistas. Deve se constituir em objeto de estudo dos revolucionários, ao lado das vicissitudes das revoluções comunistas prematuras, cujo trajeto anticapitalista contra seus inimigos nacionais e internacionais se transformaram no pesadelo das revoluções proletárias e populares dos séculos XX e XXI.

As revoluções burguesas conservadoras, em especial as de matriz colonial, estão e estiveram sujeitas a uma vasta gama de revoluções políticas e contrarrevoluções. Uma delas, a que mais nos interessa no momento é a assim chamada revolução socialista.

Esta variante degenerada, de origem alemã, do comunismo de Marx, é da forja de Lassalle e transitou da socialdemocracia alemã à III Internacional e transformou-se de gravíssimo equívoco teórico em abatesma prático das revoluções, comunistas ou não, dos séculos XX e XXI. O espectro que ronda o capitalismo nos séculos XX e XXI é o espectro do socialismo, cuja revolução transformou-se em negação do comunismo e de sua promessa de emancipação da humanidade.

As revoluções socialistas, na realidade, foram, são e continuarão a ser nada mais que tentativas de superação dos capitalismo paridos pelas revoluções burguesas conservadoras europeias ou de matriz colonial, no sentido de realização de uma revolução democrática radical, dos e para os trabalhadores em situação histórica de abandono de luta pela plena soberania nacional pelas suas burguesias, o que significa dizer que ali nunca e jamais se realizarão revoluções burguesas radicais. Ou seja, intentos de transformação de um capitalismo subordinado ao imperialismo e sob regimes de democracia conservadora (com graus variados de



conservadorismo). Dada a prematuridade comunista dessas revoluções, sua transição passa pela revolução democrática radical (fase anticapitalista) e desta à sua fase anticapital, que está pejada de empecilhos e de uma série de barreiras a exigir nesse trajeto operação extremamente difícil e delicada.

Nessas revoluções sociais, por força da centralidade do estado no sentido de forjar novas forças produtivas, de completar (ou iniciar) suas industrializações tornam-se fortíssimas as forças centrípetas de emancipação do estado, as tendências de ele vir a tornar-se o árbitro e operador discricionário de toda ou quase toda a reprodução social. Conseguindo a emancipação do estado, bloqueia-se definitivamente a possibilidade de realização tanto da radicalidade democrática revolucionária quanto da emancipação dos trabalhadores, não restando outra possibilidade histórica à revolução que transitar do anticapitalismo - do qual não consegue libertar-se - ao capitalismo.

Esta é, pois, a *via crucis* das revoluções democráticas radicais, revoluções comunistas prematuras, equivocadamente denominadas de socialistas, fórmula que obscurece o sentido do processo que com elas se abre. Denominação que ao pretender libertar a revolução democrática de suas duas fases obrigatórias e, conseqüentemente da possibilidade de superá-las, liquida a possibilidade de realizar sua orientação comunista. Dito de outro modo, ao equivocadamente ser denominada de socialista, se obscurece as etapas de seu desenrolar e, assim, desejando dizer que ela ainda não seria comunista, veda-se sua transição propriamente anticapital e, para mal dos pesares, se a obriga a despir-se de seu anticapitalismo e a vestir novamente seu manto capitalista, do qual ela desesperadamente ousou libertar-se. Mas a teoria não respeita o tempo histórico da vida humana e pode adormecer por longo período, de tal modo que por igual tempo os revolucionários, antes que venham a decifrar seus trágicos equívocos, estarão condenados a vagar no simulacro de sua grandeza perdida.

Finalmente

Não há caminho fácil para a emancipação dos deserdados da ordem do capital. Das nações e proletários dessa ordem se exige uma *via crucis* de miséria, fome e privações seculares. Não há atalho para a liberdade, a não ser a luta ingente, permanente, diuturna contra os declarados implacáveis inimigos seculares e dispostos a incendiar o mundo para não perderem uma



ínfima parte de seus privilégios e poder discricionário sobre o destino de seus escravos.

Não há via capitalista (burguesa) de superação do capitalismo da miséria de todos os países egressos do mundo colonial. O fracasso da fase desenvolvimentista atesta a impossibilidade de uma transformação socioeconômica por dentro da ordem neocolonial.

Por sua vez, na periferia, vão tomando forma aquelas teorias voltadas à compreensão do subdesenvolvimento. A matriz cepalina, cujo centro teórico é Prebish, além de Keynes, vai beber de List a teoria das “forças de produção”. Tal variante teórica pressupõe a possibilidade de um desenvolvimento autônomo do capitalismo na periferia, através de uma ação decisiva do estado nacional e de um planejamento capaz de coordenar as múltiplas e simultâneas ações, visando as profundas transformações socioeconômicas necessárias para esse tipo de desenvolvimento. Está pressuposto, é claro, que os EUA não só não impedirão tal evolução das coisas, como, igualmente, prestarão concurso ao surgimento de capitalismo autônomos: isso verificou-se ser uma descuidada fantasia. Celso Furtado¹⁰ é explícito sobre isso: ‘...a industrialização não leva necessariamente à autonomia de decisão, ao desenvolvimento autossustentado, como estava implícito no modelo da CEPAL’, ou então, “...a ilusão, que chegou a predominar meu espírito em certo momento, de que uma feliz conjuntura internacional – consequência da grande depressão dos anos 30 e do conflito mundial dos anos 40 – abrisse uma brecha pela qual quicê pudéssemos nos esgueirar para obter uma mudança qualitativa em nossa história, agora se desvanecia (após 31 de março de 1964)¹¹.

As sociedades ex-coloniais vivem o pós-colonialismo como continuidade da condição colonial, condenadas a este destino pela divisão internacional do trabalho imposta pelo capital dominante. Na transição de uma etapa para outra, permanecem os desígnios imperialistas

¹⁰ FURTADO, Celso. A fantasia organizada. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991, p. 39, 63, 133, 139

¹¹ LIMA FILHO, Paulo Alves. Os cavaleiros da tétrica neblina, mimeo, São Paulo, 1993, p. 178.



A economia política do complexo agroexportador expressa a inexistência da nação, expressa o trânsito às asas protetoras de outra potência hegemônica, de um novo patrão, a que as exportações do complexo se dirigem de forma crescente. Por sua vez, os fundamentos materiais dessa economia política se expressam exclusivamente na agroexportação. É uma economia política de exaltação da agroexportação; e de uma tal radicalidade que se propõe, de fato, excluir o exercício da soberania estatal centralizada. A descentralização e o livremercado constituem, assim, nesse caso, a possibilidade de furtar-se ao estado nacional, de acoplar-se sem intermediários ao estado hegemônico. É uma economia política de um complexo agroexportador apendicular, antinacional, tendencialmente anexionista. Enfim, é uma economia política mais barata (para os interesses dos grandes fazendeiros da agroexportação, é óbvio). Os complexos agroindustriais e industriais das potências hegemônicas, sob a hegemonia do capital industrial (em rápida transição ao capital monopolista) capturam esse movimento antinacional do complexo agroexportador e o utilizam contra a reconversão nacional deste. Como se fora um dócil tacape contra os intentos de industrialização consciente. Uma espécie de neocolonialismo do capital industrial (e, posteriormente, do capital monopolista)¹².

Por força desses desígnios, são obrigadas a sobreviver sob ordens políticas democráticas constrangidas, nascidas de revoluções burguesas conservadoras, não restando a estas sociedades, para libertarem-se de sua sina subordinada, outra alternativa que liquidar a ordem conservadora e substituí-la por uma ordem democrática radical. Assim, nessas condições históricas, a superação das revoluções burguesas conservadoras só poderá ocorrer por meio de revoluções democráticas radicais.

Não há pajelança ou catequese que subverta a ordem capitalista miserável e a faça entrar no reino dos céus de um capitalismo virtuoso egresso de revolução burguesa radical. O desalento após o fracasso desenvolvimentista, liquidado com o ciclo de golpes de estado e pelo tsunami de ditaduras militares que delas se sucederam, enterraram também a ampla adesão aos projetos de revoluções políticas nacionais que se

¹² LIMA FILHO, Paulo Alves. op.cit. p.88.



desenhavam no horizonte. Foram substituídos pela pior das requeentadas ilusões, a de que uma democracia social poderia nascer do solo da miséria capitalista através de uma alternativa capitalista dentro da ordem conservadora.

Como fruto dessa ilusão, ao se manterem a fome, a miséria e as iniquidades características desses capitalismo da miséria, naturalmente minaram-se o prestígio da política e dos políticos. Após o fracasso de décadas de políticas de mitigação da fome, miséria e desigualdades socioeconômicas e legais, de entremeio a forte repressão estatal aos movimentos emancipatórios e ditaduras mais ou menos sanguinárias, em ciclos sucessivos a um só tempo obscurantistas e modernizadoras da subordinação imperialista, essas sociedades, enfim, desabrocharam para o canto da ultradireita politicamente fascista. A partir da ruptura do pacto político democrático entre as classes dominantes norte-americanas, essa vertente política tornar-se-á capaz de unificar mundialmente o vasto espectro reacionário e, enfim, disputar o poder político com as forças tradicionais, antigas ou novas.

Qual sofresse de doença autoimune, o liberalismo promove o colapso político do capitalismo. Com maior força o liberalismo dos capitalismo da miséria, prisioneiro da democracia conservadora, incapaz de ser convencido a saltar ao campo democrático radical, com pavor radical à rua e à revolução democrática. Fechada sobre si mesma, resultado de movimento autoprotetivo, marchará cada vez mais ao conservadorismo, tornando-a ainda mais vulnerável à religião fascista. A marcha à direita da democracia conservadora só fará aguçar nível da autoconfiança e violência fascista¹³. O temor da contrarrevolução neoliberal à revolução a faz vítima voluntária da revolução fascista. Na Itália fascista,

Under a strong government, austerity policies— fiscal, monetary, and industrial— served just such a purpose of protecting the wealthy capitalist minority in its capacity to save, invest, and ultimately profitwhile forcing the majority to consume less and work more." "...Sacrifice came in the double

¹³ DIXON, Ejeris. Fascism is rising, but it does not have to be our future. Truthout. 21 05 2023. Disponível em: <https://truthout.org/articles/fascism-is-rising-but-it-does-not-have-to-be-our-future/>



form of decreased consumption (which would reduce internal demand and prices) and decreased wages (which would reduce costs) to boost production and economic competitiveness. Such was the “recipe for the long- term general interest.” A fundamental step in this direction was to depoliticize the economy— that is, to abolish any form of state control so that wages would again be subject to impersonal market pressure rather than be prone to political contestation. Looking closely, it emerges that the fixation of the experts on balanced budgets and on curbing inflation had a *deeper* goal: reconfiguring the indisputability of capitalist relations of production, based (as we know) on the pillars of private property and wage relations.”

It seems clear that the austerity economists were not infatuated with Mussolini’s charismatic figure *per se*, but rather saw him as the right man at the right time to implement the principles of pure economics. And indeed, the economists did not hesitate to criticize Mussolini’s policies when the policies did not conform to austerity principles¹⁴.

Contudo, o obscurecimento da revolução democrática radical em prol da conclamação à revolução socialista se revela um freio teórico-prático no caminho da construção de um bloco democrático revolucionário e obscurecimento do real processo da revolução democrática radical dos trabalhadores. Como já vimos acima, os feitos, formas e significados real e fictício da trajetória da revolução radical que se proclama socialista evidenciam a necessidade de entender esse processo como revolução comunista prematura, único meio de faze-la aportar no limiar da fase anticapital. Sem o domínio teórico desse processo será impossível sair do falso labirinto posto pela teoria da revolução socialista, tal como desejava Engels em 1853, quando ainda tal teoria não havia contaminado o movimento, porém como resposta à possibilidade muito real de chegada do partido proletário ao poder sem que as condições para a revolução comunista colocassem na ordem do dia da revolução democrática radical dos trabalhadores a transição comunista em sua fase anticapital.

¹⁴ MATTEI, Clara. The capital order. How economists invented austerity and paved the way to fascismo. The University of Chicago Press, 2022 p. 211, 233, 252. ; ver também: Marques, Luiz. Bolsonarismo e fascismo. A terra é redonda, 19 05 2022.



Somente a *teoria da transição comunista posta pela revolução democrática radical dos trabalhadores, enquanto revolução comunista prematura*, poderá dissipar a densa neblina que se abateu sobre o movimento revolucionário mundial em virtude da transformação da teoria da revolução socialista em expressão oficial desse movimento e da autoliquidação da URSS como consequência inevitável dos fundamentos dessa falsa teoria. Essa ideologia subversiva da concepção de Marx, somente faz reiterar os impasses das revoluções na órbita das nações neocoloniais do mundo ex-colonial, assim como dos países capitalistas do campo das revoluções burguesas conservadoras. Igualmente, ao negar o caráter universal e obrigatório dessas autoproclamadas revoluções socialistas não comunistas que negam a emancipação dos trabalhadores e, depois de ingentes sacrifícios de seus povos retornam ao leito do capital, a teoria da transição comunista retira o futuro do limbo da vergonha, desprezo e humilhação históricas, e o faz novamente brilhar como necessário projeto coletivo da humanidade, mergulhada nesta sua fase desfuturizada e prenhe de ameaças de sua extinção seja pela escalada da guerra nuclear, da devastação ambiental que socava os fundamentos da vida no planeta ou da degradação humana em escala planetária, assolada pelo novo capital financeiro, criador de novas forças produtivas capazes de lançar a maioria da massa trabalhadora no nada do desemprego e da precarização do trabalho, da fome e miséria em proporções incontrolláveis.

Desse modo, o movimento revolucionário não está condenado a oferecer à humanidade o triste espetáculo da emancipação do estado e alienação da massa trabalhadora como resultado de suas revoluções democráticas radicais, a negar os sacrifícios da luta de gerações contra o capital, o imperialismo e suas iniquidades. Ao contrário, o movimento comunista pode retomar seu veio emancipador, arrebatado pelas vicissitudes históricas da sua primeira fase, quando tentou superar o capital e as particularidades de suas nações capitalistas subordinadas ao imperialismo e imersas na incompletude de seus capitalismo miseráveis.

São Paulo, 5 de fevereiro a 24 de maio de 2023.



Ensaaios Críticos



Geopolítica da Destruição: uma nova (des)ordem geopolítica mundial

Marcelo Micke Doti¹

Resumo

O artigo pretende analisar, inicialmente, a situação brasileira antes e durante os momentos de surgimento da Nova Ordem Mundial nos anos 1990 e seus significados internos em termos de sociedade, economia e política e os grandes os grandes interesses em jogo. Com isso é dado o objetivo deste: a geopolítica como expressão dos interesses e lutas internas marcadas pelas classes sociais. Esse objetivo não constitui novidade alguma, pois, neste ponto, liga-se à tradição de Carl von Clausewitz: não só a guerra, mas seus processos condutores espaço-sociais (geopolítica) são extensões ou continuações da política por outros meios. Para conduzir este processo o artigo percorrerá questões socioculturais do Brasil, as transformações políticas e econômicas pós-ditadura de 1964 e, através desta análise, induzir uma análise geopolítica marxista conducente ao agora-já da ordem internacional posta.

Palavras-chaves: Geopolítica; Conflitos sociais e inserção global; ordem geopolítica mundial

¹ Professor e pesquisador em regime integral (RJI) do CPS (CEETEPS) do Estado de São Paulo na Faculdade de Tecnologia (Fatec/Campus Mococa) e psicanalista (em formação). O campo intelectual de meus estudos configura-se especialmente nas interfaces entre filosofia da tecnologia, sociedade e formas atuais de sujeição. Isso envolve e articula de maneira muito especial a filosofia, a crítica social e a psicanálise com suas potencialidades de intervenção nesta crítica não sendo apenas, mas também, um campo clínico. Dentro desta perspectiva dá-se, então, estudos relacionados com as TICs e suas modalidades, suas configurações sobre os indivíduos dentro de uma sociedade de controle e de modulação das subjetividades, afetando tanto em seu fazer psíquico como também em seus atos educacionais fortemente imbricados. Isto é altamente relevante quando se fala em mundo digital e educação, sobretudo a depender qual o conceito de educação está em evidência: educação como formação e engajamento de sujeitos em complexidades da realidade histórica e social a lhe permeiar a existência. Formado em Ciências Econômicas (Unesp/FCLAr), mestrado em Filosofia Política (Unicamp/IFCH), mestrado em Sociologia (Unesp/FCLAr), doutorado em Planejamento de Sistemas Energéticos (Unicamp/FEM) pós-doutorado em Pesquisas Energéticas (UFABC/CECS). | marcelo.micke@uol.com.br



Resumen

El artículo pretende analizar, inicialmente, la situación brasileña antes y durante los momentos de surgimiento del Nuevo Orden Mundial en la década de 1990 y sus significados internos en términos de sociedad, economía y política y los grandes intereses en juego. Con ello, se da el objetivo de este: la geopolítica como expresión de intereses y luchas internas marcadas por las clases sociales. Este objetivo no es nada nuevo, ya que, en este punto, se vincula con la tradición de Carl von Clausewitz: no sólo la guerra, sino sus procesos socioespaciales (geopolítica) son extensiones o continuaciones de la política por otros medios. Para conducir este proceso, el artículo abordará cuestiones socioculturales en Brasil, las transformaciones políticas y económicas después de la dictadura de 1964 y, a través de este análisis, inducir un análisis geopolítico marxista que conduzca al ya del orden internacional.

Palabras clave: Geopolítica; Conflictos sociales e inserción global; orden geopolítico mundial.

Abstract

The article intends to analyze, initially, the Brazilian situation before and during the moments of emergence of the New World Order in the 1990s and its internal meanings in terms of society, economy and politics and the great interests at stake. With that, the objective of this is given: geopolitics as an expression of interests and internal struggles marked by social classes. This objective is nothing new, since, at this point, it is linked to the tradition of Carl von Clausewitz: not only war, but its social-spatial processes (geopolitics) are extensions or continuations of politics by other means. To conduct this process, the article will cover sociocultural issues in Brazil, the political and economic transformations after the 1964 dictatorship and, through this analysis, induce a Marxist geopolitical analysis leading to the now-already of the international order.

Keywords: Geopolitics; Social conflicts and global insertion; world geopolitical order.

*“Uma notícia está chegando lá do Maranhão.
Não deu no rádio, no jornal ou na televisão.
Veio no vento que soprava lá no litoral
de Fortaleza, de Recife e de Natal.
A boa nova foi ouvida em Belém, Manaus,
João Pessoa, Teresina e Aracaju
e lá do norte foi descendo pro Brasil Central
Chegou em Minas, já bateu bem lá no sul!*

*Aqui vive um povo que merece mais respeito!
Sabe, belo é o povo como é belo todo amor.*



*Aqui vive um povo que é mar e que é rio,
E seu destino é um dia se juntar.
O canto mais belo será sempre mais sincero.
Sabe, tudo quanto é belo será sempre de espantar.
Aqui vive um povo que cultiva a qualidade,
ser mais sábio que quem o quer governar!*

*A novidade é que o Brasil não é só litoral!
É muito mais, é muito mais que qualquer zona sul.
Tem gente boa espalhada por esse Brasil,
que vai fazer desse lugar um bom país!
Uma notícia está chegando lá do interior.
Não deu no rádio, no jornal ou na televisão.
Ficar de frente para o mar, de costas pro Brasil,
não vai fazer desse lugar um bom país!”*

Milton Nascimento & Fernando Brant,
Notícias Do Brasil (Os Pássaros Trazem)

1. A ordem do capital e o Brasil de quem?

A música e a letra acima postas como epígrafe significam muito para os anos pós-ditadura no Brasil. A um olhar histórico de longos fôlegos de duração – a semelhança da ideia e expressão postas com *longue durée* não são aqui mera coincidência, mas em nada importa para o desenvolvimento do texto sendo mera curiosidade – a ditadura militar, ou melhor e mais preciso, ditadura civil-empresarial-militar, não ocorreu há tanto tempo. Mas ao olharmos para a letra e sua data (o álbum *Caçador de Mim* é de 1981) temos quase meio século. No entanto, convenhamos, tempos históricos, datas, durações, são bastante relativos: assentam-se em percepções e interpretações que dependem do viés de classe e este é que será colocado no presente texto.

Certa vez, em aula no mestrado com o professor Octavio Ianni, disse ele ao comentar um ensaio de Adorno: “percebam [nós, os alunos] como logo em seu início o autor impacta o tema que exporá, tudo que pretende desvelar”. Certamente não eram estas as palavras exatas, mas ficou-nos o *espírito* da fala – literalmente, ficou-nos, pois ao deixarmos a aula,



comentamos sobre sua lucidez e clareza. Este espírito ficou. Não se pretende Adorno este autor, mas o primeiro parágrafo intencionou explicitar uma sensação vivida e, ao mesmo tempo, uma situação socioeconômica e política que pode ser próxima ou longínqua, depende apenas do sujeito social a narrá-la, senti-la ou vive-la.

Em 1981 vivia-se sobre a ordem forte da ditadura em seu processo de “desfazimento”. Não se sustentava mais e por uma série de fatores. Outro professor de tempos de mestrado, Fausto Castilho, elencava, entre eles, a miserabilidade e a indigência (palavras nossas) da elite militar² brasileira que não soubera como contornar a crise mundial a se instalar no mundo e sua recepção no Brasil, a perda do controle econômico e das políticas monetárias com a inflação galopante a estourar em hiperinflação 10 anos depois. Enfim, não é este o foco: expressou-se aqui tão somente esboços do processo. Parte dessas linhas serão resgatas depois, mas apenas partes.

A canção inseria-se, portanto, neste processo de uma ordem socioeconômica e política nova que se vislumbra.³ Em 1982, aconteciam as

² Sobre o conceito e a explanação sobre elites há uma gama vasta de textos e linhas. Indicamos *A Elite do Poder* (MILLS, 1981) e *Sociedade, Natureza e Energia* (DOTI, 2008).

³ Seria quase desnecessário dizer, mas convém fazê-lo para evitar a grande função da linguagem segundo Lacan: o mal-entendido. Aproximar teoricamente uma canção popular com os movimentos sociais, econômicos e políticos exige pensar *temporalidades, sensações, percepções* desiguais e diferentes (estrutura de sentimento). Seria ao mesmo tempo algo como uma *Weltanschauung* com um *Zeitgeist*. Ambos são, hegelianamente pensando, formas abstratas, universais abstratos e sem concretude histórica, ou seja, ausência de determinações. Marx assim também o fizera, em outros termos, pensava, neste ponto, hegelianamente: *O Capital* é expressão desse fundo (atenção, “fundo”, não determinação) e não uma aposta apenas em uma luta sem sentido e inócua como fizeram os ludistas, por exemplo. Mesmo assim, a aproximação feita aqui no artigo encontra respaldo com determinados movimentos culturais explicitados nos próprios meios de comunicação de massa, com destaque para a mídia corporativa. Pensar que a conservadora *Folha de São Paulo* (sim, conservadora, ao contrário da “imagem” que durante décadas tal mídia “vendeu” de si) foi dos jornais mais ativos durante a campanha para eleições diretas e sua movimentação de rua. Notar bem esse amálgama: órgão de imprensa de certo relevo na classe média-alta, movimentação de ruas e campanha política para as *Diretas Já*, cantores, intelectuais, artistas, jogadores de futebol etc. ligados à movimentação de massas (Milton Nascimento estava entre eles), transformações em costumes expressos em novelas, Brock (rock brasileiro) renascendo com músicas incisivamente críticas e, por isso, censuradas (mas que todos acabavam ouvindo). Adicionar (notar: *adicionar* e não *totalizar* que necessitaria de estudo específico) esses



primeiras eleições para governador no país após 1964 e o Partido dos Trabalhadores (PT) concorria com Luís Inácio da Silva que somente posteriormente viria incorporar o Lula. Em São Paulo, a oposição ganha com o MDB transformado em PMDB com Franco Montoro. No Rio com Leonel Brizola (PDT) e em Minas com Tancredo Neves (PMDB) a oposição também viria a ganhar mesmo o PDS (egressos da antiga Arena, partido de base da ditadura e dos militares, ao contrário do MDB que se tornara um agregado de conservadores não militares até membros do PCB) tendo feito a maioria dos governadores. A ditadura ainda não estava em seu fim e deixava marcas nesta eleição com o “voto vinculado”: a votação devia ser em todos os candidatos de um mesmo partido (governador e vice deveriam ser do mesmo partido e ainda se deveria votar em deputados federal, estadual e senadores, todos do mesmo partido).

Em 1989 – depois de um processo tumultuado de um presidente civil (José Sarney) chegando ao poder em 1985, sem eleições diretas, por meio do colégio eleitoral e com as ameaças militares rondando uma democracia querendo ser parida (Newton Cruz, um dos expoentes máximos da repressão militar, truculento – paroxismo para os militares – e golpista tenta barrar um civil de assumir a presidência) – temos, por fim, eleições diretas para presidente. Antes disso, após 1985, com um presidente civil e uma democracia ainda por ser feita, temos o processo constituinte e uma nova carta magna em 1988 consagrando direitos civis e populares bem mais abrangentes, mas deixando alguns problemas em aberto. Nestas eleições ocorre o “fazimento”, a construção de um candidato pelas elites e sofrendo um processo de impeachment (Fernando Collor de Melo). O mais importante para este artigo: inicia-se o processo pelo qual a economia brasileira irá se abrir para o capital rentista, seja pelas privatizações – anunciadas e “pedidas” há muito tempo⁴ –, seja posteriormente com o Plano Real e o governo desastroso de FHC.

elementos nos permite a aproximação feita no artigo da canção com o momento histórico.

⁴ O sentido de “pedidas” aqui é muito claro: o ato de pedir é um ato de alguém e, em uma sociedade de classes, significa que “alguma classe pede”. Os grandes conglomerados estrangeiros, seus financiadores (bancos) e os conluíus nacionais que assaltam o patrimônio público de todas as formas – não só pela compra espúria, mas por meio de financiamentos do BNDES para compras (BIONDI, 2003; LAZZARINI, 2011) – influem de todas as formas para assaltar o poder econômico massivamente. Leia-se massivamente em dois sentidos: tanto agindo descaradamente por meio do



Chegam os anos 1990 e a crise e fim do socialismo real anunciam uma Nova Ordem Mundial (NOM). Em terras tropicais brasileiras muitas questões foram colocadas. Debates sobre a NOM juntavam-se a mais debates sobre a “morte de Marx” (desde sua morte real em 1883 até hoje, quantas vezes o velho revolucionário não foi morto...) e as novas conjunturas: o Brasil e a globalização. Neste ponto resgataremos vários fios que se puseram ao longo desta primeira parte para fechá-la.

2. Inserção global pela subordinação... ao capital

Nada diferente aconteceu em termos de processos ou programas ideológicos, economia e inserção brasileira na globalização que se anunciava com Collor e amadurecerá em FHC. A inflação foi suprimida por meio de um projeto político-econômico chamado Plano Real, mas nada revelava de novo dentro das nossas velhas narrativas de classe: as elites brasileiras curvando-se e aviltando-se à mediocridade subordinada novamente com os planos de privatizações, “invasão” financeira externa pelo controle dolarizado da inflação com a URV/Real e os juros altos para conter crises externas equilibrando as “contas” do país, ou seja, o balanço de pagamentos apenas na parte das entradas financeiras especulativas. Não é preciso dizer a distorção que isso veio causar na dívida pública e sua proporção em relação ao PIB. Mas “os mercados”, como sempre e até hoje, ficaram imensamente satisfeitos.

Neste ponto daremos um “pulo” e passaremos com poucas “pinceladas” ou esboços sobre os anos dos governos PT. Destacaremos tão somente alguns pontos que servem para continuar a articulação objetivada entre os contornos da ordem geopolítica anunciada desde as transformações do leste europeu e URSS com sua configuração já posta dentro dos anos 1990 – a NOM e o poder hegemônico dos Estados Unidos

poder econômico e lobbies, como pelas mais deslavadas propagandas televisivas e em massa (veja o documentário do cineasta Sílvio Tendler, *Privatizações: a Distopia do Capital*). Ver também Jessé Souza e sua crítica incisiva nessa construção “teórica” feita no Brasil de que o privado é sempre melhor. Mais: não devemos esmorecer, pois o mesmo processo continua bastando para isso ver o governo de Jair Bolsonaro/Paulo Guedes e o “neoliberalismo hard”, como nos diz Vladimir Safatle, bem como as atuais investidas da mídia corporativa (ou PIG, Partido da Imprensa Golpista, como dizia Paulo Henrique Amorim) sobre o governo Lula 3 e críticas sobre nenhum processo de “desestatização”.



definido militarmente (por meio da OTAN não extinta com a desintegração da URSS e do Pacto de Varsóvia: ao contrário, será cada vez mais intensificada) e economicamente através da globalização (singela palavra-valise a esconder a mundialização financeira e a submissão mundial à ordem neoliberal: não à toa na tradição francesa temos um termo muito mais coerente, *mundialização*) – e as relações internas, relações sociais e políticas do Brasil.

Não se trata de aprofundar uma detalhada análise dos governos do PT, seus diferentes momentos, seus jogos dentro da *Realpolitik*, suas crises e tensões. Dentro do escopo a que se destinou este artigo são essenciais as relações socioeconômicas e como estas estão em conformidade com as grandes linhas de estrutura e estruturação da ordem geopolítica desde a redemocratização brasileira até as figuras atuais.

Em primeiro lugar, entre os pontos a se destacar, temos os conflitos enfrentados pelo próprio Partido dos Trabalhadores. Poder-se-ia falar em “capitulação” do PT ao mercado.⁵ A história do Partido dos Trabalhadores se confunde com as lutas no Brasil pela redemocratização e, ao mesmo tempo, com a história da inserção do país e, conseqüentemente do partido, dentro dos marcos de fenômenos geopolíticos importantes: as aberturas econômicas e a submissão imperial aos mercados via Consenso de Washington (ou simplesmente globalização dentro da ordem das grandes finanças e dos EUA em particular) juntamente com a derrocada do socialismo real. Dentro destes marcos o partido, ao longo dos anos 1990, especialmente, terá que se definir: socialista, comunista, revolucionário, partido de massas, partido da ordem? Muitas serão as conjunturas e amplos espectros institucionais e estruturais em que ele terá que se colocar e se definir. Mais claramente ainda após as sucessivas derrotas seguidas em três eleições.⁶

⁵ Novamente, neste ponto seria essencial “transar/tramar” uma narrativa da história e das lutas internas do partido, suas vertentes e tendências, as tendências dominantes, dissidentes do partido, motivos dessas lutas internas entre tantos outros imbrólios das lutas internas, especialmente nos anos 1990, ou seja, após as derrotas presidenciais de 1989, 1994 e 1998, mas que ocorria antes, nos anos 1980, também. No entanto, não é o foco deste trabalho.

⁶ As histórias dessas eleições seriam um capítulo à parte, porém totalmente conexas com a narrativa em sentido de um discurso dentro da NOM e da geopolítica como se faz aqui. Essas derrotas e a história do partido marcariam e marcam etapas de transformação do PT e suas posturas dentro do âmbito institucional e estrutural



Em todo caso há sempre, em qualquer formação partidária um perene hiato entre suas propostas e projetos – especialmente no caso de projetos nacionais – um hiato entre ele e suas práticas políticas, seu jogo dentro do tabuleiro parlamentar e dos acordos. A questão em grande parte será aqui o quanto se pretende fazer a *Realpolitik*: atuar dentro das estruturas destas pode aumentar grandemente o hiato dos projetos e a condução comezinha da política. Neste caso, o PT preferiu em seus múltiplos e complexos jogos internos e parlamentares articular-se muito bem às elites, sem reformas financeiras, renegociação soberana da dívida pública, efetivas reformas agrárias e urbana entre tantos outros. Programas bem-sucedidos, sem dúvida, de distribuição de renda e inclusão social foram implementados e deveriam e devem ser feitos: não se menospreza a pobreza e a miséria gratuitamente sem perda política e da própria razão humana – é isso que faz determinada esquerda perdida em conflitos teóricos e práticos e diante do fascismo capitula ao propor nulidade do voto.⁷ No entanto, isso tem sua outra figuração ou inscrição histórica e social: com o PT o Brasil se inscreve mais efetivamente dentro da NOM sob domínio do capital e sua reprodução.

Outro ponto a se destacar dentro deste “pulo” ou capturas em *pizzicato* dos governos PT é o “abençoado maldito” pré-sal. Certa vez em companhia do Prof. Sinclair – homenageado já justamente no número xxx desta revista – fomos assistir a um colóquio, uma pequena conversa com apenas alguns professores em um auditório bastante restrito dentro do PPGE (Programa de Pós-Graduação em Energia)⁸ da USP. Lá estava para nos falar o brilhante economista Carlos Lessa. Entre as muitas articulações conceituais foi que, quase ao final da conversa, ele nos falar justamente isso:

brasileiro e reflete-se nas suas escolhas geopolíticas como estamos presenciando agora com Lula 3.

⁷ Nota necessária e, dentro da totalidade e em seu nome, fundamental: quando pensamos em todas as lutas sociais e de classes movidas para conseguir um ato tão simples, outrora em um papel e agora, no Brasil, de forma digital (tão vilipendiada pelo fascismo da ordem atual da política brasileira) que é votar observando a *longue durée*, haveria muito mais respeito a este ato e perceber-se-ia melhor as mediações, determinações e particularidades deste ato dentro do Brasil do “ultra-já”. Esquecem, algumas esquerdas em geral e certos marxistas em particular, que Marx releu toda a *Ciência da Lógica* antes da escrita de *O Capital*. Reflexo maravilhoso disso é o famoso posfácio da segunda edição alemã (Marx, 1973).

⁸ É o Programa Interunidades, vinculado às unidades IEE, IF (Instituto de Física), FEA (Faculdade de Economia e Administração), e EP (Escola Politécnica) e desde 2014 se tornou Programa do Instituto de Energia e Ambiente da USP.



“o pré-sal pode ser uma benção ou uma maldição para o Brasil”. E a “profecia” se revelou pelo seu lado mais nefasto. E ele tinha razão ainda no governo Dilma quando o campo de Libra foi a leilão.

Temos ainda mais que isso – claro, como se esse “isso” não bastasse para colocar um último prego no caixão do partido que levantava esperanças, nunca socialistas para quem conheceu e conhecia a trajetória do PT, mas não esperava tanta submissão ao capital e a sua ordem geopolítica internacional vinda com estratégias de dominação e controle de espaços, porém também com o bom tacão dos agenciamentos neoliberais. Neste “ainda mais” havia o elemento geopolítico de controle de espaços referido acima.

Em 2008 a 4ª frota da marinha de guerra dos Estados Unidos foi reativada (MORAIS, 2019). O pré-sal foi anunciado em 2007. Evidentemente: não podemos fazer correlações diretas, pois não seriam correlações, porém pura ilações. No entanto, a 4ª frota fora desativada em 1950. Fora criada durante a II Guerra Mundial, em 1943, e desmobilizada em 1950. Justificava-se a sua presença em função das ocupações oceânicas dos nazistas na América latina, porém com a vitória dos aliados essa força beligerante foi desarticulada: os líderes políticos de direita estavam aliados aos EUA. Mas não havia apenas o pré-sal: Hugo Chaves chega ao poder em 1999 governando um país com campos petrolíferos incalculáveis especialmente após as descobertas e exploração não mais em Maracaibo, mas sim no Orenoco. Em 2002 sofre pressão e anuncia-se mais um dos golpes conhecidos em Latinoamérica. Em seu lugar assume a presidência – pasmemos de tão esdrúxula a situação como o recém autoproclamado presidente Juan Guaidó – o líder da entidade patronal *Fedecámaras*, Pedro Carmona: tal entidade é uma espécie de FIESP venezuelana. Na Bolívia, com as eleições de dezembro de 2005, Evo Morales vence com maioria absoluta, tornando-se o primeiro presidente de origem indígena assumindo o poder em 22 de janeiro de 2006. Enfim, temos um quadro de estreitamento das possibilidades de controle geopolítica dos espaços sobre riquezas minerais imensamente necessárias para os projetos das elites políticas do Estados Unidos e seu bom e velho costume de resolver tudo no tacão, o velho *big stick*.

Diante desses quadros percebemos indicações e não mais ilações e, em termos de Brasil, podemos já falar com certa objetividade das intenções da reativação da 4ª frota da marinha dos Estados Unidos. Em reportagem de 02 de julho de 2008 o presidente Lula pede explicações sobre a reativação



da 4ª frota da marinha dos Estado Unidos (BBC, 2023). Há análises e indicações por meio dos recursos metodológicos do marxismo relacionando o golpe de 2016 contra a presidente Dilma Roussef com a rearticulação da 4ª frota (MONTYSUMA, 2019). Outras indicações instalam-se direto sobre a relação 4ª frota e o pré-sal (CONTEE, 2023). Com movimentos e tentáculos que se ligam a esse cenário (especialmente com intuito de destruir construtoras brasileiras e abrir o mercado nacional às estrangeiras)⁹ ainda temos a operação “Lava-Jato”, a corrupção generalizada do judiciário, sua instrumentalização para construir um golpe com viés parlamentar e a influência direta dos Estados Unidos (UOL, 2023). Enfim, podemos contar com a competência de David Harvey em *O Novo Imperialismo* (HARVEY, 2005): “tudo por causa do petróleo” é o título do capítulo de abertura do livro, mas que poderíamos também resumir de outra forma, ou seja, “é o petróleo, seu idiota”.

Diante do quadro articulado acima entre os processos socioeconômicos do Brasil, suas configurações políticas e as estratégias internacionais de dominação sejam econômicas, sejam os agenciamentos de espaço de controle, vemos de 2016 até 2018 preparar-se um cenário para a catástrofe fascista (STANLEY, 2018)¹⁰ do último regime presidencial e sua representatividade de “neoliberalismo hard”. Durante o governo Bolsonaro,

⁹ “A ‘Operação Lava Jato’ da Polícia Federal revelou a existência de uma possível organização criminoso envolvendo empreiteiras e empresas estatais na realização de obras públicas e prestação de serviços de infraestrutura no país. Essas práticas afetam negativamente a capacidade de crescimento da economia, bem como a estabilidade do Estado de Direito e da democracia representativa” (MENDES, 2015). Nenhuma novidade ao pensarmos na destruição do Iraque e a infraestrutura petrolífera totalmente refeita pelos contratos com a Halliburton cujo CEO à época era o vice-presidente dos EUA, Dick Cheney.

¹⁰ Bastante importante e curioso no livro é que Jason Stanley não está interessado do fascismo histórico, as condições, conjunturas e estruturas do seu surgimento dentro da crise do capitalismo dentro dos anos 1920-1930. Poderíamos fazer correlações entre aquele momento de crise e a crise estrutural atual e os avanços sistemáticos e constantes da extrema-direita (fascista) no mundo contemporâneo. O que Stanley deseja e mostra de forma muito clara em seu livro e por isso citado aqui é o fascismo como *técnica de poder*. Neste ponto temos perigos imediatos se fizermos uma explosiva correlação: crise capitalista, as técnicas de poder do fascismo e as atuais formas de comunicação que permitem açambarcar uma quantidade gigantesca de pessoas fanatizadas mobilizando, portanto, elementos culturais para dentro das formas e técnicas de poder. A cultura como força produtiva – materialismo cultural (WILLIAMS, 2011) – muito específica: mobilização ideológica sub-reptícia e violenta.



além da destruição neoliberal e típica do fascismo (CHAMAYOU, 2020)¹¹ ainda passamos à esfera total de submissão aos Estados Unidos. Para ser mais caricatural com todas as pantomimas do ex-presidente-joia: bater continência para a bandeira dos Estados Unidos e esperar à época o presidente Donald Trump sair de seu discurso na ONU apenas para lhe falar “I love you”.

Claro, toda essa pantomima, fanfarrice e histrionismo configuram-se como um argumento *ad hominem*, por um lado. Por outro lado, não somos tolos para crer que seja automático e de pura crença que Bolsonaro o fez e continua a fazer o que faz: planejadamente mantém seus “seguidores” fanatizados e imunes a qualquer forma de argumentação. Importante para o discurso e a narrativa deste artigo é o feito como estrutura: a convergência configuradora dos processos geopolíticos de controle dos espaços e suas necessidades articulados com os processos econômicos por meio das finanças e, neste caso, o neoliberalismo levando-nos a falar de ordem

¹¹ O livro de Chamayou é essencial neste ponto em vários sentidos. Além de dissecar o neoliberalismo e sua relação com a governabilidade social e o uso do conceito de Foucault de *governamentalidade* por meio do qual o neoliberalismo vai se colocando como resposta não só econômica, mas resposta política aos anos “quentes” das revoltas populares na década de 60. Por esse caminho é dissecado exemplarmente a necessidade das desregulamentações econômicas como formas de poder. Porém temos uma outra questão importante aqui: servindo-se de documentos governamentais e empresariais, vai nos mostrar a orquestração desse “liberalismo autoritário”, mostrar-nos que ele não é novo e suas raízes remontam ao debate entre o jurista antifascista Hermann Heller e Karl Schmitt em 1933. Poderíamos arriscar e dizer – e acreditamos que sem errar muito – o sistema movido pela lógica do desenvolvimento através do capital, o capitalismo, essencialmente é fascista e autoritário e foram poucos o momentos no qual este foi democrático, distribuiu renda e bem-estar social e, dentro da geopolítica, não provocou guerras. Ilustrar essa afirmação e esse questionamento pode ser muito interessante com o documentário de 2009 de Michael Moore, *Capitalism, a love story*. Temos relatos absurdos e chocantes do abuso financeiro sobre a vida das pessoas, bem como a demonstração do governo dos Estados Unidos sendo tomado por gestores da Goldman Sachs (chegando a ser chamado de “governo da Goldman Sachs”). Dentro desta nota, no entanto, o mais importante: próximo aos 56 minutos do documentário, Stephen Moore (nenhum parentesco com o documentarista), colunista e membro do conselho editorial do *Wall Street Journal*, “Bíblia da América Corporativa” e dos financista, declara “acho que o capitalismo é muito mais importante que a democracia” e “nem sequer acredito muito na democracia”. Sim, em frases curtas e a “queima roupa” como essas é que esses “senhores das finanças globais” revelam suas verdadeiras intenções e ideologias.



geopolítica neoliberal. Tal ordem seria neste caso figurada e estruturada pela hegemonia dos Estados Unidos, suas finanças e sua máquina de guerra.

Poderemos fechar este item e abrir para o último deste artigo com a música de Milton Nascimento e Fernando Brant que o epigrafam. O “Brasil não é só litoral! É muito mais, é muito mais que qualquer zona sul” e precisaria aprender (evidente, não “O Brasil”, mas suas elites de cunho colonial) inserção global dentro dos arranjos geopolíticos internacionais através, primeiro, de processos de desenvolvimento populares para além da “zona sul” e seu olhar triste por morar “aqui e não lá”. Como as elites de controle socioeconômicas do país só querem olhar para o “lá” e não os problemas populares de desenvolvimento, deveriam deixar aos trabalhadores organizados cuidar de seus interesses, pois “aqui vive um povo que cultiva a qualidade” e é bem “mais sábio que quem o quer governar!”

3. O que se desenha agora: conclusão em chave de destruição

Em 1985 tomava-se como fato o declínio da hegemonia dos Estados Unidos. Acreditava-se numa ordem policêntrica. Nesta época, Maria da Conceição Tavares demonstrava que isso não era verdadeiro. Na contramão do consenso vigente sobre os movimentos em curso de desregulamentação financeira da economia internacional, mostrava-se que isso não era fruto de um processo econômico espontâneo. Ao contrário, era parte de um esforço bem-sucedido de restauração da hegemonia mundial dos Estados Unidos (TAVARES, 1997).

Em isto é verdadeiro: todo um processo de hegemonia foi retomado com as ativações institucionais de algo não espontâneo, a *globalização*. Aliás, já assinalado anteriormente neste artigo, a globalização aparece como fruto de um processo econômico automático, espontâneo como o discurso econômico e suas ideologias se esforçam por calcar tal como as várias vias de acesso à industrialização dos muitos países do mundo quando avançam pela senda de suas industrializações. A globalização nada tem de espontânea: é processo calculado para abertura de mercados financeiros, privatizações, instrumentalização do Estado via mecanismos da dívida pública além de toda uma série de benefícios das elites do poder em direção



aos múltiplos mecanismos pelos quais desmonta-se cada vez mais os instrumentos de políticas públicas e políticas econômicas.¹²

No plano geopolítico do controle de espaços os Estados Unidos vieram promovendo formas cada vez mais sutis de afronta e conquista do poder por meio das chamadas “guerras híbridas” (KORYBKO, 2018) ao longo das últimas décadas.

A questão atual, no entanto, são outras e mais problemáticas: a hegemonia dos EUA vem sendo desarticulada por um lado com os questionamentos cada vez maiores do dólar como moeda mundial. Exemplos disso são não apenas declarações atuais do presidente Lula, mas também reuniões como a do G-20 em Londres em maio de 2009 no qual a hegemonia da moeda americana era posta em questão nas transações internacionais. O ex-presidente ou ex-ditador – a depender do momento da história e seus lados – Saddam Hussein havia transformado a venda de seu petróleo em euros no intuito de fazer dessa moeda o padrão de reserva internacional de seu país. Sim, a questão é o petróleo, “seu idiota” como citado acima, porém também como ele é negociado. Muammar al-Gaddafi, segundo consta, tencionava proceder a uma união africana e a formação de uma moeda única.

Em tudo isso temos um processo único, porém de dupla cabeça: por um lado os processos geopolíticos (e de guerra se necessário) para controle de espaços privilegiados, espaços que possam garantir abastecimentos de matérias-primas (como o petróleo e minérios) para as grandes corporações americanas e suas afiliadas mundiais em uma rede intrincadíssima de formação de conglomerados e grandes grupos produtivo-financeiros; por outro lado esses processos da geopolítica (o espaço é político, pois sobre o espaço há configurações sociais e controles de poder) acorrentados às necessidades da finança globalizada, leia-se, das finanças desreguladas e com Estados soberanos cedendo sua hegemonia sobre a moeda, as políticas públicas, econômicas e garantindo amplos desenvolvimentos de capital especulativo.

Por meio de todo esse panorama é que a nova ordem mundial aberta com o fim da guerra fria e da URSS, surgia no horizonte político, geopolítico,

¹² Ver o atual caso brasileiro com a independência do Banco Central e suas investidas conservadoras com taxas de juros escorchantes e para além de qualquer patamar de sustentação produtiva. Acrescente-se a velha ortodoxia ideológica com “ares de ciência” que as taxas de juros inibem a inflação.



ideológico (como o fim da história) e econômico como a era dos Estados Unidos. Não foi e não é bem isso que se anunciou: os Estados Unidos e suas imbricadas elites militares e civis aprofundam cada vez mais o cerco sobre a Rússia, por exemplo, com a abusiva expansão da OTAN e as raízes do confronto com a Ucrânia, os apoios a governos de extrema-direita que automaticamente se alinham à OTAN (como recentemente a Finlândia); mas também o cerco à China com escalda militar na Austrália entre tantos outros pontos. E isso não deve parar: a ordem mundial dos Estados Unidos é a ordem do poder sobre espaços por meio de bases militares (JOHNSON, 2007) e controle deles, bem como garantir a hegemonia de sua moeda.

A nova ordem mundial (NOM) revelou-se bem menos do que a pátria do norte tencionava e se alguma coisa está "fora da ordem mundial" como nos diz Caetano Veloso em uma de suas canções, é o próprio e velho "tacão" do poder e das guerras estadunidenses. As opções de geopolítica e *démarche* econômica dos Estados Unidos ficam mais curtos e mais destrutivos: em última instância, será a guerra como nos ensina Clausewitz.

Referências

- BBC. Lula quer explicações dos EUA sobre Quarta Frota. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/07/printable/080701_lulamercosul_mc_ac > Acesso em: 27 abr. 2023.
- BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado**: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- CHAMAYOU, Grégoire. **A sociedade ingovernável**: uma genealogia do liberalismo autoritário. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- CONTEE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino). Estrategista militar vê 4ª Frota como ameaça real ao pré-sal. Disponível em: <<http://www.contee.org.br/noticias/msoc/nmsoc387.asp>> Acesso em: 22 abr. 2023.
- DOTI, Marcelo Micke. **Sociedade, natureza e energia**: condições estruturais e superestruturais de produção no capitalismo tardio. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 2008.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.
- JOHNSON, Chalmers. **As aflições do império**: militarismo, operações secretas e o fim da república. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2007.



- KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas**: das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2018.
- LAZZARINI, Sérgio G. **Capitalismo de laços**: os donos do Brasil e suas conexões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- MARX, Karl. **El capital**: crítica de la economía política. Tomo I. Habana: Instituto Cubano del Libro, 1973.
- MENDES, M. J. Restrições Legais à Abertura do Mercado Brasileiro de Projetos e Serviços de Engenharia. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/ CONLEG/Senado, março/2015 (Texto para Discussão nº 171). Disponível em: <www.senado.leg.br/estudos> Acesso em: 31 mar. 2015.
- MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- MONTYSUMA, Anna Marina Paes. A rearticulação da quarta frota e o golpe no Brasil. In: XVII Congresso Internacional FoMerco (Fórum Universitário Mercosul). Foz do Iguaçu, 2019.
- MORAIS, Josiel Francisco Santos de. Quarta Frota Avança sobre a América Latina. Disponível em: <<https://ceppes.org.br/revista/versao-imprensa/3/quarta-frota-avanca-sobre-a-america-latina>> Acesso em: 20 abr. 2019.
- STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**. Porto Alegre: L&PM, 2018.
- TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. **Pode e dinheiro**: uma economia política da globalização. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- UOL Notícias. Lava Jato teve influência dos EUA em conexão com Moro, diz Le Monde. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/04/11/sergio-moro-le-monde-eua-lava-jato.htm>> Acesso em: 10 abr. 2023.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

Recebido em 06 mi. 2023. Aceito em 18 jun.2023.



Sobre los acontecimientos en Perú. Ejercicio de interpretación histórica¹

Pedro Francke²

231

Resumen

El autor se propone esclarecer la particularidad histórica del Perú en el contexto de la economía mundial y latinoamericana, así como las razones de las desigualdades socioeconómicas que determinan la actual crisis política peruana.

Palabras clave: Perú, golpe de estado, contrarrevolución.

Resumo

O autor se propõe esclarecer a particularidade histórica de Perú no contexto da economia mundial e latinoamericana, assim como as razões das desigualdades socioeconômicas que determinam a atual crise política peruana.

Palavras-chave: Peru, golpe de estado, contrarrevolução.

Abstract

With an admirable ability to create myths, the mass media have a great responsibility in the popular imagination for the mirage of a paradisiacal world: that of entrepreneurship

Keywords: Peru, coup, counterrevolution.

¹ [Nota de los editores de RFM] Este ensayo es la recopilación consensuada de cuatro textos publicados por el profesor Pedro Francke, organizados con el objetivo de sacar a la luz elementos que determinan la profunda crisis política y social del Perú. El primero es "Desigualdad y Democracia" del 21 de febrero. 2023, *Portal IDEHPUCP*; el segundo es "No Olvidar las Razones de Fondo de las Protestas" del 23 de diciembre. 2022, *blog del autor*; el tercero es sobre "Pensando el Estallido Social" del 17 de diciembre. 2022, *blog del autor*; y el último es "Un intento 'monse' de autogolpe" de 07 de dez. 2022, *El país*.

² Ex-ministro de Economía do governo de Pedro Castillo. Magíster en economía, es profesor principal de la Pontificia Universidad Católica del Perú donde enseña hace más de dos décadas. Su especialidad son las políticas sociales y las políticas de salud. Fue Director Ejecutivo de FONCODES, desde donde inició el programa A Trabajar. Fue Secretario Ejecutivo de la Comisión de Cooperación Internacional presidida por Javier Pérez de Cuéllar que tras la transición a la democracia consiguió 1,400 millones de dólares para el Perú. Dirigió la Comisión Interministerial de Asuntos Sociales que diseñó la primera Estrategia de Lucha contra la Pobreza. En el campo de la salud, ha sido Presidente de ForoSalud, Presidente de SISOL – Hospitales de la Solidaridad en Lima y Gerente General de EsSalud. Blog: <https://pedrofrancke.com/> | pedrofrancke@gmail.com :



1. Desigualdad y democracia

El Perú es un país altamente desigual en múltiples dimensiones. La diferencia de ingresos promedio entre hombres y mujeres es de 26% y un afroperuano gana en promedio 500 soles mensuales menos. En ingresos, el coeficiente de Gini es cercano al 0.7 en las investigaciones Seminario, Cruz-Saco y Campos (2018) y de Alarco y colaboradores (2019). Aunque cifras recientes del 'Informe sobre la Desigualdad Global 2022' que nos ponen en el cuarto nivel más alto de desigualdad del mundo aún están siendo debatidas, no cabe duda que tenemos una desigualdad extremadamente grade: apenas dos personas concentran el 15% de toda la riqueza que hay en el país.

El estado hace muy pocos esfuerzos para reducir esta desigualdad. Un estudio de Lustig (2017) para 16 países latinoamericanos muestra que el estado, cobrando impuestos y aplicando su gasto social, apenas reduce el Gini en Perú en 4%, el de menor redistribución en toda Sudamérica. Argentina reduce su Gini en 18% y Brasil en 12%. La razón esencial para ello: el bajo gasto social en Perú, mucho menor al de sus vecinos regionales; en Europa y Estados Unidos el esfuerzo social del estado es sustancialmente mayor.

Una de las desigualdades más fuertes en el Perú está en su dimensión regional. La tasa de mortalidad infantil en Puno es 3.6 veces más alta que la de Lima. Según la encuesta IEP-Oxfam 2020 de percepción de desigualdades, la mayoría de peruanos considera muy graves las desigualdades entre ricos y pobres (72%), entre ciudades y zonas rurales (61%) y entre Lima y el resto del país (56%). La pobreza rural es 40% frente a 22% en las ciudades, menos de uno de cada tres colegios rurales tiene luz, agua y desagüe y el porcentaje de hogares rurales con una computadora (5%) es la séptima parte que las ciudades. Han faltado políticas articuladas y de largo plazo para el desarrollo económico rural, así como provisión de servicios básicos e inversión pública en infraestructura. La discriminación a los pueblos y culturas originarias sigue siendo muy fuerte.

Esta enorme desigualdad y lo poco que hace el estado para reducirlo, es un factor esencial para que la ciudadanía sea muy crítica de nuestra democracia. Apenas 11% de peruanos está "muy" o "más bien" "satisfecho con la democracia" según el Latinobarómetro 2018. Más del 85% de peruanos ha opinado consistentemente, desde inicios del milenio hasta el 2020 (último dato) que "se gobierna para grupos poderosos en su propio



beneficio". Somos el país latinoamericano donde mayor porcentaje cree que quien tiene más poder son las grandes empresas (55%) antes que el estado. No es sólo un problema del Poder Ejecutivo; apenas 16% tiene "mucha" o "algo" de confianza en el Poder Judicial y la confianza en el Congreso es de apenas 8%, el porcentaje más bajo de los 18 países encuestados de la región.

Si la enorme mayoría de peruanos cree que el gobierno actúa para beneficio de grupos poderosos y tiene poquísima confianza en él, no debiera extrañar que existan resistencias y protestas airadas en determinados momentos, así como informalidad e ilegalidad en la economía. Adolfo Figueroa, gran estudioso de la realidad peruana, propuso una teoría al respecto. "Usualmente se escucha decir 'en el Perú necesitamos un gobierno fuerte que ponga orden'. Pero, ¿por qué hay desorden? (...) la desigualdad marcada está a la base de ese desorden social." (1995).

"En una crisis distributiva (...) las masas considerarían que la distribución del ingreso es injusta y se rebelarían contra el orden social. También se incrementarían las prácticas del ingreso no contractual, es decir, la corrupción. (...)". Por eso, Figueroa concluyó que "Sociedades con un alto grado de desigualdad serán sociedades inestables y, por ello, autoritarias; sólo así se podría hacer funcionar la sociedad. La democracia será, en esos casos, muy frágil".

Desde luego, hay consideraciones políticas, referidas a la normatividad y condiciones legales de los partidos, la representación y la participación ciudadana, así como recorridos históricos, que son de gran importancia. Pero un análisis social que mire el largo plazo de nuestra historia y las estructuras económicas y sociales, indica que para poder tener una democracia sólida necesitamos construir una república con iguales derechos civiles y políticos, económicos y sociales y culturales, que realmente sean gozados por todos y todas a lo largo y ancho de nuestro territorio nacional.

2. No olvidar las razones de fondo de las protestas

Queremos Paz, Democracia y Justicia. No más violencia y muerte, represión y dictadura, orientadas a sostener tanta injusticia unas décadas más. Queremos paz pero no la de los cementerios, señora Dina Boluarte, general Williams Zapata. En lo inmediato, hay que reemplazar la represión y la muerte, por escuchar al pueblo y permitirle que tome las decisiones que le



corresponden con elecciones adelantadas y nuevo gobierno el 2023. Pero lo urgente no debe hacernos olvidar los problemas de fondo.

Les escribe un economista que busca entender nuestra sociedad, siendo consciente que es absolutamente insuficiente hacerlo solamente con el lente económico. Hoy se ve muy claro que pensar al Perú solamente desde la economía, sería mantener una ceguera que nos dirige al desbarrancadero. Hay colegas que insisten en pensar al país y proponer alternativas como si la economía no influyera en el malestar social y la política. Su postura en ese sentido es: "sólo importa el crecimiento y lo que necesita la economía peruana hoy es que los políticos arreglen la política"; incluso para alguno, "que la policía y las fuerzas armadas detengan la protesta como sea para que la economía vuelva a funcionar bien como antes". Tremendo error y tremenda lavada de manos, como si la política económica no fuera una causa principal de la enorme desigualdad que molesta al pueblo peruano. Es la misma mirada de creer que la reforma agraria de Velasco estuvo mal porque hizo daño a la economía, una visión muy sesgada de una reforma que fue sobre todo política y social, una reivindicación del "indio" y una cancelación de la república oligárquica.

No es sólo por una seguidilla de pésimas decisiones políticas que hemos vivido la desgracia de tantas muertes las semanas pasadas y de la terrible situación actual, aunque ellas tienen su gran cuota de responsabilidad. Estudiemos nuestra historia; que la gran necesidad de atender lo inmediato no nos impida miradas profundas de los acontecimientos políticos y sociales.

El anterior ciclo de protestas y violencia

Repasemos nuestra década de 1960s. El PBI peruano había registrado un gran crecimiento económico durante la década anterior gracias a que un nuevo Código de Minería había impulsado fuertemente esta actividad y entró en funcionamiento la primera gran mina de cobre de tajo abierto: Toquepala. Desde 1959, era premier y ministro de economía Pedro Beltrán, dueño de uno de los dos principales medios de comunicación entonces existentes ("La Prensa"), un ultra-liberal defensor de la oligarquía. Viendo apenas la macroeconomía y los intereses de los "Dueños del Perú", se podría pensar que todo iba de maravillas.

Pero el descontento social reprimido por años empezaba a salir con fuerza. Habían pasado tres décadas desde que movimientos revolucionarios



de los mineros del centro en 1930, y luego de Trujillo en 1932, fueron aplastados. La dictadura odriísta entre 1948 y 1956 había reprimido ferozmente, con torturas y ejecuciones extrajudiciales. Pero en 1960 se levanta un masivo movimiento universitario reclamando reformas como la del tercio estudiantil, que finalmente consiguen. Por otro lado, se inicia una oleada de movimientos campesinos en el centro andino y dos años después también en el sur. Belaunde gana las elecciones en 1963 pero luego no hace los grandes cambios prometidos. Pequeñas guerrillas surgieron, siendo rápidamente derrotadas. El ejército, sin embargo, veía que las condiciones de conflicto interno crecían. La década de los 60 termina con el golpe de Velasco y la reforma agraria.

En la sierra sur la reforma agraria demoró varios años y llegó el golpe de Morales Bermúdez nuevamente a reprimir y matar, creándose así las condiciones sociales para que Sendero Luminoso pueda crecer. Siguieron por eso desde 1980 doce años de terror y sesenta mil muertos, con masivas violaciones de derechos humanos por parte de los partidarios del sanguinario Abimael Guzmán pero también de parte de nuestras fuerzas armadas, algo espantoso. Pero como ha dicho el historiador Antonio Zapata "sin la Reforma Agraria, Sendero Luminoso hubiese sido más fuerte"; para Hugo Neira "si Velasco no hace la Reforma Agraria, ganaba la guerra Sendero Luminoso".

Este ciclo de violencia se repite en el Perú cada cierto tiempo. Sangrientos enfrentamientos internos han regresado una y otra vez. Luego siguen periodos de paz interna, que en ese momento pueden parecer definitivos, pero que no lo ha sido. ¿Dentro de treinta años, como veremos este 2022? ¿Se parecerá a 1962 o a 1982, o quizás a 1932 o a 1948? ¿Será que podremos romper este círculo de destrucción, que como en el mito de Sísifo nos hace volver siempre atrás?

¿Porqué ahora? Tres narrativas

Primero tenemos que entender por qué pasa lo que pasa. La semana pasada recordaba una razón básica de la fuerte protesta: la tremenda desigualdad interna, el racismo y la discriminación. Nunca debemos perder de vista esta realidad. Sin embargo, la pregunta que queda flotando y que no ha faltado un crítico que la levante, es ¿si siempre hay desigualdad, por qué es ahora que tenemos tanta violencia y muerte, y no hace uno, cinco o



diez años? Acá, hurgando más allá a los análisis de coyuntura política, tres narrativas posibles de los procesos sociales.

Uno: "La gota que rebalsa el vaso". Muchas gotas entran en el vaso, hasta que una gota, que incluso puede ser de otro color u otra consistencia, hace que el vaso se rebalse. ¿Porque los cientos de gotas anteriores no produjeron ese efecto? Todos sabemos la respuesta: porque recién se llegó al tope. En palabras de Micaela Bastidas: "Ya no tengo paciencia para aguantar todo esto". A muchos nos ha pasado en determinadas situaciones en nuestras vidas. En la sociedad peruana las injusticias son como las gotas que llenan un vaso, que se van acumulando hasta que se desbordan en una ola de protestas.

Dos: "El túnel sin vista de salida". Imagínense que estamos avanzando en una carretera de dos carriles, hasta que entramos en un túnel del que no se ve la salida. En ese momento todo el tránsito se para, un fastidio. Luego el carril del costado empieza a avanzar y nos esperamos en que pronto seguiremos nosotros. Pero pasa el tiempo y seguimos parados. ¿Por qué los demás progresan y nosotros no? Esto nos molesta, peor si muchas veces antes hemos sido dejados atrás. Eso es lo que podría estar pasando en el Perú; millones vieron a los demás mejorar mientras ellos permanecían frenados atrás. En una de las mejores canciones de Los Prisioneros: "Había tanto sol sobre las cabezas, y no fue tan verdad, porque esos juegos al final terminaron para otros con laureles y futuros y dejaron a mis amigos pateando piedras".

Tres: "La procesión va por dentro". Luego de cada ciclo de relativa paz, viene un periodo de protestas a las que se responde con represión. Se abre un tiempo de violencia interna, hasta que finalmente la muerte y la represión frenan las protestas. Miedo, miedo y miedo son "las tres razones del oidor" en una de las tradiciones de Ricardo Palma. Pero eso no acaba con el sentimiento de injusticia, al revés. La cólera se guarda, mayor todavía porque mataron y encarcelaron a los que reclamaban a tu lado, a tus hermanos, y saldrá más adelante, de una u otra manera.

Tenemos que cortar estos círculos viciosos, históricos, de injusticia y violencia. Necesitamos un camino democrático de eliminación de desigualdades, racismo y discriminación; porque la Paz es hija de la Justicia.



3. Pensando el Estallido Social

Indispensable empezar por un rechazo total, ético y político, tanto al golpe como a las acciones antidemocráticas del congreso, a las demasiadas muertes producidas incluyendo ¡un niño de quince años impactado por proyectil de la policía! y a las acciones de turbas de quema de locales y grupos realizando acciones de robo y saqueo. Lo que vemos en el día a día nos impacta y conmueve, llevándonos rápidamente a posturas diversas y muchas veces enfrentadas. Eso hace urgente trabajar en una reflexión profunda para acercarnos a entender lo que está pasando e iniciar un diálogo abierto sobre el futuro del Perú. Necesitamos interpretar la realidad para poder transformarla en un sentido positivo. Aunque esta situación por la que vivimos es en muchos sentidos única, también tiene antecedentes nítidos en nuestra historia y pensadores importantes han buscado entender sus raíces profundas.

237

Algo de historia

Nadie debiera sorprenderse de estallidos de violencia rebelde en las regiones peruanas, sobre todo andinas. Túpac Amaru II es la referencia obligada, pero la historia que nos enseñaron en el colegio la coloca como la última rebelión campesina, acaecida en el periodo colonial. Pero la República no trató a los indígenas como ciudadanos y, aunque ninguna de la magnitud de la encabezada por Túpac Amaru II, hubo muchas más rebeliones. Sólo refiero algunas pocas, de las más importantes. En 1867 la rebelión de Juan Bustamante en las provincias de Puno: había sido diputado, su programa era liberal y quiso lograr mediante una constitución que los campesinos no siguieran bajo el yugo de los gamonales y estuvieran bajo la ley común. No logró cambios reales, terminó de manera no planificada encabezando una rebelión campesina que tomó la ciudad de Puno, siendo finalmente derrotada con cientos de muertos. En 1885 la ciudad de Huaraz fue sacudida por la rebelión de Atusparia y Pedro Cochachín o "Uchcu Pedro". Dominaron todo el callejón de Huaylas por varios meses. Finalmente fueron derrotados por un ejército. El 1915 la rebelión de Rumi Maqui ("Mano de piedra") en Huancané y Azángaro, Puno, termina con 300 muertos. La toma de Trujillo en 1932, en la que tiene un rol directivo el partido aprista (en ese entonces revolucionario), se produce teniendo como base fundamental a los cañeros de las haciendas Laredo junto a algunos estudiantes. Entre 1959 y 1963 hay



grandes movimientos campesinos violentos en Pasco por recuperación de tierras, retratados famosamente en "Redoble por Rancas" y otras novelas de Manuel Scorza. En 1962 se da el levantamiento de La Convención, acompañado por Hugo Blanco, que pasa de una protesta sindical a formas crecientemente violentas, frente al cual se dan las primeras medidas de reforma agraria. En 1969, la lucha de Huanta por la gratuidad de la enseñanza recordada en la canción "Flor de Retama". En 1974, un movimiento de tomas de tierras remueve la provincia de Andahuaylas porque la reforma agraria aún no llegaba allá.

Eran otros tiempos, sociedades mucho más rurales, haciendas dominantes, exclusión política total de los indígenas por ser analfabetos, poderes locales que imponían servidumbre. Pero todavía en 1987, comunidades campesinas de Puno toman un millón de hectáreas de tierras; cuando ya el Perú estaba convulsionado por Sendero Luminoso, sus acciones terroristas y el conflicto armado interno, este movimiento frenó el avance de Sendero como retrata bien José Luis Rénique en su libro "La batalla por Puno".

Adolfo Figueroa

Habiendo muchas e importantes miradas de los porqués de la protesta social, recuerdo acá a Adolfo Figueroa, un destacado economista recientemente fallecido por quien tenía especial afecto. Nació y estudió en un colegio en los andes ancashinos pero obtuvo un doctorado en Estados Unidos y escribió libros y artículos de especial relevancia para países como el nuestro. Extraigo acá frases de un texto suyo titulado "Desigualdad y Democracia", escrito en la forma de una teoría general, pero que sin duda fueron escritos en base a su experiencia y lectura del Perú, y que treinta y tantos años después puede servirnos para entender lo que pasa en el Perú de hoy.

Empiezo reproduciendo una frase que me parece retoma vigencia en esta coyuntura: "Usualmente se escucha decir "en el Perú necesitamos un gobierno fuerte que ponga orden". Pero, ¿por qué hay desorden? La teoría propuesta aquí predice que la desigualdad marcada está a la base de ese desorden social. Sociedades con un alto grado de desigualdad serán sociedades inestables y, por ello, autoritarias; sólo así se podría hacer funcionar la sociedad. La democracia será, en esos casos, muy frágil".



¿Qué teoría propuso Adolfo Figueroa? “Limite de la tolerancia y crisis distributiva (..) Los individuos tienen umbrales de tolerancia a la pauperización absoluta y relativa, pasado los cuales los individuos reaccionan, es decir, se rebelan ante la “injusticia”.

“Ante cambios cuantitativos importantes en la distribución del ingreso se producirían cambios cualitativos también importantes en el funcionamiento de la sociedad. (Cambios que no serían precisamente de progreso social). (...) ¿Qué tipo de crisis es la crisis distributiva? Una crisis distributiva implicaría que las reglas institucionales, bajo las cuales opera la economía, serían cuestionadas, en particular la del derecho de propiedad. Las masas considerarían que la distribución del ingreso es injusta y se rebelarían contra el orden social. También se incrementarían las prácticas del ingreso no contractual, es decir, la corrupción. (...) Se generaría así la violencia social. La violencia social haría que la sociedad no pudiera ser gobernada por métodos democráticos. Debido a su incapacidad para regular la distribución del ingreso, la clase política, y no la clase capitalista, sería responsabilizada de la crisis distributiva y del caos, y perdería legitimidad. El autoritarismo sustituiría a la democracia. El contrato social se debilitaría.”

“Debido al mayor grado de incertidumbre que genera la crisis distributiva, las inversiones privadas disminuirían. Según las teorías más aceptadas, la lógica del inversionista, aquél que gasta en aquellos factores que dan lugar al crecimiento de la economía (capital físico, capital humano y tecnología), es evitar riesgos que impliquen pérdidas que vayan más allá de su capacidad económica de absorberlas. Y con la inestabilidad social, aumentarían estos riesgos. El premio Nóbel de Economía de 1993 lo ha propuesto con claridad: “Institutions exist to reduce the uncertainties involved in human interaction” (North, 1990; p. 25.). Debido a la inestabilidad económica y política, las consecuencias futuras de una acción tomada hoy se hacen más inciertas. Como resultado, los agentes económicos reducirían su horizonte económico. Luego, el nivel de la inversión tendería a caer. La estructura de la inversión también cambiaría: los capitalistas locales llevarían sus capitales fuera del país, acelerando la fuga de capitales, mientras que los inversionistas extranjeros, con mayor capacidad para absorber pérdidas, estarían dispuestos a invertir, pero sólo en sectores de alta rentabilidad esperada (sectores primarios y financiero). Así, la economía perdería en términos de crecimiento económico. ”

¿Estamos ya en una “crisis distributiva” similar a la teorizada por Figueroa? Esperemos que no. Pero encuentro que algunas de las causas



profundas de la situación actual y de los riesgos que conlleva, están bien descritos en esos párrafos. La situación actual, sin embargo, creo que es más compleja y requiere analizarla con más elementos sobre la mesa. En un próximo artículo hablaré sobre como los cambios tecnológicos, económicos y sociales de las últimas décadas pueden también ayudarnos a entender lo que está pasando.

Nuestro rechazo frontal a acciones antidemocráticas, de violencia y muerte no debe impedirnos pensar el por qué se producen éstas. Al revés. Si queremos cambiar el mundo y el Perú para mejor, es indispensable ampliar nuestro entendimiento lo más posible. Habiendo responsabilidades individuales, hay dinámicas sociales, sistemas políticos y económicos que transformar, y para ello, necesitamos entender.

Golpe, agenda económica inmediata y gobernabilidad

Cuando se ataca a la democracia, no debemos dudar un instante en su defensa. Hoy Pedro Castillo está detenido, como corresponde tras su intento de autogolpe. El mensaje golpista de Castillo nos hizo recordar el del 5 de abril de 1992 de Alberto Fujimori y la larga dictadura que luego sufrimos. El golpe felizmente fue extraordinariamente torpe, ratificando que nadie hizo más por su vacancia que el mismo Castillo, y eso que compite por ese primer puesto con una derecha abiertamente golpista desde el primer momento.

Ha asumido el poder la vicepresidenta Dina Boluarte, como indica la Constitución, y es la primera mujer presidenta en la historia del Perú, avances que deben saludarse. Su respuesta rápida a la situación difícil que atraviesa el país es muy importante para nuestro futuro y para la gobernabilidad democrática, así que resumamos los retos económicos centrales que debe afrontar.

El alza de precios ha afectado duramente a los sectores populares. Si bien la inflación es responsabilidad del Banco Central de Reserva, el gobierno debe dar una respuesta de apoyo a quienes sufren necesidad, tomar medidas para sostener los salarios y ampliar los programas de empleo. El hambre se ha incrementado y para ello los programas sociales y el apoyo a las ollas comunes deben ampliarse. Del mismo modo, la atención de salud tiene que asegurarse sea realmente gratuita y de amplia cobertura. No se puede continuar con un neoliberalismo indiferente al sufrimiento popular.



El sector agrario, en especial los campesinos de la sierra, están atravesando una situación muy difícil por la sequía. Eso se suma al alza de los fertilizantes y no solo afecta a los hogares rurales, sino amenaza con nuevas alzas de precios que agraven la pobreza y hambre urbanas.

Debido a que el BCR ha subido fuertemente las tasas de interés, un sector particularmente afectado es el de las micro y pequeñas empresas, que requiere crédito abundante y barato. Otros programas, como los de compras a pymes, en especial dentro de los diversos programas sociales y públicos del estado, puede impulsarse mucho más. Además, la destrucción de nuestra industria de confecciones por las importaciones asiáticas debe detenerse de inmediato.

Este conjunto de medidas para atender problemas críticos debe enmarcarse en una política macroeconómica de reactivación de la producción y el empleo. El alza de tasas de interés del BCR, que apunta a contener la inflación, trae consigo inevitablemente el retraer la inversión y el consumo, y de esa manera frena el crecimiento. La forma para al mismo tiempo controlar la inflación y mantener el crecimiento en el Perú es con una política fiscal activa que levante la inversión pública, generando así empleos directos en la construcción y además un fuerte efecto multiplicador positivo. Pensando en la sostenibilidad fiscal de mediano plazo, ese esfuerzo debe ir de la mano de una reforma tributaria para que haya ingresos fiscales suficientes.

Dentro de esta política de reactivación, no puede obviarse la urgencia de resolver los diversos conflictos sociales que afectan la producción minera y petrolera. No podemos darlos el lujo de perder fuertes montos de exportaciones y recaudación fiscal en esta coyuntura; por el contrario, hay que garantizar esas operaciones.

¿Acabó la ingobernabilidad?

Castillo abandonó en pocos meses las grandes promesas de cambios profundos que hizo durante la campaña y los indicios de corrupción en su entorno cercano fueron creciendo a partir de fines de noviembre del 2021. Luego, Castillo optó por reemplazar a la premier Mirtha Vásquez y al ministro Avelino Guillén, símbolo de la lucha anticorrupción, para poner a alguien que consideraba allegado como ministro del interior. Ese cambio era una señal fuerte de que Pedro Castillo dejaba de lado una actuación transparente y colaboradora de las investigaciones, para optar por



obstaculizar la justicia, como cada vez más personajes que colaboraron en ese intento hoy lo testifican. Fue entonces que decidí renunciar al ministerio de economía y finanzas, a pesar del éxito al aprobar el presupuesto por consenso, abrir la negociación colectiva en el sector público, avanzar en el pago de pensiones a quienes han aportado 10 años, pagar deudas a los maestros y poner recursos para atender a quienes sufren por la contaminación con metales pesados. Los meses siguientes fueron de un desgobierno creciente que vivimos con desasosiego y pesar.

Se abre ahora una nueva etapa. La Constitución indica que Dina Boluarte debiera gobernar hasta el 28 de julio del 2026. Pero encuestas de opinión han persistentemente señalado que menos de 5 por ciento de ciudadanos favorecía una presidencia de Boluarte y más de 85 por ciento prefería elecciones adelantadas que incluyan la presidencia y un nuevo Congreso.

La crisis es de tal magnitud que para lograr un gobierno estable resulta indispensable que la ciudadanía sea nuevamente consultada. Además, es claro que las reglas políticas y electorales favorecen un alto nivel de corrupción en la política, el gobierno y el congreso, y que el arreglo de balance de poderes establecido en la Constitución favorece la inestabilidad, así que necesitamos arreglos de mayor envergadura que un cambio de timonel, aún si este fuera electo por votación en las urnas. Ha terminado el gobierno de Castillo pero no la crisis de gobernabilidad que vive el Perú.

4. Un Intento 'Monse' de Autogolpe

"Monse" es como decimos en Perú a lo tonto o estúpido. Pero tiene un tono especial, añadido, de una acción inconducente sin perspectivas de éxito. Así ha sido el anuncio del ex-presidente Pedro Castillo el día de hoy de cerrar el congreso. No obtuvo ningún respaldo, sus ministros fueron renunciando uno tras otro, su abogado también, no sabemos exactamente en qué momento lo hizo su primera ministra. No controló la televisión del estado, ni la policía ni las fuerzas armadas. Terminó intentando huir y siendo llevado por los mismos policías que dirigían su vehículo, a un centro de detención.

El anuncio de Castillo nos hizo recordar a los peruanos el autogolpe de Fujimori el 5 de abril de 1992. Seguramente por eso, entre otras razones, su aislamiento fue tan grande: a los peruanos nos costó mucho recuperar la



democracia y tuvimos que esperar hasta el año 2000, luego de que Fujimori fuera re-re-reelecto, para lograrlo.

Desde el inicio de su gobierno, Castillo, electo tras una plataforma de cambio cercana a las izquierdas, enfrentó una oposición frontal y antidemocrática de quienes desde la derecha perdieron las elecciones. Clamaron fraude y llamaron a vacarlo desde antes que juramentara. Lograron controlar el Congreso y desde ahí no cesaron en atacarlo sin cesar mientras ellos mismos aprobaban leyes populistas y negociaban intereses. Apenas 10 por ciento de peruanos respalda actualmente al Congreso, según las encuestas de opinión.

La oposición del Congreso, los medios de comunicación masivos y la élite empresarial blanca hicieron que la situación nunca le fuera fácil a Castillo. Pero Castillo hizo un pésimo gobierno. Con fuertes acusaciones de corrupción hacia su entorno inmediato e incluso contra él, decidió enfrentarlas buscando obstaculizar la justicia antes que actuar de manera transparente y apoyando las investigaciones abiertas, ampliando así las sospechas sobre su participación en enriquecimiento ilícito. Los indicios al respecto se fueron acumulando entre noviembre 2021 y enero 2022, y cuando Castillo optó por reemplazar a la premier Mirtha Vásquez y al ministro Avelino Guillén, símbolo de la lucha anticorrupción, yo que venía ejerciendo como ministro de economía decidí renunciar también.

Castillo, además, dejó en el camino las grandes promesas de cambios profundos que hizo durante la campaña. La propuesta que hicimos de una reforma tributaria similar a la aprobada recientemente en Colombia, no recibió su apoyo y fue rechazada por el Congreso. La llamada "Segunda reforma agraria" naufragó en medio de una escasez y carestía de fertilizantes frente a la cual las respuestas del gobierno fracasaron reiteradamente. La masificación del gas natural que poseemos salió de la agenda del gobierno. Luego de una vacunación muy exitosa, cuando era una gran oportunidad de una reforma de salud que apuntara al acceso universal en base a atención primaria, se canjeó ese ministerio por unos cuantos votos congresales. Los conflictos sociales, la tala ilegal, la inseguridad ciudadana, no fueron enfrentados con estrategia. En la educación, tan necesitada de un relanzamiento post- pandemia, se priorizó el clientelismo con los grupos de maestros allegados al presidente.

El gobierno Castillo ha estado caracterizado por una rotación de ministros tan alta, negociando cargos por votos y con tan poca capacidad de promover eficiencia, que la gestión pública ha sido muy mala. En los últimos



meses, sin embargo, había logrado que su popularidad fuera recuperándose, en base a una campaña identitaria, paseándose por las regiones y pueblos del Perú con el mensaje de que él era como ellos, los excluidos de siempre, y que por eso los que siempre habían dominado al Perú no lo dejaban gobernar. Logró aumentar su popularidad en 6 puntos, sobrepasando el 30 por ciento, que no es bajo si se compara con anteriores gobiernos tras 15 meses de gestión.

Con estas bases, enfrentaba una nueva moción de vacancia en el Congreso. Una nueva ofensiva de denuncias de corrupción en su contra salió a luz estos últimos días, como parte de esa campaña. A pesar de eso, no había ninguna seguridad de que fuera vacado y varios analistas indicaban que el Congreso no lograría los 87 votos (dos tercios del total de congresistas) para lograrlo. Es en estas circunstancias, el mismo día que debía darse ese voto, que Castillo hace su mensaje a la nación de lo que no puede considerarse sino un intento de autogolpe monse. No se disparó a los pies, se disparó – políticamente – al pecho. Hoy está, justamente, vacado y detenido.

¿Qué viene? Ha asumido el poder la vicepresidenta Dina Boluarte, como indica la Constitución. Es la primera mujer presidenta en la historia del Perú, algo que de por sí es un avance a pesar de las circunstancias. La Constitución indica que ella debiera gobernar hasta el 28 de julio del 2026. Pero la situación no es fácil; Castillo a pesar de los severos cuestionamientos en su contra contaba con 30 por ciento de respaldo ciudadano, encuestas de opinión recientes indican que ante una salida de Castillo menos de 5 por ciento de ciudadanos favorece una presidencia de Boluarte y más de 85 por ciento quieren elecciones adelantadas que incluyan también la elección de un nuevo Congreso. La crisis es de tal magnitud que para lograr un gobierno estable parece indispensable que la ciudadanía sea nuevamente consultada.

El problema es que esa opción requiere una reforma constitucional, que debe ser aprobada por el propio congreso por 87 votos en dos oportunidades, o ser aprobada por mayoría simple en el congreso y someterse a referéndum. Es dudoso que el Congreso actual quiera irse anticipadamente, y menos bajo la actual regla que impide la reelección de congresistas. Ha terminado el gobierno de Castillo pero no la crisis de gobernabilidad que vive el Perú.



Referencias

- ALARCO, G., CASTILLO, C. y LEIVA, F. **Riqueza y desigualdad en Perú** – visión panorámica. Lima: Oxfam, 2019.
- CRUZ SACO, M. A., SEMINARIO, B. & CAMPOS, C. Desigualdad (re)considerada. *Journal of Economics, Finance and International Business*. 2(1), 12-52, 2018.
- FIGUEROA, A. **Desigualdad y democracia**. En *El Perú frente al siglo XXI*, G. Portocarrero y M. Valcárcel editores, pp. 53 a 76, Fondo editorial PUCP. Lima, 1995.
- INSTITUTO DE ESTUDIOS PERUANOS – Oxfam. I Encuesta nacional de percepción de desigualdades 2022. Lima, 2022.
- LUSTIG, N. El impacto del sistema tributario y el gasto social en la distribución del ingreso y la pobreza en América Latina. Una aplicación del marco metodológico del proyecto Compromiso con la Equidad (CEQ). *El Trimestre Económico*, vol. LXXXIV (3), núm. 335, julio-septiembre de 2017, pp. 493-568.

Textos utilizados

- FRANCKE, Pedro. Desigualdad y Democracia. Portal **IDEHPUCP**, 21 feb. 2023. Disponible en: <https://idehpucp.pucp.edu.pe/analisis1/desigualdad-y-democracia/>.
- FRANCKE, Pedro. No Olvidar las Razones de Fondo de las Protestas. **Blog Pedro Francke**, 23 dic. 2022. Disponible en: <https://pedrofrancke.com/2022/12/23/no-olvidar-las-razones-de-fondo-de-las-protestas/>.
- FRANCKE, Pedro. Pensando el Estallido Social. **Blog Pedro Francke**, 17 dic. 2022. Disponible en: <https://pedrofrancke.com/2022/12/17/pensando-el-estallido-social/>.
- FRANCKE, Pedro. Un intento 'monse' de autogolpe. **El país**, 07 dic. 2023. Disponible en: <https://elpais.com/opinion/2022-12-08/un-intento-monse-de-autogolpe.html>.

Recebido em 20 mai . 2023 | aceite em 10 jun. 2023



Chile: 1520 días, de la ilusión a la esperanza

Patricio Soto Caramori¹

246

Resumen

El autor busca interpretar la complejidad del proceso político chileno, a la luz de los últimos 1520 días de su historia. Para ello, pretende huir de las interpretaciones actuales de la izquierda, haciendo uso de extensos datos estadísticos sobre el seguimiento de la situación chilena.

Palabras clave: Chile, estallido social, constitución.

Resumo

O autor busca interpretar a complexidade do processo político chileno, à luz dos últimos 1520 dias de sua história. Para tanto almeja escapar às interpretações correntes no campo da esquerda, lançando mão de amplos dados estatísticos sobre o acompanhamento da conjuntura chilena.

Palavras-chave: Chile, revolta popular, constituição.

Abstract

The author seeks to interpret the complexity of the Chilean political process, in the light of the last 1520 days of its history. To do so, it aims to escape current interpretations on the left, making use of extensive statistical data on the monitoring of the Chilean situation.

Keywords: Chile, social outbreak, constitution.

I

Mil quinientos veinte (1520) días, es el tiempo que va entre el 19 de octubre de 2019 y el 17 de diciembre de 2023. La primera fecha marca el día inicial del estallido social, la segunda el plebiscito de salida para aprobar/rechazar la constitución que las elites le propondrán a Chile.

¹ Economista da Universidad de Humanismo Cristiano (Chile). | sotocaramori@gmail.com



Mil doscientos noventa y seis días (1296) para pasar del inicio del estallido, al plebiscito que consagra la posición hegemónica de la ultraderecha chilena en la redacción de la propuesta constitucional.

Doscientos veinticuatro (224) días, 223 para ser exacto, es el tiempo que tienen las fuerzas (por decirlo de alguna forma), que quieran frenar la ofensiva neoconservadora. Compleja tarea, pero posible, para hacerlo se requiere de un análisis desapasionado del periodo, libre de consignas y determinismos, tan recurrentes en los análisis de la izquierda. Entender que el estallido social definitivamente no fue una irrupción consiente de los de abajo, y menos un proceso de acumulación con perspectiva de poder dentro del conflicto de clase. No, fue la insubordinación de la sociedad de consumo, su propio SERNAC (Servicio Nacional del Consumidor), esto es lo que le dio esa masividad inicial. Su gran mérito fue arrinconar a las elites y asumir como bandera la asamblea constituyente, se instaló una subjetividad de cambio, pero sin conducción política y no como conflicto de clase, se logró si, imponer el contenido inicial como exigencia de nueva constitución y representación popular no intermediada por los partidos exclusivamente, así se llega a que masivamente se decida una convención constitucional 100% elegida (cuadro 1).

Cuadro 1. Votación Total por Opción

Plebiscito 2020 - Tipo de Órgano			
Opción	Votos	Porcentaje	Selección
1. Convencion mixta constitucional	1.492.260	20,82%	
2. Convencion constitucional	5.673.793	79,18%	Convención Constitucional
Válidamente Emitidos	7.166.053	94,62%	
Votos Nulos	283.794	3,75%	
Votos en Blanco	123.277	1,63%	
Total Votación	7.573.124	100,00%	

Fuente: Servel, 2020.

El plebiscito de entrada logra también una masiva aprobación de avanzar hacia una nueva constitución y todo parecía ir en la dirección de los cambios, no de cualquiera, sino de cambios estructurales después de más 40 años de imposición neoliberal.



Cuadro 2. Votación Total por Opción

Plebiscito 2020 – Constitución Política			
Opción	Votos	Porcentaje	Selección
1. Apruebo	5.899.683	78,31%	Apruebo
2. Rechazo	1.634.506	21,69%	
Válidamente Emitidos	7.534.189	99,48%	
Votos Nulos	27.381	0,36%	
Votos en Blanco	12.344	0,16%	
Total Votación	7.573.914	100,00%	

Fuente: Servel, 2020.

248

Imagen 1. Protagonismo Popular



Fuente: Sputnik América Latina, 2021.

El 2021, ya en la elección directa de convencionales, una nueva y aparente buena noticia, los independientes obtienen una significativa votación y representación y la derecha se queda sin derecho a veto (ver cuadro 3). Se instala la Convención Constituyente con el discurso de la flamante electa Presidenta del primer periodo, la representante de pueblos originarios, Elisa Loncon. Para muchos de nosotros y nosotras surgía con fuerza la posibilidad cierta de terminar, no sólo simbólicamente, sino en los hechos, con la constitución del ciclo autoritario instalada a sangre y fuego por la dictadura cívico-militar, y lo mejor, que esta sea reemplaza por una carta magna surgida democráticamente, a contrapelo de la élite y la



oligarquía y que fijará un marco para condiciones vida y relaciones sociales no determinadas por el mercado.

Fueron 12 meses de trabajo, confrontaciones y contradicciones. Errores no forzados, evidente ausencia de la política, y una ofensiva brutal de desacreditación del trabajo en desarrollo por parte de la derecha, incluida la derecha concertacionista.

Imagen 2. Revuelta y los ojos



Fuente: colección del autor.

El eje de esta ofensiva sería la campaña del terror, que, aunque ya venía en marcha criminalizando el estallido social, se trasladaría al contenido de la futura propuesta de nueva constitución. La derecha en esto tiene experiencia, pero esta derecha extrema que se aleja de la política de los acuerdos entre las elites, más bien ve una oportunidad en salirse de ellos, observa un electorado volátil, desideologizado y con síntomas de agotamiento de los consensos en que ellos no participan (el pueblo, la ciudadanía), o como señala Mouffe, *“la centroizquierda y la centroderecha terminaron construyendo consensos que ahogan un verdadero debate sobre alternativas en juego”* (Mouffe, 2014).



Conformación política de la Convención Constituyente

Número de convencionales constituyentes elegidos

Participación: 42,5% 6.334.581 votos

250



Fuente: Decide Chile



Fuente: BBC News Mundo, 2021.

II

La plurinacionalidad, el aborto y de los sistemas de justicia, fueron la base de una construcción de propaganda de terror ideológico, que cuyo objetivo era migrar esa base social que, contradictoriamente, había sostenido los avances contra-oligárquicos. La izquierda se quedó en la denuncia de las fake-news y los dispositivos de la desinformación, pero no



cayó en cuenta que, en la sociedad de la distopía, el terror, el dominio de lo individual y la necesidad de “estabilidad”, harían su trabajo.

Se dibuja así el escenario para el plebiscito de salida, los sectores dominantes, la oligarquía, había hecho bien el trabajo, liderados esta vez por la alter-right² chilena. Una derecha que aparece “denunciado”, en nombre de ese mismo pueblo que exigía asamblea constituyente, una derecha que comienza a hablar desde fuera de los consensos. “La transgresión cambia de bando: es la derecha la que dice “las cosas como son”, en nombre del pueblo llano, mientras que la izquierda –culturalizada– sería la expresión del establishment del statu quo” (Stefanoni, 2021).

El desenlace no sorprende, salvo a la izquierda, sumida todavía en determinismos que impiden leer la realidad, simplemente porque no se ajusta al deseo. El plebiscito de salida barre con las ansias de cambio, incluso de muchos y muchas que votarían rechazo, sino, no se entiende todo lo anterior.

Cuadro 4. Votación Total por Opción

Plebiscito Constitucional 2022			
Opción	Votos	Porcentaje	Selección
1. Apruebo	4.859.103	38,11%	
2. Rechazo	7.891.415	61,89%	Rechazo
Válidamente Emitidos	12.750.518	97,86%	
Votos Nulos	200.881	1,54%	
Votos en Blanco	77.340	0,59%	
Total Votación	13.028.739	100,00%	

Fuente: Servel, 2022.

Da la impresión, que ni siquiera supimos leer el cambio del voto voluntario a voto obligatorio, cuya primera experiencia sería justamente el plebiscito de salida. Se asumió, cuando se analizó, que tendería a favorecer el voto favorable a las fuerzas del cambio, toda vez que eran los sectores populares los de mayor abstención. La realidad –otra vez– mostró lo equivocado del análisis, ese sector, que no votaba, pareciera a luz de la realidad expost, que más que por los inconvenientes de traslado o cuestiones funcionales, no lo hacía porque su nivel de desafección con la

² Término acuñado para identificar a la derecha supremacista en EEUU.



política es todavía mayor que el resto de la población, la ausencia de ideología y conciencia de clase lo hacen todavía más susceptible al discurso de la ultraderecha, ansían orden y estabilidad, quieren cambiar su condición de vida, pero sin cambiar la sociedad.

La iniciativa vuelve a la oligarquía y su representación política, un nuevo acuerdo, entre aquellos que habían sido transitoriamente desplazados, surge desde los partidos y desde el poder legislativo. "Volvió la cordura" nos dicen, y se dan a la tarea de realizar un diseño que asegure, por una parte, cumplir con la expectativa no agotada de nueva constitución, pero que esta responda a los intereses de las clases dominantes y los subalternos lo entiendan, una vez más, como señal de estabilidad social.

Se crea un comité de expertos, que representan exclusivamente a los partidos con representación parlamentaria, cuya función es fijar los bordes de la nueva propuesta, esto no es otra cosa, que eliminar el riesgo de que se vuelvan a colar las ideas subalternas, nada de plurinacionalidad, aborto como soberanía femenina, sistemas diferenciados de justicia, relativización de la propiedad privada, etc. En adición, una elección directa de consejeros constitucionales, sin infiltración de independientes, nada de riesgos.

Imagen 3. La derecha radical



Fuente: EOM, 2021.

Esta elección termina con los partidos del consenso de la transición, metidos en un rincón, y algunos, al lado de afuera de la puerta (DC, PPD), pero también RN-UDI, siendo reemplazados por la derecha radical de Republicanos, la misma de Bolsonaro (Brasil), Trump (EEUU), Abascal (España), Le Pen (Francia), Baudet (Países Bajos) y Orbán (Hungría), entre otros y otras.

El trabajo de este tiempo, para ellos, está tanto dentro de la discusión constitucional como afuera. Dentro la tarea es asegurar los contenidos neoconservadores y mercantilistas, para ello tienen, sólo los republicanos, pleno derecho a veto, no habrá nada en la propuesta de nueva constitución, que no cuente con su aprobación. Afuera la batalla es por las conciencias, a diferencia de la izquierda, tiendo a pensar que leerán mejor el periodo y procurarán no arriesgar el plebiscito de salida, otorgando concesiones menores en el texto constitucional (periodo presidencial e incluso modificaciones al régimen político), tratando de vestir el texto con traje de legitimidad. Es tarea de la o las izquierdas, hacer su propia lectura, esta vez yendo a la realidad y no pretendiendo traerla a nuestras ideas. El trabajo está afuera, dentro no hay nada que hacer, simplemente no estamos.

Cuadro 5. Elección Consejo Constitucional 2023

Total Votación: 38.659 mesas escrutadas de un total de 38.665, correspondiente al 99,98%.

Lista/Pacto	Votos	Porcentaje	Candidatos	Electo
A. Partido de la Gente	537.088	5,48%	62	0
Partido de la Gente	537.088	5,48%	62	0
B. Todo por Chile	877.207	8,95%	70	0
Partido Demócrata Cristiano	370.450	3,78%	24	0
Partido por la Democracia	352.075	3,59%	26	0
Partido Radical de Chile	154.682	1,58%	20	0
C. Partido Republicano de Chile	3.468.258	35,41%	72	23
Partido Republicano de Chile	3.468.258	35,41%	72	23
D. Unidad para Chile	2.800.975	28,59%	72	16
Acción Humanista	6.831	0,07%	2	0
Comunes	220.252	2,25%	3	0
Convergencia Social	560.316	5,72%	11	4
Federación Regionalista Verde Social	99.483	1,02%	6	0



Partido Comunista de Chile	791.533	8,08%	15	2
Partido Liberal de Chile	114.656	1,17%	5	0
Partido Socialista de Chile	583.616	5,96%	18	6
Revolucion Democratica	424.288	4,33%	12	4
E. Chile Seguro	2.063.907	21,07%	72	11
Evolucion Politica	471.634	4,81%	10	1
Renovacion Nacional	724.577	7,40%	32	4
Union Democrata Independiente	867.696	8,86%	30	6
Candidaturas Independientes	48.495	0,50%	3	0
Válidamente Emitidos	9.795.930	78,47%		
Votos Nulos	2.119.506	16,98%		
Votos en Blanco	568.673	4,56%		
Total Votación	12.484.109	100,00%		

* Porcentaje calculado sobre el Total de Votos Válidamente Emitidos, excluidos Votos Nulos y Votos en Blanco | Resultados preliminares según artículo 185, Ley 18.700, tienen carácter meramente informativo y no constituyen escrutinio para efecto legal alguno.

Fuente: Servel, 2023.

Se requiere unidad, sin críticas a la izquierda que participó y quedó con representación marginal, son una buena conexión con lo interno. Hay que buscar formas de reconectar con el pueblo, abandonando la ofensa clasista de “facho pobre”, ir a tratar de entender y convencer, el RECHAZO en diciembre es la única opción para recuperar posiciones. Hay que trabajar para cambiar la subjetividad del miedo, volver a la esperanza y a la importancia de los cambios, que trabajar por el rechazo permita acumular capacidad movilizadora, por supuesto no basta con el rechazo y, para lo vendrá luego, se necesitará fuerza antagónica. El camino ya se hizo más largo, pero hay que comenzar, quedan 223 días.

Referencias

BBC NEWS MUNDO. **Comienza la Convención Constitucional en Chile: cuáles son los 4 aspectos clave de la Carta Magna que se debatirán en los próximos meses.** 1. May. 2021. Disponible en: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-57104668>.



- EOM – El Orden Mundial. **De libertarios a neopatriotas: los nuevos rostros de la derecha radical en América Latina**. 15. Dic. 2021. Disponible en: <https://elordenmundial.com/de-libertarios-a-neopatriotas-los-nuevos-rostros-de-la-derecha-radical-en-america-latina/>.
- SERVEL – Servicio Electoral de Chile. **Plebiscito nacional 2020**. 2020. Disponible en: <https://www.servel.cl/centro-de-datos/procesos-electorales-detalle/?id=23>.
- SERVEL – Servicio Electoral de Chile. **Plebiscito Constitucional 2022**. 2022. Disponible en: <https://www.servel.cl/centro-de-datos/procesos-electorales-detalle/?id=29>.
- SERVEL – Servicio Electoral de Chile. **Elección Consejo Constitucional 2023**. 2023. Disponible en: https://preliminares.servelecciones.cl/#/votacion/elecciones_consejo_gen/pais/8056.
- SPUTNIK AMERICA LATINA. **A dos años de la explosión social: Chile comienza a escribir su nueva Constitución**. 19. Oct., 2021. Disponible en: <https://sputniknews.lat/20211019/a-dos-anos-de-la-explosion-social-chile-comienza-a-escribir-su-nueva-constitucion-1117301241.html>.

Recebido em 15 mai. 2023 | aceite em 20 jun., 2023.



¿Qué busca el gobierno de Maduro? Un breve balance de la revolución bolivariana

Modesto Emilio Guerrero¹

Resumen

Una reflexión sobre las transformaciones que ha venido atravesando Venezuela en el período reciente, en medio del desastre del Gobierno de Maduro que camina a enterrar los logros del chavismo.

Palabras clave: Maduro; subordinación; apertura pro yanqui.

Resumo

Uma reflexão sobre as transformações que a Venezuela vem passando no período recente, em meio ao desastre do Governo Maduro que caminha para enterrar as conquistas do chavismo.

Palavras-chave: Maduro; subordinação; abertura pro EUA.

Abstract

A reflection on the transformations that Venezuela has been going through in the recent period, in the midst of the disaster of the Maduro Government that is on the way to bury the achievements of Chavismo.

Keywords: Maduro; subordination; pro Yankee opening.

¹ Periodista y militante político y social venezolano. En 1982 fue electo diputado. Fue representante de la Unión Nacional de Trabajadores (UNT) hasta 2006. En julio de 2007 fundó el PSUV en Buenos Aires, la primera expresión de ese partido fuera de Venezuela. Su labor difusora de la revolución bolivariana en la Argentina lo ha convertido en una fuente obligada de informaciones para la prensa y de análisis para movimientos políticos y sociales. Ha pronunciado conferencias en Noruega, Chile, Uruguay, Brasil y la Argentina. Es autor de Cuentos, Relatos y Poemas (1985), Haití: el último Duvalier (1986), Panamá, soberanía y revolución (1990), Mercosur: origen, evolución, perspectivas (2005), El Mercosur y la Revolución Bolivariana (2006), Reportajes sobre América Latina (2007), la biografía analítica ¿Quién inventó a Chávez? (2007). Su otro libro biográfico, Reportaje con la Muerte (2002), sobre el periodista argentino Leonardo Henrichsen asesinado en Chile en 1973, fue llevado al cine en 2008 bajo el título "Aunque me cueste la vida". En 2009 publicó Venezuela 10 años después, dilemas de la Revolución Bolivariana, Ediciones Herramienta, Buenos Aires. Especializado en análisis internacional; escribe columnas de opinión en el diario Página 12 y las revistas ContraEditorial y Buenos Aires Económico. Es colaborador permanente de la Revista Herramienta. | meguerrero00@gmail.com



Introducción

Todos indicadores señalan que el gobierno bolivariano de Nicolás Maduro se enrumba hacia la reconstrucción de todo lo que había antes del chavismo.

Aun cuando lo que surja no sea igual a lo que hubo hasta 1999, si lo será en los términos esenciales.

Será lo opuesto a lo que los movimientos chavistas intentaron construir entre 1999 y 2012, sobre todo en forma consciente, desde el año 2004, cuando el ex líder bolivariano proclamó en un estadio de fútbol del sur de Brasil, que había abrazado el ideario socialista.

Desde el mes de febrero el presidente Nicolás Maduro comenzó una sorpresiva campaña nacional contra los corruptos en su gobierno.

El Fiscal se transformó en Juez Nacional y sentenció y arrestó a unos diez altos ejecutivos, sobre todo de la petrolera PDVSA. Casi todos eran dependientes del poderoso ex Vice presidente de la Economía y las Finanzas y jefe de la estatal petrolera, Tarek El Aisami.

Aun no se sabe si Tarek será arrestado. Lo que sí se sabe es que ninguno ha tenido derecho a la defensa, lo que hace dudar de lo genuino de la medida.

El Fiscal General, Tarek El Saab, un poeta ex guerrillero de formación stalinista, se ha convertido en el gran ejecutor de la voluntad presidencial en términos penales.

El ideario izquierdista de Hugo Chávez fue realizado a medias, aunque dejó instalado el mérito de proclamar e iniciar algunos aspectos y transformaciones de tipo socializantes.

Esa impronta es lo que Nicolás Maduro tiende a sepultar bajo su estrategia o programa económico, conocido como Zonas Económicas Especiales.

Estas ZEE serían una versión caribeña de la experiencia china y vietnamita de reconstrucción del capitalismo.

Esta reconstrucción madurista de un tipo de capitalismo, marcha al ritmo de una economía destrozada por el bloqueo impuesto junto con las más de 300 medidas de sanción al gobierno y a la economía minero-petrolera nacional.

En este plano, la profunda devolución madurista respecto del proyecto socialista de Hugo Chávez, es una respuesta defensiva de un



gobierno muy debilitado, una dirigencia política postrada intelectual y moralmente.

Esa calamidad política se produjo en el contexto de una nación y sociedad arrinconadas, aisladas en el continente y con sus tejidos estructurales de la economía, la vida social y cultural, semi destruidos.

Lo paradójal de este resultado se basa en un contrasentido

El gobierno de Maduro había salido airoso, con una media victoria en 2019, tras una resistencia nacional, bajo su dirección, contra 19 intentos golpistas, algunos con planteos de guerra civil, desatados con furia desde 2013. La derrota preventiva del intento de invasión desde Colombia y Brasil, con auxilio militar del gobierno argentino de Macri y la captura de los mercenarios de la Operación Gedeon, fue el corolario de esa media victoria del gobierno de Maduro.

El contra sentido se basa en que el gobierno de Maduro, victorioso en el enfrentamiento, decidió congelar ese avance y negociarlo empaquetado con los yanquis.

En vez de blindar al país con las estrategias dejadas por el gobierno de Chavez, prefirió dar varios pasos atrás y comenzar a desandar el camino iniciado por su jefe y el pueblo pobre en 1992 y 1999.

Maduro sepultó en un brusco giro de casi 180° a la derecha, todo o casi todo lo que se logró bajo su dirección política.

En cambio de profundizar el proceso revolucionario desde el punto cortado con la muerte del líder, prefirió devolverse a una negociación completa con Estados Unidos, primero en secreto, luego abierta, desde comienzos del año 2020.

La pandemia lo ayudó a solapar y acelerar la nueva relación con Washington.

El símbolo económico de esa negociación se llama Exxon

La poderosa multinacional, alguna vez expulsada por Chavez, volvió, se instaló y desde entonces explota crudo, no paga impuestos, comaneja PDVSA y sirve como socia mediadora para la relación con el imperialismo en general y con Estados Unidos en particular.

A caballo de esa apertura pro yanqui se reanimó el comercio, las gondolas se llenaron de productos y surgió una nueva clase de



consumidores medios que se miden en dolares. Y junto a ella se asentó una clase trabajadora con salarios mas bajos que los pagados en Haití.

La nueva dinamica comercial no servia a un proyecto de desarrollo nuevo, sino al enriquecimiento acelerado y monumental de una decena de familias del poder y una veintena de grupos financieros y comerciales.

Casi toda la importacion de bienes llegada de Turquía estuvo en manos de la familia El Aisami, especialmente de la mano del hermano mayor del poderoso Vice-presidente de Economía, Tarek El Aisami, uno de los ministros de Hugo Chavez.

La otra familia que se convirtio en millonaria en tres o cuatro años es la de los hermanos Delcy y Jorge Rodriguez. Jorge siempre fué una personalidad de segunda linea en el chavismo, mientras que su hermana, Delcy proviene de y mantiene una vida de funcionaria menor lumpenizada, antes sin plata, ahora con caudales. Hoy es Vice Presidenta.

Esta mutación social y económica de izquierda a derecha la retrataron tres mujeres intelectuales del chavismo, Sofia Naderr, Ahiana Figueroa y Luisa Quintero.

Fue en un articulo sugestivo desde el titulo: "10 cosas que Maduro enterró despues de la muerte de Chavez"².

En ese trabajo las autoras contrastan 10 grandes acciones y decisiones sociales, economicas y politicas hechas por Hugo Chavez, que Maduro enterró en apenas 3 años. Esos acuerdos comenzaron con el gobierno de Trump y fueron mantenidos con el de Biden. La sede fue Mexico hasta enero de 2023.

Los diez entierros se reunen en estos subtítulos:

1. "Vénganse desde el carajo...": yanquis de mierda...
2. "El imperialismo permitido y agradecido": se refiere a que la Exxon ahora no paga impuestos;
3. "La bendicion del dolar": se refiere a la dolarizacion del pais, luego que Chavez la condenara para promover el Sucre y la prohibiera en 2010 mediante una Ley;

² [nota de los editores] Conferir: NEDERR, Sofia; FIGUEROA, Ahiana; QUINTERO, Luisa. **10 cosas que Nicolás Maduro enterró luego de la muerte de Hugo Chávez.** Tal Cual. Disponible en: <https://talcualdigital.com/10-cosas-que-maduro-enterro-con-la-muerte-de-chavez/>.



4. "La devolución de lo expropiado": se refiere a las 1.168 propiedades privadas expropiadas desde 2002, hoy devueltas por Maduro. El símbolo fue el shopping de capital sionista Sambil, del que Chavez dijo: "primero me echan de Miraflores antes que hagan otro Sambil";
5. "El ataque a la izquierda": Maduro rompió toda relación con fuerzas de la izquierda marxista venezolana. Metió presos y presas a una decena y mantiene bloqueado al medio crítico Aporrea, el más masivo de la izquierda venezolana. Su director Gonzalo Gomez se resguarda en España como auto exiliado. Este año tiene el objetivo de ilegalizar al Partido Comunista.
6. "El regreso de la pérdida de los burgueses": con este subtítulo, las autoras recuerdan la oposición frontal de Hugo Chavez a la instalación de Casinos en Venezuela. Maduro los autorizó desde 2020.
7. "La reactivación del 'atracó capitalista' de los peajes": peaje son las alcabalas internas para cobrar impuesto por usar las autopistas.
8. "El infarto de Barrio Adentro": Maduro desmanteló desde 2020 este sistema nacional de salud primaria y comoleja construido con ayuda de Cuba desde 2004.
9. "La privatización de MERCAL": se refieren al abasto estatal gigante que importaba alimentos para evadir las cadenas de especulación. No existe más.
10. "El mega ajuste a lo FMI": mientras Chavez convocó a la 'disolución' del FMI, Maduro aplica un programa de ajustes similar al que aplica este organismo en Argentina y otros países atrasados.

Pocos se han convencido de la campaña de Maduro contra los corruptos.

Al contrario, la percepción que existe, es que se trata de un juego de artificio para legitimar y sentirse autorizado en lo más probable: un pacto completo, general, integral, de nueva subordinación a los Estados Unidos.

Buenos Aires, 13 abr. 2023



“There were no marigolds”: Africana Philosophy and Freedom as Mutual Responsibility

Bennett Brazelton³

Abstract

Individual freedom appears within Western liberal thinking as the supreme value of civic, social, and political life. This intellectual tradition tends to frame freedom as the right to unrestrained action and non-commitment enjoyed by the central subject of the Euromodern world, the individual. Here, we examine Toni Morrison’s novel, *The Bluest Eye*, and its rich discussion on freedom as a value and practice. The character of Cholly Breedlove, specifically, provides an entry point into a dynamic critique of liberal notions of freedom and individuality. Rather than center the individual subject, Morrison articulates a vision of freedom rooted in a collective and participatory process of community, calling our attention to the interplay between freedom and mutual responsibility. As she stated in a 1979 speech at Barnard College, “the function of freedom is to free someone else.” This aphorism precedes a broader and more substantial philosophical formulation: freedom as mutual responsibility.

Keywords: Toni Morrison, Freedom, Individualism, Philosophy.

“Was my freedom not given to me then in order to build the world of the You?”

[Frantz Fanon, *Black Skin, White Masks*, p. 181]

“Any theory of freedom with regard to black people must bring along with it more than the unshackling of material chains or the fostering of civil liberties. It must also address the profound alienation of non-belonging in the only world to which such people could possibly belong”

[Lewis R. Gordon,
“Africana Philosophy and Philosophy in Black,” p. 48]

“Quiet as it’s kept, there were no marigolds in the fall of 1941”

[Toni Morrison, *The Bluest Eye*, p. 1]

³ Independent writer; Teacher, Boston Public Schools | benlbrazelton@gmail.com



Resumen

La libertad (freedom) individual se aparece dentro del pensamiento liberal Occidental como valor supremo de la vida cívica, social y política. En esta corriente intelectual, la libertad se entiende como derecho de actuar desenfrenado y como no-compromiso por la parte del sujeto central del mundo Euromoderno, el individuo. Aquí, examinamos la novela *Ojos azules* por Toni Morrison, y sus reflexiones profundas sobre la libertad como valor y como práctica. El personaje Cholly Breedlove, específicamente, nos proporciona un punto de entrada en una crítica dinámica de las nociones liberales de la libertad y la individualidad. En vez de centralizar el sujeto individuo, Morrison articula una visión de la libertad que radica en el proceso colectivo y participativo de comunidad, llamando nuestra atención a la interacción entre la libertad y la responsabilidad mutua. Como declaró en un discurso de 1979 en Barnard College, "la función de la libertad es librar a otra persona." Este aforismo precede una formulación filosófica más amplia y sustantiva: la libertad como la responsabilidad mutua.

Palabras clave: Toni Morrison, Libertad, Individualismo, Filosofía

Resumo

A liberdade individual (freedom) aparece no pensamento liberal Ocidental como o valor supremo da vida cívica, social e política. Nessa corrente intelectual, a liberdade é entendida como o direito de agir desenfreadamente e como o descompromisso do sujeito central do mundo Euromoderno, o indivíduo. Aqui, examinamos o romance *Olhos Azuis* de Toni Morrison e suas reflexões perspicazes sobre a liberdade como valor e como prática. O personagem Cholly Breedlove, especificamente, nos fornece um ponto de entrada para uma crítica dinâmica das noções liberais de liberdade e individualidade. Em vez de centralizar o sujeito individual, Morrison articula uma visão de liberdade que reside no processo coletivo e participativo da comunidade, chamando nossa atenção para a interação entre liberdade e responsabilidade mútua. Como ela declarou em um discurso de 1979 no Barnard College, "a função da liberdade é libertar outra pessoa". Esse aforismo precede uma formulação filosófica mais ampla e substantiva: a liberdade como responsabilidade mútua.

Palavras chave: Toni Morrison, Liberdade, Individualismo, Filosofia

Introduction

Freedom, within the tradition of Western political and social philosophy, can be approximated as *the* supreme value of civic life. With the contemporaneous emergence of (Euro)modernity, Western humanism, and liberalism, the idea of man as "the rational political subject of the state" took form (Wynter, 2003, p. 277). This liberal socio-political entity takes



freedom/liberty to be the normative and *a priori* state of being, which must be preserved at all costs.

Within the Western⁴ tradition, freedom is typically configured as either 'freedom from' or 'freedom to.' The former is articulated famously by Thomas Hobbes (1994/1651) in *Leviathan*. Hobbes puts forth two distinct ideas of freedom, each understood as "the absence of opposition": first, Hobbes describes freedom as a state of non-obligation— that is, freedom from contract, covenant, and commitment; second, Hobbes articulates freedom as "non-obstruction," or freedom from external impediments which inhibit the actualization of will (Pettit, 2005).

The condition of possibility for the emergence of Euromodernity, however, was and is the colonial exploitation of land and labor across the globe. As Domenico Losurdo (2011) observes, much of the liberal discourse on liberty and the 'free' subject disavows the violence of colonialism or reifies its necessity. The liberal idea of freedom thus cannot account for the violence of colonization and slavery fundamental to its articulation, nor can it explain human life beyond the political and economic constraints of Western Man.

The challenge, then, of conceptualizing freedom beyond Western liberalism begins with recognizing the fundamental limits imposed by temporality, geography, and positionality rather than presupposing the West as universal. Freedom, in contrast to liberal discourses of 'obstruction' and 'property rights', takes on a different urgency in the context of colonized and enslaved people. Yet, colonized and enslaved people are only rarely regarded as theorists of freedom in and of themselves; consistently, Africana thinkers are disavowed or disregarded as serious thinkers on metaphysical questions. Understanding freedom beyond the solipsism of 'Man' requires a methodology that looks past prescriptive disciplinary limits imposed by Euromodernity (L. Gordon, 2006; J. Gordon, 2014). In order to highlight the limits of Western conceptions of 'freedom' and the 'free individual,' we at times refer to the liberal/individualist philosophical tradition as articulating a kind of liberal-freedom; this is meant not only to decenter hegemonic theoretical frameworks, but allow Morrison and other Africana thinkers to enter as legitimate theorists of freedom (unhyphenated).

⁴ As Édouard Glissant (1989) writes, "The West is not in the West. It is a project, not a place" (p. 2).



Part of this methodological practice means embracing complications, contradictions, and messy in-between spaces. Neil Roberts (2016), for instance, writes of “the liminal and transitional spaces of slave escape between poles of political imagination” as an instantiation of freedom. For Roberts (2016), “Freedom is not *from-to* but rather *as*.” While Roberts (2015; 2016) is primarily concerned with the literal spatial and hermeneutic in-between generated by the flight from slavery, we take up his provocation of *freedom-as* in a different but related context. Here, we discuss the complex, contradictory, and relational articulations of freedom in Toni Morrison’s (2007/1970) masterpiece, *The Bluest Eye*.

In Morrison’s work, freedom functions as more than just non-obstruction, ‘freedom to’, or ‘freedom from.’ Rather, she articulates a vision of freedom rooted in a collective and participatory process of community. Writing on and from the epicenter of the unfolding catastrophe of racialization and colonization, Morrison calls our attention to the interplay between freedom and mutual responsibility. As she stated in a 1979 speech at Barnard College, “the function of freedom is to free someone else.” Morrison’s aphorism offers an entry point into a rich articulation of freedom *as* mutual responsibility, as well as a dynamic critique of Euromodern notions of individual liberal freedom.

Freedom and *The Bluest Eye*

Toni Morrison (1988) stated in an interview that “*The Bluest Eye* [...] was a book that I wanted to read, and I couldn’t find it anywhere.” Morrison’s first novel centers on a subject that is almost impossible to locate in the American literary canon: a young black girl. *The Bluest Eye* focuses on Pecola Breedlove, a child living in Morrison’s hometown of Lorain, Ohio, and chronicles her persistent and seemingly pre-ordained mental implosion. This psychic annihilation occurs through acts of both spectacular and quotidian violence; almost every point in the novel in some way contributes to or expedites this collapse. Everything from a trip to the candy store, a visit to a fortune teller, a walk home with a new classmate, contributes to the destruction of Pecola. *The Bluest Eye*, it can be said, illustrates Frantz Fanon’s (2008/1967) thesis in *Black Skin, White Masks*, that “a normal Negro child, having grown up within a normal family, will become abnormal on the slightest contact with the white world” (p. 111).



The challenge Morrison issues the reader is not to pity Pecola or to disregard her story as spectacular, but quite the opposite. Readers must witness the absolute extent of the damages rendered by internalized racism and colonialism on a community's most vulnerable member, and know her fate at every step. They must experience a narrative of the entire world that bears itself on the psyche of a little girl. While Morrison, as she mentioned in her forward, stated she was unsatisfied by the results of structuring a novel in such a way ("readers remain touched but not moved" [p. xii]), we are given a framework for intimately understanding the ways in which social structures manifest at the individual level.

Part of the way that Morrison is able to keep the reader accountable, so to speak, for the destruction of Pecola, is by situating each instance of violence in a much broader context — every quick remark, absent glance, or abusive interaction is given a lifetime of explanatory circumstances. Consequently, the violence visited upon Pecola is rational, justified, almost necessary. Consider Geraldine, who calls Pecola a "nasty little black bitch" (p. 92). Morrison does not leave Geraldine as a blank and one-dimensional 'villain,' but instead articulates the social structure that produced the terms of such an encounter: this begins with a kaleidoscopic account of assimilated, Black middle-class womanhood and the limitations, restrictions, and foreclosures such a lifestyle imposes; such a repressed but austere existence also inhibits the capacity to feel authentic affection for others, since every encounter is filtered through social pretense — marriages are loveless and pleasureless, births are perfunctory; the only place to find authentic affection is with something that is not human — thus Geraldine, we are told, cares for a cat in a way that she could not and would not care for her own child. Her child, then, is duly alienated: first, he recognizes that he is not as loved by his mother as a cat (though his material needs are met); second, he is restrained by the same assimilated, middle-class social hierarchy as his mother, and is not allowed to play with Black children that have not been vetted and approved. Thus, his dysphoria manifests in a double hatred of the cat (the true object of his mother's affection) and his lower-class Black peers. So when Junior invites the poor, dark-skinned Pecola into his house, traps her, sees that she too cares for the cat, throws the cat against the radiator, and blames the girl, it is logical. And when a poor, dark-skinned girl — who has not *worked* to assimilate and build a home and lovelessly please a husband — enters Geraldine's home and is blamed for



hurting her cat, the words “nasty little black bitch” (p. 92) seem rational, though profoundly devastating nevertheless.

Morrison does not allow readers to divorce violence from its social context, nor write off perpetrators as ‘villains.’ This is true even for Cholly Breedlove, Pecola’s father. Not only does Cholly burn down the house, abuse his spouse and children, and drink himself into a stupor, the climactic act of violence in the novel occurs when he rapes Pecola. Yet Morrison does not allow us to divorce Cholly’s violence from the broader social context.

Cholly’s story begins with his mother abandoning him on railroad tracks. Though his great aunt Jimmy finds him, Cholly is nevertheless marked by a dual alienation: his father had already left town and his mother, who we are told “wasn’t right in the head” (p. 132), leaves without a trace. Like Frederick Douglass, who was raised primarily by his grandmother and only met his mother a handful of times (Douglass, 2014/1855), Cholly develops a strong attachment to the elder Jimmy, who cares for him like no one else would. When Cholly is fourteen, however, Jimmy dies after eating a piece of peach cobbler against the recommendation of the town healer.

At Jimmy’s wake, Cholly faces another traumatic, but formative, incident. Having “not yet fully realized his aunt was dead” (p. 143), Cholly was moved by the attention and care of strangers, as well as cousins and extended family whom he had not met. Following the lead of an elder cousin, Cholly asks a girl, Darlene, to walk out beyond the house; Cholly and Darlene, who are both adolescents, experience sexual and romantic intimacy together for the first time. This is not only meaningful insofar as it is connected with the death of the maternal, nurturing Jimmy (“Suddenly he realized that Aunt Jimmy was dead” [p. 146]), but made all the worse by the sudden appearance of two white men. What begins as a consensual (if bereaved) romantic encounter is quickly transformed into a dramatic act of racialized sexual violence; the two white men, at gunpoint, force Cholly to rape Darlene “with a violence born of total helplessness” (p. 148). Unable to resist this racial-sexual violence, the young Cholly directs his rage and helplessness at Darlene: “He hated her. He almost wished he could do it—hard, long, and painfully, he hated her so much” (148). What’s more, “Never did he once consider directing his hatred toward the hunters. Such an emotion would have destroyed him” (150).

Cholly’s experience, here, is significant in a number of ways. His early upbringing is an echo of Frederick Douglass’ and many other antebellum slave narratives; he experiences, immediately, what Orlando Patterson (1982)



describes as “natal alienation” (p. 7)— that is, a severing or abortion from kinship, cultural memory, and (importantly) the maternal. Like Douglass and his grandmother, Cholly experiences the love and care of an older family member (his great aunt Jimmy); yet both connections are severed violently. For Douglass (2014/1855), this means being relocated to the plantation and the full realization that he is *enslaved* (p. 39); for Cholly, this is the inextricably linked death of his maternal protector and the formative act of psycho-sexual terror. In both cases, the alienation is produced and conditioned by a social, economic, and political context of white supremacy; the result, in both cases, is a sense of what Elizabeth Bohls (2014) calls “existential homelessness” (p. 165).

Following this, Cholly is ambulatory. Fearing that Darlene may be pregnant, Cholly recognizes an existential closeness with his father, who had also abandoned a pregnant woman; consequently, he decides to seek out and find him, knowing only that he had gone to Macon, Georgia. When Cholly does encounter his father, he is not warmly received— speechless and unable to introduce himself fully, his father tells him “get the fuck outta my face!” (p. 156). Cholly then runs away and, “pulling every nerve and muscle into service to stop the fall of water from his eyes” (p. 156-157), he unwittingly defecates in his pants, christening his ultimate humiliation and his complete alienation. At this point, Cholly is completely alone and collapses upon this realization:

...he thought of his Aunt Jimmy, her asafetida bag, her four gold teeth, and the purple rag she wore around her head. With a longing that almost split him open, he thought of her handing him a bit of smoked hock out of her dish. He remembered just how she held it—clumsy-like, in three fingers, but with so much affection. No words, just picking up a bit of meat and holding it out to him. And then the tears rushed down his cheeks, to make a bouquet under his chin (p. 158).

Cholly, here, exists outside of kinship or care. He is fully and completely alienated from his family, community, and his own body (seen both in the act of racialized rape and his inability to control his own bowels). Insofar as Cholly is eradicated from social relations, he thus exemplifies natal alienation, existential homeless— “social death” (Patterson, 1982).

It is at this point that Morrison introduces a discussion of freedom (*to* and *from*) connected with Cholly:



Only a musician would sense, know, without even knowing that he knew, that Cholly was free. Dangerously free. Free to feel whatever he felt—fear, guilt, shame, love, grief, pity. Free to be tender or violent, to whistle or weep. Free to sleep in doorways or between the white sheets of a singing woman. Free to take a job, free to leave it. He could go to jail and not feel imprisoned, for he had already seen the furtiveness in the eyes of his jailer, free to say, “No, suh,” and smile, for he had already killed three white men. Free to take a woman’s insults, for his body had already conquered hers. Free even to knock her in the head, for he had already cradled that head in his arms. Free to be gentle when she was sick, or mop her floor, for she knew what and where his maleness was. He was free to drink himself into a silly helplessness, for he had already been a gandy dancer, done thirty days on a chain gang, and picked a woman’s bullet out of the calf of his leg. He was free to live his fantasies, and free even to die, the how and the when of which held no interest for him. In those days, Cholly was truly free. Abandoned in a junk heap by his mother, rejected for a crap game by his father, there was nothing more to lose. He was alone with his own perceptions and appetites, and they alone interested him (p. 159-160).

Morrison takes the supreme Western value of individual liberal-freedom and turns it on its head; not only is Cholly free to do whatever pleases him, he is free to inflict grievous harm on others. Existing outside of the social world, Cholly is ‘freed’ through an abdication of all responsibility, be it to others or himself.

It is Cholly’s ‘freedom’, then, that enables him to rape his own daughter, Pecola. The idea of marriage and parenthood is inconceivable to him: “To be required to sleep with the same woman forever was...[an] unnatural idea to him” (pg. 160) and “Having no idea of how to raise children, and having never watched any parent raise himself, he could not even comprehend what such a relationship should be” (p. 160). In a mimetic scene echoing his forced rape of Darlene, Cholly finds himself in the kitchen with Pecola harboring a “hatred of her” which “slimed in his stomach and threatened to become vomit” (p. 162) as well as a perverse “tenderness” (p. 163) — both of these emotions emerge out of the recognition that Pecola, young and innocent, loves him. He at once hates himself that he is unable to possibly provide anything “that would in turn allow him to accept her love”



(p. 162), hates her that her love could threaten his dangerous 'freedom' with responsibility, closeness, and trust, while he also yearns to be able to be protective, tender, and caring, without any understanding as to how (besides sexuality). After recognizing the situation with sobriety, "Again the hatred mixed with tenderness. The hatred would not let him pick her up, the tenderness forced him to cover her" (p. 163).

Cholly's actions indicate the fundamental limits with a liberalist/individualist notion of freedom as unrestrained action. As Lewis Gordon (2021) points out, the language of liberty (as an absence of responsibility) is more akin to 'license' than *being free* or *living well* in any meaningful sense. Morrison writes of the community which oversaw Pecola's destruction: "we were not free, merely licensed" (p. 205). Here, a significant difference is introduced between the completely unrestrained freedom of Cholly and the aspirational value which the narrator describes was lacking—it is this difference that brings Morrison's critique of (liberal) freedom and articulation of freedom as a meaningful and worthwhile endeavor.

Individual/liberal-freedom, as enshrined in Euromodern philosophy, is predicated on a fundamental misanthropy. That is to say, that Locke and Hobbes found something inherently compromising about responsibility/obligation/commitment highlights a resentment of other humans endemic to Western thought. This anti-human misanthropy, what Jesús 'Chucho' García (2018) aptly calls a "filosofía del desprecio" ('philosophy of contempt'), manifests in liberal thought as anxiety around the Other (in the existentialist sense of the word): to be close, proximate, and *responsible* for the Other, is then always to foreclose one's own individual liberty.

What Morrison highlights is that to be without responsibility to Others is to experience a kind of slavery. Sylvia Wynter (1990) argues, to this end, that in the Congolese "socio-symbolic system" (p. 88), slavery was understood first and foremost as a kind of kinlessness; it was lineagelessness, existing without responsibility to or by others, that provided the foundation for human captivity. Just as Jean-Paul Sartre (2007/1945) deconstructed the idea of a universal morality through an ethical paradox for which there was no clear answer — a student who bore dual and mutually-exclusive responsibilities to fight for his country and care for his mother — Morrison highlights a paradox in the liberal idea of 'freedom from': to be totally *free from* the other is to be enslaved by one's own kinlessness. Put another way, to be under the control of another (as in the case of chattel slavery) is to



exist with diminished liberty, an issue to which Morrison is clearly attentive; on the other hand, to be outside of responsibility by and for others is to exist in this kind of liminal, kinless slavery — an existential homelessness. What Cholly's story tells us is that responsibility to others is not a counterpoint that must be balanced with freedom, but that *responsibility in fact brings about the conditions necessary to realize freedom*.

The idea of responsibility *as* freedom pervades Morrison's work. This is clear in Sethe's haunted relationship with her children (Morrison, 1987), Milkman's reciprocal intimacy with Sweet (Morrison, 1977), Pilate, Eva, Baby Suggs, and Maginot Line, each of whom embody an ethic of responsibility and care which defines their freedom (Morrison, 1973; 1977; 1987). The fundamental tension between freedom and responsibility expounded upon endlessly in Western philosophy is exposed, here, as a false dilemma. Freedom, then, can only be realized in proximity with others; without reciprocal responsibility—the pure libertarian ideal—the very being itself is compromised. As Morrison (1979) explained, “the function of freedom is to free someone else”; it is the enactment and elation of Others that provides the necessary condition through which one can endeavor toward *freedom*, in a meaningful way.

Conclusion: Mutual Responsibility and Africana Philosophy

After Pecola is impregnated by Cholly, the nine-year old narrator, Claudia, and her sister Frieda bury marigold seeds in a straining and silent attempt to protect Pecola. Yet the children's magic is not enough to prevent Pecola's collapse: “The damage done was total” (p. 204). Claudia and her sister take full accountability for Pecola's destruction—they had simply and stupidly buried the seeds too deep, and thus Pecola's child and sanity “shriveled and died” (p. 6). Ironically, the only ones who attempt to take responsibility for Pecola—the child narrator and her sister—are the only ones who are not capable of protecting and nurturing a child. That is to say, while Frieda and Claudia recognize their own role in Pecola's destruction, it is the family, community, and *world* that is responsible. Claudia declares:

I did *not* plant the seeds too deeply, how it was the fault of the earth, the land, of our town. I even think now that the land of the entire country was hostile to marigolds that year. This soil is bad for certain kinds of flowers. Certain seeds it will not nurture, certain fruit it will not bear, and when the land kills of



its own volition, we acquiesce and say the victim had no right to live. We are wrong, of course, but it doesn't matter. It's too late (p. 206).

Thus the opening line of the book comes into focus: "*Quiet as it's kept, there were no marigolds in the fall of 1941*" (p. 5). The botanical anomaly is kept quiet precisely because it marks the inherent environmental hostility that dehumanizes Pecola, or someone *like* Pecola; it is also hushed because it stands in for the *failure* of a community to transcend genocidal colonial impulses. As Morrison makes clear, they, too, relied on Pecola's dejection for their own self-worth (p. 205).

That there were no marigolds in this instance speaks to the importance Morrison places on mutual responsibility as a precondition of freedom; in this way, Morrison is tapping into a much broader legacy of Black thought on community, responsibility, and mutuality. Morrison's work relates, for instance, to Douglass's commitment to "human brotherhood" (Buccola, 2012, p. 80) or Wynter's (1995) articulation of "interaltruistic conspecifics" (p. 20). This commitment to mutual responsibility is especially pronounced in the work of Frantz Fanon (2008/1967), who explains:

Colonial racism is no different from any other racism. Anti-Semitism hits me head-on: I am enraged, I am bled white by an appalling battle, I am deprived of the possibility of being a man. I cannot disassociate myself from the future that is proposed for my brother. Every one of my acts commits me as a man. Every one of my silences, every one of my cowardices reveals me as a man (p. 65-66).

Fanon explains in a footnote that this passage is written in reference to the concept of "metaphysical guilt," a term introduced by Karl Jaspers, the German-Swiss psychiatrist and philosopher (p. 66n9). Fanon responds to and rejects Jaspers' theological basis of metaphysical guilt:

Jaspers declares that this obligation stems from God. It is easy to see that God has no business here. Unless one chooses not to state the obligation as the explicit human reality of feeling oneself responsible for one's fellow man. Responsible in the sense that the least of my actions involves all mankind. Every action is an answer or a question. Perhaps both. When I express a specific manner in which my being can rise above itself, I am affirming the worth of my action for others. Conversely, the



passivity that is to be seen in troubled periods of history is to be interpreted as a default on that obligation (p. 66n9).

Fanon, here, is articulating a crucial interconnectedness that demands a mutual responsibility— by defaulting on this responsibility, Fanon argues, he is literally deprived of his humanity.

We hope to demonstrate, here, that the seeming antagonism between freedom and responsibility is, like many other concepts taken to be essential and inherent facts of the world, a fiction or “invention” of Euromodernity (Mudimbe, 1988; Oyěwùmi, 1997). Looking at the work of Toni Morrison, this much becomes clear. *The Bluest Eye* provides a searching inquiry, vivid illustration, and very necessary explication of the idea and function of freedom: that is, “to build the world of the *You*” (Fanon, 2008/1967, p. 181), “to free someone else” (Morrison, 1979).

References

- BOHLS, E.A. **Slavery and the politics of place**: Representing the colonial Caribbean, 1770-1833. Cambridge University Press, 2014.
- BUCCOLA, N. **The political thought of Frederick Douglass**: In pursuit of American liberty. New York University Press, 2012.
- DOUGLASS, F. **My bondage and my freedom**. Yale University Press, 2014. Original work published 1855.
- FANON, F. **Black skin, white masks**. (C.L. Markmann, Trans.). Pluto Press, 2008. Original translation published 1967.
- GARCÍA, J.C. Afroepistemología y pedagogía cimarrona. In: R. Campoalegre Septien (Ed.), **Afrodescendencias**: Voces en resistencia (pp. 59-70). CLACSO, 2018.
- GLISSANT, E. **Caribbean discourse**. (J.M. Dash, Trans.). University Press of Virginia, 1989.
- GORDON, J.A. **Creolizing political theory**: Reading Rousseau through Fanon. Fordham University Press, 2014.
- GORDON, L.R. **Disciplinary decadence**: Living thought in trying times. Paradigm Publishers, 2006.
- GORDON, L.R. Africana philosophy and philosophy in black. **Black Scholar**, 43(4), 46-51, 2013.
- GORDON, L.R. **Freedom, justice, and decolonization**. Routledge, 2021.
- HOBBS, T. **Leviathan**. Hackett, 1994. Original work published 1651.



- LOSURDO, D. **Liberalism: A counter-history**. (G. Elliott, Trans.). Verso, 2011.
- MORRISON, T. **Sula**. Knopf, 1973.
- MORRISON, T. **Song of Solomon**. Knopf, 1977.
- MORRISON, T. The lesson of Cinderella's stepsisters. **Ms.**, 41-42, 1979.
- MORRISON, T. **Beloved**. Knopf, 1987.
- MORRISON, T. (1988, February). Interview by M. Nicholson. **Mavis on Four** [Television broadcast], 1988.
- MORRISON, T. **The bluest eye**. Vintage Books, 2007. Original work published 1970.
- MUDIMBE, V.Y. **The invention of Africa: Gnosis, philosophy, and the order of knowledge**. Indiana University Press, 1988.
- OYĒWŪMI, O. **The invention of women: Making an African sense of western gender discourses**. University of Minnesota Press, 1997.
- PATTERSON, O. **Slavery and social death: A comparative study**. Harvard University Press, 1982.
- PETTIT, P. Liberty and Leviathan. **Politics, Philosophy & Economics**, 4(1), 131-151, 2005.
- ROBERTS, N. **Freedom as marronage**. University of Chicago Press, 2015.
- ROBERTS, N. On freedom and radicalizing the Black radical tradition. **Black Perspectives**, 2016. <https://www.aaihs.org/on-freedom-and-radicalizing-the-black-radical-tradition/>
- SARTRE, J.P. **Existentialism is a humanism**. (C. Macomber, Trans.). Yale University Press, 2007. Original lecture delivered October 29, 1945.
- WYNTER, S. (1990). **Do not call us negroes: How multicultural textbooks perpetuate racism**. Aspire Books, 1990.
- WYNTER, S. (1995). 1492: A new worldview. In: V.L. Hyatt & R. Nettleford (Eds.), **Race, discourse, and the origins of the Americas: A new worldview** (pp. 5-57). Smithsonian Institution Press, 1995.
- WYNTER, S. Unsettling the Coloniality of Being/Power/Truth/Freedom: Towards the Human, After Man, Its Overrepresentation--An Argument. **CR: The New Centennial Review**, 3(3), 257-337, 2023.

Received on 31 Jan. 2023 | accepted on 29 Jun. 2023.



Resenhas



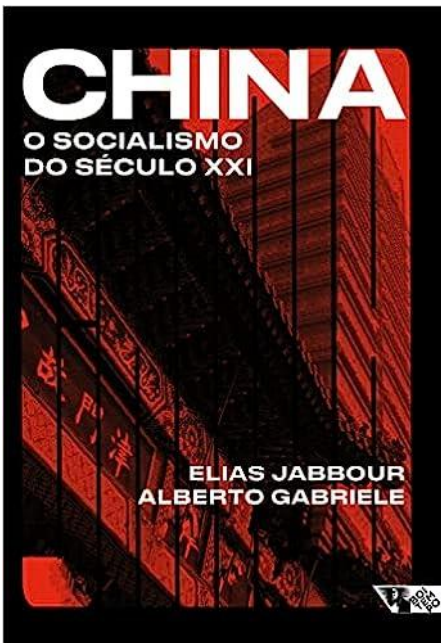
China — o socialismo do século XXI

ELIAS JABBOUR & ALBERTO GABRIELE

São Paulo – SP: Boitempo, 2021. 314 p.

Zuleica Cristina Vicente¹

275



O livro surgiu do cruzamento da obra de dois professores pesquisadores que dedicaram suas vidas a compreender o desenvolvimento econômico e social chinês e traz grandes contribuições para o campo marxista, sobretudo no que se refere a desmistificação acerca do socialismo e comunismo, tão atacados atualmente. Alberto Gabriele é consultor e pesquisador, atuou por mais de 30 anos como economista do desenvolvimento em várias organizações da ONU na Europa, África, Ásia e América Latina. Suas pesquisas se centram nas temáticas: políticas e estratégias de desenvolvimento econômico e

social, com atenção especial para políticas industriais e de concorrência, reestruturação de empresas estatais, comércio internacional e China; Elias Jabbour é professor dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Econômicas (PPGCE) e em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pesquisa há mais de 25 anos temáticas

¹ Mestra em educação e doutoranda em educação, na Faculdade de Educação (UNICAMP), formada em Gestão Empresarial, Pedagogia e Ciências Sociais. Professora na Rede Estadual do Estado de São Paulo. | zig_zu@hotmail.com



do socialismo e da experiência chinesa e é vencedor do *Special Book Award of China 2022*.

Os autores, ao longo das quase 500 páginas, divididas em partes, e subdivididas em tópicos levam o leitor a pensar a respeito do desenvolvimento econômico chinês nessas últimas décadas. Também associam de forma bastante feliz temas caros à economia política, a uma consistente coletânea de dados estatísticos e a um campo novo de pesquisa, qual seja: o da neuroeconomia, que nos permite refletir sobre a relação “comportamento competitivo x comportamento cooperativo”, que é verdadeiramente instigante.

A divisão do livro em partes, e em tópicos possibilita ao leitor apropriar-se de discussões teóricas, muito bem desenvolvidas, que são essenciais para todo aquele que se predispõe a estudar o marxismo, e nesse sentido, a obra deve ser indicada para aqueles que estão iniciando sua trajetória acadêmica, ou mesmo para aqueles que ainda que não estejam inseridos nesta realidade, se interessam pela compreensão de questões geopolíticas, sobretudo porque a China ainda é um mistério para a maioria de nós, altamente contaminados por uma visão ocidental de mundo.

Ainda no que se refere a apresentação e organização da obra, os autores optaram por colocar as notas de rodapé no final de cada tópico e pela utilização excessiva de siglas, o que torna a leitura um pouco mais difícil e cansativa. Mas, compreendo que quanto às notas de rodapé, este tem sido o padrão adotado pela maioria das editoras.

Ao longo da primeira parte, temos uma exposição teórica bastante interessante, dividida em tópicos, absolutamente importantes para a compreensão da economia política como ciência e que são resumidos em poucas páginas sem comprometer a compreensão da mesma, evidenciando um grande poder de síntese dos autores. A discussão proposta sobre a teoria do valor e da existência de um metamodo, que como a expressão mesmo evidencia, está ‘além do modo’ é absolutamente necessária para pensarmos as relações de produção para além do capital.

Na palavra dos próprios autores: “nenhuma engenharia social alternativa poderá ir além dos limites impostos pelo metamodo de produção. Porém, o sistema permite a existência tanto de projetos nacionais quanto de formações econômico-sociais não capitalistas”. A maioria dos tópicos torna central a discussão acerca da teoria do valor e como esta também estaria presente no socialismo, segundo os autores. Este é o primeiro ponto de inflexão que o livro nos traz e nos movimenta no sentido



de realmente considerar a centralidade desta teoria, sobretudo porque os autores ainda apontam a educação como “trabalho improdutivo” e esta é uma questão que dialoga diretamente com discussões importantes nos departamentos de educação das principais universidades, posto que a financeirização da educação com a criação de grandes grupos educacionais, que obtêm seus maiores retornos financeiros de operações em bolsa de valores e não mais da venda do serviço educacional em si, é um ponto de extrema importância para repensarmos essa classificação de trabalho em improdutivo e produtivo.

No ponto mais importante de inflexão, que aparece ao longo das duas partes do livro, os autores reconhecem no desenvolvimento do capitalismo chinês características que os levam a reclassificação desse “capitalismo de novo tipo” como socialismo de mercado. Para defender sua hipótese, os autores propõem aos pesquisadores do campo marxista - que divergem quanto ao entendimento da existência ou não de países socialistas na atualidade, - que repensem modelos clássicos de socialismo, que mais se aproximam de um socialismo utópico -, a considerarem nosso atual momento histórico e as condições materiais que nos são dadas. A esse respeito, como pesquisadora do campo marxista, concordo que alguns de nós ainda insista nessa posição, quase de defesa, em alusão á fábula do verdadeiro escocês, à um tipo místico de socialismo, que se aplicaria como receita de bolo, fazendo com que estes refutem qualquer possibilidade de reconhecimento da existência de países socialistas, que não se enquadram nas experiências Russa (do início do século passado) e a Cubana. Por outro lado, também entendo que alguns de nós, levados por um sentimento honesto, de ver em vida aquilo pelo que lutamos se materializar, podemos ser levados a enxergar nosso desejo materializado, ainda que este não o seja, considerando somente a satisfação da nossa expectativa e não os fatos. Para fugirmos desses dois momentos, que ainda que sejam diferentes dizem respeito à mesma negação, construímos pesquisas sólidas e tentamos nos afastar do nosso objeto, de forma a não o contaminar com nossas visões de mundo. Todavia, devemos aceitar que não existe neutralidade nos campos de pesquisa econômico e social, e partindo deste pressuposto, a aceitação da hipótese trazida pelos autores não depende somente do nosso desprendimento de modelos utópicos ou da realização das nossas expectativas, mas da observação metódica das condições materiais e da constatação das transformações socioeconômicas estruturais necessárias para uma transição socialista visando ao comunismo.



Nesse sentido, apesar da boa exposição teórica e dos dados trazidos pelos autores, ainda não é possível afirmarmos de forma categórica que estamos diante de uma China socialista, posto que, a compreensão mais basilar a respeito de socialismo o coloca como forma de transição para o comunismo. É fato que diferentes modos de produção coexistem, também é fato que devemos considerar sempre em nossas análises o nosso contexto histórico. E nesse aspecto, considerando as condições de desenvolvimento e projeto econômico chinês, o comunismo não aparece no horizonte como possibilidade, ao menos não de forma clara.

Todavia, a não concordância com a hipótese apresentada pelos autores não tira o mérito da obra. Indico fortemente a leitura e a crítica, tão necessária para superarmos visões e modelos romantizados que não se aplicam por lhes faltarem materialidade e partirmos para soluções que nos levem de forma efetiva para a revolução que tanto almejamos.

Referências

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China**: o socialismo do século XXI. São Paulo – SP: Boitempo, 2021.

Recebido em 20 jun. 2023 | aceite em 25 jun. 2023



Entrevista

279



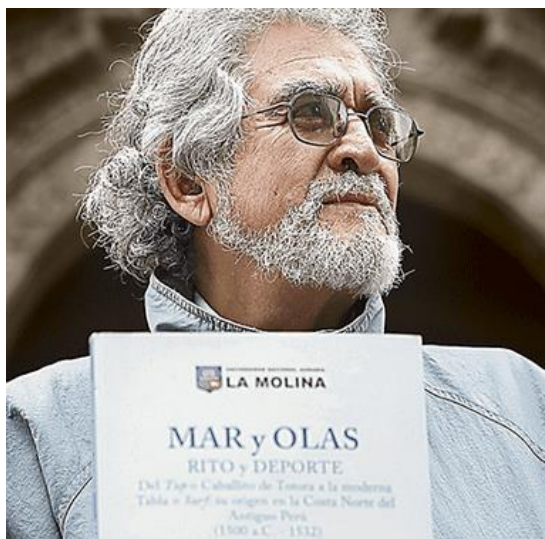
Entrevista com Enrique Amayo

Entrevistadores IBEC

Apresentação | Ivan Lucon Jabob

280

É com grande satisfação que a **Revista Fim do Mundo** em sua **edição nº 9** apresenta a entrevista com o professor e pesquisador peruano Enrique Amayo Zevallos. Com uma trajetória de vida muito rica, suas pesquisas acadêmicas sempre refletiram as questões sociais prementes de seu tempo, e na entrevista pode-se perceber um pensador atento aos problemas atuais com um olhar bastante aguçado, como quando fala de seu Peru natal.



Amayo, como é mais conhecido, iniciou seu caminho acadêmico ainda no Peru, graduando-se em Sociologia e Economia do Desenvolvimento na Universidad Nacional Agraria, no final da década de 1960. Por conta dos problemas políticos de seu país, onde após recusar um cargo público no regime militar de Juan Velasco tornou-se “um inimigo do governo”, partiu para fazer seu mestrado em Estudos Internacionais Latino-americanos na University of Liverpool, na Inglaterra. Lá, travou contato com o renomado historiador marxista britânico Eric Hobsbawm, que foi seu orientador em um

doutorado interrompido na University of London. Na década de 1980, concluiu seu doutorado na University of Pittsburgh, Estados Unidos.

Chegando ao Brasil no meio da década de 1980, tornou-se professor da Unesp Araraquara em 1986 ficando lá até sua aposentadoria em 2014, com o título de livre-docente. Foi também professor do Programa de Pós-graduação San Tiago Dantas e de diversas instituições de ensino no Peru e no México, além de ser pesquisador no Instituto de Estudos Avançados da USP.

Nesta entrevista, conduzida por vídeo pelos membros do IBEC, que coordenam esta edição da **Revista Fim do Mundo**, Adilson Gennari, Zuleica Vicente e Aline Miglioli, e mediada por Fabio Castro, Amayo tratou de temas históricos desenvolvidos em suas pesquisas como os povos originários e amazônicos, as relações com a China, a questão da dependência e o conceito de “colonialidade do poder” de seu compatriota Anibal Quijano, do “fenômeno” Pedro Castilho e até entrou no espinhoso tema “reforma ou revolução”. Esperamos que nossos leitores apreciem a leitura tanto quanto nós apreciamos conduzir e publicar esta entrevista!

Boa leitura!

[Adilson Gennari] Professor Amayo, sua trajetória acadêmica começou no Peru e logo o senhor foi à Inglaterra fazer seus estudos sendo orientado pelo Hobsbawm. Quais foram as suas motivações e como o senhor encontrou o cenário acadêmico para debater a história da América Latina naquele espaço? Pode ficar à vontade para falar um pouco da sua trajetória, graduação, mestrado, doutorado ao longo desta sua resposta.

Bom, muito obrigado. Sou um homem de sorte devido ao fato de que quando eu estive no Peru, entrei na universidade num momento em que havia ali uma galera crítica e intelectual muito importante. Por exemplo, não sei vocês já ouviram falar de um sociólogo chamado Aníbal Quijano, que foi fundamental para a história do Instituto de Estudos Avançados naquele momento. Quando ele passou por aqui, o Memorial da América Latina criou uma catedral chamada Simón Bolívar pelo trabalho dele.

Aníbal Quijano foi meu professor nessa universidade, que

originalmente era de agricultura, assim como a Esalq (USP) aqui no Brasil, a Universidade Nacional Agrária. Ali estava também outro acadêmico muito importante, não apenas na história do Peru, se não na história da questão indígena em todo o continente, chamado José Maria Guedes.

Um dia apareceu pela universidade o Eric Hobsbawm como convidado para uma palestra. Ele tinha participado de algum debate sobre alguma polêmica na revista New York Review Book com o Aníbal Quijano. O Aníbal era meu professor e posteriormente, quando eu fui à Europa entrei em contato com ele.

Bom, por que fui à Europa? Porque no ano 1968 houve no Peru uma coisa peculiar: um golpe de estado militar de esquerda, que liberou a todos os presos políticos e estabeleceu relações com todos os países socialistas. Houve o regime de um militar chamado Juan Velasco. Ele chamou todo o pessoal de esquerda para trabalharmos com ele no governo. Mas tinha gente que desconfiava dos militares e eu fazia parte deles.

Então, eles quiseram me fazer de chefe da reforma agrária do sul do Peru. Mas eu tinha só 23 anos e eles não tinham gente, então queriam a gente no governo. O sul do Peru era muito importante. Não sei se vocês já ouviram falar de Hugo Blanco, um líder camponês de importância internacional, mas que agora, é claro, já é uma velhinho de 100 anos. Todo o sul do Peru estava muito convulsionado por guerrilhas antes do regime militar, mas no período de paz após o golpe, o Juan Velasco convidou o Hugo Blanco para ser seu assessor, o que ele não aceitou, mas outros ex-guerrilheiros foram e eu... eu tinha 23 anos e eles queriam me fazer chefe da reforma agrária desta parte sul do Peru! Neste momento eu tinha recém me graduado somente como sociólogo. Para mim era demais. Eu não podia aceitar e não aceitei. Então o governo me considerou como um inimigo.

Então eu decidi sair do meu país e consegui um convite com os maoístas da Noruega, que formavam parte de um centro de pesquisa chamado Centro de Pesquisas para a Paz, que é quem dá o Prêmio Nobel da Paz (que é dado pela Noruega e não pela Suécia). Então eu acabei indo à Noruega. Quando eu estava na Noruega pensei em escrever a Aníbal Quijano para que ele escrevesse à Hobsbawm.

Ele falou que eu precisava amadurecer um pouco, então eu fui a Liverpool fazer meu mestrado até que Aníbal Quijano escreveu à Hobsbawm e ele me aceitou como aluno na Universidade de Londres, o College, fui aluno e orientado por Eric Hobsbawm entre 1974 e 76.

Nesse período - eu sou peruano e a gente que gosta de comer - era

impossível comer no restaurante universitário inglês porque eles são capazes de comer uma comida horrível. Cruzando a biblioteca da Universidade, logo em frente ficava a Buch House, que era a casa da BBC que transmitia notícias em 39 idiomas estrangeiros. Então um amigo indiano me deu uma dica: ali tinha um restaurante para estrangeiros da BBC, onde em um dia tinha comida indiana, no outro dia chinesa, outro dia mexicana porque tinha gente ali das 39 nacionalidades. Eles achavam que nós éramos parte dos trabalhadores da BBC e nos cobravam o mesmo preço da Universidade, com a diferença que ali se comia muito bem. Uma curiosidade é que foi lá que eu conheci a minha esposa, que é brasileira, mas na época trabalhava na BBC. No ano de 1976 nós decidimos ir embora. Nesse momento, depois de 4 anos, Hobsbawm havia me dito que eu precisava fazer trabalho em campo no Peru. Então, eu e minha esposa fomos ao Peru onde nasceram meus filhos.

A situação tinha mudado muito no Peru porque, claro, sendo esse governo militar, um governo de esquerda, tinha enfrentado muitos problemas, principalmente com os Estados Unidos. Então a situação econômica foi ficando muito complicada no Peru. Eu tinha o compromisso de voltar à Inglaterra para terminar meu doutorado, mas eu tinha que trabalhar enquanto estava no Peru. Consegui um trabalho no Peru no Instituto Nacional de Planejamento, em que eu coordenava uma equipe que trabalhava em economia e planejamento. Ali o tempo foi passando e a situação econômica ficando extremamente complicada.

Minha esposa não conseguiu um trabalho fixo, mas conseguiu uma bolsa ótima. Os salários eram tão baixos no Peru, que por exemplo, eu tinha um cargo muito importante em um Ministério, mas meu salário era de 900 USD. Já a minha esposa conseguiu uma bolsa para fazer o mestrado na Universidade Católica do Peru e a bolsa era de 300 USD.

Nessa situação eu já tinha 2 filhos e eu precisava terminar meu doutorado, minha esposa começou a ficar muito preocupada pela situação e um dia eu estava pesquisando sobre o que fazer e vi a convocatória para um programa na Universidade de Pittsburgh, nos Estados Unidos, que dava bolsas para pesquisadores júniores.

Eu tive a sorte de ter um irmão médico que morava justamente em Pittsburgh. Eu entrei em contato com meu irmão, participei do concurso e ganhei bolsa. E assim fomos a Pittsburgh, pensando eu que em um ano eu conseguiria uma bolsa para retornar à Inglaterra. Mas foi impossível voltar para a Inglaterra porque ela mudou totalmente desde quando eu estive ali

no período de Hobsbawm, ou seja, antes da [Margareth] Thatcher.

Naquele momento inicial, a universidade inglesa era muito barata, Hobsbawm mesmo trabalhava em um College que era para trabalhadores e nós, éramos alunos *part-time*. Isso significava que, em vez de fazer o doutorado em 4 anos, eu tinha que fazer pelo menos em 6 anos, mas praticamente não pagávamos coisa nenhuma, era coisa de US\$ 100,00 por ano. Esse mesmo College passou a cobrar mil dólares, enquanto os Colleges normais, *full-time*, que cobravam antes US\$ 600 USD por ano, passaram a US\$12.000.

A situação na Inglaterra tornou impossível para gente retornar. Ao mesmo tempo, nos Estados Unidos me ofereceram uma bolsa extraordinária, por isso eu acabei ficando nos Estados Unidos, onde terminei meu doutorado. Aliás, sou muito agradecido a essa universidade por ter uma área de estudos latino-americanos. Não sei se vocês sabem o que é a LAS, Latin-American Studies Association. É um centro de estudos em Pittsburgh muito dedicado a América Latina.

Então tive muita sorte também ali. Terminei sendo professor do departamento de história, por 1 ano, porque ali eles não permitem que você fique mais tempo depois que se gradue. O sistema norte-americano é bem diferente do nosso, aqui é possível que um professor consiga muitas vezes que o aluno fique na instituição. Lá, se você se graduou ali, você tem que ir embora por pelo menos três anos antes de voltar. Também não há esse patrimonialismo que, infelizmente, temos muito por aqui. Então ali me convidaram por 1 ano, mas se eu queria voltar, tinha que ficar fora por pelo menos 3.

Eu não queria ficar nos EUA por três anos, eu queria retornar à América Latina com minha esposa. Nós então retornamos, mas era impossível retornar ao Peru porque nesse período começou uma guerra interna violentíssima no Peru relacionada com o Sendero Luminoso, que matou 70.000 pessoas. Em termos proporcionais, se uma coisa equivalente tivesse acontecido no Brasil, o número de mortos teria sido quase 6.000.000. A situação gerou um problema econômico muito grave, portanto, era impossível retornar.

Ao mesmo tempo, estava se abrindo coisas muito importantes no Brasil e a minha esposa sugeriu que viéssemos para cá. A Unesp, por exemplo, estava começando a se expandir. Originalmente eu vim para a USP como professor na pós-graduação, mas como ali não tinha uma vaga, o Carlos Guilherme Mota, que era o chefe do departamento de história na

Unesp, me disse que eles estavam abrindo vagas. Eu fiz o concurso e passei na Unesp, mas sempre me mantive vinculado à USP no Instituto de Estudos Avançados, onde fiquei como pesquisador visitante por 10 anos.

Eu entrei na UNESP em 1986 e fiquei até o ano 2014, quando me mandaram embora após fazer 70 anos, pois com 70 anos eu teria 35 anos de trabalho aqui e por isso, me aposentaram.

|Adilson Gennari| A segunda pergunta é a seguinte, ao estudar a história da América Latina, o senhor se dedicou extensivamente aos conflitos interamericanos, por exemplo, entre Peru e Bolívia, a guerra do Paraguai. Nesses conflitos é possível identificar a existência da ingerência imperialista? Como e como se deu essa ingerência?

Bom, para falar disso eu preciso explicar um pouquinho porque Hobsbawm tinha muito interesse pelo Peru. Ele foi muitas vezes para lá e teve muitos alunos peruanos, pois uma das grandes preocupações teóricas dele era estudar os grandes períodos históricos e as grandes transições de um período histórico ao outro, por exemplo, o século XX ou longo século XIX, etc. Ele considerava que o Peru era um país bastante especial no sentido de que ali era possível - e até hoje é - encontrar todas as formas de produção de todos os modos de produção.

Dependendo de onde você vai no Peru, é possível ver, por exemplo, o modo de produção do comunismo primitivo na Amazônia, ou modos de produção muito parecidos ao modo de produção asiático nas comunidades camponesas indígenas, que ainda existem e são descendentes dos incas - o que é um fenômeno extraordinário - e também formas muito modernas de produção vinculados ao capitalismo transnacional em lugares como Lima. Ele tinha muito interesse nesse sentido, por isso que em alguns livros, como por exemplo, *Bandidos* (1969), tem capítulos sobre o Peru.

Na minha tese de doutorado, eu comecei com o Hobsbawm usando arquivos britânicos, mas neste momento meu eixo de pesquisa com ele era a entrada do capital britânico no mundo andino a partir de 1805, principalmente através do Peru. Mas quando eu fui a Pittsburgh, meu interesse mudou para ver os interesses britânicos na Guerra do Pacífico, que foi a guerra em que o Chile, para se expandir pelo norte, ficou contra a Bolívia e o Peru. Ela ocorreu entre 1882 e 1884 devido ao fato de que o Peru tinha, ao sul, uma extraordinária riqueza, que dava um poder monopolista sob um adubo natural, que era muito importante para a agricultura mundial, os nitratos.

No gigantesco deserto do Atacama, que agora é do Chile, tinha nitrato em quantidades astronômicas, agora ali embaixo do nitrato se encontrou lítio, por exemplo. E atualmente o Chile tem a maior reserva de lítio de todo mundo, ou seja, o deserto que é o mais seco do mundo, tinha tesouros escondidos ali, mas o Chile não tinha nenhum centímetro delas.

Os interesses chilenos se desenvolveram ao ponto que levaram finalmente a uma guerra, que resultou na sua apropriação deste território. Havia também expressivos interesses britânicos naquele território porque o salitre e o nitrato eram muito importantes e não apenas como adubo. Lembremos que naquele período ainda não existia a indústria química, então o salitre e o nitrato eram fundamentais para fazer explosivos. Nos anos de 1770 e 1780, quando o Chile pegou esses territórios, era evidente que a Europa se aproximava de uma guerra. Os britânicos estabeleceram um monopólio para que ninguém tivesse acesso a esses materiais, com exceção da Grã-Bretanha e dos seus aliados, e não da Alemanha. A razão pela qual a Alemanha terminou inventando a indústria química moderna, retirando do ar essa matéria-prima que é o nitrogênio, não foi apenas para criar adubo sintético, como também, explosivos.

Os britânicos, depois que apoiaram o Chile na guerra, controlaram esse território como se fosse deles. Criaram um enclave em todas as províncias produtoras do Salitre. Quando o Chile ganhou a guerra, com o apoio britânico, apareceu um homem com grande apoio do capital estrangeiro, chamado Onoff, que terminou se apropriando de todos os territórios até a Primeira Guerra Mundial.

Com a Primeira Guerra Mundial, quando a Alemanha entrou com sua poderosa indústria, desenvolvida através da Bayer na fabricação de adubos e explosivos, os nitratos continuam existindo no gigantesco deserto do Atacama, mas perderam valor econômico devido ao fato que era muito caro tirar eles do solo, era muito mais fácil utilizar o nitrogênio do ar para criar toda essa nova indústria.

Sobre a guerra do Paraguai, que é anterior à Guerra do Pacífico, ela foi muito impulsionada por interesses britânicos, citando o Hobsbawm: Paraguai havia se tornado uma exceção porque havia se fechado aos interesses britânicos, e através de um ditador ilustrado tornou-se um país fechado e industrializado. Era o território mais desenvolvido da América Latina antes da guerra e os britânicos não tinham conseguido entrar de forma alguma dentro do Paraguai. Para eles era muito importante abrir o Paraguai, entre outras coisas, porque era um mau exemplo para os países da

região, pois por sua própria força tinha desenvolvido, por exemplo, uma indústria naval. Então, parte dessa guerra é composta por interesses britânicos. Nela, os britânicos, ao mesmo tempo que não venderam armas ao Paraguai, venderam armas, tanto ao Brasil, como à Argentina e ao Uruguai também.

Mas isso aconteceu entre 1864 e 1870, alguns anos antes da Guerra do Pacífico. Nesta última, sem dúvida alguma que os interesses britânicos relacionados ao livre-comércio, estavam relacionados a não manter espaços econômicos fechados. Neste momento, a principal razão pela qual o Peru virou inimigo da Grã Bretanha, foi porque um presidente do Peru fez uma lei para estabelecer um monopólio de salitre através de empresas estatais. Esta lei alterava o livre comércio a nível internacional e dava poder aos estados. Neste momento, o Chile se declarava o "*Free Trader*" da América do sul, uma das razões econômicas pelas quais os Estados Unidos terminou apoiando o Chile contra o Peru. E também por que Grã Bretanha apoiou, direta ou indiretamente ao Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai.

Originalmente, antes da guerra, por exemplo, as belíssimas Cataratas do Iguazu eram do Paraguai, agora são compartilhadas pelo Brasil com a Argentina. Esse é o período de influência do capital Britânico na nossa região.

|Zuleica Vicente| Professor, o senhor falou agora do lítio. Recentemente eu estou acompanhando essa briga entre os países da América do Sul para controle deste recurso. No momento atual, o mundo está dividido em 2 blocos, que estão em uma guerra infinita e o bloco constituído de Rússia e China que demonstram muito interesse por essa região. Eu gostaria de saber como o senhor entende esse movimento?

Atualmente o lítio é muito importante para a alta tecnologia. Mas os chineses estão começando a utilizar um outro elemento, que é mais barato e mais comum que o lítio e que pode ser mais eficiente que o lítio. Justamente hoje apareceu uma notícia enorme em relação a isso. As reservas deste produto estão essencialmente na América do Sul, principalmente no Chile, Argentina, Bolívia, Peru e no Brasil também. Ainda que o porcentual do Brasil seja o menor entre os cinco países, sendo Peru o quarto e estando as maiores reservas no Chile, na Argentina e na Bolívia, o que torna este tema absolutamente importante.

Eu conheço um pouquinho da história da China devido ao fato de que meus interesses pela história deixaram de ser do século 19, e hoje estão

relacionados ao período da história pré-hispânica. E não apenas história pré-hispânica, se não a história da grande navegação pré-hispânica.

Antes dos incas houve um conjunto de civilizações marítimas. Em 1465, os incas chegaram à polinésia em 200 grandes balsas. Essa é minha área de pesquisa agora, na qual eu já publiquei alguns livros relacionados especificamente com um esporte, o surf, no qual ultimamente o Brasil tem vários campeões mundiais. Esse esporte já era praticado no Peru no século 6, ou seja, 1000, anos antes que no Havaí. Sobre isso tenho um livro que posso enviar para vocês, porque agora o Congresso Nacional [do Peru] está tentando transformar o esporte em patrimônio da nação, principalmente devido a minhas pesquisas.

Então, estudando esta grande navegação pré-hispânica, eu descobri, por exemplo, que a China foi um extraordinário país de navegantes, muito antes que os europeus. O almirante *Zheng He* é um exemplo de que não são os portugueses ou os espanhóis os grandes navegadores do milênio, pois os chineses em 1420 já tinham barcos de madeira que podiam percorrer todos os mares do mundo. Até pouco tempo atrás o ocidente não aceitava a possibilidade que os chineses tivessem tido barcos tão enormes, que em 1400 pudessem transportar 3.000 pessoas. Barcos equivalentes a estes, nós sabemos agora, só foram construídos nos Estados Unidos para a Primeira Guerra Mundial. Mas os chineses já tinham esses barcos em 1420 e eram de 3 andares, gigantescos, uma frota imensa. Além do mais, os chineses foram os inventores da pólvora.

Em 1420, quando *Zheng He* retornou à China depois de percorrer todos os oceanos do mundo, o imperador chinês mandou que toda a frota fosse incendiada e fechou a China ao ocidente aconselhado pelos assessores dele, que eram eunucos, porque os eunucos não tinham família e nem descendentes, e por isso podiam dedicar toda a sua vida ao serviço do imperador. Os eunucos lhes disseram que os europeus estavam sempre em briga e que civilizá-los levaria muito tempo, sendo assim, o melhor seria fechar-se contra eles. Foi assim que a segunda grande muralha foi construída no século 15, ao mesmo tempo que se incendiou a grande frota naval.

Grandes historiadores, como o Immanuel Wallerstein, em sua teoria do sistema econômico mundial, dizem que foi por interesse de estado que o imperador fechou a China ao ocidente, alegando que o imperador tenha ficado com medo da enorme popularidade que os marinheiros possuíam com a população e de um golpe de estado. Então, acabou com o poder

deles, e não fez isso os matando, mas acabando completamente até com os resquícios da sua frota naval. Por isso que o ocidente nunca aceitou que os chineses tenham tido esse tipo de barco. Mas há 20 anos se encontrou um barco desses intacto, que foi recuperado pelos historiadores. Esta informação pode ser encontrada hoje na National Geographic, porque eles recuperaram um barco, que hoje está em exibição, feito de madeira. É algo tão descomunal, porque no ocidente nenhum barco nunca foi feito de madeira, mas os chineses conseguiram fazer.

Então, foi pesquisando essas coisas que eu percebi que os chineses não conquistaram a Europa, quando eles podiam conquistar a Europa, porque eles não quiseram. Eles tinham a marinha, tinham barcos e tinham pólvora. O que eles queriam, como nos demonstram esses trabalhos relacionados com o *Zheng He*, por exemplo, era fazer comércio e se vincular com os outros. Eles não queriam guerra.

Eu acho que muitas dessas coisas influenciam na situação hoje. Nós temos relações com os chineses provavelmente desde muito antes dos europeus chegarem aqui. Estou falando especificamente do mundo dos incas, porque em grandes cemitérios do Peru, foram encontradas muitas evidências de possíveis contatos sistemáticos, que é possível que tenham sido feitos através dessas navegações. Se algum de vocês for alguma vez ao Peru, vocês devem ir ao norte do Peru a um lugar que se chama a pirâmide do Dragão. Tem um dragão enorme ali, mas os dragões eram representações principalmente dos chineses.

Termino essa questão dizendo que é muito importante que nós pensemos, mais do que em termos de 2 grandes forças - China, a quem os Estados Unidos acusa de autoritarismo, e Estados Unidos que os Estados Unidos se auto qualifica como democrata - pensarmos em um mundo multipolar, com vários centros de poder. A África hoje é fundamentalmente pró China. E outro dia lendo uma grande revista de pesquisa dos marxistas ingleses, que se chama *New Left Review*, em um artigo longo sobre China e Estados Unidos se mostra porque, neste momento, praticamente todos os países africanos estão neutros ou não estão em oposição à guerra e nesse sentido, estão a favor da Rússia. Mas por que isso está acontecendo com a África? Porque os Estados Unidos se relacionam com a África em busca de estabelecer relações para conseguir territórios para fazer bases militares. Os chineses, por sua vez, já conseguiram relações com 33 países para fazer tratados comerciais. É uma diferença atroz.

Por exemplo, agora o Peru está construindo um gigantesco

megaporto que vai ser o maior Porto no pacífico. No momento só existem portos assim no continente americano nos Estados Unidos e outro no México. No Peru será no pacífico, que é o eixo da economia mundial atual. O principal financiamento para este porto é da China. O Brasil também já tem como parceiro comercial e mais importante, a China. E não sei se alguma vez a China chegou aqui para tentar fazer um acordo militar. Não! Existem estas diferenças que precisam ser levadas em conta, o interessante é que existem exemplos históricos, os quais não poderíamos deixar de mencionar, como estes que lhes contei.

[Adilson Gennari] Amayo, ainda sobre America-Latina: enquanto um estudioso da teoria da dependência e de Mariátegui, o senhor acompanhou em sua carreira acadêmica o desenvolvimento e ascensão das teorias da dependência. Na nova ordem mundial, estas teorias têm ocupado cada vez menos espaço ou tornando-se menos críticas. Gostaria da sua apreciação sobre a nova ordem mundial a partir dessas teorias e de suas radicalidades. Para onde elas apontam hoje, enquanto o futuro para a América Latina?

Neste assunto podemos dizer que as coisas são diferentes. É óbvio que o nível de dependência que o Brasil tinha com os Estados Unidos diminuiu bastante, tanto que o Brasil, em algum momento, especialmente a partir de Fernando Henrique Cardoso, passou a achar que sua área de influência tinha que ser a América do Sul. É por isso que, por exemplo, Fernando Henrique Cardoso se encarregou de eliminar da América do Sul a presença do México. Para isso, ele criou a IIRSA [Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana], que foi desenhada por um dos maiores empresários do Brasil, o pai do Eike Batista. Pode-se imaginar quais são os tipos de interesse que tinham o pai do Eike Batista: *business is business, my dear*. Ou seja, grana.

Podemos ver entre os eixos de integração da IIRSA, que foi um fracasso total, a construção de uma estrada que seria transoceânica, cuja obra de R\$800 milhões passou a R\$ 4 bilhões e foi financiada pelo BNDES e feita pela Odebrecht, mas que o Peru teve que pagar por tudo. Ela foi feita com a desculpa de que toda a produção do sul do Brasil sairia por essa estrada para o pacífico pelo Peru, que construiu um gigantesco porto para guardar essas mercadorias.

Eu escrevi um artigo na época falando que uma estrada em trópicos úmidos acabaria com a Amazônia. Ali onde estava transamazônica, tinha que

ser feita uma ferrovia, teríamos que usar os sistemas intermodais de transporte, usar água e usar ferrovias. O embaixador, quando eu falei que deveríamos construir uma ferrovia, me atacou e disse que eu era um inimigo do progresso. Eles disseram que iam transportar por ali 5.000.000 de toneladas métricas em 300 caminhões por dia, levando cada um 30 toneladas! Há 4 anos atrás o meu último orientando fez uma pesquisa por toda esta estrada, desde São Paulo até o Peru a e me escreveu um e-mail falando "professor, quantos caminhões brasileiros acha que eu encontrei nesta gigantesca estrada?" Como eu não sabia, falei "nenhum". E era isso mesmo: nenhum. E a estrada está ali e é a melhor da América Latina, que custou R\$4.000.000.

Um grande teórico da dependência foi Aníbal Quijano, que passou deste conceito para outro conceito que é o de colonialidade do poder. Ele não deixou de pensar sobre o conceito de dependência, nem sobre a relação entre exploradores e explorados e nem como resolver os problemas do capital, mas ele foi ampliando seus conceitos para este conceito de colonialidade do poder, que ele criou como um oposto à modernidade.

Na história mundial e especificamente na história do ocidente se aceita que a modernidade, trouxe em si mesmo o progresso, a democracia e essas ideais de igualdade social absoluta - como foi o socialismo. O Aníbal Quijano dizia que, essa modernidade que se deu principalmente nos países avançados, tem para nós outra cara. Porque ao mesmo tempo que apareciam as ideias de socialismo e democracia na Europa, o que se fazia em África e na América? A escravidão. O que se fazia na América com as populações indígenas? O pior desastre demográfico da história mundial não aconteceu em África, aconteceu aqui, no continente americano.

O continente americano é ecologicamente o mais rico do mundo, por um exemplo, diferentemente de todos outros continentes, nossa extensão vai do Pólo Norte ao Polo Sul passando por todos os climas da Terra. Por isso, a escola demográfica de Berkeley mostrou que o continente americano em 1492 tinha o dobro da população que a Europa. O continente americano tinha quase 120 milhões de habitantes e a Europa, 60. O pior desastre demográfico do mundo foi no continente americano, que de 120 milhões em 1492 passou a ter em 1580, 8 milhões.

É este rosto desconhecido, que começa a aparecer através deste conceito de colonialidade do poder e nos oferece um complemento e uma consequência das teorias da dependência, olhando o conjunto e olhando o processo histórico como um todo. É um conceito de longuíssima duração e

que está ali permanentemente, porque, como esses trabalhos mostram, por exemplo, o conceito de raça, é uma coisa que se impõe a partir da entrada europeia no continente americano. Antes disso, não existia o conceito de raça no sentido de seres humanos superiores e inferiores, entre um europeu branco e um africano. Heróis africanos da antiguidade eram guerreiros extraordinários que quase conquistaram Roma, mas quando os Europeus chegaram ao continente americano, trazendo todas essas doenças que nos mataram e depois nos mataram com violência, eles falavam “nossa como são fracos, apenas com um contato já morreram”. Esses conceitos tão brutais de racismo, com esse sentido de inferioridade e superioridade, são parte desse fenômeno de colonialidade do poder que, como sabemos, continua no nosso tempo, continua, por exemplo, nos Estados Unidos pelo nome de *White Supremacy*. No Brasil, acabou de sair na Revista Piauí que os movimentos supremacistas estão mais organizados justamente ali no estado de Santa Catarina.

O conceito de dependência foi muito importante, mas agora estamos em outra situação. Estamos começando a falar de multipolaridade e espero que realmente a gente comece a pensar nesses termos. Tomara que, por exemplo, o presidente Lula pense em termos de multipolaridade antes de se comprometer com um lado ou com outro. A multipolaridade seria muito importante na América Latina, e que ela clame por isso seria extraordinário.

[Aline Miglioli] Sobre o Peru, especificamente, nós vimos, no período recente, diversos reveses na política institucional. Como compreender o fenômeno do Pedro Castillo? E sua queda?

O Pedro Castillo e eu somos do mesmo lugar no Peru. Ah meu deus... que decepção! Às vezes, com parte da esquerda não precisamos nem de direita. Porque tem uma esquerda que rouba, temos uma esquerda que é ladra, uma esquerda que se justifica ao final, dizendo que rouba porque é bom, porque estamos expropriando. Se a expropriação fosse social, não ia para o bolso deles.

O Castillo... Eu escrevi tantos *podcasts* sobre isso, a Unesp difundiu um monte de *podcast* meus apoiando ao camponês Castillo. Mas ele mesmo mostrou que muitos sindicalistas já são corruptos. Desde o primeiro momento, ele já começou a praticar a corrupção quando chegou ao poder. Isso foi parte do aprendizado de quando ele foi líder sindical dos professores no Peru? Agora, ele é um professor de uma ignorância supina, que confunde a Ucrânia com a Croácia quando fala em discursos internacionais.

E porque ele ganhou as eleições no Peru? Porque ele competiu com um monstro, com a Keiko Fujimori, a filha do ditador Fujimori. Ele é um bárbaro e foi meu professor, a quem conheci pessoalmente. Esse senhor estará na cadeia por 25 anos e quando terminar seu período, tem 5 processos a mais. Ele tem uma filha, que começou a sua carreira política literalmente sobre o corpo da sua mãe, que era primeira-dama, esposa de Fujimori.

O Peru é um país de terremotos e em 1992 houve um grande terremoto no país. Foi então que os japoneses começaram a nos ajudar porque o Fujimori era de origem japonesa e depois conseguiria inclusive a cidadania japonesa. Este país então, deu um monte de coisas para ajudar o Peru. Um barco inteiro chegou ao país carregado de coisas. Mas, a família Fujimori pegou todas as coisas do barco e começou a vender nos mercados e ficar com o dinheiro. A mulher de Fujimori, a primeira-dama, que era uma mulher muito excêntrica, ameaçou seu marido, que se ele não parasse com aquilo ela falaria com a imprensa... No fim ela falou com a imprensa e terminou brigando com o Fujimori. Depois disso, por um período ela desapareceu e no Palácio falaram que ela estava doente, mas depois ficamos sabendo que nesse período ela foi torturada por um serviço de inteligência, até que ela enlouqueceu e quando ficou evidente o que estava acontecendo e os médicos determinaram que ela estava mal, ela teve de deixar de ser primeira-dama e a filha apareceu como a primeira-dama. Ou seja, a filha começou sua carreira política tomando o lugar da mãe, sendo que ela morava dentro do Palácio com a mãe e ela sabia que a mãe era torturada pelo pai.

Essa mulher foi candidata pela terceira vez à presidência contra Castillo. Como há gente que odeia profundamente toda a família Fujimori, ele terminou ganhando. Nessa época, nós achávamos que ele tinha um projeto rural, por ele ser um líder camponês que se apresentava com aquele chapéu e mostrava que sabia de agricultura. Mas depois começou a aparecer em seu programa, umas reuniões secretas. Ele queria transformar o Palácio de Governo em um museu, já que preferia fazer reuniões em casa de uns amigos para tomar decisões. Tudo isso começou a aparecer e foi evidente. De fato, ele não foi tão corrompido como outros que estavam na cadeia, mas foi colocando toda a sua família em diversos cargos do governo. Ele começou a perder seu espaço de referência, inclusive enquanto intelectual, pois descobriu-se que a dissertação de mestrado dele tinha sido completamente plagiada de outras teses. Por todas essas reações, ele

começou a se sentir muito isolado, porque muita gente da esquerda que originalmente, como eu, acreditava nele, deixou de acreditar. Até que ele tentou dar um golpe de estado.

Enquanto isso, a extrema direita já odiava ele, e não pelas mesmas razões do que eu e nem porque ele era incapaz, mas sim porque não era branco. A extrema direita no Peru acha que é branca, porque acha que o dinheiro faz as pessoas se tornarem brancas. Mas é tão branca como eu ou como meu amigo Adilson. Ainda assim, a burguesia achava que ele era um camponês indígena, o que era uma vergonha racialmente para o Peru.

Quando ele perdeu o apoio da esquerda, a extrema direita também estava contra ele. Quando ele tentou dar um golpe de estado, foi no mesmo dia que o Congresso se reunia para dar um golpe de estado contra ele. Algumas horas depois da reunião em que ele tentou dar um golpe, o Congresso anunciou que ele já não era mais presidente e subiu ao poder a vice-presidente que é um monstro, mas foi eleita. Então, agora nós estamos em uma oposição tremenda contra esta senhora, mas ela que originalmente se dizia de esquerda, agora teve todo o apoio da direita e da ultradireita no Peru, porque ela está fazendo tudo o que a direita e a ultra-direita gostaria de fazer. É uma situação muito complicada, né? Isto vamos ver o que vai acontecer.

O país, obviamente, está em uma crise econômica grande, mas os recursos econômicos, também têm sido felizmente grandes. Atualmente temos um problema, são mais de um milhão e meio de imigrantes venezuelanos. Eu temo os problemas em relação aos imigrantes no sul, por exemplo na fronteira limite entre Chile e Peru. Bem, mas essas atitudes de gente de esquerda surpreendem. Eu nunca imaginei que o Boric fosse fazer o que ele fez de mandar embora dezenas de venezuelanos e o Peru já fechou a fronteira para eles também.

Como é possível que o Boric tenha feito isso? Para o governo de direita do Peru ainda é compreensível, mas por parte dele não. Agora tem milhares de venezuelanos na fronteira em uma situação absolutamente lamentável e os exércitos peruanos e chilenos mandaram suas tropas no meio de milhares de mulheres e de crianças. Tomara que se resolva através de apoio internacional das Nações Unidas, mas essas coisas nos levam a pensar que realmente a situação é muito complicada a nível nacional e internacional. Não necessariamente o que se chama de esquerda, atua como tal. Eu, por exemplo, jamais esperava que o Boric fizesse as coisas que ele está fazendo.

|Adilson Gennari| Eu estou aqui com as próximas questões, mas são sobre assuntos que já foram tratados. Então, o que eu vou fazer aqui é ler alguns pontos, e você fica à vontade para comentar o que você achar legal e pertinente:

- ✓ **A revolução peruana neste século 21 se encontra em um impasse?**
- ✓ **As várias revoluções peruanas e a questão indígena.**
- ✓ **Qual é o papel dos militares e oligarquias na revolução peruana?**
- ✓ **Qual o papel da violência nas revoluções peruanas?**
- ✓ **Quais são as particularidades da história peruana entre os povos andinos, principalmente com a Bolívia?**
- ✓ **As várias revoluções peruanas e seu saldo emancipatório;**
- ✓ **Consequências sócioeconômicas do desmanche do Estado peruano;**
- ✓ **A ultradireita e suas perspectivas no Peru.**

Tem apenas algumas coisas que acho que são interessantes falar. Por séculos, se pensou que a história da civilização Andina teve sua origem nos Andes, nas partes altas, em lugares como Cusco, que foi a capital dos incas. Mas, os incas são o último estágio de dez civilizações anteriores a ela.

No ano 1992, foi descoberta uma cidade no meio do deserto, que se chama Caral e fica a 180 km de Lima e a 20 quilômetros do mar, tem 5.000 anos. É de longe a cidade mais antiga do continente americano. Antes da sua descoberta, se achava que uma cidade do México era mais antiga, com 3.000 anos. Bom, essa tem 2.000 anos a mais. Ela foi construída em um período que se estava construindo no Egito e é gigantesca. Teve 23 complexos urbanos e 3 portos.

A descoberta desta cidade é muito importante porque mostra que a história da civilização se iniciou em frente ao mar e que desde esse início nós já éramos pescadores. Isso é muito importante porque na história mundial da civilização se achou que a agricultura era mais importante. Mas a pesca antecedeu a agricultura, ainda que, claro, a revolução tenha sido agrícola. Atualmente se sabe que neste período e em 7 lugares diferentes começou de forma autônoma e independente o que nós denominamos civilização, ou seja, o período em que começamos a construir cidades. Destes sete centros, seis estão no hemisfério norte: Guatemala, México, Egito, China, Índia e Irã estão no norte, o único no hemisfério sul é a civilização andina, que tem como centro o Peru. Isto é extremamente interessante, porque nós sabemos que no hemisfério norte existia a possibilidade de comunicação entre os

centros, mas o fato de existir um centro tão longe no hemistério sul é bastante excepcional, não é?

Isso tem um peso, por exemplo, nas grandes mobilizações atuais contra Dina Boluarte [Presidente do Peru], em que as pautas mais importante destas mobilizações tem sido colocadas pelas populações que se consideram - e são - descendentes diretos destas grandes civilizações no sul do Peru. Nelas, 49 pessoas foram mortas e agora a senhora Baluarte tem um problema gravíssimo, porque a Comissão Internacional dos Direitos Humanos está investigando se aconteceu um massacre no Peru.

É provável que essa senhora termine em uma cadeia. Não seria novidade. No Peru, muitos presidentes estão na cadeia e eu fico feliz por esse fato, porque significa que roubar não é tão fácil. O presidente Pedro Pablo Kuczynski, um bilionário, que morava mais em Nova Iorque do que no Peru, hoje está preso na casa dele, porque já tem 82 anos. A casa dele é um palácio, porque ele é bilionário, mas não importa, porque ele não pode desfrutar de seus jatinhos particulares, não pode jogar tênis amanhã em Londres etc. Morar em um palácio sem sair de casa, é ruim também. O Toledo também está preso, o Fujimori também e agora o Castillo.

Pois é, esta senhora sabe disso e essa é a razão pela qual ela está dando muito poder às Forças Armadas e por isso elas estão até hoje respeitando a presidenta constitucional. À diferença dos militares aqui no Brasil, que grande parte são bolsonaristas e desafiaram a Constituição, no Peru eles estão respeitando a Constituição, mas estão ganhando muita força.

O que aconteceria, por exemplo, se finalmente a população continuasse se levantando contra ela e ela fosse embora? Talvez os militares se sentissem com força suficiente para dar um golpe de estado, isso é o perigoso dessa situação. Até o momento eles estão felizes e por isso estão cumprindo com a Constituição, mas veja, a presidenta constitucional já matou 49 pessoas e deixou 1300 pessoas feridas e gravemente feridas. É uma situação realmente complicada agora. As coisas estão acontecendo e há protestos ainda, a imprensa funciona, se fazem denúncias sistematicamente e se vive uma situação difícil, mas não é impossível. Tomara que nós não cheguemos a uma situação de impossível, porque faz 20 anos nós vivemos uma guerra, que como já falei que matou 70.000 pessoas e principalmente mulheres e crianças que eram as mais frágeis e as coitadas mulheres ficaram por último protegendo os meninos e assim eram mortas pelos senderistas ou pelas forças armadas. A maioria dos mortos foram velhinhos, crianças e mulheres. Foi uma coisa atroz.

Se alguma vez vocês vieram à Lima, visitem um Museu da Memória que nos lembra de todas estas coisas. Se bem que atualmente a extrema direita fechou o museu porque para eles lembrar é um problema. Eles dizem que as forças armadas estão sendo criticadas porque este museu mostra que as forças armadas tiveram também um comportamento atroz nesse período, assim como os senderistas. Por isso, o prefeito de Lima, de extrema direita, acabou de fechar esse museu.

Então, a situação do Peru é interessante e complicada, mas as coisas continuam se movimentando. Espero que em algum momento se encontre uma saída, digamos, pacífica.

[Adilson Gennari] A minha pergunta é bastante abstrata também. Você como historiador tem toda essa trajetória no campo crítico e no campo oposto à barbárie do capital. No quadro atual, nós vivemos numa espécie de crise estrutural, onde o capitalismo se vê numa situação muito delicada, porque ao mesmo tempo que fecha postos de trabalho, o capitalismo diz para as pessoas que elas precisam ter emprego, é como se fosse um pesadelo. Por outro lado, a própria forma de produção do capital desde a primeira revolução industrial já era destrutiva, tanto é que o london fog que que a gente fala tanto, na verdade é poluição. Então essa situação de destruição ambiental que vai sendo crescente até chegar num ponto que nós estamos agora: um monte de miseráveis na rua, um monte de gente sem perspectiva nenhuma, de jovens sem perspectiva nenhuma. Mesmo nos países chamados desenvolvidos, um monte de gente jogada na rua, sem moradia, sem emprego, sem nada, sem educação. Então, com o mundo à beira de uma catástrofe ambiental, se é que nós já não estamos nela, você vê perspectivas de um socialismo ou de um comunismo ou de uma transformação da sociedade? Se você vê isso, você se identifica na sociedade, no caos que virou essa sociedade, sujeitos históricos, capazes de dar alguma resposta a tudo isso?

Olha, já falei antes que eu agora ando falando que com muita gente de esquerda nós não precisamos da direita. Porque realmente quando você vê o tanto de cara que aproveita e mete a mão e rouba e fica milionário.... Eu, por exemplo, eu sou muito crítico ao presidente Lula fazer viagens em jatinhos. Ele não pode deixar de viajar em jatinhos e quem que dá isso a ele, esses jatinhos? Em novembro ele participou dessa reunião que foi convidado ao invés do Bolsonaro, sobre o meio ambiente no Egito, e ele foi um jatinho. Primeiro ele disse que o jatinho era de um amigo, mas depois se

soube que a viagem custou 3 milhões de reais. Se falamos de pobres, temos que mais ou menos nos comportar como os pobres, do contrário se vão gerando desconfianças.

Isso é uma questão. A outra questão é que neste momento, tudo o que existe é capitalismo: a China é capitalista também, essencialmente um capitalismo de estado. É extraordinário, esse livro do historiador Julius que mostra que a União Soviética foi um capitalismo de Estado. Neste livro que se chama "Ciclo soviético" ele mostra como a URSS foi também um capitalismo de estado.

Hoje o que nós temos são diferentes formas de capitalismo. Eu acho que por agora temos que estar lutando por uma multipolaridade para que não existam centros hegemônicos e de domínio, que isso possa gerar novas áreas que permitam avanços e conquistas. Desculpem-me, mas depois de ver revoluções como as do Pol Pot na Cambodia, o Sendero Luminoso no Peru... eu acabo realmente acreditando mais nas reformas. Estes exemplos são asquerosos, porque em nome de criar um Novo Mundo, mataram comunidades inteiras, no caso do Sendero Luminoso, matavam as crianças com as mulheres, se as crianças chorassem.

Quando eu era moço, eu quase fui lutar na Nicarágua, ao lado de Ortega. O Ortega é um horror agora, uma atrocidade enorme. Nós que somos de esquerda, temos que criticar essas coisas, não podemos deixar essas coisas para a direita criticar. Na Nicarágua eles retiram a nacionalidade de todos aqueles inimigos, todos viram apátridas. Neste sentido o Boric fez uma coisa linda no Chile, concedeu a nacionalidade para todos os nicaraguenses. Porque eles não fazem isso para os venezuelanos, não é mesmo? No Peru temos um milhão e seiscentos venezuelanos. Olha o que aconteceu com o país que era o mais rico proporcionalmente na América Latina: hoje, a indústria petroleira está destruída. O que destruiu essa indústria não foram as bombas de fora, foram decisões tomadas internamente.

Até hoje não se sabe por que razões Hugo Chávez deu um empréstimo de dez bilhões, pelo menos, à Argentina, na crise de 2002. E olha a Argentina como está hoje, quase mendigando dinheiro ao Brasil, mesmo sendo um país rico em recursos. Temos que ver todas essas coisas de longe em um contexto mundial. Na verdade, acho que esta questão da revolução é um assunto que precisamos ir conquistando nos espaços. Eu, por exemplo, não tenho nenhum problema se tocam minha campanha e me pedem R\$10,00. Também acho importante colaborar com instituições como,

por exemplo, os Médicos Sem Fronteiras. Eu vejo no momento que seria muito interessante pensar numa forma de estabelecer salários mínimos mundiais por um processo de redistribuição de renda. Isso seria uma reforma, mas pensemos que consequências extraordinárias isso causaria.

Um salário mínimo básico é essencial devido a gigantescas quantidades de acumulação de capital que estão em tão poucas mãos. Quantos são os bilionários que temos no Brasil hoje? Hoje temos menos três bilionários por causa das lojas Americanas que acabaram de quebrar e eles perderam R\$10 bilhões, o Maluf mesmo acabou de devolver R\$ 20 milhões hoje também. Um absurdo. Algo tem que acontecer para mudar essa situação, mas não é matando os Malufs ou a outros que vamos resolver as coisas. Como eu sempre falo, se matando se resolvesse as coisas, Cambódia, seria o país mais avançado do mundo. Cambódia matou a metade da população, com isso seria o país mais avançado do mundo. Acho que, infelizmente temos que seguir avançando em pequenos espaços e criando espaços, como por exemplo, este em que estamos de debate hoje.

[Aline Miglioli] Professor, eu sempre quero terminar as entrevistas com algum otimismo, porque a gente de esquerda é sempre um pouco pessimista. O senhor falou da formação do Peru e das diferentes formas de vida, da coexistência dos diversos sistemas. Nós sabemos que os países andinos conseguiram, de alguma forma, preservar algumas sociabilidades que não são as sociabilidades do capital. O senhor enxerga nesse movimento outras formas de se relacionar e possibilidades de emancipação para evitar o fim do mundo? Nossa revista é exatamente sobre o fim do mundo, então a gente está aqui pensando sempre em como não chegar lá.

Bom, há coisas importante dessa sociabilidade que são muito presentes em comunidades amazônicas de todos os nossos territórios, ainda que as comunidades amazônicas brasileiras sejam muito pequenas como consequência da escravidão porque, no Brasil, a escravidão da população indígenas foi enorme. Isto explica porque apesar de o Peru ter um quarto do território da Amazônia do Brasil, a população indígena amazônica no Peru é 2 vezes maior que no Brasil. Em 4 milhões de quilômetros quadrados - de acordo com as estatísticas do Tratado de Cooperação no Amazônico de vinte anos atrás - o Brasil tinha uma população indígena de 200.000 pessoas e no Peru de 400.000 em 1992.

No Peru, tínhamos uma nação indígena que se chamava "Os Campas" e eram compostos por 70.000 pessoas. Vejam a diferença, no Brasil, a maior

comunidade indígena chega a 3.000 pessoas. No caso dos Campas, o Sendero Luminoso obrigou sua dispersão, pois passaram a obrigar as crianças a ir para o exército, mas eles começaram a fugir e resistir.

Essas comunidades amazônicas, como vocês sabem, tem como valor essencial a preservação da natureza. É fundamental. Esses exemplos que eles nos dão permanentemente, todas as comunidades amazônicas de todos os países, são absolutamente fundamentais. O tipo de agricultura que eles praticaram nos lugares onde se pratica agricultura nunca é de monocultura, sempre de múltiplas culturas, de forma que não destroem a natureza.

As comunidades indígenas Salinas, que são descendentes diretos dos incas, porque os incas, conforme se expandiram, se aliaram com os amazônicos, por exemplo, formas de cooperação muito grandes. É uma comunidade que ainda tem força, mas que através do tempo foram mudando porque muitos têm formação universitária.

Agora, para acreditar que eles possam influenciar para uma mudança social geral, somente se com o tempo eles não forem destruídos pela força que a comunidade ocidental coloca contra eles. Até o momento eles têm resistido com muito sucesso. É uma resistência histórica extraordinária também.

Tomara que continuem resistindo, organizados sob a solidariedade não pelo dinheiro. Em muitas delas até relativamente pouco tempo se trocava trabalho por trabalho. Elas também fazem muitos trabalhos cooperativos, por exemplo, a construção de obras de infraestrutura para todas as comunidades, como pontes, por exemplo, pois os incas eram grandes construtores de pontes flutuantes. Ainda existem 300 pontes flutuantes em diversos territórios peruanos, construídas pelos próprios indígenas, com seus próprios conhecimentos técnicos.

Essas coisas existem e tomara que continuem sendo preservadas, sem dúvida alguma essa é uma parte da luta. Essas comunidades se expressaram muito nas lutas recentes contra a presidente do Peru. Sem dúvida, se essa população tiver mais acesso a recursos, principalmente acesso à educação de maior qualidade, de alguma forma ela poderá influenciar na luta geral. Caso contrário, será a luta seguirá como agora, uma luta silenciosa. | FIM |

Campinas, Recife, Florianópolis, Divinópolis, maio de 2023.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília

Faculdade de Filosofia e Ciências

Av. Hygino Muzzi Filho, 737 - Mirante - Marília/SP
CEP 17.525-900

Telefone: (14) 3402-1300

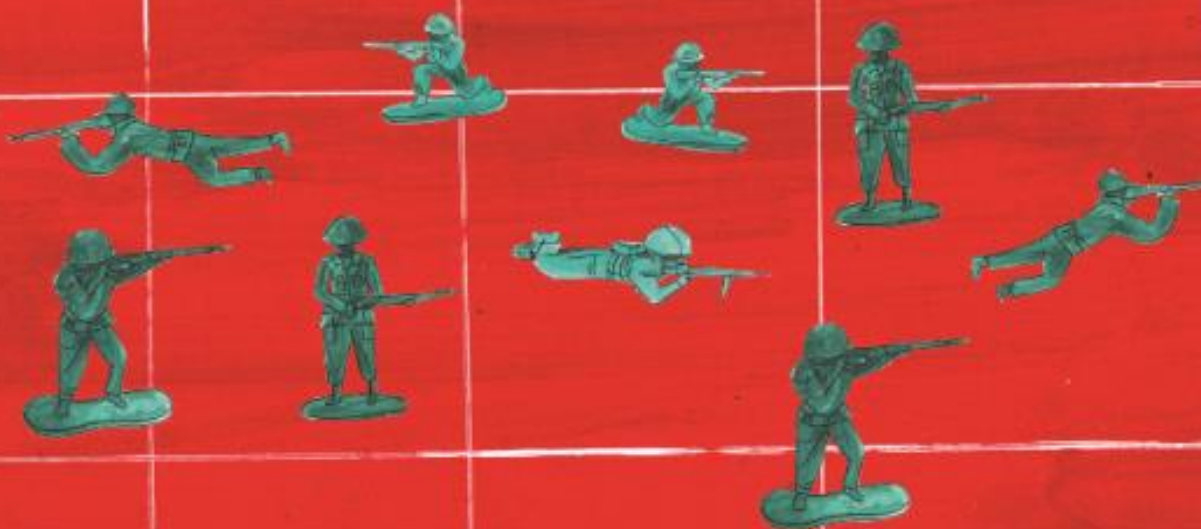
Revista Fim do Mundo

ISSN: 2675-3812 | e-ISSN: 2675-3871

e-mail: revista.fimdomundo.marilia@unesp.br

<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM>







FIM DO MUNDO

ciência transformadora
discussões para a emancipação

